

**PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO**

**AGRAVO DE PETIÇÃO**

**00072-1995-010-18-00-6**



Volumes	Documentos	Apensos	Volumes de Apensos
3 / 12		0	

**DISTRIBUIÇÃO ORDINÁRIA - 2ª TURMA**

Relator(a) Gab. Desembargador(a) Federal do Trabalho:  
SAULO EMÍDIO DOS SANTOS

Revisor(a) Gab. Desembargador(a) Federal do Trabalho:  
PLATON TEIXEIRA DE AZEVEDO FILHO

**Data da Autuação:** 30/10/2006

**Processo de Origem:** V.T. DE GOIÂNIA

**Partes:**

**Agravante** UNIÃO

**Procurador** MONA MARIS SILVA RIBEIRO  
OAB: 0-GO

**Agravado** SINDICATO DOS TRABALHADORES FEDERAIS EM SAÚDE E PREVIDÊNCIA  
DO ESTADO GOIÁS E TOCANTINS - SINTFESP - GO/TO

**Advogado** CARLOS EDUARDO RAMOS JUBÉ E OUTRO(S)  
OAB: 10989-GO





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL - GOIÁS



402  
d

## CERTIDÃO

CERTIFIQUEI e dou fé que abri o 3º volume  
destes autos que se inicia com a  
fls. 402 (Contas do INSMPS).

em 22 de OUTUBRO de 1993  
[Assinatura]

Seção de Processamentos Diversos





4. Ora, a partir de Janeiro do ano de 1.988 os Reclamantes tiveram acrescidos a sua remuneração um "quantum" referente ao adiantamento da diferença salarial que o novo Plano de Cargos e Salários do MPAS produzirá sobre a remuneração dos servidores, ou seja, uma antecipação, já sobre os atuais salários dos novos níveis a serem trazidos pelo PCCS da Previdência, ou pelo menos de parte deles.

5. É de se esclarecer que não se trata aqui de adiantamento a ser devolvido ou descontado posteriormente em salários futuros, como são os conhecidos "vales". A antecipação em foco tem a natureza de aumento salarial, sob a forma de adiantamento, a integrar definitivamente o salário dos servidores.

6. A par disto, o Reclamado, desde Janeiro de 1988, recusou-se, em frontal desobediência à disposição legal, a proceder a aplicação da URP sobre esta parcela da remuneração dos Reclamantes, produzindo nos salários dos mesmos uma defasagem injusta e insuportável.

7. Somente através da Medida Provisória nº 20 de 11 de novembro de 1.988, a Administração passou a aplicar a URP sobre o adiantamento do PCCS, nos termos do § 1º do artigo 8º da referida medida, entretanto, fazendo-a somente sobre os valores de Janeiro daquele ano, e, portanto, mantendo até hoje, e ampliando mês a mês, a defasagem já existente.

8. A vergonhosa aplicação feita a partir de Novembro último sobre os parcos valores de Janeiro do ano passado, sem a devida reposição foi bisonhamente justificada no próprio artigo 8º da medida, onde a Administração se atreve em determinar que o adiantamento do PCCS continuaria sendo pago considerando os valores nominais percebido em Janeiro de 1.988.

PARTE EM BRANCO

Arquiteto Arantes  
Rua F. R. de S. 11.18ª Região

506-11111-16/1 09 11-93  
C. P. 11111-16/1 09 11-93  
SP 3582329  
11-93



9. A continuidade do percebimento, pelos servidores, do adiantamento do PCCS, era já uma questão de direito adquirido, incorporado aos salários dos mesmos, não cabendo à Administração se manifestar sobre tal aspecto.

10. Inexiste, outrossim, a necessidade de aprovação presidencial específica para a Administração proceder a aplicação à URP sobre o adiantamento do PCCS, pois o mandamento legal expresso no Artigo 8º e seu §1º, do Decreto-lei nº 2.335/87 é auto-aplicável.

11. Assim sendo, reque a V.Exa., a notificação do Reclamado, na pessoa de seu representante legal para comparecer à audiência de conciliação e julgamento a ser previamente designada e nela conciliar-se ou opor contestação sob pena de confesso e revelia.

Requer, ainda, seja a final julgada precedente a presente reclamatória para condenar o Reclamado a proceder a aplicação da URP sobre o adiantamento do PCCS posteriormente denominado adiantamento pecuniário da Medida Provisória 20/88, desde o mês de Janeiro de 1.988, fazendo-o pagar aos Reclamantes as diferenças pecuniárias vencidas e vincendas produzidas em seus salários pela não aplicação referida, bem como pagar os efeitos de tais diferenças sobre 13º salário, abono de férias, FGTS, etc, acrescidos de juros legais e correção monetária, além das custas e demais despesas processuais e honorários advocatícios em 20% sobre o valor da condenação, tudo a ser calculado em liquidação de sentença.

Requer outrossim, seja por V.Exa., determinada a representação dos Reclamantes na pessoa dos três primeiros arrolados.

Requer, por fim, a produção de provas

# PARTE EM BRANCO

Apuradora Arantes Cordeiro  
Auxiliar Especializada  
TRT-18ª. Região

508-0021, 16/09	/1993
CONFERE COM O ORIGINAL	
Servidor	3582329
	Matrícula



pelos meios legais, especialmente documental, testemunhal e depoimento do Representante legal do Reclamado, sob pena de confesso.

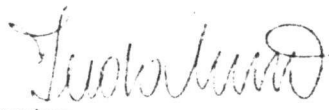
405  
01

12. Dá-se à causa o valor de NCZ\$ 3.500,00  
(Três mil e quinhentos cruzados novos).

Nestes termos,

Pede e espera deferimento.

Goiânia, 23 de Maio de 1.989.

  
INDALÍCIO PIRES DA SILVA  
OAB/GO nº 3.219

508-002.1 02/06/89

— Prescrito nesta data

— À 508-002-0

Rubrica 4814711



PARTE EM BRANCO

*P*  
Aparecida Araújo Cordeiro  
Auxiliar Especializada  
TET-18ª Região

508-002.1.	16.1	09	1993
CONFERE COM O ORIGINAL			
Servidor	3582329		
	Matrícula		



PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 10ª REGIÃO

contém INAMPS  
08-Fls. 508.000

33094 11302 189

13-11-89 508-002.0

43 JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO D

ENDEREÇO: Rua 82 nº 179, 25 28 andar Setor Sul

NOT. INT. Nº 5330 / 89 EM 03 / 11



PROCESSO Nº 1.780/89

RECTE.: Alice Alcides Silva Costa e Souza (+11)

REDO.: INAMPS - Ins. Usc. de Assit. Méd. de Previd. Social

Pela presente, fica V.Sª. notificado para o (s) flm (ns) pre  
visto (s) no (s) item (ns) 01, 12 e 13 abaixo:

01 - Comparecer à audiência designada para o dia 13 de 12 de 89 às  
15 horas e 00 minutos.

02 - Prestar depoimento pessoal, no dia e hora acima, sob pena de confissão.

03 - Prestar depoimento, como testemunha, no dia e hora acima.

04 - Tomar ciência da decisão constante da cópia anexa.

05 - Tomar ciência do despacho constante da cópia anexa.

06 - Contra-arrazoar recurso do (a)

07 - Impugnar embargos à execução.

08 - Contestar os embargos de terceiro outuados sob o Nº /

09 - Recolher as (os) no valor de Cr\$

10 - Prestar, como Perito, o compromisso legal, em ( ) dias.

11 - Prestar como Assistente, o compromisso legal, em ( ) dias.

12 - Comparecer à audiência inaugural, no dia e hora acima, quando V.Sª. poderá apresentar sua defesa (art. 846 da C.L.T.), com as provas que julgar necessárias (arts. 821 e 845 da C.L.T.), devendo V.Sª. estar presente, independentemente do comparecimento de seu representante, sendo-lhe facultado designar preposto, na forma prevista no parágrafo 1º do artigo 843 consolidado. O não comparecimento de V.Sª. importará na aplicação da pena de revelia e confissão quanto a matéria de fato.

13 - Comparecer acompanhado de seu advogado para audiência.

Car. do Carmo de Queiroz  
FUNC. REQUISITADA

1.780/89

Aud. 13/12/89

Not. 5330/89

INAMPS - Instituto Nacional de Assistência Médica Social da Previdência

Rua 82 nº 179, esq. Av. 83, Setor Sul  
nesta

508-002.1 07 / 11 / 89  
1 - Recebido nesta data  
2 - A 508-002.0  
Rubrica Maria



CERTIFICO que o presente ex  
pediente foi encaminhado ao  
destinatário, via postal,  
em / / feira  
Diretor de Secretaria

PARTE EM BRANCO

Apuradora Arquivos (Correio)  
Auxiliar Especializada  
TRI-18ª Região

508-002.1 16 / 09 / 1993

COPIA DE  
DP  
SERVIDOR 3582329  
Matrícula

COPIAR COM O ORIGINAL



Francisco Mariano Borges

## ADVOCACIA

EXMO. SR. DR. JUIZ PRESIDENTE DA \_\_\_\_\_ JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGA-  
MENTO DE GOIÂNIA = GO.



ALICE ALAIDE SILVA COSTA E SOUSA, brasileira, casada, servidora pública federal, lotada no INAMPS, no cargo de Enfermeira, matrícula nº 4299701, residente à Rua 109 nº 332, aptº 402, Setor Sul, nesta Capital; ANA MARIA FERNANDES, brasileira, solteira, servidora pública federal, lotada no INAMPS, no cargo de agente administrativo, matrícula nº 3605400, residente e domiciliada à Rua S-5, Qd.S-27 nº 277, aptº 806, Setor Bela Vista, nesta Capital; ANGELA MARIA DA SILVA FREIRE, brasileira, casada, servidora pública federal, lotada no INAMPS, no cargo de Aux.Operac.de Serv.Diversos, matrícula nº 4171683, residente e domiciliada à Rua R-16 nº 36, Setor Bueno, aptº 402, nesta Capital; FUED TAUFIC RASSI, brasileiro, casado, servidor público federal, lotado no INAMPS no cargo de médico, matr. nº 3374564, residente e domiciliado à Rua nº 176, Setor Oeste, nesta Capital; IOLANDA SOARES SILVA, brasileira, casada, servidora pública federal, lotada no INAMPS, no cargo de agente administrativo, matrícula nº 3550630, residente e domiciliada à Rua 17-A nº 560, aptº 801, Setor Aeroporto, nesta Capital; JACYRA SILVA COELHO, brasileira, casada, servidora pública federal, lotada no INAMPS, no cargo de agente administrativo, matrícula nº 5109868, residente e domiciliada à rua 11 nº 1.047, Vila Bandeirante, nesta Capital; JOSÉ RODRIGUES DE ALMEIDA, brasileiro, casado, médico, lotado no INAMPS, matrícula nº 4386302, residente e domiciliado à Rua Serra Grande, Qd.11, Lt.13, Conjunto Residencial Sonho Verde, nesta Capital; MARCOS AURÉLIO SEIXO DE BRITO, brasileiro, casado, servidor público federal, lotado no INAMPS, no cargo agente administrativo, Avenida Goiás n.º 606 - Ed. Minasbank - Sala 907 - Centro - Fone: 224-2216 - Goiânia - Goiás

PARTE EM BRANCO

Apartado Arantes Corrêa  
Auxiliar Especializado  
TbT-18ª Região

508-002.1, 16 / 09 / 19 93  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Serviço 3582329  
Matrícula





Francisco Mariano Borges

OAB/GO - 5.767

ADVOCACIA



matr.nº 3600483, residente à Rua 77 nº 131, Setor Central, nesta Capital; MARIA CRISTINA COZAC DA FONSÊCA, brasileira, solteira, servidora do INAMPS, no cargo de auxiliar de serv.diversos, matrícula nº 4171900, residente à Rua 22 nº 47, Setor Central, nesta Capital; MARIA INÁCIA MENDES, brasileira, solteira, servidora do INAMPS, no cargo de administrador, matrícula nº 3496783, residente à Av. Paraná nº 735, aptº 06, Campinas, nesta Capital; MAURA LAUREANO DE SOUZA, brasileira, casada, servidora do INAMPS, no cargo de agente de portaria, matr.nº 3870022, residente à Rua da República nº 86, Bairro Capuava, nesta Capital; e TEREZINHA MARIA FERREIRA, brasileira, viúva, servidora do INAMPS, no cargo de agente de portaria, matr.nº 3929582, residente à Rua 209 nº 132, Setor Coimbra, nesta Capital, por seus procuradores judiciais, os advogados firmatários da presente, ("m.j."), com escritório profissional no endereço impresso no rodapé desta, onde recebem as intimações forenses de estilo, comparecem à digna presença de Vossa Excelência para, com fulcro no artigo 840, parágrafo 1º da CLT, e artigos 114; 7º, Incisos VI e X, da Constituição Federal e 27, § 10, das Disposições Constitucionais Transitórias da nova Constituição, propor a presente

RECLAMAÇÃO TRABALHISTA, em desfavor do

INAMPS - INSTITUTO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA MÉDICA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, autarquia federal, com sede nesta Capital à Rua 82 nº 179, esq.c/Av.83, Setor Sul, e fundamentando suas pretensões nas seguintes razões de fato e de direito que se expõe a seguir:

I.

Os Reclamantes, consoante comprovam os contracheques e instrumentos procuratórios anexos, são servidores públicos autárquicos do INSTITUTO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA MÉDICA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL-INAMPS.

II.

A parcela remuneratória paga sob o título de "ADIANTAMENTO DO PCCS" ou "AD.PEC.LEI 7686/88", sobre a qual incidem os reajustes decorrentes das URP's e demais aumentos salariais, não

PARTE EM BRANCO

Aparelho Analises Corréu  
Auxiliar Especializado  
TRI-18ª Região

508-002.7.16/09/1993  
CIVIL E COM O ORIGINAL  
wlf  
Servidor 3582329  
Matrícula



Francisco Mariano Borges

OAB/GO - 5.767

ADVOCACIA



IMPRES-00  
FLB 04 12/08/88

409

foi corrigida corretamente, ficando congelada a partir de janeiro/'88.

Antes porém, necessário se faz falar sobre referida verba remuneratória.

Os Reclamantes, a contar de outubro de 1.987, receberam, tendo em vista a implantação do futuro Plano de Classificação de Cargos e Salários da Previdência Social, uma parcela remuneratória paga sob o título inicial de "EMPRÉSTIMO PAT ESP", código 092, percentualmente estipulada em 50% (cinquenta por cento) para outubro/87, com incidência dos cálculos sobre a remuneração do mês de setembro do aludido ano.

Contudo, em janeiro/88, a retrofalada parcela remuneratória, também rotulada como vantagem/abono, teve como índice de pagamento o percentual de 100% (cem por cento) incidente sobre o salário do mês de dezembro/87, desta feita apresentada nos contracheques dos Reclamantes não mais com a rubrica "EMPRÉSTIMO PAT ESP", mas como "ADIANTAMENTO DO PLANO DE CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS E SALÁRIOS-PCCS", passando a partir do mês de novembro/88, a denominar-se "ADIANTAMENTO PEC-MP-20/88", isto com a edição da Medida Provisória nº 20, de 11 de novembro/88, permanecendo inalterado o código 092, e por último, passou a chamar-se "AD.PEC.LEI 7.686/88", sem nenhuma alteração no código acima citado, ou seja, 092.

A aludida verba ficou indevidamente congelada a partir de janeiro/88, não se lhe aplicando os índices das URP's, conforme determinação das Portarias editadas com fulcro no Decreto-Lei nº 2.335/87. Nesse sentido é o teor da Portaria nº 206, de 02/02/88, "in verbis":

"Os valores de vencimentos, salários, proventos e demais gratificações e vantagens... ficam reajustados em 10,84%".

Como se vê, a lei determina seja a URP aplicada não só ao salário, como também às demais vantagens, englobando-se assim, todos os demais valores recebidos pelos servidores, sem termo excludente, estando, portanto, enquadrada no conceito da verba que se requer.

PARTE EM BRANCO

Apresenta Arquivo Cópia  
Auxiliar Especializada  
TIT-18. Região

508-002.1.16,09		1993
CONFERE COM O ORIGINAL		
Servidor	3582327	
	Matrícula	



Francisco Mariano Borges

OAB/GO - 5.767

ADVOCACIA



AMPS:00  
FLS 05 2016/17  
L110

O direito dos Reclamantes foi reconhecido a partir do momento em que o Instituto Reclamado fez incidir a URP sobre o "ADIANTAMENTO DO PCCS", fato afluído a começar de novembro/88, reajuste este inferior ao devido, o que resultou em mais um grande prejuízo aos Reclamantes. No entanto, a partir deste primeiro reajuste, passou a questionada vantagem/abono a ser então um DIREITO ADQUIRIDO DOS RECLAMANTES.

Por último, no mês de julho/89, o Instituto Reclamado, como reconhecimento do Direito dos Reclamantes, efetuou o pagamento administrativamente do principal da questionada verba e procedeu sua atualização nos contracheques dos Reclamantes, a partir daquela data, deixando porém, de efetuar o pagamento com a devida atualização monetária e juros legais devidos, do período de janeiro/88 até julho/89. Pagando, portanto, apenas o principal, devendo o Reclamado satisfazer integralmente a sua obrigação, já na primeira assentada, sob pena de aplicação da dobra salarial prevista no art. 467, da CLT, independentemente das cominações legais, ou seja, juros de mora e correção monetária, e com as repercussões relativas às férias, 13º salário, repouso remunerado, FGTS, e demais verbas.

Logo, o direito dos Reclamantes é líquido e certo nos termos do art. 5º, Inciso XXXVI, da Constituição Federal, "in verbis":

"A lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada".

Tanto é líquido e certo o direito dos Reclamantes concernente à questionada verba, que o IAPAS, autarquia integrante do mesmo Ministério que o Reclamado, tem efetuado judicialmente acordos visando ao pagamento das diferenças havidas sobre a referida verba, já que, administrativamente, pagou somente o principal.

Portanto, Emérito Julgador, a aludida verba integrou com "animus" definitivo, ao patrimônio dos Reclamantes e pretendem eles receber as diferenças havidas com o congelamento da aqui citada verba, incidentes a contar de janeiro/88, até a data do efetivo pagamento, aplicando-se-lhe juros e correção monetária (atualiza-



**PARTE EM BRANCO**

Apuradora, Brasília, 1993  
Assim, Especialista,  
TRT-18ª Região

508-0021, 16/ 09 /19 93	
CONFERE COM O ORIGINAL	
Servidor	3582329
	Matrícula



Francisco Mariano Borges

OAB/GO - 5.767

ADVOCACIA



DIAMPS:00  
FLS 06.000.000.000  
411

ção monetária) nos termos da lei.

### III. DO PEDIDO

EX POSITIS, requerem os Reclamantes a Vossa Excelência:

a)- A notificação do Instituto Reclamado já qualificado no preâmbulo, na pessoa de seu representante legal, para querendo, comparecer à audiência que for designada e contestar a presente, sob pena de revelia e confissão;

b)- A procedência total da presente Reclamação Trabalhista, condenando-se o Reclamado a pagar aos Reclamantes as diferenças havidas da verba "AD.PEC.LEI 7686/88" ou "ADIANTAMENTO DO PCCS", decorrentes da ausência de reajustes da referida verba, devendo a mesma ser atualizada (corrigida), de janeiro/88 até o trânsito em julgado da sentença aqui prolatada, com incidência nas férias, 13º salário, repouso remunerado, FGTS e demais parcelas, tudo com a dobra salarial do art.467, da CLT;... a apurar; parcelas vencidas e vincendas;

c)- A incorporação definitiva da questionada verba nos salários dos Reclamantes;

d)- Juros e correção monetária;

e)- Honorários advocatícios no percentual de 20% (vinte por cento), nos termos da nova Constituição e artigo 97, da Lei nº 4.215/63.

f)- Versando a presente Reclamação exclusivamente sobre matéria de direito, requerem, finalmente, o julgamento antecipado da lide nos termos do art. 330, I, do CPC.

Em caso do não julgamento antecipado, requerido acima, requerem os Reclamantes provarem o alegado por todos os meios de provas em direito admitidas, especialmente pelo depoimento pessoal do representante legal do Reclamado, sob pena de confissão, oitiva de testemunhas, juntada de novos documentos, etc.

Seguem anexas cópias de Sentenças proferidas em ações semelhantes e outros documentos que servem de subsídio ao julgamento da presente ação.

Pede e espera

PARTE EM BRANCO

Aparecida Antunes Corrêa  
Auxiliar Especializado  
TRI-18ª. Região

508-0011.16 / 09 / 19 93  
COM O ORIGINAL  
Servidor 3582329  
Matrícula



*Francisco Mariano Borges*

OAB/GO - 5.767

ADVOCACIA



RAMPAS: 00  
FLS 01

Deferimento.

Goiânia, 29 de outubro de 1.989

*Wilton José Machado*

Wilton José Machado

OAB-Go. N° 8121

C.P.F. - N° 132.609.441-68

**PARTE EM BRANCO**

Aparecida Aparecida  
Auxiliar Esp. 182  
182-182 Regiao

5080021	16	09	19 93
wP			3582529

**PARTE EM BRANCO**

Aparecida Aparecida  
Auxiliar Esp. 182  
182-182 Regiao





PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 18ª REGIÃO

43

JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE GOIÂNIA

ENDEREÇO: Rua 88 nº 25 2º andar S. Sul -Nesta

NOT. INT. Nº 3243 / 92 EM 25 / 05 / 1992

433  
INAMPS  
14417  
28.05.92  
DISTRIBUIÇÃO  
508-002

PROCESSO Nº 696 / 92

RECTE.: Ailton Emídio Ferreira

RECDO.: Instituto Nacional de Assist. Médica da Prev. Social -Inamps

Pela presente, fica V. Sª. notificados para o(s) fim(ns) previsto(s) no(s) item(ns) 01, 12 e 13 abaixo:

- 01 - Comparecer à audiência designada para o dia 01 de julho de 1992 às 14 horas e 10 minutos.
- 02 - Prestar depoimento pessoal, no dia e hora acima, sob pena de confissão.
- 03 - Prestar depoimento, como testemunha, no dia e hora acima.
- 04 - Tomar ciência da decisão constante da cópia anexa.
- 05 - Tomar ciência do despacho constante da cópia anexa.
- 06 - Contra-arrazoar recurso do(a) \_\_\_\_\_
- 07 - Impugnar embargos à execução.
- 08 - Contestar os embargos de terceiro autuados sob o Nº \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_
- 09 - Recolher as (os) \_\_\_\_\_ no valor de Cr\$ \_\_\_\_\_
- 10 - Prestar, como Perito, o compromisso legal, em \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_ ) dias.
- 11 - Prestar como Assistente, o compromisso legal, em \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_ ) dias.
- 12 - Comparecer à audiência inaugural, no dia e hora acima, quando V. Sª. poderá apresentar sua defesa (art. 846 da C.L.T.), com as provas que julgar necessárias (arts. 821 e 845 da C.L.T.), devendo V. Sª. estar presente, independentemente do comparecimento de seu representante, sendo-lhe facultado designar preposto, na forma prevista no parágrafo 1º do artigo 843 consolidado. O não comparecimento de V. Sª. importará na aplicação da pena de revelia e confissão quanto a matéria de fato.
- 13 - Comparecerem à audiência acompanhados de advogado.

Arce. 696/92  
Not.: 3243/92  
Aud. 01.07.92, às 14:10 h

27 5 2  
508 338

Mariene Damas dos Santos  
Auxiliar Judiciário

INAMPS- INST. NAC. PREV. ASSIST. MÉDICA.

Rua 82 nº 179 St. Sul -Nesta

CERTIFICO que o presente expediente foi encaminhado ao destinatário, via, postal,  
em \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ feita  
Diretor da Secretaria

PARTE EM BRANCO

9  
Assessoria Arquivos Cívica  
Assessor Especializado  
TRI-18ª Região

503-0072	16/07	19 93
COPIA COM ORIGINAL		
<i>WFF</i>	3582329	
Serviço	Matrícula	

*Niltemar José Machado*

OAB/GO 8.121

ADVOCACIA

EXMO. SR. DR. JUIZ PRESIDENTE DA \_\_\_\_\_ J.C.J. DE GOIÂNIA-GO.



- 01- AITON EMÍDIO FERREIRA, brasileiro, solteiro, datilógrafo, matrícula nº-3.928.454, C.I. nº-106.781, SSP-MA, residente e domiciliado à Rua C-32 nº-218, Qd-17, Lt-10, Jardim América, nesta Capital;
- 02- ANÁLIA CARNEIRO, brasileira, solteira, servidora pública federal, matrícula nº-5.145.686, C.I. nº-172.226, SSP-GO., residente e domiciliada nesta Capital à Rua T-36/T-64, 3.445, Edifício San Martin, aptº 904, Setor Bueno;
- 03- BERENICE JÁCOME DA FRANCA LIMA, brasileira, casada, enfermeira, matrícula nº- 4.174.097, C.I. nº-142.573, SSP-GO., residente e domiciliada nesta Capital, servidora do INAMPS;
- 04- CELUTA LYNCH DE FARIA, brasileira, solteira, agente administrativo, matrícula nº-3.096.289, C.I. nº-2.451, SSP-GO., residente e domiciliada à Rua 72 nº- 147, Centro, nesta Capital;
- 05- CIRENE MATOS SILVA, brasileira, casada, técnico em laboratório, matrícula nº-3.362.671, C.I. nº-257.192, SSP-GO., residente e domiciliada à Rua 59 nº-197, Centro, nesta Capital;
- 06- DALVA LOYOLA DE FLEURY HELOU, brasileira, casada, agente administrativo, matrícula nº-3.180.212, C.I. nº-13.111, SSP-GO. ,

PARTE EM BRANCO

Apresenta: *P* *16*  
Aluno Especializado  
TBT-18, Região

16	09	93
<i>ulp</i>	3582329	

*Niltemar José Machado*

OAB/GO 8.121

ADVOCACIA

residente e domiciliada à Rua 09 nº- 1.339, Setor Oeste, nesta Capital;

07- EDSON LYNCH DE FARIA, brasileiro, casado, médico, matrícula nº- 3.188.256, C.I. RG Cremergo nº-118, residente e domiciliado à Avenida R-11, Qd- 12, Lt- 14, aptº 502, Setor Oeste, nesta Capital;

08- ELY VIOLETA LYNCH DE FARIA, brasileira, solteira, agente administrativo, matrícula nº- 3.113.817, C.I. nº-12.094, SSP-GO., residente e domiciliada à Rua 72 nº- 147, Centro, nesta Capital;

09- FRANCELINA DE ABREU TAVARES, brasileira, desquitada, enfermeira, matrícula nº-3.222.179, residente e domiciliada à Avenida República do Líbano nº-206, Setor Aeroporto, nesta Capital;

10- GENALVO DANTAS, brasileiro, casado funcionário público federal, matrícula nº-3.282.996, residente e domiciliado à Rua L-08 nº-220, Bairro Feliz, nesta Capital;

11- GENOVEVA DE QUEIROZ BARRETO, brasileira, solteira, agente Administrativo, matrícula nº-3.354.482, C.I. nº-12.938, SSP-GO., residente e domiciliada à Rua 254 nº-158, Setor Coimbra, nesta Capital;

12- JOAQUIM GUILHERME DOS REIS, brasileiro, casado, funcionário público federal, C.I. nº-231.839, matrícula nº-5.157.129, residente e domiciliado à Rua 24 nº-821, aptº 1.801, Centro, nesta Capital;

13- MARIA DO CARMO FARIA E CRUZ, brasileira, casada, técnico em radiologia, matrícula nº-3.232.395, C.I. nº-244.642, residente e domiciliada à Rua 73 nº-59, Centro, nesta Capital;

14- NADIR GONÇALVES PEREIRA, brasileira, viúva auxiliar operacional de serviços diversos, matrícula nº-3.393.704, C.I. nº-12.19, SSP-GO., residente e domiciliada à Rua 227 nº-312, Vila Nova, nesta Capital;

15- NATÁLIA RIBEIRO DE MORAES, brasileira, casada auxiliar de enfermagem, matrícula nº-3.238.644, C.I. nº-13.835, SSP-GO., re

INAMPS-GO  
FLS 03



PARTE DE ERANCO  
Apurcillo, Tumbes, Perú  
Avila, Eranco, 2010  
TRI-18, negro

16	09	93
WP	3582329	

*Niltemar José Machado*

OAB/GO 8.121

ADVOCACIA



sidente e domiciliado à Rua 55 nº-899, Centro, nesta Capital;

16- SEBASTIÃO LYNCH DE FARIA, brasileiro, casado, agente administrativo, matrícula nº-3.146.203, C.I. nº-9.500, SSP-GO., residente e domiciliado à Rua 55 nº-828, aptº 101, Centro, nesta Capital;

17- YARA DE SOUSA, brasileira, solteira, servidora pública federal, matrícula nº-360.060.2, C.I. nº-424.562, SSP-GO., residente e domiciliada à Rua 126 nº-230, Setor Sul, nesta Capital;

18- ZITINHIA DE FARIA BLESIA, brasileira, viúva, agente administrativo, matrícula nº-3.356.396, C.I. nº-13.824, SSP-GO., residente e domiciliada à Rua 72 nº-147, Centro, nesta Capital, todos servidores públicos federais lotados no INSTITUTO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA MÉDICA DA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL-INAMPS, consoante fazem prova os contracheques acostados à presente, através de seus procuradores judiciais infra-assinados (m.j.), com escritório profissional localizado na Avenida Goiás nº-174, 15º andar, Edifício São Judas Tadeu, s/ 1.510, Centro, nesta Capital, onde receberão as notícias forenses de estilo, comparecem à honrada presença de Vossa Excelência para propor, como de fato proposta tem, a presente RECLAMATÓRIA TRABALHISTA em desfavor do INSTITUTO acima nominado, autarquia federal, com sede e foro na Rua 82 nº-179, Setor Sul, Goiânia-GO., pelos motivos de fato e fundamentos de direito a seguir delineados:

I.

DA PARCELA REMUNERATÓRIA DENOMINADA "ADIANTAMENTO DO PCCS" OU "AD. PEC. LEI 7.686/88"

A parcela remuneratória paga sob o título de "ADIANTAMENTO DO PCCS" ou "AD. PEC. LEI. 7.686/88", sob a qual incidem os reajustes decorrentes das URP's e demais aumentos salariais, não foi corrigida corretamente, ficando congelada a partir de fevereiro/88.

Preliminarmente, necessário se faz, de forma sintética, tecer comentários sobre a aludida verba.



PARTE ESPECIAL  
②  
Apresenta Arquivos Lote  
Auxiliar Especializado  
IRI-18. Região

508-0022	16	09	93
wfp			3582329



*Niltemar José Machado*

OAB/GO 8.121

ADVOCACIA



A contar de outubro/87, os Reclamantes receberam, tendo em vista a implantação futura do Plano de Classificação de Cargos e Salários da Previdência Social, uma parcela remuneratória paga sob o título inicial de "EMPRÉSTIMO PAT. ESPECIAL - cód. 092, percentualmente estipulada em 50% para outubro/87, com incidência dos cálculos sobre a remuneração do mês de setembro do retrocitado ano.

Contudo, em janeiro/88, a citada parcela teve como índice de pagamento o percentual de 100% incidente sobre o salário do mês de dezembro/87, desta feita apresentada no contracheque dos Reclamantes não mais com a rubrica "EMPRÉSTIMO PAT. ESPECIAL", mas como "ADIANTAMENTO PEC.mp 20/88", isto em decorrência da MEDIDA PROVISÓRIA Nº-20, de 11-11-88, permanecendo inalterado o Código 092, por último passou a denominar-se "AD PEC. LEI 7.686/88", conservando-se o Código 092.

A aludida verba, a partir de fevereiro/88, ficou congelada, não se aplicando os índices resultantes das URP's, na forma estabelecida pelo Decreto-Lei nº-2-335/87, "in verbis":

" Os valores de vencimentos, salários, proventos e demais gratificações e vantagens ...ficam reajustados em 10,84%".

Como se vê, a lei determina seja a URP aplicada não só ao salário, como também às demais vantagens, englobando-se, assim, todos os demais valores recebidos pelos servidores sem nenhum termo excludente.

O direito dos Reclamantes foi reconhecido a partir do momento em que o Instituto Reclamado fez incidir a URP sobre o "ADIANTAMENTO DO PCCS", fato afluído a começar de novembro/88, passando a referida verba a ser então um direito adquirido dos Reclamantes, devendo o seu reajustamento ser processado pela URP do período.

Vale lembrar que sobre referida verba salarial incidem os descontos da Previdência Social, Imposto de Renda Retido na Fonte, bem como os descontos da Assistência Patronal.

PARTE EM BRANCO

Aperfeiçoamento  
Auxiliar Especializado  
TRT-18ª Região

508-2021, 16 09 93  
CONFERE UNID. DE JORNADA  
358 2329  
Servidor



Nessa forma, o direito dos Reclamantes é líquido e certo nos termos do art. 5º, Inciso XXXVI, da nova Constituição Política, "in verbis":

"A lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada".

Ademais, a matéria em discussão já formou jurisprudência unânime no TRT, onde todas as decisões são no sentido de reajustar, pelo índice da URP, a verba "ADIANTAMENTO DO PCCS", consoante é o entendimento da 10ª Região, abaixo transcrito:

"PCCS. ADIANTAMENTO. Tratando-se de verba de natureza salarial, sobre a mesma incidem os reajustes correspondentes à URP".  
(Proc. RO 4633/89-AC. 2ª T. n. 1990/90, in DJU de 13-09-90, pág. 20993, Relatora Juíza Guilhermina Freitas).

Além disso são incontáveis as sentenças prolatadas reconhecendo a procedência das ações referentes à verba aqui pleiteada.

Tanto é líquido e certo o direito dos Reclamantes que o Reclamado tem efetuado inúmeros acordos, visando ao pagamento de parte de diferenças sobre a aludida verba, já que, administrativamente, pagou somente parte do principal, devendo ser frisado que tais acordos foram parciais e relativos a novembro/88 a julho/89, consoante ficará provado, deixando, entretanto, de efetuar o pagamento com a devida atualização monetária e juros legais devidos, pagando, somente parte do principal.

Assim sendo, pretendem os Reclamantes receberem as diferenças havidas com o congelamento da retrofalada verba salarial no período de fevereiro de 1988 até a data da liquidação de sentença, com juros de mora e correção monetária, a partir do momento em que se tornou devida a referida verba, sendo necessário salientar que o a parcela paga pelo Reclamado deverá ser descontada do "quantum" geral a ser pago.



**PARTE EM BRANCO**  
Aprovada em 16/09/93  
Assinada e homologada  
INT-18. Região

508-002.1. 16/09/93  
CONFERE COM O ORIGINAL  
5582329



II.

DA PERDA SALARIAL DE 26,06% RELATIVA À INFLAÇÃO DE JUNHO/87- DO CHAMADO "PLANO BRESSER" -DECRETO-LEI 2.335/87, COM ALTERAÇÕES' DO DECRETO-LEI 2.336/87, IMPAGA PELO RECLAMADO.

Tem direito os Reclamantes ao resíduo percentual acumulado e equivalente a 26,06% (vinte e seis vírgula zero seis por cento) relativo a junho/87, não pago pelo Instituto Reclamado na data oportuna e mais as diferenças posteriores, com reflexos nos outros reajustes subsequentes, verbas estas que deverão ser pagas pelo Reclamado em primeira assentada sob pena de lhe ser aplicada a dobra salarial prevista no art. 467 da CLT, acrescidas de juros moratórios e correção monetária na forma da lei.

Vale dizer, o art. 21 do Decreto-lei número 2.284/86 e posteriormente o art. 1º do Decreto-lei n.2302/86 asseguraram o reajuste sempre que a inflação atingisse o patamar de 20% (vinte por cento), com o disparo automático do gatilho, integrando no reajuste o excedente desse percentual.

O IBGE apontou para os 15 (quinze) dias do mês de junho/87 a inflação de 26,06%, antes de entrar em vigor o Decreto-lei n.2.335/87, que instituiu a URP- Unidade de Referência de Preços. Portanto, quando entrou em vigor o referido Decreto-lei, os Reclamantes já tinham o direito adquirido ao reajuste de 26,06% em seus salários e referente à inflação de junho/87.

A propósito da matéria necessário se faz citar o que afirmou o insigne juiz Azulino de Andrade Filho do Egrégio TRT da 1ª Região, nos termos seguintes:

" ...O reajuste normativo anual deve considerar, assim, o índice integral, inclusive, os 26,06% do mês de junho/87, expurgados do cálculo da inflação pelo chamado "Plano Bresser", mas relativos à inflação existente, e



**PARTE EM BRANCO**  
Apuradora Arantes Lima  
Auxiliar Especializado  
TRT-18ª Região

1004-13		16	09	19 93
COMPRE COM O ORIGINAL				
Servidor	3582329			
Matrícula				

Niltemar José Machado

OAB/GO 8.121

ADVOCACIA

INAMPS-GO  
FLS. 08



que corroeu os salários...apesar de seu ex-  
purgo injurídico ...exatamente porque o di-  
reito do trabalho não pode changelar o pre-  
domínio do econômico sobre o social, que  
marcou a política salarial por mais de duas  
décadas..."

( DC 291/87- AC TRT 2ª GR Turmas: RO/RJ-17-  
11-88). Acórdão 2ª T-3173/91 -Proc. n. TST  
-RR- 16738/90.0

#### DA REPOSIÇÃO SALARIAL-

O Decreto-lei 2.302/86, vigente em 1º de ju-  
nho/87, estabelecia reajuste automático de  
salários a cada vez que a variação acumula-  
da do IPC atingisse 20% com a edição do De-  
creto-lei 2.335/87, não poderia este retroa-  
gir para expungir o reajuste automático,  
quando é certo que a classe trabalhadora de-  
le fazia jus em 1º de junho, posto que nes-  
se mês a variação acumulada do IPC ultrapas-  
sou os 20%. Não se trata de expectativa de  
direito o caso em tela, mas sim de direito  
adquirido".

REcurso de Revista conhecido e não provido.  
Acórdão - 2ª T-3173/91-Proc. n. TST-RR.16 .  
738/90.0 -Brasília, 09 de setembro de 1991.

Assim sendo, desde já requerem a integração  
aos seus salários, para todos os efeitos legais, do percentual  
26,06%, a contar de junho/87, e com incidência nas demais ver-  
bas, tais como férias, 13º salário, FGTS, R.S.R. e também, a  
partir de 05-10-88, sobre 1/3 da férias, consoante determina a  
nova Carta Magna, devido de junho/87 em diante, acrescidos de  
juros e correção monetária.

#### III.

DA URP DE FEVEREIRO/89 NO PERCENTUAL DE  
26,05% CONFISCADA PELO RECLAMADO

Como é público e notório, o Reclamado dei-  
xou de pagar aos Reclamantes a URP de fevereiro/89 no percen-  
tual de 26,05%, sobre o salário de janeiro/89 devido aos Recla-  
mantes, tendo em vista a Lei 7730/89 que extinguiu, através do  
art. 5º e 7º, a urp para aquele mês, o que manifestamente é in-  
constitucional, por ferir disposição expressa do art. 5º, Inci-



PARTE EM ESPINHO

Apresentar: 1.º e 2.º  
Assinatura e Rubrica  
Tm-18.º Região

508-2023.16	09	19	93
CONFERE COM O ORIGINAL			
Servidor		3582329	
		Matrícula	



*Niltemar José Machado*

OAB/GO 8.121

ADVOCACIA

INAMPS.00  
FLS.09



so xxxvi, da nova Carta Política, ou seja, o direito adquirido.

A URP de fevereiro/89 já havia se constituído em direito líquido e certo de todos os assalariados a partir da publicação da Portaria Ministerial n. 354, de 02-12-88, a qual fixou o seu índice em 26,05%, a ser concedido nos meses de dezembro/88, janeiro e fevereiro/89, sendo este o fato gerador do direito.

Com efeito, a Medida Provisória n. 32, aprovada pela Lei n. 7730/89, é manifestamente inconstitucional, conforme entendimento do Egrégio Tribunal Superior do Trabalho, "in verbis":

" URP DE FEVEREIRO/89 - A URP de fevereiro de 1989 não constitui expectativa de direito, mas sim direito adquirido dos trabalhadores, uma vez que tinha como objetivo repor as perdas salariais ocorridas no trimestre anterior.

Recurso de Revista a que se nega provimento. Acórdão 1ª T-2838/91 -Proc. n. TST-RR-20488/91. 4.

Mister se faz salientar que a expressa anti-juridicidade e inconstitucionalidade da Medida Provisória n. 32 e seus reflexos atentam mesmo contra os elementares princípios gerais de direito do trabalho. Objetivamente, ao impor a supressão do pagamento da URP relativa ao mês de fevereiro/89, materializa-se o ato retroativo para criar direito novo, desfavorecendo e causando prejuízos irreparáveis aos assalariados e hipossuficientes. A revogação peremptória do diploma legal que a antecedia ( Decreto-Lei n. 2335/87 ) inatinge suas normas regulamentares ou operativas como aqui declinada Portaria Ministerial n. 354, de 30 determinadora do índice de 26,05% às URP's de dezembro/88, janeiro e fevereiro/89. NO tocante ao questionamento alusivo à legalidade de seu objeto, não pode a lei, enfim a Medida Provisória gerar efeitos retroativos, desde então sobrepunhando a direito adquirido, no caso o recebimento da URP de fevereiro/89, resultante de ato jurídico perfeito, desde a publicação da Portaria Ministerial n. 354/88.



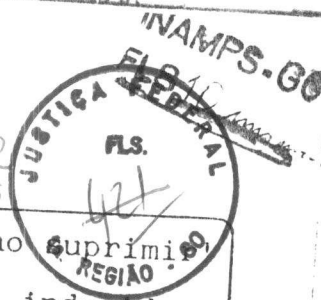
**PARTE EM LITOGRAFIA**  
Apurados Arquivos Funda  
Auxiliar Especializada  
TBT-18. Região

508-0023, 16/ 09 /10 93  
CONFERE COM O ORIGINAL  
3582329

Attestado José Machado

OAB/GO 8.121

ADVOCACIA



A malsinada Medida Provisória, ao a URP de fevereiro/89, no percentual de 26,05%, peca indubiosamente contra o direito adquirido que tinha os Reclamantes e consequentemente contra a preceito constitucional disposto no art. 5º, Inciso XXXVI, da Carta Maior.

Referida verba e seus reflexos deverão ser pagos pelo Reclamado em primeira assentada sob pena de ser aplicada a dobra salarial prevista no art. 467 da C.L. T., acrescidos de juros moratórios e correção monetária na forma da Lei.

IV.

DO IPC DE JANEIRO/89 NO PERCENTUAL DE 70,28%  
NÃO PAGO AOS RECLAMANTES E QUE CORRESPONDE  
À INFLAÇÃO DE JANEIRO/89, NO MESMO PERCENTUAL

Segundo dados concretos e insofismáveis emitidos pelo IBGE, Órgão Oficial do Governo, a inflação medida em janeiro/89 correspondeu ao percentual de 70,28%, sendo o declinado percentual também igual ao IPC do aludido mês e ano.

Entretanto, o Governo, mais uma vez, inobservando os dispositivos legais, deixou de aplicar tal índice aos reajustes dos inclementemente defasados salários dos Reclamantes, inexoravelmente aviltados por uma política governamental desastrosa, a qual, insensivelmente, imputa aos servidores públicos, sofridos assalariados, a responsabilidade pela desenfreada e galopante inflação vivenciada naquela época, bem como pelo "déficit público".

Porém, os Reclamantes se eximem de toda e qualquer responsabilidade atinente a uma malsinada administração condutora do País ao caos e à descredibilidade nacional da sociedade como um todo e porque não dizer mundial.

Os Reclamantes estão aqui apenas reivindicando aquilo que lhes é devido por direito e por respaldo legal.

Vale lembrar que tanto a doutrina como a jurisprudência são unânimes no sentido de que é necessário ser os salários reajustados de acordo com a inflação galopante que se



**PARTE EM BRANCO**

Além desta, anexar  
passagem de trânsito  
Tribuna Regional

508-002.1, 16 / 09 / 1993	
CONFERE COM O ORIGINAL	
Servidor	3582329
Matrícula	

Nillemar José Machado

OAB/GO 8.121

ADVOCACIA

verificava anteriormente.

Preteritamente, o Governo utilizou-se de diversos indexadores da economia, ou seja, o INPC, IPC, URP, dentre vários outros, todos eles medidos por órgão do Governo, isto até o advento da Lei n. 7730/89, que passou a dar tratamento diverso e diferenciado do que vinha sendo observado, acabando com a URP e fazendo surgir novamente o IPC.

Como já foi dito, unicamente para o mês de janeiro/89, resolveu o Governo considerar o INPS como índice de reajuste salarial, embora já sepultado para esse fim pelo Decreto-Lei n. 2335/87, o que, sem dúvida, causou prejuízos irreparáveis aos trabalhadores, face à redução indireta de seus salários.

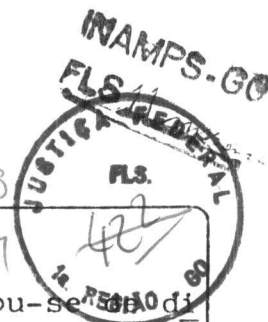
Consoante o já exposto, o IBGE apurou para o mês de janeiro/89 a inflação de 70,28%, e, enquanto isso, como publicamente é sabido, reajustou os salários com um índice muito inferior.

Com isso, sem dúvida, causou redução salarial indireta aos Reclamantes o que é vedado pelo art. 7º, Inciso VI, da Magna Carta.

Vejamos também o duto endinamento do E. Ministro Marco Aurélio Mendes de Fariais Mello, "in verbis":

"...a substituição que se quer prevalente, no que limitada ao mês de janeiro, discrepa da ordem jurídica em vigor. Encerra variação incompatível com fim do próprio reajustamento salarial-reposição do poder aquisitivo no que afasta do cenário inflação pertinente à cerca de vinte dias e, o que é pior, quando se encontrava praticamente no pico. Alcança nefasto expurgo, porque limitada apenas aos salários, não atingindo o fenômeno da remarcação dos produtos que estes visam comprar..."

Não se pode olvidar, como é público e notório, que, no início de outubro/89, o TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, ao julgar dissídio coletivo dos servidores da EMBRAPA, considerou o IPC de 70,28%, referente ao mês de janeiro/89, como base de cálculo para reajuste salarial, o que, no caso, se formou jurisprudência unânime daquele Colegiado, pois já no mês an



PARTE EM BRANCO

Apuradora Automática Control  
Assessoria Especializada  
Tm-18ª. Região

508-002.1.16.1.09	119.93
CONFERE COM O ORIGINAL	
wp	3582329
Servidor	Mateus

Valdemar José Machado

OAB/GO 8.121

ADVOCACIA



Anterior havia concedido aos servidores do Banco do Brasil, ao julgar o dissídio dos mesmos, os respectivos 0,28% referentes ao IPC integral do mês de janeiro/89, tendo, posteriormente, concedido o referido IPC aos servidores da Caixa Econômica Federal.

É oportuno salientar que o aludido IPC de janeiro/89, no percentual de 70,28%, foi repassado ao reajuste na prestação da casa própria pelo Sistema Financeiro da Habitação, tornando, assim, líquido e certo o direito dos Reclamantes em perceberem reajuste salarial de 70,28%, referente ao IPC integral do mês de janeiro/89.

A 5ª J. C. J. de Goiânia, ao julgar a Reclamatória Trabalhista movida por ADEMAR MOREIRA DAMASCENO + 85 em desfavor do INAMPS, reconheceu o direito dos Reclamantes no tocante à verba aqui pleiteada (autos n. 1655). Igual entendimento também foi o exarado na Reclamatória movida por ALVINO SILVA ROCHA e OUTROS contra o IAPAS, hoje INSS, igualmente da lavra do MM. Juiz Substituto da 5ª J.C.J. desta Capital.

Outro não foi o entendimento da MM. Juíza Presidente da 1ª J.C.J. ao proferir r. Sentença na Reclamatória Trabalhista em que figuram como Acionante HILDA PINTO DA SILVA e OUTROS (autos n. 1777μ90) e como Acionado o INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL-INSS, ex-IAPAS.

Desse modo existe o resíduo percentual de 70,28% relativo ao IPC de janeiro/89, não pago pelo Reclamado aos Reclamantes na data oportuna, o que deverá ser pago a contar de janeiro/89, com os reflexos nos outros reajustes subsequentes, com integração ao salário e reflexos nas férias, 13º salário, R.S. R., FGTS etc.

V.

DA PERDA SALARIAL DE 84,32% RELATIVA AO DE  
===== NOMINADO " PLANO COLLOR " =====

De conformidade com a política nacional de salários, editada em princípio pela Lei 7788, de 03 de julho de 1989, e, posteriormente, pela Lei 7830, de 28 de setembro/89, os



**PARTE EM BRANCO**  
*[Handwritten signature]*  
Apresenta Anexos: 1 anexo  
Região Especializada  
THI-18ª Região

16	09	93
<i>[Handwritten signature]</i>		
3582329		



Niltemar José Machado

OAB/GO 8.121

ADVOCACIA

INAMPS-GO  
FLS 13

425



Reclamantes tiveram seus vencimentos reajustados, mês a mês, pelo mesmo percentual do índice de Preços ao Consumidor-IPC, de acordo com a sistemática definida na Lei 7730, de 31 de janeiro de 1989.

O art. 1º da Lei 7830, de 28 de setembro de 1989, expõe a matéria nos termos seguintes:

" Art. 1º - Mantida a data-base estabelecida no art. 1º da Lei nº-7706, de 21 de dezembro de 1988, os salários, vencimentos, soldos e proventos dos servidores civis e militares da Administração Federal Direta, das Autarquias, das Fundações Públicas e dos extintos Territórios Federais serão reajustados, trimestramente, em percentual igual à variação acumulada do índice de Preços ao Consumidor-IPC verificada nos três meses anteriores, deduzidas as antecipações a que se refere o Artigo 2º".

" Art. 2º-Sempre que a variação do IPC verificada no mês anterior for superior a 5%, os estipêndios de que trata o Artigo anterior serão reajustados, a título de antecipação, pelo percentual correspondente a este excedente".

Determinando as normas para a desindexação da política econômica nacional, a Lei nº-7730, de 31 de janeiro de 1989, à luz do seu artigo 10º, definiu a sistemática e o período em que deve ser apurada a inflação, tendo como base o índice de Preços ao Consumidor-IPC, índice utilizado para o reajustamento dos salários, nos termos seguintes:

" Art. 10- O IPC, a partir de março de 1990, será calculado com base na média dos preços apurados entre o início da segunda quinzena do mês anterior e o término da primeira quinzena do mês de referência".

Essa política salarial fora cumprida pelo Reclamado até março de 1990, ocasião em que foi paga a remuneração referente ao mês de fevereiro de 1990.

Entretanto, em abril de 1990, ocorreu um a



**PARTE EM BRANCO**  
Aparecida Arantes Correa  
Auxiliar Especializada  
TRT-18ª Região

DP	16	09	93
3582325			

*Niltonmar José Machado*

OAB/GO 8.121

ADVOCACIA



bominável ato de violação ao direito adquirido dos Reclamantes, além do direito líquido e certo, visto que o Instituto Reclamado vetou o pagamento do reajuste apurado no período de 16-02-90 a 15-03-90, relativo ao mês de março/90, o qual deveria ser pago no mês de abril/90, com a devida incorporação aos vencimentos dos Reclamantes.

Nos termos da Resolução n. 06, de 29 de março/90, da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, cuja competência lhe é atribuída pela Lei n. 7730, de 31 de janeiro de 1989, foi apurada a taxa de variação do índice de Preços ao Consumidor-IPC, para o mês de março/90, no percentual de 84,32%, segundo a publicação do Diário Oficial da União do dia 03 de abril de 1990, às páginas 6498.

Como decorrência do não pagamento do reajuste de março/90, a que já tinham os Reclamantes direito adquirido, houve violação ao direito líquido e certo dos mesmos, em vista da malsinada interpretação da Medida Provisória n. 154, publicada no Diário Oficial do dia 16 de março de 1990, transformada na Lei nº-8030, de 12-04-90, revogatória da Lei nº-7830/89, já mencionada.

Acontece, porém, que a Medida Provisória n. 154, diz em seu artigo 11:

" Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação".

Na forma exposto no dispositivo legal acima descrito, a Medida Provisória n. 154/90, produziu seus efeitos a partir de 16-03-90, data de sua publicação.

Com isso, a Medida Provisória n. 154/90 revogou as Leis anteriores as quais disciplinavam a política de salários, incorrendo, entretanto, em grave violação de direito adquirido, isso porque atos revogados produzem efeitos enquanto duram, além do mais a revogação de um ato atende a interesse da Administração e não de vícios deles, quando então seria nulo, consoante entendimento judicial respaldado na Súmula 473, do Supremo Tribunal Federal, " in verbis ":



**PARTE EM BRANCO**

Apresenta: Arquivos Cíveis  
Auxílio Especializado  
TRI-18ª Região

16 / 09 / 93

APRESENTA COM O ORIGINAL

3582329

Matrícula

Villemar José Machado

OAB/GO 8.121

ADVOCACIA



" A Administração pode anular seus próprios atos quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles se originam direitos, ou revogá-los por motivos de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial". ( grifou-se).

Dessa forma, o ato do Instituto Reclamado de vetar e confissar o pagamento da reposição salarial de março de 1990, transgrediu direito adquirido na forma preceituada pelo Inciso XXXVI do Art. 5º da nova Carta Política.

A questionada Medida Provisória n. 154/90, publicada em 16-03-90, gerou seus efeitos a contar dessa data, como consequência, revogou as demais Leis pertinentes à matéria. Entretanto, em 15-03-90, se encerrava o período de apuração da variação do IPC, referente ao mês de março/90, nos termos do Art. 10 da Lei 7730/89, apurando-se a taxa de 84,32%, a qual deveria ser paga no vencimento de abril/90, já que constituiu direito líquido, certo e adquirido dos Reclamantes.

O percentual aqui requerido pelos Reclamantes e relativo à reposição salarial de março/90, em decorrência da inflação apurada naquele período pelo órgão competente, como resultado de um fato idôneo, produzido com base nas Leis vigentes naquela época e que, como direito adquirido, já integrava o patrimônio dos Reclamantes, sem, contudo, caracterizar aumento, reclassificação, equiparação, vantagem ou melhoria de vencimento, pois não há direito novo, nem alteração de estado funcional dos Reclamantes.

Não constitui redundância lembrar que o direito dos Reclamantes materializou-se na vigência de normas anteriores ao atual plano econômico e salarial, portanto, não impugna nenhuma das normas editadas pelo atual Governo Federal.

É importante lembrar que o confisco do percentual de 84,32% dos vencimentos, com danos morais e materiais ocasionando, inclusive, perda de crédito nas instituições financeiras, comercial e demais órgãos do ramo pelos Reclamantes.

Outrossim, a reposição do poder aquisitivo não representa aumento real, masão tão-somente um princípio universal da valorização do trabalho como condição da dignidade humana, além do mais a Constituição Federal em seu art. 7º, Inciso VI, proíbe toda e qualquer redução salarial.



**PARTE EM BRANCO**  
Apuradora Antides Contô  
Auxiliar Especializado  
TRI-18ª Região

508-0000, 16 / 09 / 1993  
CONFIRME COM O ORIGINAL  
3582329  
Matrícula

Nillemar José Machado

OAB/GO 8.121

ADVOCACIA

" Desde logo se deve registrar que a irredutibilidade salarial é uma das novidades introduzidas na Constituição. Até então, o salário era irredutível, como ainda é, pelo empregador, com fundamento no art. 468 da CLT. Agora, além da Constituição, o legislador ordinário declara que a legislação da política salarial, isto é, a intervenção do Estado na economia para controlar salários ( e ainda não preços ) está limitada pela irredutibilidade de cada salário devidamente considerado. Assim a regra Constitucional é de que nenhum dos Poderes, Executivo, Legislativo ou Judiciário poderá provocar redução de salários individual de qualquer trabalhador, alcançável através de negociação entre as partes, nem por sentença. Os governos democráticos são mais ou menos intervencionistas, mas a intervenção de autoridade legalmente constituída, quando realizada na Constituição, especialmente quando caracterizada a impossibilidade de igual tratamento, não pode ser posta em dúvida. Mas, sempre com respeito ao direito adquirido. A lei foi feita para execução de um plano que reduziria a inflação. Relamente, não alcançou seus objetivos e os trabalhadores estão sendo apenados dia a dia com a erosão dos seus salários. O juiz do trabalho funciona quase como um perito ajustando a lei às suas finalidades, sem esquecer, no caso, que direitos adquiridos seriam violados sem a recomposição salarial. A independência e harmonia dos Poderes da União continua a ser o princípio da nossa Constituição ( art. 2º ) e a de ser sempre resguardado porque esta parte do Poder Judiciário, a Justiça do Trabalho, não pode julgar da conveniência dos planos de intervenção na economia. Mas ela pode proclamar direitos adquiridos individuais à luz da Constituição e dos direitos que ela protege. Ninguém pôs dúvida, até hoje, a competência no âmbito constitucional, do Poder Legislativo para editar norma de intervenção na economia, com sacrifício equitativo da Nação. O que se debate é o sempre invocado direito adquirido e o ato jurídico perfeito que, juntamente com a coisa julgada, estão imunes a qualquer prejuízo decorrente de Lei, por força de norma constitucional. No presente caso, esse direito proviria de ou



PARTI

APPROVED BY: [Signature]  
DATE: 16/1/09  
IN: 100, Região

508-000.1, 16/1/09

CONFERE COM O ORIGINAL

Servidor: [Signature] 3582

Matrícula: 9



Villemar José Machado

OAB/GO 8 121

ADVOCACIA



tro princípio constitucional, o já citado princípio da irredutibilidade do salário. A proibição de repor índices não alcança, porém a Justiça do Trabalho, desde que verificado o fim social e o sentido da lei de não prejudicar direitos adquiridos" (Ministro Marcelo Pimentel- Tribunal Superior do Trabalho- D. J. U., 25-05-90).

É bom ressaltar que a Medida Provisória n. 154/90, transformada em Lei n. 8030/90, não proíbe o pagamento das reposições salariais, nem mesmo a concessão de aumentos, mas apenas modifica, a partir de sua publicação, o critério dessa reposição, definindo que o Governo determinaria mensalmente o percentual mínimo dessa reposição e não mais pelo valor aprado, assim, o ato omissivo do pagamento não possui amparo legal.

A presente matéria, inclusive, já foi objeto de apreciação pelo Superior Tribunal de Justiça, o qual deu provimento ao pedido de Mandado de Segurança impetrado por seus servidores, tendo como Relator o Ministro Garcia Vieira, conforme ementa a seguir transcrita:

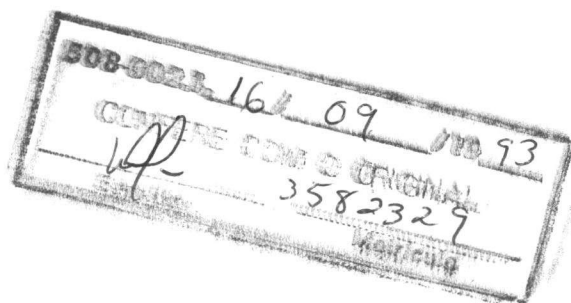
**EMENTA: CONSTITUCIONAL. MANDADO DE SEGURANÇA. REPOSIÇÃO SALRIAL DE MARÇO/90- LEI Nº 7.730/89.**

Firmada a Competência desta alta Corte de Justiça, repelidas as preliminares suscitadas pela Autoridade Coatora. A Medida Provisória nº-154, de 15 de março de 1990, convertida na Lei 8.030, de 12 de abril de 1990, só entrou em vigor a partir de sua publicação (16-03-90) não podendo retroagir para alcançar o direito já adquirido dos Impetrantes à reposição referente ao período de 15 de fevereiro a 15 de março de 1990, vigente a Lei nº-7.730/89, que determina o reajuste de acordo com a variação da UPC. A MP 154/90, a Lei 8.030 e a Portaria 191-A da Senhora Ministra da Economia, Fazenda e Planejamento não proíbem reposição de vencimentos, até em obediência ao princípio constitucional da irredutibilidade salarial (art 37, XI, da C.F.). Segurança concedida, por maioria".

A matéria em enfoque é idêntica à perda salarial de 26,06% relativa ao mês de junho/87, ocasionada pelo

PARTE EM BRANCO

Aparecida Amâncio Lima  
Auxiliar Especializado  
TRT-18ª Região



Valtemar José Machado

OAB/GO 8.121

ADVOCACIA



diado "Plano bresser", que já foi objeto de centenas de sentenças favoráveis àquela reposição salarial em todo o País, com várias decisões confirmatórias a nível de Tribunal, além do que próprio Governo, posteriormente, reconheceu aquele direito líquido e certo, o que já é fato público e notório.

Não se pode esquecer que o caso vertente também já foi objeto de inúmeras apreciações judiciais, todas e todas unânimes em determinar a concessão da reposição salarial de 84,32%, referente a março/90, sendo exemplo a Sentença prolatada pelo douto Juiz Presidente da 2ª J.C.J. desta Capital, nos autos de DISSÍDIO INDIVIDUAL proposto pelo Sindicato dos Trabalhadores Federais em Saúde e Previdência e Assistência Social do Estado de Goiás e Tocantins-SINTFESP-GO/TO contra o ex-IAPAS INSTITUTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL, hoje INSS, processo nº-1.610/90, e que possui a seguinte conclusão:

"... Julgo procedente em parte a ação para condenar o Reclamado a pagar aos empregados, aqui substituídos pelo Reclamante, o reajuste salarial de 84,32%, a partir de 1º/04/90, com incorporação à remuneração para todos os efeitos, a ser computado até data-base superveniente, tudo com correção monetária e juros.

.....  
Sem divergência, os Juízes Classistas acolheram a decisão proposta".

Assim sendo, caracterizado está o direito adquirido dos Reclamantes à percepção do IPC de março/90 no percentual de 84,32%, além de estar cristalizado o direito líquido e certo, amparado pela Constituição Federal.

#### OBSERVAÇÃO IMPORTANTÍSSIMA

Com relação aos Reclamantes AITON EMÍDIO FERREIRA, GERENICE JÁCOME DA FRANÇA LIMA, CELUTA LYNCH DE FARIA, DALVA LOYOLA DE FLEURY HELOU, EDSON LYNCH DE FARIA, ELY VIOLETA LYNCH DE FARIA, GENOVEVA DANTAS, MARIA DO CARMO FARIA E CRUZ, NATÁLIA RIBEIRO DE MORAES, SEBASTIÃO LYNCH DE FARIA e ZITINHA DE

PARTE EM BRANCO

Aparecida Apareles Cordeiro  
Assessor Especializado  
THT-18ª Região

508-0027.16 / 09 / 1993  
CONFERE COM O ORIGINAL  
3582329  
Márcia  
Servidor

Niltemar José Machado

OAB/GO 8.121

ADVOCACIA



MARIA BLESIA estão no presente feito reclamando tão-somente o pagamento da diferença salarial no percentual de 84,32% confiscada pelo denominado "PLANO COLLOR", ou seja, o IPC de março/90.

Já o Reclamante JOAQUIM GUILHERME DOS REIS está reivindicando apenas a verba denominada URP de fevereiro de 1989, no percentual de 26,05%, e o acima nominado "PLANO COLLOR", tecnicamente conhecido como IPC de março/90.

No tocante aos demais Reclamantes estão Reclamando o pagamento de todas as verbas contantes da presente peça exordial.

VI.

DO PEDIDO  
=====

Diante das razões de fato e de direito expendidas, os Reclamantes requerem a Vossa Excelência:

a)- A notificação do Reclamado na pessoa de seu Representante Legal, no endereço constante do preâmbulo desta peça inaugural para, querendo, contestar a presente sob pena de revelia e confissão;

b)- O pagamento do percentual de 26,06% pela perda salarial imposta pelos Decretos-Leis nº-2.335 e 2336/87 ( PLANO BRESSER ), que confiscou do salário dos Reclamantes o aludido percentual, com reflexos nas férias, 1/3 das mesmas, a partir de 05-10-88, 13º salário, R.S.R., FGTS, quinquênios e demais gratificações, parcelas vencidas e vincendas, com integração ao salário;

c)- O pagamento das diferenças havidas da verba denominada "ADIANTAMENTO PEC. LEI 7.686/88" ou "ADIANTAMENTO DO PCCS", de fevereiro/88 a outubro/88, já que, no período de novembro/88 a julho/89, os Reclamantes receberam, através de acordo parcial celebrado com o Instituto Reclamado, até a data de liquidação de sentença, com incidência de juros e correção monetária na forma da lei, tendo em vista que o principal fora pago administrativamente sem incidência dos consectários



**PARTE EM BRANCO**

Apuradora Arantes e Silva  
Auxiliar Especializado  
THT-18ª Região

16	09	93
3582329		

Villemar José Machado

OAB/GO 8.121

ADVOCACIA



mais, devendo as diferenças da mencionada verba incidirem sobre as férias, mais 1/3 das mesmas a partir da data da promulgação da nova Carta Política, 13º salário, FGTS, R.S.R., quinquênios e demais gratificações, parcelas vencidas e vincendas, com a sua integração ao salário;

d)- O pagamento da URP de fevereiro/89, no percentual de 26,05%, mais o resíduo de janeiro a abril/89, com incidência nas parcelas vencidas e vincendas, com reflexos nas férias, mais 1/3 das mesmas, 13º salário, FGTS, R.S. R., quinquênios e demais gratificações, com integração ao salário;

e)- O pagamento do IPC de janeiro/89 no percentual de 70,28% e seus reflexos sobre a remuneração total dos Reclamantes, na forma pedida no item "d";

f)- O pagamento do IPC de março/90 ("PLANO COLLOR"), no percentual de 84,28%, a contar de abril/90, com reflexo em todas as verbas de natureza salarial, consoante o referido na letra "d";

g)- Todas as verbas aqui pleiteadas deverão ser pagas pelo Instituto Reclamado com juros e correção monetária até a data de liquidação de sentença;

h)- O julgamento antecipado da lide uma vez que se trata de matéria unicamente de direito, sem necessidade de produção de prova em audiência, nos termos do art. 330, Inciso I, do CPC;

i)- A condenação do Instituto Reclamado no pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, à base do art. 133 da Constituição Federal, Lei 4.215/63 e art. 20 do CPC, à base de 20% do valor total da condenação;

j)- Sejam concedidos aos Reclamantes os benefícios da Assistência Judiciária Gratuita nos termos da Lei 1.060/50, já que os Reclamantes estão com os seus salários achatados, não podendo arcar com os ônus processuais sem prejuízo de sua subsistência;



**PARTE EM BRANCO**

*Arquivo Arquivo Correia*  
Arquivo Especializado  
Trib-18, Região

508-0021, 16 / 09 / 10 93

CONFIRME COM O ORIGINAL

*AP*

Servidor \_\_\_\_\_

3582329

Matrícula \_\_\_\_\_



*Jose Machado*  
OAB/GO 8.121

ADVOCACIA

433



1)- Requerem ainda que o cálculo de cada parcela seja efetivado, levando-se em conta as demais parcelas, simulando-se parcelas com parcelas, tudo isso com re-  
gras férias, 13º salário, R.S.R., FGTS, quinquênios e de  
antecipações.

Sobrevindo a instrução, requerem os Recla-  
mantes provar o alegado por todos os meios de provas em direi-  
tas, especialmente pelo depoimento pessoal do Represen-  
tante legal do Instituto Reclamado, sob pena de confesso, o que  
já fica requerido, oitiva de testemunhas, juntada de no-  
vos documentos.

Dá-se à causa o valor de Cr\$ 8.280,000,00 ' (oito milhões, duzentos e oitenta mil cruzeiros) para efeito ' de  
liquidação.

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

Goiânia, 22 de maio de 1992

*Wilton José Machado*  
Wilton José Machado-Adv.

OAB-GO. n. 8.121



PARTE EM BRANCO

Apresenta a parte em branco  
do documento original  
Inteiro e lido

16	09	19 93
COPIA COM ORIGINAL		
Servidor	3582329	



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 10ª REGIÃO

INAMPS  
508.000  
33004  
11098  
26-07-89  
508-003  
634  
433  
1.989  
REGIÃO - 00

5ª JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE

ENDEREÇO: Rua 88, 25 - St. Sul

NOT. INT. Nº 902 / 89 EM 18 / julho / 1.989

PROCESSO Nº 891 / 89  
RECTE.: ALBA SOARES DA SILVA + 05  
RECDO.: INAMPS

Pela presente, fica V.Sª. INTIMADO

visto (s) no (s) item (ns) 01, 12, 13 para o (s) fim (ns) pre  
abaixo:

- 01 - Comparecer à audiência designada para o dia 20 de SETEMBRO de 1.989 às 13 horas e 30 minutos.
- 02 - Prestar depoimento pessoal, no dia e hora acima, sob pena de confissão.
- 03 - Prestar depoimento, como testemunha, no dia e hora acima.
- 04 - Tomar ciência da decisão constante da cópia anexa.
- 05 - Tomar ciência do despacho constante da cópia anexa.
- 06 - Contra-arrazoar recurso do (a) \_\_\_\_\_
- 07 - Impugnar embargos à execução.
- 08 - Contestar os embargos da terceiro autuados sob o Nº \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_
- 09 - Recolher as (os) \_\_\_\_\_ no valor de Cr\$ \_\_\_\_\_
- 10 - Prestar, como Perito, o compromisso legal, em \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_ ) dias.
- 11 - Prestar como Assistente, o compromisso legal, em \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_ ) dias.
- 12 - Comparecer à audiência inaugural, no dia e hora acima, quando V.Sª. poderá apresentar sua defesa (art. 846 da C.L.T.), com as provas que julgar necessárias (arts. 821 e 845 da C.L.T.), devendo V.Sª. estar presente, independentemente do comparecimento de seu representante, sendo-lhe facultado designar preposto, na forma prevista no parágrafo 1º do artigo 843 consolidado. O não comparecimento de V.Sª. importará na aplicação da pena de revelia e confissão quanto a matéria de fato.
- 13 - Obs. Inicial acompanhada c/ documentos. Comparecer c/ advogado.

Wellington

Endrade

not. 902/89

proc. 891/89

aud. 20.09.89



INSTITUTO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA MÉDICA DA PREV. SOCIAL

Rua 82, 172 - St. Sul

nesta.

2/SPED  
CERTIFICO que o presente ex  
pediente foi encaminhado ao  
destinatário, via postal,  
em 20/07/89  
feira  
Diretor da Secretaria

Wellington  
Ass. Indistrito

PARTE EM BRANCO

Apuradora Arantes Correia  
Auxiliar Especializado  
TET-18, Reg. 19

508-002.1, 16 / 09 / 1993  
CONFERE COM O ORIGINAL  
mahe 3533662  
Servidor Matrícula

EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ PRESIDENTE DA JUNTA DE CONCILIAÇÃO  
JULGAMENTO DE GOIÂNIA -GOIÁS



✓ ALBA SCARES DA SILVA, brasileira, separada judicialmente, R.G. 62.841 SSP/GO, CPF/MF 032.300.821-68, residente e domiciliada à rua T-29 nº 484, Setor Bueno, Goiânia-GO.;

✓ BELARMINO FRANÇA MELO, brasileiro, casado, R.G. 158.427-SSP/BA, CPF/MF 004.440.901-00, residente e domiciliado à rua 12-A, 75, Setor Aeroporto, Goiânia-GO.;

✓ ERITH CHRISTO NORMANHA BENEDETTI, brasileira, R.G. 285.413.SSP/GO., CPF/MF 056.013.041-49, residente e domiciliada à rua C 235 QD. 539, Lt. 03, Jardim América, Goiânia-GO.;

✓ JCANA LOCATELLI, brasileira, solteira, R.G. 2a. via nº 19.273 SSP/GO, CPF/MF 002.481.421-00, residente e domiciliada à rua 267 nº 130, Setor Coimbra, Goiânia-GO.;

✓ RAMON RAMOS, brasileiro, casado, R.G. 15.862 - SSP/GO, CPF nº 002.905.991/72, residente e domiciliado à rua 94, 448, Setor Sul, Goiânia-GO.;



PARTE EM BRANCO

*P*

Apuradora de Impostos  
Tel-107. Região

16	09	1993
COPIA DE		
<i>Masine</i>		
3533662		

PARTE EM BRANCO

*P*

Apuradora Arantes Corrêa  
Auxiliar Especializado  
TRT-18ª. Região



VERONÍLIA RIBEIRO MORAIS, brasileiro, divorciada, E.G. 35.267-SSP/GO, CPF/MF 127.578-72, residente e domiciliada à rua Câmara Filho, 132, Conjunto Guadalajara, Cidade Jardim, Goiânia-GO. ; Todos funcionários públicos federais, devidamente qualificados, representados pela procuradora infra-firmada, com escritório profissional à Av. Anhanguera, 4.803, sala 604, Ed. D.Rita de Albuquerque, telefone 223 60 28, onde recebe as comunicações forenses de estilo vem, à digna presença de V.Exa. propor a presente

RECLAMATÓRIA TRABALHISTA

Em desfavor do INSTITUTO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA MÉDICA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - INAMPS, autarquia federal, CGC 29.979.143/0007-64, com sede no Distrito Federal e Escritório Regional em Goiás, na rua 82 179, Setor Sul, nesta Capital e assim o faz, pelos fatos e fundamentos a seguir aduzidos:

01- Todos os Reclamantes trabalham para o INAMPS, conforme faz prova os contra-cheques que a esta se junta;

02- Os Reclamantes com o advento do Decreto Lei nº 2335 de 12.06.77<sup>87</sup>, alterado pelo Decreto-Lei de nº 2.336 de 15.06.77, passaram a ter seus salários corrigidos mês a mês, pela aplicação da Unidade de Referência de Preços-URF;; o artigo 8º e § 1º do referido Decreto, reza:

"ART.8º - fica assegurado aos Trabalhadores a título de antecipação, o reajuste mensal dos salários, inclusive do salário mínimo, pensões, proventos e remuneração em geral, em proporção idêntica à variação da Unidade de Referência de Preços-URF, excetuando o mês da data base"



PARTE EM BRANCO

TH-107, Região

508-0023.16	09	1973
CONFIRMADO		
msilve	353 3662	

PARTE EM BRANCO

Apuradora Arantes Corrêa  
Auxiliar Especializado  
TH-182, Região



637  
9

JUSTIÇA FEDERAL  
R.S.  
426  
1980

15.04

§ 1º - É extensivo aos servidores civis e militares da União e de suas autarquias o reajuste de que se trata este artigo (grifamos).

Como se verifica pelo artigo acima transcrito, o valor da URP deveria incidir a toda e qualquer remuneração do empregado;

O artigo 457 e seus parágrafos, da Norma Consolidada, deixe bem claro o que vem a se compreender por remuneração;

"ART. 457- Compreendem-se por remuneração do empregado, para todos os efeitos legais, além do salário devido e pago diretamente pelo empregador, como contra-prestação do serviço, as gorjetas que recebe.

§ 1º - Integram o salário não só a importância fixa estipulada, como também as comissões, percentagens, gratificações ajustadas, diárias para viagens e abonos pagos pelo empregador".

O artigo 8º do referido Decreto-Lei e acima transcrito, com a intenção de sanar qualquer dúvida por ventura existente, traz expressamente em seu texto os vocábulos "remuneração em geral".

Destarte, a partir de janeiro/88, os Reclamantes tiveram suas remunerações acrescidas de uma quantia referente ao adiantamento da diferença salarial PCCS - PLANO DE CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS E SALÁRIOS do MPAS - Ministério da Previdência e Assistência Social, produzida sobre a remuneração dos empregados. Tratava-se de uma antecipação nos salários dos novos níveis a serem trazidos pelo PCCS da Previdência.

PARTE EM BRANCO

IM BR  
 Aparecida Amândia Corrêa  
 TIR-13ª Região

16 09 93  
mslro  
353.3662

438  
9



É de se ressaltar que o adiantamento salarial, no caso em tela, não se trata de um adiantamento salarial comum a ser devolvido, posteriormente. Trata-se de um adiantamento da diferença salarial que o novo PCCS irá produzir sobre a remuneração dos servidores e que deverá integrar definitivamente os seus salários.

O MM JUIZ Presidente da 5a. JCF do Rio de Janeiro, em sentença proferida no processo nº 2.174/88 (em anexo), bem lembra as lições de Amauri Mascavo do Nascimento e Arnaud Sussehind sobre o que vem a ser adiantamento salariais.

"Adiantamento salariais constituem aquilo que é pela legislação, doutrina e jurisprudência denominado abono"

Abono, segundo Amauri Mascavo Nascimento, in o salário no Direito do Trabalho, pag. 129, no sentido vulgar, o significado de adiantamento em dinheiro e no sentido jurídico e de antecipação salarial, é estabelecido em razão de certas necessidades momentâneas que, cessadas, fazem com que cessem também seus efeitos ou que se processe sua absorção no salário.

"No direito positivo brasileiro, o abono salarial, presentemente, nada mais representa do que salário. É que a Lei nº 1.999 de 01 de outubro de 1953, dirimindo controvérsias suscitadas sobre o seu conceito alterou a primitiva redação do § 1º do art. 457 da Consolidação das Leis do Trabalho, para o fim de declarar expressamente que os abonos integram o salário. Por isso mesmo, o aumento salarial sob a forma de abono tende a desaparecer, já que a respectiva majoração, sem embargo da denominação empregada constitui o salário para todos os e-

PARTE EM BRANCO

APPROVADO  
AQUA III  
THI-18-1 Rev. 19

508-0021.16 09 10 93  
CONFERE COM O ORIGINAL  
ms. 20  
Servidor  
353 3662  
Nº de controle

feitos legais".



Embora sabendo que esse adiantamento passou a integrar o salário dos Reclamantes, o Reclamado, a partir de janeiro de 1988, deixou de proceder a aplicação da URP sobre esta parcela da remuneração dos Reclamantes, o que gerou diferenças salariais, que ora se requer.

Somente através da Medida Provisória nº 20 de 11 de novembro de 1.988, a Administração passou a aplicar a URP sobre o adiantamento do PCCS, nos termos do § 1º do artigo 8º da referida medida, entretanto, fazendo-o somente sobre os valores de janeiro daquele ano, e, portanto, mantendo até hoje, e ampliando mês a mês a defasagem já existente.

Em novembro de 1988 foi feita uma absurda aplicação sobre os valores de janeiro de 1.988, sem que se procedesse a reposição que dispõe o art. 8º "in-fini" do Dec. Lei nº 2335/87.

A continuidade do recebimento do PCCS pelos Reclamantes era uma questão de direito adquirido, já incorporado aos salários dos mesmos, não cabendo qualquer medida contrária, inexistindo dessa forma qualquer necessidade de aprovação presidencial específica para que se procedesse a aplicação da URP sobre o adiantamento do PCCS. Posto que a medida constante do artigo 8º e seu § 1º do Decreto-Lei nº 2.335/87 é auto aplicável.

A sentença prolatada na 5ª. JCF do Rio de Janeiro no processo 2174/88 vem reafirmar o acima exposto:

"Como se vê, não resta a menor dúvida de que o adiantamento - ou abono-, concedido aos Reclamantes há

PARTE EM BRANCO

Assessoria Arquivos e Contas  
Auxílio Especializado  
T41-19ª Região

508-0021.16 / 09 1993  
CONFERIR COM O ORIGINAL  
Assessor  
353 3662  
Matrícula

440  
JUSTIÇA FEDERAL  
FLS. 07  
REGIÃO GO E

mais de um ano, integram a remuneração destes para todos os efeitos legais, não mais podendo ser suprimido, reduzido ou, como vem procedendo o Reclamado, congelado".

FACE AO EXPOSTO, é a presente para requerer à Vossa Excelência se digne determinar a NOTIFICAÇÃO DO RECLAMADO, na pessoa do seu Representante legal para comparecer a audiência a ser designada, no endereço já mencionado acima, para contestar a obrigação, querendo, sob pena de confesso e revelia, e, ao final seja julgada procedente a presente RECLAMATÓRIA, condenando o Reclamado ao pagamento com a aplicação correta da URP, sobre o adiantamento do PCCS, posteriormente denominado adiantamento pecuniário da Medida Provisória 20/88, desde o mês de janeiro de 1.988, fazendo -o pagar aos Reclamantes as diferenças pecuniárias vencidas e vincendas produzidas em seus salários pela não aplicação referida.

Requer, ainda, pagamento de tais diferenças sobre o 13º salário, férias, FGTS e gratificações, acrescidas de juros e correção monetária além das custas e demais despesas do processo, e honorários de advogado à base de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação de acordo com o artigo 133 da Constituição Federal, cobinado com o artigo 20 e seguintes do Código de Processo Civil e artigo 709 da CLT, tudo a ser calculado em liquidação de sentença.

Requer, também, seja deferida por Vossa Excelência a produção de provas pelos meios legais, como provas documentais, testemunhais e depoimento pessoal do Representante do Reclamado, sob pena de confesso, se se fizerem necessárias.

Pelo a presente causa o valor de NCZ\$ 5.000,00 "

PARTE EM BRANCO

Aparecida Apareles Corrêa  
Auxiliar Especializado  
TET-18ª Região

508-002.1. 161 09 11993  
CONFERE COM O ORIGINAL  
msche  
Servidor 353 366 2  
Mortefia



cinco mil cruzados novos) para efeitos legais.



Nestes termos

Pede deferimento

Goiânia, 12 de julho de 1989.

*IVONETE MATOS BARRETO*  
IVONETE MATOS BARRETO

A D V O G A D A

CAB/GC 9.534

CPF 413.835.831-53

Documentos que acompanham a Inicial

01- procuração

02- contracheques

03- cópia de sentença da JCI do Rio de Janeiro

*IVONETE MATOS BARRETO*  
IVONETE MATOS BARRETO



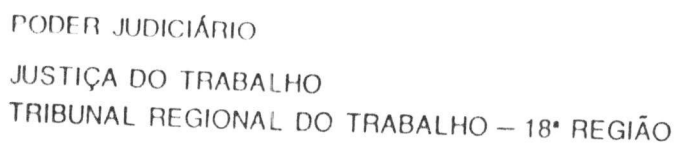
PARTE EM BRANCO

*P*  
Aparecida Arantes Corrêa  
Auxiliar Especializado  
TRT-18ª Região

508-002.1.161 09 /1993	
CONFERE COM O ORIGINAL	
<i>naíba</i> Servidor	353 366-2 Matrícula

PARTE EM BRANCO

*P*  
Aparecida Arantes Corrêa  
Auxiliar Especializado  
TRT-18ª Região




NOT. INT. Nº \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ EM \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ de junho de 2001

PROCESSO Nº	743 /	38004	14490	192
RECTE.:	GIRARDI HAYOS ALIPI & C3	DATA	DISTRIBUIÇÃO	
RECDO.:	INSTITUTO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA MÉDICA DA	030692	508.003	
	PRINCÍPIOS DE CIMA			

Pela presente, fica V. S.<sup>a</sup> intimado para o(s) fim(ns) previsto(s)  
no(s) item(ns) 01, 02 e 03 abaixo:

- 01 - Comparecer à audiência designada para o dia 09 de julho de 22  
às 13 horas e 15 minutos.
- 02 - Prestar depoimento pessoal, no dia e hora acima, sob pena de confissão.
- 03 - Prestar depoimento, como testemunha, no dia e hora acima.
- 04 - Tomar ciência da decisão constante da cópia anexa.
- 05 - Tomar ciência do despacho constante da cópia anexa.
- 06 - Contra-arrazoar recurso do(a) \_\_\_\_\_
- 07 - Impugnar embargos à execução.
- 08 - Contestar os embargos de terceiro autuados sob o N° \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_
- 09 - Recolher as (os) \_\_\_\_\_ no valor de Cr\$ \_\_\_\_\_
- 10 - Prestar, como Perito, o compromisso legal, em \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_ ) dias.
- 11 - Prestar como Assistente, o compromisso legal, em \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_ ) dias.
- 12 - Comparecer à audiência inaugural, no dia e hora acima, quando V. Sª. poderá apresentar sua defesa (art. 846 da C.L.T.), com as provas que julgar necessárias (arts. 821 e 845 da C.L.T.), devendo V. Sª. estar presente, independentemente do comparecimento de seu representante, sendo-lhe facultado designar preposto, na forma prevista no parágrafo 1º do artigo 843 consolidado. O não comparecimento de V. Sª. importará na aplicação da pena de revelia e confissão quanto a matéria de fato.
- 13 - \_\_\_\_\_

608-002 01 9 06 9L  
1 - F-105 needs data  
2 - 508-002  
Rubrica 

CERTIFICO que o presente expediente foi encaminhado ao destinatário, via, postal,  
em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ febra  
Diretor da Secretaria

PARTE EM BRANCO

*[Signature]*

Aparecida Arantes Corrêa  
Auxiliar Especializado  
TRT-18ª. Região

*mae* 16 69 73  
353 3662

PARTE EM BRANCO

*[Signature]*

Aparecida Arantes Corrêa  
Auxiliar Especializado  
TRT-18ª. Região



*Niltemar José Machado*

OAB/GO 8.121

ADVOCACIA

EXMO. SR. DR. JUIZ PRESIDENTE DA \_\_\_\_\_ J.C.J. DE GOIÂNIA-GO.

INAMPS-GO



443  
9

CIRENE MATOS SILVA, brasileira, casada, técnica em laboratório, matr. 2.362.671, residente à Rua 59 n.197, Centro, nesta Capital; CLEUSA HELENA REZENDE E LENOS, brasileira, casada, matr. 3.223.132, OAB-GO. n.2.968, residente à Rua J-34, Od-60, Lt-04, Setor João, nesta Capital; NATÁLIA RIBEIRO DE MORAES, brasileira casada, auxiliar de enfermagem, matr. n. 3.233.644, residente à Rua 32 n. 170, Setor Sul, nesta Capital e ANTÔNIO AUGUSTO DE SIQUEIRA, brasileiro, casado, servidor público federal, matr. n. 3.503.275, residente à Rua 85 s/n, Setor Sul, nesta Capital, todos servidores do INSTITUTO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA MÉDICA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL-INAMPS, consoante fazem prova os contracheques acostados à presente, vêm, via de seus procuradores infra-assinados (n.j.), com escritório profissional sito à Av. Goiás nº-174, 15º andar, s/1.510, Edifício São Judas Tadeus, Centro, Goiânia, Estado de Goiás, onde receberão as intimações forenses de estilo, com parecer à digna presença de Vossa Excelência para propor, como de fato proposta tem, a presente RECLAMATÓRIA TRABALHISTA contra o INSTITUTO acima aludido, autarquia federal, com foro e sede para notificação na Procuradoria Geral localizada no Setor de Autarquia Sul, SAS, OD-04, Bloco H, 2º andar, Brasília, Distrito Federal, CEP-70070, pelos motivos e fundamentos seguintes:

PART. BRANCO



Assessoria Jurídica  
Assessoria Jurídica  
1973

508-0021, 16/09/73  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Servidor 3533662

PART. BRANCO



Assessoria Jurídica  
Assessoria Jurídica  
1973, Região

INAMP.S. 03

FLS. 03

644



*Niltemar José Machado*

OAB/GO 8.121

ADVOCACIA

A parcela remuneratória paga sob o título de "ADIANTAMENTO DO PCCS" ou "AD. PEC. LEI-7686/88", sob a qual incidem os reajustes decorrentes das URP's e demais aumentos salariais, não foi corrigida corretamente, ficando congelada a partir de fevereiro/88.

A contar de outubro/87, os Reclamantes receberam, tendo em vista a futura implantação do Plano de Classificação de Cargos e Salários da Previdência Social, uma parcela remuneratória paga sob o título inicial de "EMPRÉSTIMO PAT. ESP.", Cód. 092, percentualmente estipulada em 50% para outubro/87, com incidência dos cálculos sobre a remuneração do mês de setembro do retrocitado ano.

A partir de janeiro/88, a citada parcela teve como índice de pagamento o percentual de 100% incidente sobre o salário de dezembro/87, desta feita apresentada no contracheque dos Reclamantes não mais com a rubrica "EMPRÉSTIMO PAT. ESPECIAL", mas como "ADIANTAMENTO PEC. MP. 20/88", isto em decorrência da Medida Provisória nº-20/88, permanecendo inalterável o Código 092 e, por último, passou a denominar-se "AD.PEC.LEI 7686 / 88", conservando-se o Código 092.

A aludida verba, a partir de fevereiro/88, ficou congelada, não se aplicando os índices resultantes das URP's, na forma estabelecida pelo Decreto-Lei nº-2.335/87, "in verbis":

" Os valores dos vencimentos, salários, proventos e demais gratificações e vantagens... ficam reajustados em 10,34%".

Como se vê, a lei determina seja a URP aplicada não só ao salário, como também às demais vantagens, englobando-se, assim, todos os demais valores recebidos pelos servidores sem nenhum termo excludente.

O direito dos Reclamantes foi reconhecido a contar do momento em que o Instituto Reclamado fez incidir a URP sobre o "ADIANTAMENTO DO PCCS", fato ocorrido a começar de novembro/87, quando a URP passou a ser aplicada em direito adquirido dos

Reclamantes, não podendo ser prejudicados por posterior alteração da URP.

PARTE EM BRANCO

Assinatura: *[assinatura]*  
181-18ª. Região

508-6022 16 / 09 / 19 93  
CONF. COM O ORIGINAL  
*naive*  
Serviço  
353366  
Máquina

PARTE EM BRANCO

Assinatura: Arantes Cordeiro  
Assessor Especial  
181-18ª. Região



Adhemar José Machado

OAB/GO 8.121

ADVOCACIA

INAMPS-00

FLS. 04



II.

DA PERDA SALARIAL DE 26,06% RELATIVA À INFLAÇÃO DE JUNHO/87- DO CHAMADO "PLANO BRESSER" -DECRETO-LEI 2.335/87, COM ALTERAÇÕES' DO DECRETO-LEI 2.336/87, IMPAGA PELO RECLAMADO

Tem direito os Reclamantes ao resíduo percentual acumulado e equivalente a 26,06% (vinte e seis vírgula zero seis por cento) relativo a junho/87, não pago pelo Instituto Reclamado na data oportuna e mais as diferenças posteriores, com reflexos nos outros reajustes subsequentes, verbas estas que deverão ser pagas pelo Reclamado em primeira assentada sob pena de lhe ser aplicada a dobra salarial prevista no art. 467 da CLT, acrescidas de juros moratórios e correção monetária na forma da lei.

Vale dizer, o art. 21 do Decreto-lei número 2.284/86 e posteriormente o art. 1º do Decreto-lei n.2302/86 asseguraram o reajuste sempre que a inflação atingisse o patamar de 20% (vinte por cento), com o disparo automático do gatilho, integrando no reajuste o excedente desse percentual.

O IBGE apontou para os 15 (quinze) dias do mês de junho/87 a inflação de 26,06%, antes de entrar em vigor o Decreto-lei n.2.335/87, que instituiu a URP- Unidade de Referência de Preços. Portanto, quando entrou em vigor o referido Decreto-lei, os Reclamantes já tinham o direito adquirido ao reajuste de 26,06% em seus salários e referente à inflação de junho/87.

A propósito da matéria necessário se faz citar o que afirmou o insigne juiz Azulino de Andrade Filho do Egrégio TRT da 1ª Região, nos termos seguintes:

"...O reajuste normativo anual deve considerar, assim, o índice integral, inclusive, os 26,06% do mês de junho/87, expurgados do cálculo da inflação pelo chamado "Plano Bresser", mas relativos à inflação existente, e

PARTE EM BRANCO

de toda a família, com  
a presença de todos os  
membros, incluindo

508-0021.16/09

CONFIRMADO COM O

77/10/10

Servidor

3533662

Matrícula

Viltemar José Machado

OAB/GO 8.121

ADVOCACIA

INAMPS-00

FLS. 05

446



Vale lembrar que sobre referida verba salarial incidem os descontos da Previdência Social, Imposto de Renda Retido na Fonte, bem como os descontos da Assistência Patronal.

Dessa forma o direito do Reclamante é líquido e certo, nos termos do art. 5º, Inciso XXXVI, da nova Carta Política, "in verbis":

"A lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada".

Ademais, a matéria em discussão já formou jurisprudência unânime no TRT, onde todas as decisões são no sentido de reajustar, pelo índice da URP, a verba "ADIANTAMENTO DO PCCS", consoante é o entendimento da 10ª Região, abaixo transcrito:

"PCCS. ADIANTAMENTO. Tratando-se de verba de natureza salarial, sobre a mesma incidem os reajustes correspondentes à URP". (Proc. RO 4633/89-AC. 2ª T. n. 1990/90. in DJU de 13-09-90, pág. 20993, Relatora Juíza Guilhermina Freitas).

Além disso são incontáveis as sentenças prolatadas reconhecendo a procedência das ações referentes à verba aqui pleiteada.

Tanto é líquido e certo o direito do Reclamante que o Reclamado tem efetuado inúmeros acordos, visando ao pagamento de parte de diferenças sobre a aludida verba, já que, administrativamente, pagou somente parte do principal, devendo ser frisado que tais acordos foram parciais e relativos a novembro/88 a julho/89, consoante documento anexo, deixando, entre tanto, de efetuar o pagamento com a devida atualização monetária e juros legais devidos, pagando, portanto, somente parte do principal.

Assim sendo, pretende o Reclamante receber as diferenças havidas com o congelamento da retrofalada verba salarial no período de fevereiro/88 até a data de liquidação de sentença, com juros de mora e correção monetária, apurados a partir do momento em que se tornou devida a referida verba.

PARTE EM BRANCO

9  
Aprovado: Arquivos 1993  
Assim: 5 de outubro  
1993-10-05. Registro

102-CP22	16 / 09 / 1993
CONFERE COM O ORIGINAL	
75	3533662
Servidor	Matrícula

*Antônio José Machado*

OAB/GO 8.121

ADVOCACIA

INAMPS.GG

FLS. 06



so xxxvi, da nova Carta Política, ou seja, o direito adquirido.

A URP de fevereiro/89 já havia se constituído em direito líquido e certo de todos os assalariados a partir da publicação da Portaria Ministerial n. 354, de 02-12-88, a qual fixou o seu índice em 26,05%, a ser concedido nos meses de dezembro/88, janeiro e fevereiro/89, sendo este o fato gerador do direito.

Com efeito, a Medida Provisória n. 32, aprovada pela Lei n. 7730/89, é manifestamente inconstitucional, conforme entendimento do Egrégio Tribunal Superior do Trabalho, "in verbis":

" URP DE FEVEREIRO/89 - A URP de fevereiro de 1989 não constitui expectativa de direito, mas sim direito adquirido dos trabalhadores, uma vez que tinha como objetivo repor as perdas salariais ocorridas no trimestre anterior.

Recurso de Revista a que se nega provimento. Acórdão 1ª T-2838/91 -Proc. n. TST-RR-20488/91. 4.

Mister se faz salientar que a expressa anti-juridicidade e inconstitucionalidade da Medida Provisória n. 32 e seus reflexos atentam mesmo contra os elementares princípios gerais de direito do trabalho. Objetivamente, ao impor a supressão do pagamento da URP relativa ao mês de fevereiro/89, materializa-se o ato retroativo para criar direito novo, desfavorecendo e causando prejuízos irreparáveis aos assalariados e hipossuficientes. A revogação peremptória do diploma legal que a antecedia ( Decreto-Lei n. 2335/87 ) inatinge suas normas regulamentares ou operativas como aqui declinada Portaria Ministerial n. 354, de 30 determinadora do índice de 26,05% às URP's de dezembro/88, janeiro e fevereiro/89. NO tocante ao questionamento alusivo à legalidade de seu objeto, não pode a lei, enfim, a Medida Provisória gerar efeitos retroativos, desde então suprepujando a direito adquirido, no caso o recebimento da URP de fevereiro/89, resultante de ato jurídico perfeito, desde a publicação da Portaria Ministerial n. 354/88.

PARTE



Ap. Aparecida Arantes  
Auxiliar Especial  
TRT-18ª Região

16.A	09	/1993
CONFERE COM O ORIGINAL		
na he	353	3662
SBP/DOA	Matricada	

PARTE EM BRANCO



Aparecida Arantes  
Auxiliar Especial  
TRT-18ª Região

OAB/GO 8 121

ADVOCACIA



648  
B

!

1

;

PARTE EM BRANCO

*Aparecida Arantes Corrêa*  
Auxiliar Especializada em  
TNT-18ª Região

508-0021.161 09 /1993  
CONFERE COM O ORIGINAL  
*na ma*  
Servidor 353366  
Matrícula

PARTE EM BRANCO

*Aparecida Arantes Corrêa*  
Auxiliar Especializada em  
TNT-18ª Região



OAB/GO 8.121

A D V O C A C I A

INAMPS.GOV



449

Não se pode olvidar, como é público e notório, que, no início de outubro/89, o TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, ao julgar dissídio coletivo dos servidores da EMBRAPA, considerou o IPC de 70,28%, referente ao mês de janeiro/89, como base de cálculo para reajuste salarial, o que, no caso, se tornou jurisprudência unânime daquele Colegiado, pois já no mês an-

PARTE EM BRANCO

*P*  
Aparecida Aparecida Corrêa  
Auxiliar Especializada  
TRT-18ª Região

502-0021	161 09	11943
CONFERE COM O ORIGINAL		
<i>Mônica</i>	<i>353 366 2</i>	
Servidor	Matrícula	

PARTE EM BRANCO

*P*  
Aparecida Aparecida Corrêa  
Auxiliar Especializada  
TRT-18ª Região

*Sillemar José Machado*

OAB/GO 8.121

ADVOCACIA

A malsinada Medida Provisória, ao suprimir a URP de fevereiro/89, no percentual de 26,05%, peca indubiosamente contra o direito adquirido que tinha os Reclamantes e consequentemente contra a preceito constitucional disposto no art. 5º, Inciso XXXVI, da Carta Maior.

Referida verba e seus reflexos deverão ser pagos pelo Reclamado em primeira assentada sob pena de ser aplicada a dobra salarial prevista no art. 467 da C.L. T., acrescidos de juros moratórios e correção monetária na forma da Lei.

IV.

DO IPC DE JANEIRO/89 NO PERCENTUAL DE 70,28%  
===== NÃO PAGO AOS RECLAMANTES E QUE CORRESPONDE À INFLAÇÃO DE JANEIRO/89, NO MESMO PERCENTUAL  
=====

Segundo dados concretos e insofismáveis emitidos pelo IBGE, Órgão Oficial do Governo, a inflação medida em janeiro/89 correspondeu ao percentual de 70,28%, sendo o decido percentual também igual ao IPC do aludido mês e ano.

Entretanto, o Governo, mais uma vez, inobservando os dispositivos legais, deixou de aplicar tal índice aos reajustes dos inclementemente defasados salários dos Reclamantes, inexoravelmente aviltados por uma política governamental desastrosa, a qual, insensivelmente, imputa aos servidores públicos, sofridos assalariados, a responsabilidade pela desenfreada e galopante inflação vivenciada naquela época, bem como pelo "déficit público".

Porém, os Reclamantes se eximem de toda e qualquer responsabilidade atinente a uma malsinada administração condutora do País ao caos e à descredibilidade nacional da sociedade como um todo e porque não dizer mundial.

Os Reclamantes estão aqui apenas reivindicando aquilo que lhes é devido por direito e por respaldo legal.

Vale lembrar que tanto a doutrina como a jurisprudência são unânimes no sentido de que é necessário ser os salários reajustados de acordo com a inflação galopante que se



PARTE EM BRANCO

508-002.1, 161 09 / 19 93  
CONFERE COM O ORIGINAL  
*msilve*  
Servidor 3533662  
Matricula

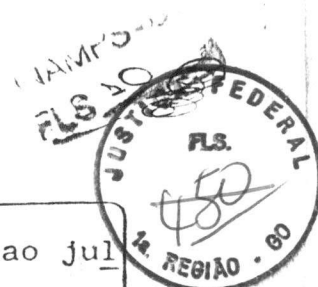
PARTE EM BRANCO

Apresentar Modelo 001  
Anexo 2 01/04/2011  
TRF-10ª Região

*Ademair José Machado*

OAB/GO 8.121

ADVOCACIA



terior havia concedido aos servidores do Banco do Brasil, ao julgar dissídio dos mesmos, os respectivos 70,28% referentes ao IPC integral do mês de janeiro/89, tendo, posteriormente, concedido o referido IPC aos servidores da Caixa Econômica Federal.

É oportuno salientar que o aludido IPC de janeiro/89, no percentual de 70,28%, foi repassado ao reajuste da prestação da casa própria pelo Sistema Financeiro da Habitação, tornando, assim, líquido e certo o direito dos Reclamantes em perceberem reajuste salarial de 70,28%, referente ao IPC integral do mês de janeiro/89.

A 5ª J. C. J. de Goiânia, ao julgar a Reclamatória Trabalhista movida por ADEMAR MOREIRA DAMASCENO + 85 em desfavor do INAMPS, reconheceu o direito dos Reclamantes no tocante à verba aqui pleiteada ( autos n. 1655). Igual entendimento também foi o exarado na Reclamatória movida por ALVINO SILVA ROCHA e OUTROS contra o IAPAS, hoje INSS, igualmente da lavra do MM. Juiz Substituto da 5ª J.C.J. desta Capital.

Outro não foi o entendimento da MM. Juíza Presidente da 1ª. J.C.J. ao proferir r. Sentença na Reclamatória Trabalhista em que figuram como Acionante HILDA PINTO DA SILVA e OUTROS ( autos n. 1777μ90 ) e como Acionado o INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL-INSS, ex-IAPAS.

Desse modo existe o resíduo percentual de 70,28% relativo ao IPC de janeiro/89, não pago pelo Reclamado aos Reclamantes na data oportuna, o que deverá ser pago a contar de janeiro/89, com os reflexos nos outros reajustes subsequentes, com integração ao salário e reflexos nas férias, 13º salário, R.S. R., FGTS etc.

V.

DA PERDA SALARIAL DE 84,32% RELATIVA AO DE  
===== NOMINADO " PLANO COLLOR " =====

De conformidade com a política nacional de salários, editada em princípio pela Lei 7788, de 03 de julho de 1989, e, posteriormente, pela Lei 7830, de 28 de setembro/89, os

PARTE EM BRANCO

*Aplicação Arantes Corrêa*  
Auxiliar Especializado  
TRT-18ª. Região

508-002.1, de 1 09 / 19 93  
CONFERE COM O ORIGINAL  
*Aplicação*  
Servidor 3533662  
Matricula

PARTE EM BRANCO

*Aplicação Arantes Corrêa*  
Auxiliar Especializado  
TRT-18ª. Região

Antônio José Machado

OAB/GO 8.121

ADVOCACIA

Reclamantes tiveram seus vencimentos reajustados, mês a mês, pelo mesmo percentual do índice de Preços ao Consumidor-IPC, de acordo com a sistemática definida na Lei 7730, de 31 de janeiro de 1989.

O art. 1º da Lei 7830, de 28 de setembro de 1989, expõe a matéria nos termos seguintes:

" Art. 1º - Mantida a data-base estabelecida no art. 1º da Lei nº-7706, de 21 de dezembro de 1988, os salários, vencimentos, soldos e proventos dos servidores civis e militares da Administração Federal Direta, das Autarquias, das Fundações Públicas e dos extintos Territórios Federais serão reajustados, trimestramente, em percentual igual à variação acumulada do índice de Preços ao Consumidor-IPC verificada nos três meses anteriores, deduzidas as antecipações a que se refere o Artigo 2º".

" Art. 2º - Sempre que a variação do IPC verificada no mês anterior for superior a 5%, os estipêndios de que trata o Artigo anterior serão reajustados, a título de antecipação, pelo percentual correspondente a este excedente".

Determinando as normas para a desindexação da política econômica nacional, a Lei nº-7730, de 31 de janeiro de 1989, à luz do seu artigo 10º, definiu a sistemática e o período em que deve ser apurada a inflação, tendo como base o índice de Preços ao Consumidor-IPC, índice utilizado para o reajustamento dos salários, nos termos seguintes:

" Art. 10- O IPC, a partir de março de 1990 será calculado com base na média dos preços apurados entre o início da segunda quinzena do mês anterior e o término da primeira quinzena do mês de referência".

Essa política salarial fora cumprida pelo reclamado até março de 1990, ocasião em que foi paga a remuneração referente ao mês de fevereiro de 1990.

Entretanto, em abril de 1990, ocorreu um a



PA

4

APARECIDA

Assist

IRI-18ª. Região

508-5511. 161 09 119 93	
CONFINE COM O ORIGINAL	
Assist	
Servidor	353 366 2
	Matricula

PARTE EM BRANCO

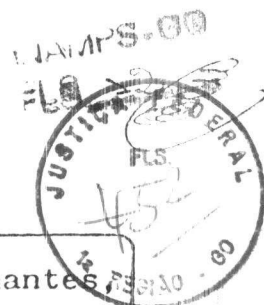
Aparecida Amélia Costa  
Auxiliar Especializada  
IRI-18ª. Região



Villemar José Machado

OAB/GO 8.121

ADVOCACIA



inominável ato de violação ao direito adquirido dos Reclamantes, além do direito líquido e certo, visto que o Instituto Reclamado efetuou o pagamento do reajuste apurado no período de 16-02-90 a 15-03-90, relativo ao mês de março/90, o qual deveria ser pago no mês de abril/90, com a devida incorporação aos vencimentos dos Reclamantes.

Nos termos da RESolução n. 06, de 29 de março/90, da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, cuja competência lhe é atribuída pela Lei n. 7730, de 31 de janeiro de 1989, foi apurada a taxa de variação do Índice de Preços ao Consumidor-IPC, para o mês de março/90, no percentual de 84,32%, segundo a publicação do Diário Oficial da União do dia 03 de abril de 1990, às páginas 6498.

Como decorrência do não pagamento do reajuste de março/90, a que já tinham os Reclamantes direito adquirido, houve violação ao direito líquido e certo dos mesmos, em vista da malsinada interpretação da Medida Provisória n. 154, publicada no Diário Oficial do dia 16 de março de 1990, transformada na Lei nº-8030, de 12-04-90, revogatória da Lei nº-7830/89, já mencionada.

Acontece, porém, que a Medida Provisória n. 154, diz em seu artigo 11:

" Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação".

Na forma exposto no dispositivo legal acima descrito, a Medida Provisória n. 154/90, produziu seus efeitos a partir de 16-03-90, data de sua publicação.

Com isso, a Medida Provisória n. 154/90 revogou as Leis anteriores as quais disciplinavam a política de salários, incorrendo, entretanto, em grave violação de direito adquirido, isso porque atos revogados produzem efeitos enquanto duram, além do mais a revogação de um ato atende a interesse da Administração e não de vícios deles, quando então seria nulo, consoante entendimento judicial respaldado na Súmula 473, do Supremo Tribunal Federal, " in verbis ":

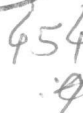
PARTE EM BRANCO

528-0021.161.09 / 19 93	
CONFERE COM O ORIGINAL	
<i>mauro</i>	353 366 2
Servidor	Matrícula

PARTE EM BRANCO

*P*  
Aparecida Araujo Correia  
Auxiliar Especializada  
TRT-18ª. Região

OAB/GO 8.121



PARTE EM BRANCO

55-0021/161 - 09 / 1993	
CONFERE COM O ORIGINAL	
<u>M. Silva</u>	<u>353.3662</u>
Servidor	Matricula

PARTE EM BRANCO

Aparecida Arantes Corrêa  
Auxiliar Especializado  
TRT-18ª. Região

Villemar José Machado

OAB/GO 8.121

ADVOCACIA

" Desde logo se deve registrar que a irreduzibilidade salarial é uma das novidades introduzidas na Constituição. Até então, o salário era irredutível, como ainda é, pelo empregador, com fundamento no art. 468 da CLT. Agora, além da Constituição, o legislador ordinário declara que a legislação da política salarial, isto é, a intervenção do Estado na economia para controlar salários ( e ainda não preços ) está limitada pela irreduzibilidade de cada salário devidamente considerado. Assim a regra Constitucional é de que nenhum dos Poderes, Executivo, Legislativo ou Judiciário poderá provocar redução de salários individual de qualquer trabalhador, alcançável através de negociação entre as partes, nem por sentença. Os governos democráticos são mais ou menos intervencionistas, mas a intervenção de autoridade legalmente constituída, quando realizada na Constituição, especialmente quando caracterizada a impossibilidade de igual tratamento, não pode ser posta em dúvida. Mas, sempre com respeito ao direito adquirido. A lei foi feita para execução de um plano que reduziria a inflação. Relamente, não alcançou seus objetivos e os trabalhadores estão sendo apenados dia a dia com a erosão dos seus salários. O juiz do trabalho funciona quase como um perito ajustando a lei às suas finalidades, sem esquecer, no caso, que direitos adquiridos seriam violados sem a recomposição salarial. A independência e harmonia dos Poderes da União continua a ser o princípio da nossa Constituição ( art. 2º ) e a de ser sempre resguardado porque esta parte do Poder Judiciário, a Justiça do Trabalho, não pode julgar da conveniência dos planos de intervenção na economia. Mas ela pode proclamar direitos adquiridos individuais à luz da Constituição e dos direitos que ela protege. Ninguém pôs dúvida, até hoje, a competência no âmbito constitucional, do Poder Legislativo para editar norma de intervenção na economia, com sacrifício equitativo da Nação. O que se debate é o sempre invocado direito adquirido e o ato jurídico perfeito que, juntamente com a coisa julgada, estão imunes a qualquer prejuízo decorrente de Lei, por força de norma constitucional. No presente caso, esse direito proviria de ou

FLS. 454  
REGISTRO  
455

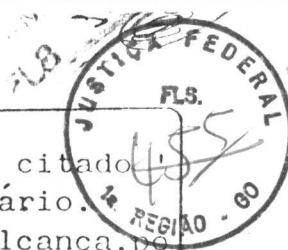
PARTE EM BRANCO

*P*  
Aparecida Azevedes Corrêa  
Auxiliar Especializado  
TRT-18ª, Região

508-0021.161 09 / 1993	
CONFERE COM O ORIGINAL	
<i>nao</i>	<i>3533662</i>
Servidor	Matricula

PARTE EM BRANCO

*P*  
Aparecida Azevedes Corrêa  
Auxiliar Especializado  
TRT-18ª, Região



tro princípio constitucional, o já citado princípio da irredutibilidade do salário. A proibição de repor índices não alcança, porém a Justiça do Trabalho, desde que verificado o fim social e o sentido da lei de não prejudicar direitos adquiridos" (Ministro Marcelo Pimentel- Tribunal Superior do Trabalho- D. J. U., 25-05-90).

É bom ressaltar que a Medida Provisória n. 154/90, transformada em Lei n. 8030/90, não proíbe o pagamento das reposições salariais, nem mesmo a concessão de aumentos, mas apenas modifica, a partir de sua publicação, o critério dessa reposição, definindo que o Governo determinaria mensalmente o percentual mínimo dessa reposição e não mais pelo valor aprado, assim, o ato omissivo do pagamento não possui amparo legal.

A presente matéria, inclusive, já foi objeto de apreciação pelo Superior Tribunal de Justiça, o qual deu provimento ao pedido de Mandado de Segurança impetrado por seus servidores, tendo como Relator o Ministro Garcia Vieira, conforme ementa a seguir transcrita:

"EMENTA: CONSTITUCIONAL. MANDADO DE SEGURANÇA. REPOSIÇÃO SALRIAL DE MARÇO/90- LEI Nº 7.730/89.

Firmada a Competência desta alta Corte de Justiça, repelidas as preliminares suscitadas pela Autoridade Coatora. A Medida Provisória nº-154, de 15 de março de 1990, convertida na Lei 8.030, de 12 de abril de 1990, só entrou em vigor a partir de sua publicação (16-03-90) não podendo retroagir para alcançar o direito já adquirido dos Impetrantes à reposição referente ao período de 15 de fevereiro a 15 de março de 1990, vigente a Lei nº-7.730/89, que determina o reajuste de acordo com a variação da UPC.

A MP 154/90, a Lei 8.030 e a Portaria 191-A da Senhora Ministra da Economia, Fazenda e Planejamento não proíbem reposição de vencimentos, até em obediência ao princípio constitucional da irredutibilidade salarial (art 37, XI, da C.F.).

Segurança concedida, por maioria".

A matéria em enfoque é idêntica à perda salarial de 26,06% relativa ao mês de junho/87, ocasionada pelo

PARTE EM BRANCO

Apuradora de valores  
Auxiliar Esp. 2010  
THT-18ª Região

508-002.116 / 09 / 1993

CONFERE COM O ORIGINAL

*mpu* 3533662

Servidor

Matrícula

PARTE EM BRANCO

Apuradora de valores  
Auxiliar Esp. 2010  
THT-18ª Região



Niltonmar José Machado

OAB/GO 8 121



FLS 11

457

ADVOCACIA

" Desde logo se deve registrar que a irredutibilidade salarial é uma das novidades introduzidas na Constituição. Até então, o salário era irredutível, como ainda é, pelo empregador, com fundamento no art. 468 da CLT. Agora, além da Constituição, o legislador ordinário declara que a legislação da política salarial, isto é, a intervenção do Estado na economia para controlar salários (e ainda não preços) está limitada pela irredutibilidade de cada salário devidamente considerado. Assim a regra Constitucional é de que nenhum dos Poderes, Executivo, Legislativo ou Judiciário poderá provocar redução de salários individual de qualquer trabalhador, alcançável através de negociação entre as partes, nem por sentença. Os governos democráticos são mais ou menos intervencionistas, mas a intervenção de autoridade legalmente constituída, quando realizada na Constituição, especialmente quando caracterizada a impossibilidade de igual tratamento, não pode ser posta em dúvida. Mas, sempre com respeito ao direito adquirido. A lei foi feita para execução de um plano que reduziria a inflação. Relamente, não alcançou seus objetivos e os trabalhadores estão sendo apenados dia a dia com a erosão dos seus salários. O juiz do trabalho funciona quase como um perito ajustando a lei às suas finalidades, sem esquecer, no caso, que direitos adquiridos seriam violados com a recomposição salarial. A independência e harmonia dos Poderes da União continua a ser o princípio da nossa Constituição (art. 2º) e a de ser sempre resguardado porque esta parte do Poder Judiciário, a Justiça do Trabalho, não pode julgar da conveniência dos planos de intervenção na economia. Mas ela pode proclamar direitos adquiridos individuais à luz da Constituição e dos direitos que ela protege. Ninguém pôs dúvida, até hoje, a competência no âmbito constitucional, do Poder Legislativo para editar norma de intervenção na economia, com sacrifício equitativo da Nação. O que se debate é o sempre invocado direito adquirido e o ato jurídico perfeito que, juntamente com a coisa julgada, estão livres a qualquer prejuízo decorrente de Lei, por força de norma constitucional. No presente caso, esse direito proviria de ou

PART  
Aparecida  
Auxiliar  
TRT-18ª, Região

508-002.1.161	09	1993
CONFERE COM O ORIGINAL		
<i>M. L. M.</i>	353 3662	
Servidor	Matricula	

PART EM BRANCO

Aparecida Arantes Corrêa  
Auxiliar Especializada  
TRT-18ª, Região

Villemar José Machado

OAB/GO 8.121

ADVOCACIA

tro princípio constitucional, o já citado princípio da irredutibilidade do salário. A proibição de repor índices não alcança, porém a Justiça do Trabalho, desde que verificado o fim social e o sentido da lei de não prejudicar direitos adquiridos" (Ministro Marcelo Pimentel- Tribunal Superior do Trabalho- D. J. U., 25-05-90).

É bom ressaltar que a Medida Provisória n. 154/90, transformada em Lei n. 8030/90, não proíbe o pagamento das reposições salariais, nem mesmo a concessão de aumentos, mas apenas modifica, a partir de sua publicação, o critério dessa reposição, definindo que o Governo determinaria mensalmente o percentual mínimo dessa reposição e não mais pelo valor aprado, assim, o ato omissivo do pagamento não possui amparo legal.

A presente matéria, inclusive, já foi objeto de apreciação pelo Superior Tribunal de Justiça, o qual deu provimento ao pedido de Mandado de Segurança impetrado por seus servidores, tendo como Relator o Ministro Garcia Vieira, conforme ementa a seguir transcrita:

"EMENTA: CONSTITUCIONAL. MANDADO DE SEGURANÇA. REPOSIÇÃO SALARIAL DE MARÇO/90- LEI Nº 7.730/89.

Firmada a Competência desta alta Corte de Justiça, repelidas as preliminares suscitadas pela Autoridade Coatora. A Medida Provisória nº-154, de 15 de março de 1990, convertida na Lei 8.030, de 12 de abril de 1990, só entrou em vigor a partir de sua publicação (16-03-90) não podendo retroagir para alcançar o direito já adquirido dos Impetrantes à reposição referente ao período de 15 de fevereiro a 15 de março de 1990, vigente a Lei nº-7.730/89, que determina o reajuste de acordo com a variação da UPC. A MP 154/90, a Lei 8.030 e a Portaria 191-A da Senhora Ministra da Economia, Fazenda e Planejamento não proíbem reposição de vencimentos, até em obediência ao princípio constitucional da irredutibilidade salarial (art 37, XI, da C.F.). Segurança concedida, por maioria".

A matéria em enfoque é idêntica à perda salarial de 26,06% relativa ao mês de junho/87, ocasionada pelo

PARTE EM BRANCO

Aparecida Aparecida Corrêa  
Auxiliar Especializada  
TRT-18ª. Região

508-0021, 161 09 11993	
CONFERE COM O ORIGINAL	
<i>Aplicado</i>	353 366-2
Servidor	Matricula

PARTE EM BRANCO

Aparecida Aparecida Corrêa  
Auxiliar Especializada  
TRT-18ª. Região



*Viltemar José Machado*  
OAB/GO 8.121

ADVOCACIA

malfadado "PLANO BRESSER", que já foi objeto de incontáveis sentenças favoráveis àquela reposição salarial, em todo o País, com várias decisões confirmatórias a nível de Tribunal, além do que o próprio Governo, posteriormente, reconheceu o direito líquido e certo dos Reclamantes, o que já é fato público e notório.

Há que se lembrar que o caso vertente também já foi pobjeto de inúmeras apreciações judiciais, todas elas u nâнимes em determinar a concessão da reposição salarial de 84, ' 84,32% (oitenta e quatro vírgula trinta e dois por cento), refe rente a março/90, sendo exemplo a sentença prolatada pelo douto Juiz Presidente da 2ª J.C.J. desta Capital, nos autos de dissí\_ dio individual proposto pelo Sindicato dos Trabalhadores Fede \_ rias em Saúde e Previdência no Estado de Goiás e Tocantins- SIN TIFESP-GO/TO contra o ex-IAPAS- INSTITUTO DE ADMINISTRAÇÃO FI NANCEIRA DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL, processo nº1610/90, e que possui a seguinte conclusão:

"... Julgo procedente em parte a ação para condenar o Reclamado a pagar aos empregados, aqui substituídos pelo Reclamante o reajus\_ te salarial de 84,32%, a partir de 1º/03/90, com incorporação à remuneração para todos ' os efeitos, a ser computado até a data base superveniente, tudo com correção monetária' e juros.

.....  
Sem divergência, os classistas acolheram a decisão proposta".

Assim sendo caracterizado está o direito ad\_ quirido dos Reclamantes à percepção do IPC de março/90 no per\_ centual de 84,32%, além de estar cristalizado o direito líquido e certo amparado pelo nova Carta Política.

VJ.

DAS URP's DE ABRIL E MAIO/88  
=====

A Instituição REclamada não aplicou aos sa\_ lário dos Reclamantes e demais parcelas remuneratórias o reajus\_ tes decorrentes das URP's - Unidade de Referência de Preços, re\_ ..... em março de abril e maio/88, sendo tal incidência asse

PARTE EM BRANCO

Aparecida Arantes Corrêa  
Auxiliar Especializado  
TRT-18ª. Região

508-002.1.16109 / 11943	
CONFERE COM O ORIGINAL	
<i>m. h. r.</i>	3533662
Servidor	Matricula

PARTE EM BRANCO

Aparecida Arantes Corrêa  
Auxiliar Especializado  
TRT-18ª. Região



*Nillemar José Machado*  
OAB/GO 8.121

— ADVOCACIA —

de 1º, no percentual de 16,19%, cada mês, de forma progressiva e cumulativamente, consoante fixado pela Portaria GH/UF nº-120, publicada no D.O.U., de 01-03-88.

Em consequência disso, os valores pagos aos Reclamantes em abril e maio/88 e meses subsequentes foram aqueles devidos face à omissão do Instituto Reclamado já que os reajustes salariais posteriores foram lançados sobre base de cálculo inferior.

A URP dos meses de abril e maio/88 ficou congelada em razão do Decreto-Lei nº-2.425/88, que, além de ilegal, é manifestamente inconstitucional, consoante já declarado pela Superior Instância Trabalhista, pois senão vejamos:

"URPS- ABRIL E MAIO/88. Devidas em razão de ter o Decreto-Lei nº-2.425/88 ferido a Constituição Federal (art. 5º, Caput e Inciso 36). Revista desprovida".

(Ac. da 1ª T. n. 2770/91-RR 17339/90.4, Recorrente: Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia-SUDAM-Recorridos: Alfredo de Alcântara Damasceno e Outros, Ac. TST de 26-08-91).

Assim, não se aplicando as URPS ao salário dos Reclamantes, consoante determinação dos dispositivos legais, houve gritante transgressão ao art. 5º, Inciso XXXVI, da nova Carta Política.

Por isso, é direito dos Reclamantes a integração progressiva e cumulativa dos percentuais correspondentes às URPS dos meses de abril e maio/88 sobre todas as verbas remuneratórias, com integração nas férias, mais 1/3 das mesmas, a partir de 05-10-88, 13º salário, quinquênios, FGTS, R.S.R. e demais verbas de caráter salarial, devendo o Instituto Reclamado efetuar o pagamento em primeira assentada sob pena de incorrer na sanção do art. 467 consolidado.

\* RESERVAÇÃO IMPORTANTE

Em relação ao Reclamante ANTÔNIO AUGUSTO DE  
OLIVEIRA, a presente peça exordial refere-se à  
reclamação constante da presente peça exordial que se



PARTE EM BRANCO

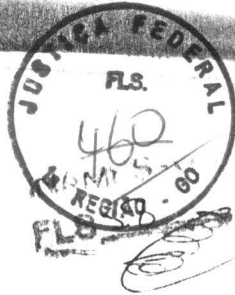
*CP*  
Aparecida Amândes Corrêa  
Auxiliar Especializado  
TRT-18ª. Região

508-00277/16.11.09/11973	
CONFERE COM O ORIGINAL	
<i>mslms</i>	3533662
Servidor	Matrícula

PARTE EM BRANCO

*CP*  
Aparecida Amândes Corrêa  
Auxiliar Especializado  
TRT-18ª. Região





Villemar José Machado

OAB/GO 8.121

ADVOCACIA

do apenas da URP de abril e maio/88.

VII.

DO PEDIDO

=====

Diante das razões de fato e de direito adu-  
ridas, os Reclamantes requerem a Vossa Excelência:

a)- A notificação do Instituto Reclamado ,  
através de Carta Precatória, no endereço constante do preâmbulo  
desta peça inaugural, através de seu Representante Legal para,  
querendo, contestar a presente sob pena de revelia e confissão;

b)- O pagamento aos Reclamantes das dife-  
renças havidas da verba "ADIANTAMENTO PEC. LEI 7686/88" ou "ADI-  
ANTAMENTO DO PCCS", de fevereiro/88 até a data de liquidação de  
sentença, com incidência de juros de mora e correção monetária  
na forma da lei, já que parte do principal foi pago administra-  
tivamente, sendo que as diferenças da aludida verba deverão in-  
cidir sobre as férias, 1/3 das mesmas, partir de 05-10-88, 13a  
salário, quinquênios, FGTS, R.S.R., e demais gratificações, par-  
celas vencidas e vincendas, com sua integração ao salário;

c)- O pagamento do percentual de 26,05% re-  
lativo ao denominado "PLANO BRESSER", que confiscou do salário  
dos Reclamantes o referido percentual, com seus reflexos sobre  
a remuneração total dos Reclamantes, na forma formulada no item  
"b";

d)- O pagamento da URP de fevereiro/89, no  
percentual de 26,05%, mais o resíduo de janeiro a abril/89 com  
incidência nas parcelas vencidas e vincendas e seus reflexos na  
forma pedida na letra "b";

e)- O pagamento do IPC de janeiro/89 no  
percentual de 70,28% e seus reflexos sobre a remuneração total  
dos Reclamantes na forma pedida na alínea "b";

f)- O pagamento do IPC de março/89 ("PLANO  
BRESSER") no percentual de 26,05%, a contar de abril/89, com 22

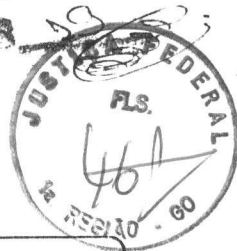


*Niltemar José Machado*

OAB/GO 8.121

ADVOCACIA

WAMPS-GO



flexo em todas as verbas de natureza salarial, consoante o re-  
querido na letra "b";

g)- O pagamento da URP de abril/63 no per-  
centual de 16,19% para cada mês, com reflexo sobre todas a ver-  
bas de natureza salarial na forma preconizada na letra "b";

h)- Que o cálculo de cada parcela seja efe-  
tivado, levando-se em conta as demais parcelas, ou seja, cumu-  
lando-se parcela com parcelas, tudo isso com reflexo nas férias,  
13º salário, quinquênios, R.S.R., FGTS e demais gratificações;

i)- A condenação do Instituto Reclamado ao  
pagamento das custas processuais e honorários advocatícios à  
luz do art. 133 da Constituição Federal e demais legislação per-  
tinentes;

j)- Sejam concedidos aos Reclamantes os be-  
nefícios da Assistência Judiciária Gratuita, nos termos da Lei  
1.060/50, já que os Reclamantes estão com os seus salários acha-  
tados e sem condições de arcarem com os ônus processuais sem  
prejuízo de sua subsistência;

1)- O julgamento antecipado da lide uma vez  
que se trata de matéria exclusivamente de direito, sem necessi-  
dade de produção de provas em audiência, consoante o disposto  
no art. 330, Inciso I, do CPC;

Sobrevindo a instrução, requerem os Recla-  
mantes provar o alegado por todos os meios de provas em direito  
admitidas, especialmente pelo depoimento pessoal do Representan-  
te Legal do Reclamado, sob pena de confesso, oitiva de testemu-  
nhas, juntada de novos documentos.

Dá-se à causa o valor de CR\$ 1.840.000,00  
(um milhão, oitocentos e quarenta mil cruzeiros).

Nestes termos pedem e aguardam deferimento.

Goiânia, 27 de maio de 1992

*Niltemar José Machado*  
Niltemar José Machado - 8.121  
OAB-GO 8.121

PARTE EM BRANCO

*P*  
Aparelho em Branco  
Anexo 1224  
187-124. Região

508-0023, 161 09 11993
CONFERE COM O ORIGINAL
<i>M. S. 10</i> 3533062
Servidor <i>M. S. 10</i>

PARTE EM BRANCO

*P*  
Aparelho em Branco  
Anexo 1224  
187-124. Região

PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 10ª REGIÃO

INAMP  
508-000  
PROTÓCOLO  
33094 11865 19C  
DATA 120990 DISTRIBUIÇÃO 508-002  
Coiânia - GO



22 JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE

ENDEREÇO: Rua 88 nº 25, St. Sul

NOT. III, Nº 5333 / 90 EM 03/ setembro / 1.990

PROCESSO Nº 1.628 / 90  
RECTE.: HELENICE MARIA DE NOROES + 10  
REDO.: INAMP - INST. NAC. DE ASSIST. MÉDICA DA PREV. SOCIAL

Pela presente, fico V.ª notificada para o (s) fim (ns) pre

visar (s) no (s) item (ns) 01, 12 e 13 (um, doze, e treze) abaixo:

X 01 - Comparecer à audiência designada para o dia 02 de outubro de 1.990 às 13 horas e 45 minutos.

02 - Prestar depoimento pessoal, no dia e hora acima, sob pena de confissão.

03 - Prestar depoimento, como testemunha, no dia e hora acima.

04 - Tomar ciência da decisão constante da cópia anexa.

05 - Tomar ciência do despacho constante da cópia anexa.

06 - Contra-arrazoar recurso do (a)

07 - Impugnar embargos à execução.

08 - Contestar os embargos de terceiro autuados sob o Nº /

09 - Recolher as (os) no valor de Cr\$

10 - Prestar, como Perito, o compromisso legal, em ( ) dias.

11 - Prestar como Assistente, o compromisso legal, em ( ) dias.

X 12 - Comparecer à audiência inaugural, no dia e hora acima, quando V.ª poderá apresentar sua defesa (art. 846 da C.L.T.), com as provas que julgar necessárias (arts. 821 e 845 da C.L.T.), devendo V.ª estar presente, independentemente do comparecimento de seu representante, sendo-lhe facultado designar preposto, na forma prevista no parágrafo 1º do artigo 843 consolidado. O não comparecimento de V.ª importará na aplicação da pena de revelia e confissão quanto a matéria de fato.

X 13 - Inicial instruída com documentos.

Obs.: O reclamado deverá comparecer acompanhado de advogado, OBRIGATORIAMENTE.

Aud. dia 02.10.90, às 13:45hs.

Proc.º 1.628/90

Int.º 5333/90

508-002.1 06/09/90

1 - Recebido nesta data

2 - A 508-002-0

Rubrica

INAMP - INSTR. NAC. DE ASSIST. MÉDICA DA PREV. SOCIAL

Rua 82, nº 179, Centro

NESTA

ração destes para todos os efeitos legais

CERTIFICO que o presente ex  
pediente foi encaminhado ao  
destinatário

PARTE EM BRANCO

Aparecida Arantes Corrêa  
Auxiliar Especializado  
TRT-18ª. Região

508-002.1.161 / 09 / 1943  
CONFIRA COMO ORIGINAL  
*Resolve*  
Servidor: 353366-2

PARTE EM BRANCO

Aparecida Arantes Corrêa  
Auxiliar Especializado  
TRT-18ª. Região



Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz-Presidente da \_\_\_\_ JCJ da Justiça  
do Trabalho de Goiânia - Goiás

HELENICE MARIA DE MORAES + 10 ( dez ), qualifi-  
cados conforme relação anexa, por seu advogado  
que esta subscreve (m.j.) com endereço profis-  
sional na Rua 4 nº 987 - 1º andar - Centro, on-  
de recebe as intimações de estilo, vem perante  
V. Exa. propor o presente

DISSÍDIO INDIVIDUAL PLÚRIMO

em desfavor do INAMPS - Instituto Nacional de Assistência Médica  
da Previdência Social, autarquia federal, estabelecida em âmbito  
estadual na Rua 82 nº 179, Centro - nesta Capital, fulcrado no  
art. 837 e seguintes da Consolidação das Leis do Trabalho e demais  
normas extravagantes pertinentes, pelos fatos e fundamentos a se-  
ração destes para todos os efeitos legais.

PARTE EM BRANCO

Apresenta: Arquivos Correu  
Auxiliar Especializado  
TRT-12ª. Região

500-0111	16	09	10 93
CONE			
Apresenta		353366.2	

PARTE EM BRANCO

Apresenta: Arquivos Correu  
Auxiliar Especializado  
TRT-12ª. Região





## I - DOS FATOS

Em que pese as constantes tentativas do Governo Federal em debelar o flagelo da inflação, combatendo os efeitos e não as causas, o trabalhador brasileiro foi fulminado pelos planos "Cruzado I" (fev 86) e "Cruzado II" (nov 86) e Bresser (jun 87), culminando no segundo semestre de 1987 uma das maiores defesagens já sofridas pelos trabalhadores, principalmente os servidores público que sempre foram tidos como os "bodes expiatórios" de toda crise econômica por que passa o país.

Nessa época, pressionado então pelos movimentos parciais com a finalidade de recomposição salarial dos servidores das autarquias federais IAPAS, INAMPS e INPS, o então Ministro da Previdência e Assistência Social autorizou um "adiantamento" às pessoas desses órgãos, tendo em vista a implantação do "Plano de Classificação de Cargos e Salários-PCCS, feito a partir de outubro de 1987.

Foi concedido então aos servidores um "adiantamento", denominado de "092-EMPRÉSTIMO PAT ESP", denominação essa para descaracterizar um "abono salarial" e sua consequente integração ao salário, cujos índices, para seu pagamento, foram assim especificados:

- p/ outubro/87 = no valor correspondente a 50% da remuneração efetivamente paga no mês de setembro/87;
- p/ novembro/87 = no valor correspondente a 100% da remuneração efetivamente paga no mês de outubro/87;
- p/ dezembro/87 = no valor correspondente a 100% da remuneração efetivamente paga no mês de novembro/87.

ação destes para todos os efeitos legais.

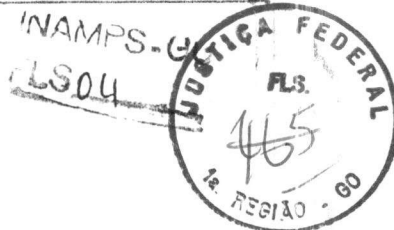
PARTE EM BRANCO

Aracaju, Aracaju, Aracaju  
Aracaju, Aracaju, Aracaju  
TRT-13ª Região

508-0021, 16/09/1993  
CONFEEI COM O ORIGINAL  
Márcia  
Servidor 3533662  
Matrícula

PARTE EM BRANCO

Aracaju, Aracaju, Aracaju  
Aracaju, Aracaju, Aracaju  
TRT-13ª Região



E, no mês de janeiro/88, esse "ABONO", passou a ser pago aos servidores conforme os contra-cheques de cópias anexas, pela rubrica "092-Adiantamento do Plano de Classificação de Cargos e Salários da Previdência Social" - ou: seja: 092-ADIANTAMENTO DO PCCS", com valor calculado à razão de 100% (cem por cento) da remuneração efetivamente paga no mês de dezembro/87, devidamente atualizado naquele mês de janeiro/88, de maneira vinculada ao salário, corrigido este pelo índice de variação da Unidade de Referência de Preços - "URP".

Ocorreu que, nos meses de fevereiro/88 até outubro/88 o falso adiantamento ficou congelado, sem a correspondente aplicação dos índices mensais de correção salarial, sem qualquer motivo plausível.

Em novembro/88 e nos meses seguintes, a verba paga sob a rubrica "092-Adiantamento do PCCS" ou paga sob a rubrica "092-Adiantamento do PCCS" ou (092-Adiantamento PEC MP 20/88) voltou a ser corrigida, com a aplicação dos percentuais da variação da "URP", seja, de forma vinculada ao reajuste mensal do salário.

Devido a ilegalidade de tal procedimento várias lides foram compostas e, através do "Telex Circular" nº 24, de 24/07/89, o então Ministro da Previdência e Assistência Social decidiu autorizar aos Procuradores Gerais das Autarquias - IAPAS - INAMPS e INPS, a instruírem suas Regionais para transigir nos respectivos processos judiciais, que versavam sobre o valor do "ADIANTAMENTO DO PCCS", e que não recorressem das sentenças que concederam o pedido.

Nesta mesma data (24/07/89) pela Circular Conjunta de nº 008, as respectivas Diretorias dos Departamentos de Recursos Humanos, do IAPAS, INAMPS e INPS "tendo em vista decisão ministerial", informaram e admitiram que o valor do "Adiantamento Pecuniário", de que trata a Lei nº 7.686/88, estaria sendo atualizado nos termos do art. 8º do Decreto-lei nº 2.335/87, mediante a aplicação destes para todos os efeitos legais.

PARTE EM BRANCO

508-0027, 16 / 09 / 1993  
CONFERE COM O ORIGINAL  
*M. Silva*  
Servidor 3533662  
Assinatura

PARTE EM BRANCO

Aparecida Arantes Corrêa  
Auxiliar Especializado  
TRI-18ª Região

plicação das URP's, relativo ao período de fevereiro a outubro/88' e que face a decisão "gestões foram desenvolvidas junto à DATARREV para permitir no menor prazo possível, o pagamento dos atrasados, inclusive a diferença do mês de julho, em folha suplementar, com e feitos retroativos a 01/11/88".

Assim sendo, contra-cheques especiais suplementares referentes ao mês de julho/89 foram expedidos, todavia, sem as devidas correções monetárias, onde se constata que esses pagamentos administrativos alcançaram somente 33% dos atrasados devidamente corrigidos, o que vale dizer que o saldo resultante naquela época representava mais de 200% além do que foi pago, ficando clá-  
rivamente o prejuízo salarial dos reclamantes.

## II - DO DIREITO

No caso em tela a denominação dada, ou seja, Adiantamento ou empréstimo não merece prosperar, pois o que se buscou foi camuflar a realidade da verba salarial para com o decorrer do tempo, num país de inflação galopante a referida verba seria infima, todavia, a justiça obreira de nosso país, vem reconhecendo o falso adiantamento ou empréstimo como abono salarial, e como tal vem reconhecendo o direito à correção monetária desde os tempos de sua criação.

Vale dizer, não se trata de empréstimo o que não seja para devolução nem adiantamento aquilo que não seja compensável, não havendo, por via de consequência, empréstimo mensal reajustável e, muito menos, mensalmente parcelado, igualmente mó-  
vel e corrigido.

Portanto, não há dúvidas quanto a natureza da verba em questão, trata-se de verdadeiro abono.

Como esse falso adiantamento pago habitualmen-  
tação destes para todos os efeitos legais.

FLS 465



467  
0

PARTE EM BRANCO

508-00231 No. 11 09 11993  
CONFERE COM O ORIGINAL  
M. Silva  
Sargento 353 366-2  
Matrícula

PARTE EM BRANCO

Apresenta Arquivos Corrida  
Avenida 6 p. 2012-01  
161-154 negão

te e de maneira uniforme, deve ser considerado ajustado e, como tal, não incide sobre ele qualquer compensação decorrente de aumento salarial normativo.



Mozart Vítor Russomano, comenta:

"ABONO DE SALÁRIO. No direito positivo brasileiro, o abono salarial, presentemente, nada mais representa do que salário. É que a Lei nº 1999 de 01.10.53, dirimindo controvérsias suscitadas sobre o seu conceito, alterou a primitiva redação do § 1º do art. 457 da CLT para o fim de declarar expressamente que os abonos integram o salário. Por isso mesmo, o aumento salarial sob a forma de abono tende a desaparecer. já que a respectiva majoração, sem embargo da denominação empregada, constituirá salário para todos os efeitos legais. "in" Comentários à CLT, art. 457, edição 1983, p 452.

O abono salarial, ajustado ou prefixado pelo empregador, é uma dívida de valor, não podendo, portanto ser congelado e instituído - incorporando-se ao contrato de trabalho - com a expressão menção de que deveria ser calculado em função do salário normal do cargo efetivo, havendo que se respeitar, tal modalidade estabelecida.

O abono salarial na forma pré-estabelecida para seu pagamento, ou seja, atendido com o salário a que se vinculou, sendo uma dívida de valor, não de dinheiro, impossível congelamento sem esbarrar no art. 468 da Consolidação das Leis do Trabalho.

Conforme ficou demonstrado em linhas volvidas, não resta dúvidas de que o prefalado "adiantamento" - ou abono salarial - concedido ao reclamante há longo tempo, integrou a remuneração destes para todos os efeitos legais.



**PARTE EM BRANCO**  
Ass. de Tráfego e Correio  
Trib. 1ª. Região

508-002.1. 16109 /1993  
CONFERE COM O ORIGINAL  
M. Silva  
Servidor 353366-2  
Matrícula

**PARTE EM BRANCO**  
Ass. de Tráfego e Correio  
Ass. de Expediente  
Trib. 1ª. Região



primido, reduzido, ou como procedeu a reclamada, congelado.



### III - DO PEDIDO

Diante do exposto, requer:

469  
✍

- a notificação-citatória da reclamada, no endereço preambular, para, contestar, querendo, o presente pedido, ' pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato;

- o julgamento da procedência do pedido, declarando incorporada aos salários a verba paga sob o título de "ADIANTAMENTO DO PCCS" ou de "ADIANTAMENTO PEC MP 20/88" ("abono salarial"), condenando a reclamada a:

1º)-proceder o reajuste da citada verba da mesma forma que foram reajustados os salários dos reclamantes, a partir do mês de fevereiro/88 até o mês de outubro/88, inclusive, com a aplicação dos índices percentuais da "URP", a saber:

- fevereiro/88	= 10,84%;
- março/88	= 16,19%;
- abril/88	= 16,19%;
- maio/88	= 16,19%;
- junho/88	= 17,68%;
- julho/88	= 17,68%;
- agosto/88	= 17,68%;
- setembro/88	= 21,39%;
- outubro/88	= 21,39%.

2º)-proceder, igualmente, a correção dos reajustes efetuados a partir do mês de novembro/88, dessa mesma verba ora questionada, tendo por base o seu valor reajustado para o mês de outubro/88, na forma acima explicitada, e, assim automaticamente, em todos os meses subsequentes, inclusive naquilo que se referir ao décimo-terceiro salário, férias, FGTS e gratificações;

PARTE EM BRANCO

*(Signature)*  
Aparelho Arantes Corrêa  
Auxiliar Especializado  
TRI-18ª. Região

508-002.1.161 07 11993	
DLE-RE COM O ORIGINAL	
<i>Márcio</i>	353 366.2
Servidor	Matricula

PARTE EM BRANCO

*(Signature)*  
Aparelho Arantes Corrêa  
Auxiliar Especializado  
TRI-18ª. Região



3º)-pagar todas as parcelas vencidas e vincendas, reajustadas e acrescidas de juros e correção monetária, a ser apuradas em liquidação de sentença, na forma da lei, deduzidas as quantias anteriormente pagas em respectivos contra-cheques mensais inclusive do contra-cheque especial "suplementar" de julho/88;

4º)-ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios à base de 20% do valor da condenação, conforme art. 133 da Constituição Federal;

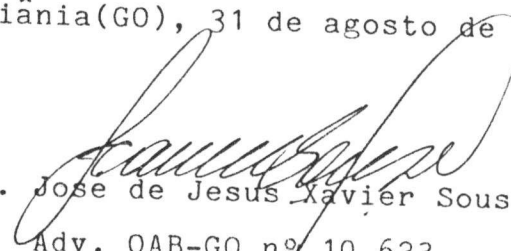
5º)-anotar nos assentamentos cadastrais dos reclamantes o valor reajustado e apurado da verba relativa ao Adiantamento pec lei 7.686/88 - Cód. 092, de acordo com a situação funcional de cada reclamante, devendo referida verba ser incorporada aos seus salários para todos os efeitos legais.

Finalmente, requer a V. Exa. o julgamento antecipado da lide, por se tratar aqui de matéria exclusivamente de direito, dispensada assim a produção de mais provas em audiência, na forma do art. 330 do CPC, de aplicação subsidiária prevista no art. 769 consolidado.

Dá-se à causa, para efeitos meramente de alçada e de custas o valor de Cr\$ 66.000,00 (sessenta e seis mil cruzeiros).

Nestes Termos,  
Pede Deferimento.

Goiânia(GO), 31 de agosto de 1.990.

  
Dr. Jose de Jesus Xavier Sousa  
Adv. OAB-GO nº 10.623

PARTE EM BRANCO

1  
Apostador Apostos - 0000  
Auxiliar Especializado  
THT-13ª. Região

508-002.1.16.1.09		11993
CONFIRME COM O ORIGINAL		
<i>M. Silva</i>	353.3662	
Servidor	Matricula	

PARTE EM BRANCO

1  
Apostador Apostos - 0000  
Auxiliar Especializado  
THT-13ª. Região



RELAÇÃO DOS RECLAMANTES

HELENICE MARIA DE MORAES, brasileira, solteira, servidora pública federal, residente na Av. Rio Verde - Condomínio Barão da Torre , apto 404 - Bl. "L" - Setor dos Afonsos - Aparecida de Goiânia.

- GENOVEVA CORDEIRO LEMOS, brasileira, casada, servidora pública federal, residente e domiciliada na Rua 3 , Lote 6, Quadra "E"- Conjunto Rodoviário, nesta Capital.

- IRENE DO CARMO PARREIRA, brasileira, solteira, servidora pública federal, residente e domiciliada na Rua 9 Quadra 18 Lote 1 - Con junto Riviera, nesta Capital.

- LEUCI BEZERRA COSTA, brasileira, casada, servidora pública fede ral, residente e domiciliada na Rua 239 nº 346 - Setor Universi tário, nesta Capital.

- IRMA VERA SOARES VARGAS, brasileira, casada, servidora pública federal, residente e domiciliada na Av. Nedermeyer Quadra 02 Lo te 01 - Vila Canaã, nesta Capital.

- GERALDA MARIA DÂMASO, brasileira, casada, servidora pública fe deral, residente e domiciliada na Rua 12 nº 69 - Nova Vila, nes ta Capital.

- JUSCEMIR LIMA MARTINS, brasileiro, solteiro, servidor público federal, residente e domiciliado na 5ª avenida nº 161, Vila No va, nesta Capital.

- PERCÍLIA GONÇALVES OLIVEIRA NETO, brasileira, casada, servidora pública federal, residente e domiciliada na Rua Itapaci, 48 -s- Bairro Santo Antônio, Catalão/GO.

- BENEDITO JOSÉ DE AZEVEDO NETO, brasileiro, casado, servidor pú blico federal, residente e domiciliado na Rua Wilson Alves Por to nº 12 - Goiandira/GO.

PARTE EM BRANCO

*P*  
Aparecida Arantes Corrêa  
Auxiliar Especializado  
TRT-18ª Região

508-0021.16 / 09 / 1993  
CONFERE COM O ORIGINAL  
*mslme*  
Servidor  
353.366-2  
Matricula

PARTE EM BRANCO

*P*  
Aparecida Arantes Corrêa  
Auxiliar Especializado  
TRT-18ª Região



10  
672  
0  
- MARIA HELENA MODESTO DOS SANTOS, brasileira, casada, servidora pública federal, residente e domiciliada na Rua 31 nº 401 - Centro, nesta Capital.

- VALDESINA SOARES DOS SANTOS, brasileira, casada, servidora pública federal, residente e domiciliada na Rua Francisco Ludovico de Almeida, Qd. 23 Lt. 23 - Conj. Caiçara, nesta Capital.

*Handwritten signature*

ESCRITÓRIO EM BRANCO

Agência: Aracaju - Aracaju  
Assessor: E. Paulo Zito  
TMI-18ª. Região

503-0021, 161 09 /19 93

CONFIRME COM O ORIGINAL

*mpd*

353366.2

Servidor

Matrícula

ESCRITÓRIO EM BRANCO

Agência: Aracaju - Aracaju  
Assessor: E. Paulo Zito  
TMI-18ª. Região





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 10ª REGIÃO

INAMPS 508.000	
33004	10893 / 89
DATA 14.06.89	DISTRIBUIÇÃO 508.002.0
Goiania-GO	

2ª JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE

ENDERÊÇO:

NOT. INT. Nº 3442/89 / EM 08 / junho



PROCESSO Nº	1046/89
RECTE.:	JOÃO NUNES E OUTROS (+228)
RECD.:	INSTITUTO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA MÉDICA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - INAMPS

Pela presente, fica V.Sª. notificado para o (s) fim (ns) pre  
visto (s) no (s) item (ns) 01 (um), 12 (doze) e 13 (treze) abaixo:

- 01 - Comparecer à audiência designada para o dia 30 de junho de 1989 às 13 (treze) horas e 35 (trinta e cinco) minutos.
- 02 - Prestar depoimento pessoal, no dia e hora acima, sob pena de confissão.
- 03 - Prestar depoimento, como testemunha, no dia e hora acima.
- 04 - Tomar ciência da decisão constante da cópia anexa.
- 05 - Tomar ciência do despacho constante da cópia anexa.
- 06 - Contra-arrazoar recurso do (a) \_\_\_\_\_
- 07 - Impugnar embargos à execução.
- 08 - Contestar os embargos de terceiro autuados sob o Nº \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_
- 09 - Recolher as (as) \_\_\_\_\_ no valor de Cr\$ \_\_\_\_\_
- 10 - Prestar, como Perito, o compromisso legal, em \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_ ) dias.
- 11 - Prestar como Assistente, o compromisso legal, em \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_ ) dias.
- 12 - Comparecer à audiência inaugural, no dia e hora acima, quando V.Sª. poderá apresentar sua defesa (art. 846 da C.L.T.), com as provas que julgar necessárias (arts. 821 e 845 da C.L.T.), devendo V.Sª. estar presente, independentemente do comparecimento de seu representante, sendo-lhe facultado designar preposto, na forma prevista no parágrafo 1º do artigo 843 consolidado. O não comparecimento de V.Sª. importará na aplicação da pena de revelia e confissão quanto a matéria de fato.
- 13 - Inicial instruída com documentos.

OBS.: O reclamado deverá comparecer à audiência, obrigatoriamente, acompanhado de advogado.

Int. nº 3442/89

Processo nº 1046/89

INSTITUTO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA MÉDICA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - INAMPS

Rua 82 nº 179 - Setor Sul

N E S T A

508-002.1 10.06.89  
1  
508-002.0  
Reclamante

CERTIFICO que o presente ex pediente foi encaminhado ao destinatário, via postal, em ____ / ____ / ____ febre Diretor de Secretaria
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

1.1355

domiciliada nesta Capital;

PARTE EM BRANCO

*P*  
Aparecida Arantes Corrêa  
Auxiliar Especializado  
TRT-18ª. Região

353-00000/161 07 /1943  
COPIA COM O ORIGINAL  
*maria*  
Servidor  
353.3662  
Matrícula

PARTE EM BRANCO

*P*  
Aparecida Arantes Corrêa  
Auxiliar Especializado  
TRT-18ª. Região



*Marcus Vinício Loureiro de Araujo*  
ADVOGADO

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ-PRESIDENTE DA  
JULGAMENTO DE GOIÂNIA-GO

JUNTA DE CONCILIAÇÃO

474  
e

JOÃO NUNES, brasileiro, casado, servidor público federal, CI RG nº 140.141/SSP/GO, residente e domiciliado nesta Capital;

NERI BRAGA RIBEIRO, brasileira, servidora pública federal, CI RG nº 67.023/SSP/GO, residente e domiciliada nesta Capital;

ELENICE ALVES DA COSTA, brasileira, solteira, servidora pública federal, CI RG nº 471.386/SSP/GO, residente e domiciliada nesta Capital;

FRANCISCO PEREIRA BORGES, brasileiro, servidor público federal, CI RG nº 126.137/SSP/GO, residente e domiciliado nesta Capital;

APARECIDA DAS GRAÇAS G. NASCIMENTO, brasileira, servidora pública federal, CI RG nº 216.332/SSP/GO, residente e domiciliada nesta Capital;

MARILIA RIBEIRO DE FREITAS, brasileira, solteira, servidora pública federal, CI RG nº 434.688/SSP/GO, residente e domiciliada nesta Capital;

DINAMARA DE FARIA CARNEIRO DUARTE SABA, brasileira, casada, servidora pública federal, CI RG nº 851.402/SSP/GO, residente e domiciliada nesta Capital;

JUSSARA ROSA STIVAL GCNÇALVES, brasileira, casada, servidora pública federal, CI RG nº 213.378/SSP/GO, residente e domiciliada nesta Capital;

WILMA RITA DE SOUZA BUENO, brasileira, casada, servidora pública federal, CI RG nº 263.731/SSP/GO/2ª via, residente e domiciliada nesta Capital;

PARTE EM BRANCO

Aparecida Amândeo Corrêa  
Auxiliar Especializada  
TRT-18ª. Região

508-0021.161 09 /1973  
CONFERIR COM O ORIGINAL  
M. Silva  
Servidor 253 366  
Matrícula

PARTE EM BRANCO

Aparecida Amândeo Corrêa  
Auxiliar Especializada  
TRT-18ª. Região

*Marcus Vinicio Loureiro de Araujo*  
ADVOGADO



OSMAR DOMINGOS DA SILVA, brasileiro, casado, servidor público federal, CI RG nº 218.870 SSP/GO, 2ª via, residente e domiciliado nesta Capital;

CACILDO GOMES DORNINGER, brasileiro, casado, servidor público federal, CI RG nº 7.585 SSP/GO, residente e domiciliado em Goiânia-Go;

LOURDES VIEIRA NETO, brasileira, solteira, servidora pública federal, CI RG nº 591.047 SSP/GO, residente e domiciliada nesta Capital;

MARIA EUCARISTIA PEREIRA, brasileira, solteira, servidora pública federal, CI RG nº 264272 SSP/GO, residente e domiciliada nesta Capital;

MARIA IGNÊS CUNHA, brasileira, casada, servidora pública federal, CI RG nº 465.544 SSP/GO, residente e domiciliada nesta Capital;

PAULO JUKEMURA, brasileiro, casado, servidor público federal, CI RG nº 2.715.051 SSP/GO, residente e domiciliado nesta Capital;

MARIZA RODRIGUES ROCHA, brasileira, casada, servidora pública federal, CI RG nº 168.829 SSP/GO, 2ª via, SSP/GO, residente e domiciliada nesta Capital;

WANDERLEY RIBEIRO BORGES DE FIGUEIREDO, brasileiro, servidor público federal, CI RG nº 133.822 SSP/GO, residente e domiciliado nesta Capital;

JAIRA FAUSTINO BARBOSA, brasileira, casada, servidora pública federal, CI RG nº 248462 SSP/GO, residente e domiciliada nesta Capital;

JACIRA FAUSTINO BARBOSA, brasileira, servidora pública federal, CI RG nº 624.990 SSP/GO, residente e domiciliada nesta Capital;

LOURDES CAETANO PADILHA, brasileira, solteira, servidora pública federal, CI RG nº 768.298 SSP/GO, residente e domiciliada nesta Capital;

ARNALDO JOAQUIM DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, servidor público federal, CI RG nº 218.414, 2ª via, SSP/GO, residente e domiciliado nesta Capital;

PARTE EM BRANCO

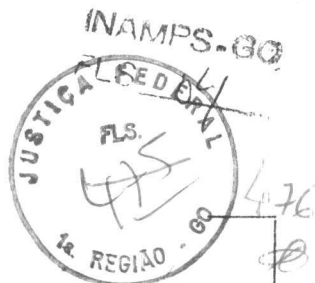
Assinado por: *[Signature]*  
Assinatura: *[Signature]*  
Trib-18ª Região

508-0021, 16, 09 11993  
COM O ORIGINAL  
*[Signature]* 3533662  
Servidor Matrícula

PARTE EM BRANCO

Assinado por: *[Signature]*  
Assinatura: *[Signature]*  
Trib-18ª Região

*Marcus Vinício Loureiro de Araujo*  
ADVOGADO



EUNICI FRANCISCA DE NOVAIS MONTEIRO, brasileira, servidora pública federal, CI RG nº 1.578.730 SSP/GO, residente e domiciliada nesta Capital;

VITÓRIA MARÇAL DA SILVEIRA FREITAS, brasileira, casada, servidora pública federal, CI RG nº 529.707 SSP/GO, residente e domiciliada em Jataí-Go;

TEREZINHA REIS, brasileira, viúva, servidora pública federal, CI RG nº 462.431 SSP/GO, residente e domiciliada em Jataí-Go;

MARIA SOCORRO DE OLIVEIRA GALDINO, brasileira, casada, servidora pública federal, CI RG nº 1182557 SSP/GO, residente e domiciliada em Jataí-Go;

NADIR APARECIDA BARALDI LOPES, brasileira, casada, servidora pública federal, CI RG nº 958.896.5 SSP/PR, residente e domiciliada em Jataí-Go;

GERALDO WILLIAM GOMES DE SOUZA, brasileiro, casado, servidor público federal, CI RG nº 943.186 SSP/MG, residente e domiciliado em Jataí-Go;

IZORALDA ALVES DE OLIVEIRA, brasileira, solteira, servidora pública federal, CI RG nº 533.205 SSP/GO, residente e domiciliada em Jataí-Go;

HONÉME ALVES DE FARIAS, brasileira, solteira, servidora pública federal, CI RG nº 237.710 SSP/GO, residente e domiciliada em Jataí-Go;

MARIA CONSUELO ALVES CALIXTO NAVES, brasileira, casada, servidora pública federal, CI RG nº 708.578, 2ª via, SSP/GO, residente e domiciliada em Jataí-Go;

ARÉDIO ROSA DA SILVEIRA, brasileiro, casado, servidor público federal, CI RG nº 421.397 SSP/GO, residente e domiciliado em Jataí-Go;

OSMAR AMARAL ARRUDA, brasileiro, casado, servidor público federal, CI RG nº 3.404.223 SSP/SP, residente e domiciliado em Jataí-Go;

ROBERTO DE ASSIS CARVALHO, brasileiro, casado, servidor público federal, CI RG nº 572.539 SSP/GO, residente e domiciliado em Jataí-Go;

PARTE EM BRANCO

9  
Aparecida Arantes Leal  
Auxiliar Especializado  
TRT-18ª Região

508-002.1, 16, 09 119 93	
CONFERE COM O ORIGINAL	
<i>Marlene</i>	353 362
Servidor	Matricula

PARTE EM BRANCO

9  
Aparecida Arantes Leal  
Auxiliar Especializado  
TRT-18ª Região



*Marcus Vinicio Loureiro de Araujo*  
ADVOCADO

INAMPS-GO

FLS 05

677



GERSON JOAQUIM DOS SANTOS, brasileiro, casado, servidor público federal, CI RG nº 1.157.499 SSP/GO, residente e domiciliado em Ipameri-Go;

NADIME VAZ DE AZEVEDO, brasileira, solteira, servidora pública federal, CI RG nº 379.557 SSP/GO, residente e domiciliada em Ipameri-Go;

SEBASTIANA FELICIANO, brasileira, desquitada, servidora pública federal, CI RG nº 946.954 SSP/GO, residente e domiciliada em Ipameri-Go;

SIRLENE GOMES XAVIER, brasileira, desquitada, servidora pública federal, CI RG nº 770.075 SSP/GO, residente e domiciliada em Ipameri-Go;

MOISES VIEIRA CLEMENTE, brasileiro, servidor público federal, CI RG nº 739.586 SSP/GO, residente e domiciliado em Rio Verde-Go;

JOAQUIM GONÇALVES FERREIRA, brasileiro, casado, servidor público federal, CI RG nº 192903 SSP/GO, residente e domiciliado em Catalão-Go;

PERCILIA GONÇALVES DE OLIVEIRA NETO, brasileira, casada, servidora pública federal, CI RG nº 420.911 SSP/GO, residente e domiciliada em Catalão-Go;

MARCOS MOREIRA TEIXEIRA, brasileiro, casado, servidor público federal, CI RG nº 330.091 SSP/GO, residente e domiciliado em Catalão-Go;

MARIA CARMELITA DOS REIS, brasileira, solteira, servidora pública federal, CI RG nº 263.993, 2ª via, SSP/GO, residente e domiciliada em Goiânia-Go;

MARIA PATROCÍNIO GIUVANNUCCI, brasileira, casada, servidora pública federal, CI RG nº 55.557 SSP/GO, residente e domiciliada nesta Capital;

DARLAN RASSI, brasileiro, casado, servidor público federal, CI RG nº 102.521 SSP/GO, residente e domiciliado nesta Capital;

ROSEMARY NOGUEIRA DE PAIVA, brasileira, solteira, servidora pública federal, CI RG nº 4837 CRM/GO, residente e domiciliada nesta Capital;



PARTE EM BRANCO

*P*

Aparecida Apareles Corrêa  
Auxiliar Especializado  
TRT-18ª Região

508-002.1	161 09	119 93
CONFERE COM O ORIGINAL		
<i>M. P. V.</i>	353360	
Servidor	Matrícula	

PARTE EM BRANCO

*P*

Aparecida Apareles Corrêa  
Auxiliar Especializado  
TRT-18ª Região

*Marcus Vinicio Loureiro de Araujo*  
ADVOCADO



PEDRO DIAS JUNQUEIRA, brasileiro, casado, servidor público federal, CI RG nº 38.347, 2ª via, SSP/GO, residente e domiciliado nesta Capital;

DIVINA SILVA CAMPOS, brasileira, casada, servidora pública federal, CI RG nº 321.057, 2ª via, SSP/GO, residente e domiciliada nesta Capital.

IVAN HENRIQUE DE SOUSA, brasileiro, casado, servidor público federal, CI RG nº 48.404, 2ª via, SSP/GO, residente e domiciliado nesta Capital;

IRANI MONTEIRO DOS SANTOS, brasileira, solteira, CI RG nº 96.503, 2ª via, SSP/GO, servidora pública federal, residente e domiciliada nesta Capital;

OSVALDO FERREIRA DA SILVA, brasileiro, casado, servidor público federal, CI RG nº 864644, SSP/GO, 2ª via, residente e domiciliado nesta Capital;

NEUSINA ALVES FARIAS, brasileira, solteira, servidora pública federal, CI RG nº 262.953 SSP/GO, residente e domiciliada nesta Capital;

CARY ROCHA, brasileiro, casado, servidor público federal, CI RG nº 640260 SSP/GO, residente e domiciliado nesta Capital;

BERENICE RIBEIRO MENDES, brasileira, casada, servidora pública federal, CI RG nº 453.486 SSP/GO, residente e domiciliada nesta Capital;

MIRTES GERALDA MARTINS, brasileira, solteira, servidora pública federal, CI RG nº 195.363 SSP/GO, residente e domiciliada nesta Capital;

JACI AUGUSTA CAETANO, brasileira, desquitada, servidora pública federal, CI RG nº 282309, 2ª via, SSP/GO, residente e domiciliada nesta Capital;

MARIA DA GLORIA MARTINS DE ALMEIDA, brasileira, casada, servidora pública federal, CI RG nº 523178 SSP/GO, residente e domiciliada em Araguaína-TO;

ÂNGELA ANGELINA LOCATELLI ESTEVES, brasileira, casada, servidora pública federal, CI RG nº 246.996 SSP/GO, residente e domiciliada nesta Capital;



PARTE EM BRANCO

*P*  
Apercebição Vândia Corrêa  
Auxiliar Especializada  
TRT-18ª Região

508-002.1	de 109	11993
CONFERE COM O ORIGINAL		
<i>Marina</i>	3533662	
Servidor	Matrícula	

PARTE EM BRANCO

*P*  
Apercebição Vândia Corrêa  
Auxiliar Especializada  
TRT-18ª Região

*Marcus Vinicio Loureiro de Araujo*  
ADVOCADO



JOARI CRUVINEL FERREIRA, brasileiro, casado, servidor público federal, CI RG nº 70.702 SSP/GO, residente e domiciliado nesta Capital;

CELSA MARIA OLIVEIRA GUIMARÃES, brasileira, solteira, servidora pública federal, CI RG nº 196.745, 2ª via, SSP/GO, residente e domiciliada nesta Capital;

ANTONIO DE LISBOA MORAIS FRAZÃO, brasileiro, casado, servidor público federal, CI RG nº 134.686 SSP/GO, residente e domiciliado nesta Capital;

ELIONIS DE OLIVEIRA E SILVA, brasileira, solteira, servidora pública federal, CI RG nº 253.182 SSP/GO, residente e domiciliada nesta Capital;

DILMA SAMPAIO FERREIRA, brasileira, solteira, servidora pública federal, CI RG nº GIP/11-9.949/PM, residente e domiciliada em Goiás-Go;

PEDRO FERNANDES DA SILVA, brasileiro, casado, servidor público federal, CI RG nº 123.262 SSP/GO, residente e domiciliado em Goiás-Go;

ATALIBA GUIMARÃES FRANCO, brasileiro, solteiro, servidor público federal, CI RG nº 457.971 SSP/GO, residente e domiciliado em Goiás-Go;

JOAQUIM JOSÉ DE CARVALHO NETO, brasileiro, casado, servidor público federal, CI RG nº 564.176 SSP/GO, residente e domiciliado em Goiás-Go;

ALOISIO DOS REIS LUZ GODINHO, brasileiro, solteiro, CI RG nº 1.511.534, servidor público federal, residente e domiciliado em Goiás-Go;

DEUSDEDIT FAUSTINO DE LIMA, brasileiro, desquitado, servidor público federal, CI RG nº 470.288, 2ª via, SSP/GO, residente e domiciliado nesta Capital;

ELVIRA RODRIGUES DOS SANTOS, brasileira, separada, servidora pública federal, CI RG nº 241.392 SSP/GO, residente e domiciliada em Araguaína-TO;

EMILIA ABDALLA COSTA, brasileira, casada, servidora pública federal, CI RG nº 546.502 SSP/GO, residente e domiciliada em Goiânia-Go;

PARTE EM BRANCO

*CP*  
Aparecida Arantes Corrêa  
Auxiliar Especializado  
TRT-18ª. Região

508-002.1, No 1 09 11943  
CONFERE COM O ORIGINAL  
*ma hve*  
Servidor 3533662  
Matrícula

PARTE EM BRANCO

*CP*  
Aparecida Arantes Corrêa  
Auxiliar Especializado  
TRT-18ª. Região

*Marcus Vinício Loureiro de Araujo*

ADVOGADO



VERA LUCIA LOPES, brasileira, servidora pública federal, CI RG nº 588.356 SSP/MG, residente e domiciliada nesta Capital;

LUCINDA DOS SANTOS, brasileira, servidora pública federal, CI RG nº 673978 SSP/GO, residente e domiciliada nesta Capital;

IRAI VIEIRA BARBOSA, brasileira, desquitada, servidora pública federal, CI RG nº 496.728, 2ª via, SSP/GO, residente e domiciliada nesta Capital;

CARLINDA CAMPOS CARVALHO, brasileira, casada, servidora pública federal, CI RG nº 86.219 SSP/GO, residente e domiciliada em Araguaína-To;

ALTINOARANTES HERMÍNIO DE CARVALHO, brasileiro, casado, servidor público federal, CI RG nº 150.522 SSP/GO, residente e domiciliado nesta Capital;

JOSÉ ROBERTO MATIAS DOS SANTOS, brasileiro, servidor público federal, CI RG nº 200.028 SSP/GO, residente e domiciliado nesta Capital;

ANTONIO TADEU DE BRITO, brasileiro, servidor público federal, CI RG nº 92.717, 2ª via, SSP/GO, residente e domiciliado nesta Capital;

CARMOSINA PEREIRA MASCARENHAS, brasileira, casada, servidora pública federal, CI RG nº 204.372 SSP/DF, residente e domiciliada nesta Capital;

CACILDA MENDES DOS SANTOS, brasileira, servidora pública federal, CI RG nº 229991 SSP/GO, residente e domiciliada nesta Capital;

AUGUSTA BRAZ GOMIDES, brasileira, solteira, servidora pública federal, CI RG nº 213.362, 2ª via, SSP/GO, residente e domiciliada nesta Capital.

MARIA NADIR ARAÚJO ALENCAR, brasileira, casada, servidora pública federal, CI RG nº 757694 SSP/GO, residente e domiciliada em Araguaína-To;

EDUARDO OLIVEIRA MACHADO, brasileiro, casado, servidor público federal, CI RG nº 1.019.539 SSP/GO, residente e domiciliado nesta Capital;

CARLOS ALBERTO DE SÁ CACALCANTE, brasileiro, casado, servidor público federal, CI RG nº 702.187 SSP/GO, residente e domiciliado em Araguaína-To;

PARTE EM BRANCO

Apuradora Arantes Corrêa  
Auxiliar Especializado  
TRT-18ª. Região

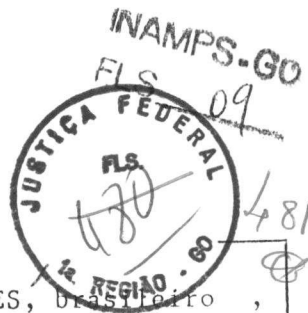
508-002.1, 16/09 /1973  
CONFERE COM O ORIGINAL  
M. Arantes  
Servidor 353 3662  
Matrícula

PARTE EM BRANCO

Apuradora Arantes Corrêa  
Auxiliar Especializado  
TRT-18ª. Região



*Marcus Vinício Loureiro de Araujo*  
ADVOCADO



WALTER RUBENS CABRAL BORGES, brasileiro,

servidor público federal, CI RG nº 389.223/SSP/GO, residente e domiciliado nesta Capital;

JANE BERNARDO LEITE LUIZ, brasileira, servidora pública federal, CI RG nº 659.456/SSS/GO, residente e domiciliada nesta Capital;

JOSÉ NETO CIRQUEIRA, brasileiro, servidor público federal, CI RG nº 541.208 SSP/GO, residente e domiciliado nesta Capital;

OZÂNGELA DE OLIVEIRA CHAVES E NÁPOLIS, brasileira, casada, servidora pública federal, CI RG nº 590.832/SSP/GO, residente e domiciliada nesta Capital;

MARTA MONTEIRO PEREIRA, brasileira, casada, servidora pública federal, CI RG nº 562.988, 2ª via, SSP/GO, residente e domiciliada nesta Capital;

ANÁLIA RIBEIRO QUINTANILHA, brasileira, servidora pública federal, CI RG nº 696.892 SSP/GO, residente e domiciliada nesta Capital;

EDUARDO JUVENAL DOS SANTOS, brasileiro, casado, servidor público federal, CI RG nº 182139 SSP/GO, residente e domiciliado nesta Capital;

CARMEN GONÇALVES DE OLIVEIRA E SILVA, brasileira, casada, servidora pública federal, CI RG nº 184.121, 2ª via, SSP/GO, residente e domiciliada nesta Capital;

FÁTIMA APARECIDA FREIRE, brasileira, servidora pública federal, CI RG nº 1315950, 21 via, SSP/GO, residente e domiciliada nesta Capital;

FATIMA APARECIDA DAMASCENO, brasileira, servidora pública federal, CI RG nº 54.185 SSP/GO, residente e domiciliada nesta Capital;

UMBERTO SPERANDIO PERIM, brasileiro, solteiro, servidor público federal, CI RG nº 208658, 21 via, SSP/GO, residente e domiciliado nesta Capital;

HELENA FERREIRA DA SILVA ROCHA, brasileira, casada, servidora pública federal, CI RG nº 642.557/SSP/GO, residente e domiciliada nesta Capital;

PARTE EM BRANCO

*P*

Apresentada para a Comissão  
Auxiliar Especializada  
TRT-16ª Região

568-002.1	16/09	1973
CONFERIR COM O ORIGINAL		
<i>ngue</i>	3533662	
Servidor		Metrôpolis

PARTE EM BRANCO

*P*

Apresentada para a Comissão  
Auxiliar Especializada  
TRT-16ª Região

Marcus Vinicio Loureiro de Araujo

ADVOGADO



WILMA ROSA PENA, brasileira, solteira, residente e domiciliada nesta Capital, servidora pública federal, CI RG nº ..... 140.911, SSP/GO;

SEDILÉA RODRIGUES BASTOS MUNIZ, brasileira, casada, servidora pública federal, CI RG nº 4238 CRM/GO, residente e domiciliada nesta Capital;

JOÃO LUIZ FERREIRA PIRES, brasileiro, casado, servidor público federal, CI RG nº 231.896 SSP/GO, residente e domiciliado nesta Capital;

LUZIA CAVALCANTE DE OLIVEIRA, brasileira, casada, servidora pública federal, CI RG nº 530.456 SSP/GO, residente e domiciliada nesta Capital;

ANTONIO ROSA CAVALCANTI, brasileiro, servidor público federal, CI RG nº 214.492 SSP/GO, residente e domiciliado nesta Capital;

MARIA GERALDA MACIEL DE FARIAS, brasileira, casada, servidora pública federal, CI RG 112044 SSP/GO, residente e domiciliada nesta Capital;

ELIZABETH ALVES DE FREITAS RAMOS, brasileira, casada, servidora pública federal, CI Nº 242.933, 2ª via, SSP/GO, residente e domiciliada nesta Capital;

MEUZA MAIOR MIRALHA, brasileira, solteira, servidora pública federal, CI RG nº 199376 SSP/GO, residente e domiciliada nesta Capital;

LUCIA CESARIO, brasileira, servidora pública federal, CI RG nº 1.051.322/SSP/GO, residente e domiciliada nesta Capital;

ALAN WAGNER DI NÁPOLI, brasileiro, casado, servidor público federal, CI RG Nº 361.688 SSP/GO, residente e domiciliado nesta Capital;

ANTONIO SALATIEL NAZARENO DOS ANJOS, brasileiro, solteiro, servidor público federal, CI RG nº 238.385 SSP/GO, 2ª via, residente e domiciliado nesta Capital;

JOSÉ ALBERTO ALVARENGA, brasileiro, casado, servidor público federal, CI RG nº 126.499 SSP/GO, residente e domiciliado nesta Capital;



PARTE EM BRANCO

*P*  
Aparecida Aparecida Corrêa  
Auxiliar Especializada  
TRT-18ª Região

508-002.1/161 09 /1997	
CONFERE COM O ORIGINAL	
<i>ma</i>	<i>no</i> 3533662
Servidor	Matricula

PARTE EM BRANCO

*P*  
Aparecida Aparecida Corrêa  
Auxiliar Especializada  
TRT-18ª Região

*Marcus Vinicio Loureiro de Araujo*  
ADVOCADO

INAMPS-GO

FLS. 11



WILMA PEREIRA DA SILVA, brasileira, casada, servidora pública federal, CI RG nº 423.140/SSP/GO, residente e domiciliada nesta Capital;

GERALDO GOMES TOLEDO, brasileiro, casado, servidor público federal, CI RG nº 88.694/SSP/GO, residente e domiciliado nesta Capital;

TEREZINHA RIBEIRO DE SENA, brasileira, solteira, servidora pública federal, CI RG nº 006.029 SSP/DF, residente e domiciliada nesta Capital;

MARIA HELENA SILVA SANTOS, brasileira, casada, servidora pública federal, CI RG nº 394.507, 2ª via, SSP/GO, residente e domiciliada nesta Capital;

RAIMUNDO GOMES DA SILVA, brasileiro, solteiro, servidor público federal, CI RG nº 422.358 SSP/GO, residente e domiciliado nesta Capital;

OYAMAS NEPOMUCENO VASCONCELOS, brasileiro, servidor público federal, CI RG nº 198.278 SSP/GO, residente e domiciliado nesta Capital;

FERNANDES STIVAL, brasileiro, casado, servidor público federal, CI RG nº 69643/SSP/GO, residente e domiciliado nesta Capital;

ADAIR DE QUEIROZ BARRETO, brasileiro, casado, servidor público federal, CI RG nº 497.248/SSP/GO, 2ª via, residente e domiciliado nesta Capital;

ALICE SANTANA, brasileira, casada, servidora pública federal, CI RG nº 1.018.919/SSP/GO, 2ª via, residente e domiciliada nesta capital;

GERALDA MORAES PEREIRA, brasileira, casada, servidora pública federal, CI RG nº 255.465/SSP/GO, 2ª via, residente e domiciliada nesta Capital;

MARIA GORETT DE FÁTIMA, brasileira, solteira, servidora pública federal, CI RG nº 807.184/SSP/GO, residente e domiciliada nesta Capital;

NEUSA SILVA SANTOS MARTINS, brasileira, casada, servidora pública federal, CI RG nº 478.612/SSP/GO, residente e domiciliada nesta Capital;

PARTE EM BRANCO

Apuradora Arantes Corrêa  
Auxiliar Especializada  
TBT-18ª Região

508-002.1.	16169	11993
CONFERE COM O ORIGINAL		
<u>M. Silva</u>	<u>3533660</u>	
Servidor	Matricula	

PARTE EM BRANCO

Apuradora Arantes Corrêa  
Auxiliar Especializada  
TBT-18ª Região

*Marcus Vinicio Loureiro de Araujo*

ADVOGADO



HILDA TEIXEIRA ALVES, brasileira, servidora pública federal, CI RG nº 451.650/SSP/GO, residente e domiciliada nesta Capital;

JOSÉ NICODEMOS LOPES, brasileiro, casado, servidor público federal, CI RG nº 195.610 SSP/GO, 2ª via, residente e domiciliado nesta Capital;

CONCEIÇÃO DA CRUZ PIMENTA, brasileira, servidora pública federal, CI RG nº 753.080/SSP/GO, residente e domiciliada nesta Capital;

IZABEL FERNANDES DA SILVA, brasileira, desquitada, servidora pública federal, CI RG nº 58.938/SSP/GO, residente e domiciliada nesta Capital;

HELENA FERNANDES ARAÚJO, brasileira, viúva, servidora pública federal, CI RG nº 75.936/SSP/GO, 2ª via, residente e domiciliada nesta Capital;

JOSÉ PRAXEDES DE MEDEIROS, brasileiro, servidor público federal, CI RG nº 155.579/SSP/GO, residente e domiciliado nesta Capital;

MARIA DAS GRAÇAS BORBA DE MORAES, brasileira, casada, servidora pública federal, CI RG nº 462.150/SSP/GO, residente e domiciliada nesta Capital;

RONALDO RODRIGUES DE OLIVEIRA, brasileiro, servidor público federal, CI RG nº 515.270/SSP/GO, residente e domiciliado nesta Capital;

SÔNIA MARTINS DA COSTA, brasileira, casada, servidora pública federal, CI RG nº 313.998/SSP/GO, residente e domiciliada em Goiânia-Go;

PAULO DE TARSO LIRA GOUVEA, brasileiro, servidor público federal, CI RG nº 71379/SSP/GO, residente e domiciliado nesta Capital;

CARITAS DE OLIVEIRA, brasileira, casada, servidora pública federal, CI RG nº 930993/SSP/MG, residente e domiciliada nesta Capital;

CÉLIA RONCATO, brasileira, solteira, servidora pública federal, CI RG nº 1.290.998/SSP/GO, residente e domiciliada nesta Capital;

PARTE EM BRANCO

Apresenta: *D*  
Assinatura Especializada  
TRT-18ª Região

508-003.1	161	09	11993
CONFIRMAÇÃO ORIGINAL			
<i>mda h</i>		3533662	
Servidor		Matrícula	

PARTE EM BRANCO

Apresenta: *D*  
Assinatura Especializada  
TRT-18ª Região



*Marcus Vinicio Loureiro de Araujo*  
ADVOGADO

INAMPS-GO

FLS. 13



MARLENE LACERDA COSTA BOZETI, brasileira, casada, servidora pública federal, CI RG nº 166.376/SSP/GO, 2ª via, residente e domiciliada nesta Capital;

DIVINA BRAGA DOS SANTOS, brasileira, servidora pública federal, CI RG nº 5.337.691/SSP/GO, residente e domiciliada nesta Capital;

ARMINDA CAETANO DE ALMEIDA LEITE, brasileira, casada, servidora pública federal, CI RG nº 60.991/SSP/GO? 2ª via, residente e domiciliada nesta Capital;

ELZA VIEIRA DE MELO ALENCAR, brasileira, viúva, servidora pública federal, CI RG nº 53.809/SSP/GO, residente e domiciliada nesta Capital;

AQUILINO GOMES DA SILVA FILHO, brasileiro, servidor público federal, CI RG nº 499.310/SSP/GO, residente e domiciliado nesta Capital;

JAIME DIAS TAGUATINGA, brasileiro, casado, servidor público federal, CI RG nº 164.543 SSP/GO, residente e domiciliado nesta Capital;

ÂNGELA MARTA ALVES DE SOUZA, brasileira, casada, servidora pública federal, CI RG nº 1.651.725/SSP/MG, residente e domiciliada nesta capital;

MARIA JOSÈ DO NASCIMENTO, brasileira, solteira, servidora pública federal, CPF nº 160957311-00, residente e domiciliada nesta Capital;

BELTESHAZZAR UARODI GOMES DOS SANTOS, brasileiro, servidor público federal, CI RG nº 222.265/SSP/GO, residente e domiciliado nesta Capital;

MARIA DO ROZÁRIO APARECIDA, brasileira, servidora pública federal, CI RG nº 617.672/SSP/GO, residente e domiciliada nesta Capital;

DIOCINIR ALVES DE OLIVEIRA, brasileiro, solteiro, servidor público federal, CI RG nº 137.024/SSP/GO, residente e domiciliado nesta Capital;

IARA PRUDENTE TANNUS E SILVA, brasileira, casada, servidora pública federal, CI RG nº 455.386, 2ª via, SSP/GO, residente e domiciliada nesta Capital;



PARTE EM BRANCO

*D*  
Aparecida Arantes Guerra  
Auxiliar Especializado  
TRT-18ª Região

508-0021 14 / 07 / 19 93	
CONFERE COM O ORIGINAL	
<i>Aplicado</i> Servidor	3533662 Matricula

PARTE EM BRANCO

*D*  
Aparecida Arantes Guerra  
Auxiliar Especializado  
TRT-18ª Região

Marcus Vinicio Loureiro de Araujo  
ADVOCADO



IONE CARNEIRO GUEDES CEZAR, brasileira, casada, servidora pública federal, CI RG nº 212.655/SSP/GO, 2ª via, residente e domiciliada nesta Capital;

MARGARIDA BORGES DE REZENDE, brasileira, casada, servidora pública federal, CI RG nº 716.562/SSP/GO, residente e domiciliada nesta Capital;

CONCEIÇÃO ESTER BUENO DE CAMPOS, brasileira, servidora pública federal, CI RG nº 225.955/SSP/GO, residente e domiciliada nesta Capital;

SILVANA RONCATO NUNES, brasileira, servidora pública federal, CI RG nº 1.426.510/SSP/GO, residente e domiciliada nesta Capital;

JÚLIA JANUÁRIA DAS DÔRES, brasileira, servidora pública federal, CI RG nº 424.754/SSP/GO, residente e domiciliada nesta Capital;

TEREZINHA DE JESUS RIBEIRO ARAÚJO, brasileira, solteira, servidora pública federal, CI RG nº 385.722/SSP/GO, 2ª via, residente e domiciliada nesta Capital;

ORLINDA DE SOUSA SILVA NUNES, brasileira, casada, servidora pública federal, CI RG nº 142.061/SSP/GO/2ª via, residente e domiciliada nesta Capital;

MARIA BISPO DOS SANTOS, brasileira, solteira, servidora pública federal, CI RG nº 349.584/SSP/GO/2ª via, residente e domiciliada nesta Capital;

MIRACI DA SILVA FLAUZINO, brasileira, casada, servidora pública federal, CI RG nº 276.713, 2ª via, SSP/GO, residente e domiciliada nesta Capital;

MARIA DAS GRAÇAS BEZERRA GERAES E ROCHA, brasileira, casada, servidora pública federal, CI RG nº 209.595, 2ª via, SSP/GO, residente e domiciliada nesta Capital;

ELZA DIVINA DE OLIVEIRA, brasileira, casada, servidora pública federal, CI RG nº 424.272/SSP/GO/2ª via, residente e domiciliada nesta Capital;

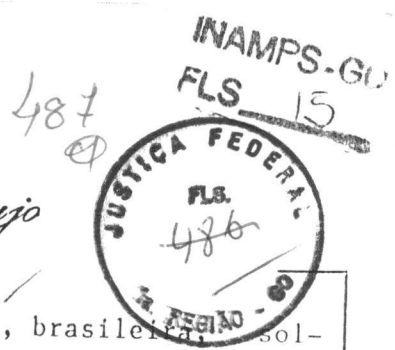
MARIA RITA ASSIS DOS SANTOS, brasileira, casada, servidora pública federal, CI RG nº 853582/SSP/GO, residente e domiciliada nesta Capital;

APPROVED FOR RELEASE  
191-187, 19880  
PART E M BRANCO

503-0022	161 09	19 93
CONFIDENTIAL		
MS/70	353 366	
Servidor	Metricula	

APPROVED FOR RELEASE  
191-187, 19880  
PART E M BRANCO

Marcus Vinício Loureiro de Araujo  
ADVOGADO



LÁZARA FELIZARDO NUNES, brasileira, solteira, servidora pública federal, CI RG nº 191.916/SSP/GO/ 2ª via, residente e domiciliada nesta Capital;

MARIA RADILJA CHARIFE DE ARAUJO, brasileira, casada, servidora pública federal, CI RG nº 533.712/SSP/GO, residente e domiciliada nesta Capital;

NAIR AIRES RIBEIRO, brasileira, casada, servidora pública federal, CI RG nº 54774/SSP/GO, residente e domiciliada nesta Capital;

AGOSTINHA DE JESUS BRANDÃO, brasileira, casada, servidora pública federal, CI RG nº 245.927/SSP/GO, residente e domiciliada nesta Capital;

MARIA DE LOURDES SOUZA PRADO, brasileira, casada, servidora pública federal, CI RG nº 508.532 SSP/GO, residente e domiciliada nesta Capital;

LOURDES ROSA PEREIRA, brasileira, casada, servidora pública federal, CI RG nº 559.942 SSP/GO, residente e domiciliada em Goiânia-Go;

DELCE MORENO CABRAL, brasileira, casada, servidora pública federal, CI RG nº 262.861/SSP/GO/2ª via, residente e domiciliada nesta Capital;

DEUSCÈLIA JOSÈ PEREIRA, brasileira, solteira, servidora pública federal, CI RG nº 452080 SSP/GO, residente e domiciliada nesta Capital;

ARMINDO MOYSÉS SILVA, brasileiro, casado, servidor público federal, CI RG nº 32.617/SSP/GO, residente e domiciliado nesta Capital;

MARIA DE LOURDES M. MCREIRA, brasileira, casada, servidora pública federal, CI RG Nº 218.231/SSP/GO, residente e domiciliada nesta Capital;

FRANCISCO PEREIRA BORGES, brasileiro, servidor público federal, CI RG nº 126.137/SSP/GO, residente e domiciliado nesta Capital;

MÁRIO PEREIRA DOS SANTOS, brasileiro, solteiro, servidor público federal, CI RG nº 157.109/SSP/GO/2ª via, residente e domiciliado nesta Capital;



PARTE EM BRANCO

*AP*  
Aparecida Aparecida Carreira  
Auxiliar Especializado  
TET-18ª. Região

508-0023, 16 / 07	1973
CONFERE COPIA ORIGINAL	
<i>Maria</i>	353.3662
Servidor	Matrícula

PARTE EM BRANCO

*R*  
Aparecida Aparecida Carreira  
Auxiliar Especializado  
TET-18ª. Região

*Marcus Vinicio Loureiro de Araujo*  
ADVOGADO



DINALVA DIAS DA SILVA, brasileira, casada, servidora pública federal, CI RG nº 363.238/SSP/GO, residente e domiciliada em Goiânia-Go;

MARIA RIBEIRO DA ROCHA, brasileira, solteira, servidora pública federal, CI RG nº 215.052/SSP/GO, residente e domiciliada nesta Capital;

ERIKA LAPOT SILVA, brasileira naturalizada, viúva, servidora pública federal, CI RG nº 75.635 SPMF/SDR/DPF/GO, residente e domiciliada nesta Capital;

DIVINA DE SIQUEIRA NUNES, brasileira, solteira, servidora pública federal, CI RG nº 872218/SSP/GO, residente e domiciliada nesta Capital;

ALAN KARDEC NOGUEIRA, brasileiro, casado, servidor público federal, CI RG nº 383.004/SSP/GO, residente e domiciliado nesta capital;

LUCÍLIA DAS GRAÇAS ANDRADE, brasileira, casada, servidora pública federal, CI RG nº 1.641.750/SSP/GO, residente e domiciliada nesta Capital;

IRENE DO CARMO PARREIRA, brasileira, solteira, servidora pública federal, CI RG nº 224.639/SSP/GO, residente e domiciliada nesta Capital;

SOLIMAR DE SOUZA MARTINS CERQUEIRA, brasileira, servidora pública federal, CI RG nº 826.232/SSP/GO, residente e domiciliada nesta Capital;

MARIA DO CARMO SÁ, brasileira, solteira, servidora pública federal, CI RG nº 61394/SSP/GO/2ª via, residente e domiciliada nesta Capital;

CLEYDE MARIA DA COSTA, brasileira, divorciada, servidora pública federal, CI RG nº 217.816/SSP/GO, residente e domiciliada nesta Capital;

VALDIVINA EUSTÁQUIO DE MOURA, brasileira, servidora pública federal, CI RG nº 359.811/SSP/GO, residente e domiciliada em Goiânia-Go;

IRANI DA SILVA FAQUINELLI, brasileira, casada, servidora pública federal, CI RG nº 548.106/SSP/GO, residente e domiciliada nesta Capital;



PARTE EM BRANCO

Deposito Especializado  
197-128, Região

588-8821	16	07	18	43
CONF. DE CONT. O. G. 197-128				
M. 197-128		353366.2		
Servidor		M. 197-128		

PARTE EM BRANCO

Deposito Especializado  
197-128, Região



*Marcus Vinício Loureiro de Araujo*

ADVOGADO



AURORA CASTELO BRANCO DA MOTA, brasileira, casada, servidora pública federal, CI RG nº 826.700/SSP/GO, residente e domiciliada nesta Capital;

MARIA PERPÉTUA ALVES DE LIMA, brasileira, solteira, servidora pública federal, CI RG nº 834.978/SSP/GO, residente e domiciliada nesta Capital;

WAGNA FARIAS LIMA, brasileira, solteira, servidora pública federal, CI RG nº 274.534/SSP/GO/2ª via, residente e domiciliada nesta Capital;

LAURA ROCHA GOMES, brasileira, servidora pública federal, CI RG nº 269.163/SSP/GO/2ª via, residente e domiciliada nesta Capital;

MARIA OLGA CALDEIRA DA LUZ, brasileira, servidora pública federal, CI RG nº 357110/SSP/GO, residente e domiciliada nesta Capital;

MARIA RITA DE JESUS ISAAC, brasileira, casada, servidora pública federal, CI RG nº 453.506/SSP/GO/2ª via, residente e domiciliada nesta Capital;

MARIA ANTUNES DE FRANÇA, brasileira, solteira, servidora pública federal, CI RG nº 630.720/SSP/GO, residente e domiciliada nesta Capital;

CARMEM RODRIGUES PAULINO, brasileira, solteira, servidora pública federal, CPF nº 132025451-91, residente e domiciliada nesta Capital;

LUIZ CARLOS CAMPOS, brasileiro, casado, servidor público federal, CPF nº 219585301-82, residente e domiciliado nesta Capital;

MARINA DE SOUZA BARBOSA, brasileira, casada, servidora pública federal, CI RG nº 952.034/SSP/GO, residente e domiciliada nesta capital;

SUMIHARA CASTRO RODRIGUES, brasileira, casada, servidora pública federal, CI RG nº 363.238 SSP/GO, residente e domiciliada nesta Capital;

NEIVA JOSÈ DA SILVA LIMA, brasileira, casada, servidora pública federal, CI RG nº 468.714/SSP/GO/2ª via, residente e domiciliada nesta Capital;

PARTE EM BRANCO

*P*

Aparelho: Aparelho Corêa  
Avaliação: 18.000,00  
Região: 18.000,00

508-0031, 161 03, 19 93

CONFERE COM O ORIGINAL

*M. Silva*

3533662

Servidor

Matrícula

PARTE EM BRANCO

*P*

Aparelho: Aparelho Corêa  
Avaliação: 18.000,00  
Região: 18.000,00

*Marcus Vinicio Loureiro de Araujo*  
ADVOGADO

INAMPS-GO



HAROLDO PEIXOTO DE OLIVEIRA, brasileiro, solteiro, servidor público federal, CI RG nº 82925/SSP/GO, residente e domiciliado nesta Capital;

TEREZINHA BELO FIRMINO, brasileira, servidora pública federal, CI RG nº 389.407 SSP/GO, residente e domiciliada nesta Capital;

ADELICIA ALVES SANTANA, brasileira, casada, servidora pública federal, CI RG nº 457.858 SSP/GO, residente e domiciliada em Goiânia-Go;

GERCELI MARQUES DA SILVA, brasileira, servidora pública federal, CI RG nº 427.712/SSP/GO/2ª via, residente e domiciliada nesta Capital;

LUZINETE PEREIRA DA SILVA, brasileira, casada, servidora pública federal, CI RG nº 510.966/SSP/GO, residente e domiciliada nesta Capital;

LINA ALVES DA CRUZ E VEIGA, brasileira, casada, residente e domiciliada nesta Capital, servidora pública federal, CI RG nº 222.753/SSP/GO/2ª via;

MARIA BALBINA SILVA SIMMONDS, brasileira, casada, servidora pública federal, CI RG nº 159.097/SSP/GO, residente e domiciliada nesta Capital;

MARIA JOSÈ DCS SANTOS, brasileira, solteira, servidora pública federal, CI RG nº 209.211/SSP/GO, residente e domiciliada nesta Capital;

FRANCISCA MARIA GOMES DA SILVA LEMOS, brasileira, solteira, servidora pública federal, CI RG nº 240223 SSP/GO, residente e domiciliada nesta Capital;

GETÚLIO EVANGELISTA NETO, brasileiro, casado, servidor público federal, CI RG nº 80.069/SSP/GO, residente e domiciliado nesta Capital;

MATILDE JÁCOME SANTIAGO, brasileira, solteira, servidora pública federal, CI RG nº 214.144 SSP/GO/2ª via, residente e domiciliada nesta Capital;

DENILDE ALVES BEZERRA, brasileira, solteira, servidora pública federal, CI RG nº 835716/SSP/GO, residente e domiciliada nesta Capital;

PARTE EM BRANCO

*P*  
Aparecida Aparelhas Cordeira  
Auxiliar E-Desativado  
TRT-18ª, Região

508-0022	16	09	10093
CIDADE DE SÃO PAULO			
<i>M. L. M.</i>		353366-2	
Serviço		Município	

PARTE EM BRANCO

*D*  
Aparecida Aparelhas Cordeira  
Auxiliar E-Desativado  
TRT-18ª, Região

491  
9  
*Marcus Vinicio Loureiro de Araujo*  
ADVOCADO



MARIA RODRIGUES SILVEIRA, brasileira, casada, servidora pública federal, CI RG nº 222.825/SSP/GC/2ª via, residente e domiciliada nesta Capital;

HONCRINA MARIA DIAS BATISTA, brasileira, solteira, servidora pública federal, CI RG nº 429.278 SSP/GC, residente e domiciliada nesta Capital;

ERNANDO GOMES DE SOUSA, brasileiro, servidor público federal, CI RG nº 527.632/SSP/GC, residente e domiciliado nesta Capital;

IOLANDA SOARES CINTRA, brasileira, servidora pública federal, CI RG nº 105.526/SSP/GC, residente e domiciliada nesta Capital;

MARIA HELENA CEZARINI CHAVARRIA, brasileira, casada, servidora pública federal, CPF nº 004485081-68, residente e domiciliada nesta Capital;

VANIA MACLINA DOS SANTOS, brasileira, servidora pública federal, CI RG nº 1.345.600/SSP/GO, residente e domiciliada nesta Capital;

EURLI DE FATIMA NEVES CINTRA, brasileira, viúva, servidora pública federal, CI RG nº 555.478/SSP/GC/2ª via, residente e domiciliada nesta Capital;

JULIANA DE PAULA SOUZA, brasileira, casada, servidora pública federal, CI RG nº 186.551/SSP/GC/2ª via, residente e domiciliada nesta Capital;

IRENE EUFRÁSIO DA SILVA TEIXEIRA, brasileira, casada, servidora pública federal, CI RG nº 1.403.390/SSP/GO/2ª via, residente e domiciliada nesta Capital;

ERIVAM BARBOSA GOMES, brasileira, desquitada, servidora pública federal, CI RG nº 272.530/SSP/GO, residente e domiciliada nesta Capital;

CLEIDE MARIA BORGES DE CASTRO, brasileira, casada, servidora pública federal, CI RG nº 258.146/SSP/GO, residente e domiciliada nesta Capital;

LUZIA PEREIRA DE ARAÚJO, brasileira, servidora pública federal, CI RG nº 483.186/SSP/GO, residente e domiciliada nesta Capital;

PARTE EM BRANCO

*P*  
Aparecida Trindade Corrêa  
Auxiliar Especializado  
TRT-18ª Região

508-002.1	16	09	1993
CONFERE COM O ORIGINAL			
<i>Marlene</i>		3533662	
Servidor		Marlene	

PARTE EM BRANCO

*P*  
Aparecida Trindade Corrêa  
Auxiliar Especializado  
TRT-18ª Região

*Marcus Vinicio Loureiro de Araujo*

ADVOGADO



EDLEUSA MARIA PIRES, brasileira, solteira, servidora pública federal, CI RG nº 1.431.612/SSP/GC/2ª via, residente e domiciliada nesta Capital;

MARIA FERREIRA DE JESUS HENRIQUE, brasileira, casada, servidora pública federal, CI RG nº 359.761/SSP/GO, residente e domiciliada nesta Capital;

RUBENS APARECIDO DE ALMEIDA, brasileiro, casado, servidor público federal, CI RG nº 1.416.708 SSP/GO, residente e domiciliado nesta Capital;

PAULO FERNANDES DE CASTRO, brasileiro, casado, servidor público federal, CI RG nº 89256/SSP/GO/2ª via, residente e domiciliado nesta Capital;

HELOIZA HELENA MENDONÇA A. MASSANARO, brasileira, casada, servidora pública federal, CI RG nº 471.944/SSP/GO, residente e domiciliada nesta Capital;

ILDA DE PAULA E SILVA, brasileira, solteira, servidora pública federal, CI RG nº 770.882/SSP/GO, residente e domiciliada nesta Capital;

WANTEILZO ANTUNES AYRES DE LIMA, brasileiro, casado, servidor público federal, CI RG nº 1.183.975/SSP/GO, residente e domiciliado em Jataí-Go; matrícula nº 5058198.

WANTEILDO ANTUNES AYRES DE LIMA, brasileiro, casado, servidor público federal, CI RG nº 848.523/SSP/GC, residente e domiciliado em Jataí-Go, matrícula nº 3591905;

ANTONIO FRANCISCO PEREIRA ASSIS, brasileiro, servidor público federal, CI RG nº 276.809/SSP/DF, residente e domiciliado em Jataí-Go;

MARIA HELENA PRADO DE CASTRO, brasileira, casada, servidora pública federal, CI RG nº 237.177/SSP/GO, residente e domiciliada em Jataí-Go;

NICE MARTA CARVALHO TIMÓTEO, brasileira, casada, servidora pública federal, CI RG nº 365.847/SSP/GO, residente e domiciliada em Jataí-Go;

VERA LÚCIA MARQUES DE DEUS, brasileira, servidora pública federal, CI RG nº 212.822/SSP/GO/2ª via, residente e domiciliada nesta Capital;



PARTE EM BRANCO

*P*  
Aprova. Inspec. TRL  
Auxiliar Especializado  
TRT-18ª. Região

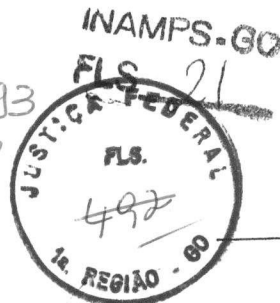
508-002.1, 16/09 1993	
CONFERE ORIGINAL	
<i>Netuno</i>	3533662
Servidor	Matrícula

PARTE EM BRANCO

*P*  
Aprova. Inspec. TRL  
Auxiliar Especializado  
TRT-18ª. Região



*Marcus Vinicio Loureiro de Araujo*  
ADVOGADO



RAIMUNDA PEREIRA DOS SANTOS, brasileira, solteira, servidora pública federal, CI RG nº 675.810/SSP/GO, residente e domiciliada nesta Capital;

TEREZINHA DE JESUS SILVA, brasileira, solteira, servidora pública federal, CI RG nº 84.402, 2ª via, SSP/GO, residente e domiciliada nesta Capital;

MARIA INÊS PINHEIRO COSTA, brasileira, solteira, servidora pública federal, CI RG nº 627.420/SSP/GO, residente e domiciliada nesta Capital;

CARMEM LÚCIA CURADO PUCCI GONÇALVES, brasileira, servidora pública federal, CI RG nº 141.379/SSP/GO, residente e domiciliada nesta Capital; todos servidores públicos federais autárquicos, regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho, consoante atestam os inclusos contracheques, por seu advogado e procurador adiante assinado (ms.js), inscrito regularmente na OAB/GO, sob o nº 2.272, com endereço profissional situado na Rua 94 nº 1.149, Setor Sul, nesta Capital, para onde deverão ser remetidas as notificações de estilo, vêm à íncrita presença de vossa Excelência, propor a presente

### **AÇÃO RECLAMATÓRIA TRABALHISTA.**

em desfavor do **INSTITUTO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA MÉDICA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - INAMPS**, entidade autárquica federal, integrante do Sistema Nacional da Previdência e Assistência Social - SINPAS, com sede de âmbito estadual, na Rua 82 nº 179, Setor Sul, nesta Capital, pelos motivos e fatos que adiante expõe a Vossa Excelência:

#### **I - DOS FATOS:**

- Histórico e Apreciação
- Verificação de Direitos

1. Indubitavelmente, foi no atual "Governo Sarney" que se registrou a maior defasagem salarial da história política-econômica do País. O poder aquisitivo do salário do trabalhador, de modo geral, e principalmente para o servidor-funcionário público federal, teve a sua maior perda já acontecida, chegando a mais de 80% no 2º semestre de 1987.

PARTE EM BRANCO

*P*  
Apostila - Livro 1 - 1993  
ADN-18, Região

508-002.1	161	09	11993
CONFERE LANC. ORIGINAL			
<i>ngelino</i>		3533662	
Servidor		Matricula	

PARTE EM BRANCO

*P*  
Apostila - Livro 1 - 1993  
ADN-18, Região

Marcus Vinicio Loureiro de Araujo

ADVOGADO



Estamente por efeito do malsinado "Plano Bresser", o qual, implantado no mês de junho-87 para socorrer a economia nacional, teve um resultado reconhecidamente inverso do programado, repetindo, em escala maior, os males e erros dos planos anteriores: "Cruzado I" e "Cruzado II".

2. Os movimentos de reivindicações de reajustes salariais dos servidores-funcionários da Previdência Social, a partir de agosto-87, não sensibilizaram a administração do IAPAS, INPS e INAMPS.

3. Pressionado pela greve, então deflagrada pelos servidores, de consequência, o Ministério da Previdência e Assistência Social, considerando a programada implantação do "Plano de Classificação de Cargos e Salários da Previdência Social", decidiu autorizar um "empréstimo" (ou "adiantamento", que se não um "abono") aos servidores das autarquias, a partir do mês de outubro de 1987.

4. Inicialmente, e procurando "evitar" a caracterização de um aumento salarial, e, com isso, a sua integração ao salário (ou vencimento), essa "gratificação" ("abono") foi concedida sob a rubrica denominada de

"092 - EMPRÉSTIMO PAT - ESP" cujos índices, para seu pagamento, se fizeram nas seguintes modalidades:

- no mês de OUTUBRO-87:

o valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) da remuneração efetivamente paga no mês de setembro-87;

- no mês de NOVENBRO-87:

o valor correspondente a 100% (cem por cento) da remuneração efetivamente paga no mês de setembro-87;

- no mês de DEZEMBRO-87:

igualmente, o valor correspondente a 100% (cem por cento) da remuneração efetivamente paga no mês de setembro-87.

5. Já no mês de JANEIRO-88, esse "abono", dito como "Empréstimo", passou a ser pago aos servidores como assim



PARTE EM BRANCO

*AP. ADM. Antônio Corrêa*  
Auxiliar Especializado  
TER-12ª Região

508-002.1.	16/07	/1993
CONFERE SEU ORIGINAL		
<i>M. Silva</i>	3533652	
Servidor	Matricula	

PARTE EM BRANCO

*AP. ADM. Antônio Corrêa*  
Auxiliar Especializado  
TER-12ª Região

495  
9  
*Marcus Vinício Loureiro de Araujo*  
ADVOCADO



constou dos contra-cheques (de cópias inclusas), pela rubrica denominada de

"092 - ADIANTAMENTO DO "PLANO DE  
CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS E  
SALÁRIOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL"

(092- Adiantamento PCCS)

(092-Adiantamento PEG HP 20/88)

sendo o seu valor calculado à razão de 100% da remuneração efetivamente paga no mês de dezembro-87 - portanto: devidamente atualizado esse "adiantamento" (anteriormente dito "empréstimo") naquele mês, janeiro-88, de acordo com o salário corrigido pelos índices percentuais da "URP".

6. Daí, nos meses seguintes, esse valor ficou inalterado, fixo, sem a correspondente aplicação dos índices das "URPs" respectivas, o que vale dizer: FICOU CONGELADO;

Esse "congelamento" foi mantido durante nove (9) meses seguidos: de fevereiro a outubro-88, inclusivos.

7. E, já a partir do contra-cheque do mês de NOVEMBRO-88, a verba paga sob a rubrica "092-ADIANTAMENTO PCCS", ou "092-ADIANTAMENTO PEG HP 20/88", foi devidamente corrigida com a aplicação dos percentuais da URP;

8. Desse procedimento, há que se observar, com destaque, para verificação e apuração de direitos:

1º) que

os valores pagos nos meses de outubro, novembro e dezembro-87, sob a rubrica denominada da "092 - EMPRÉSTIMO PAT-ESP", não foram vencidas e, tão-pouco, devolvidos através de qualquer "desconto" em folha-de-pagamento ou em contra-cheques, o que, logicamente, equivale ao seu reconhecimento como "acréscimo salarial";

2º) que

quando da alteração de denominação da verba "092- EMPRÉSTIMO PAT-ESP" para "092-ADIANTAMENTO PCCS" ou "092-ADIANTAMENTO PEG HP 20/88", a partir do mês de JANEIRO-88, não houve mudança de código de rubrica, continuando mantido o mesmo código, seja: "092", como assim se vê e se certifica das cópias de contra-cheques em anexo;

3º) que

os valores pagos a título de



PARTE EM BRANCO

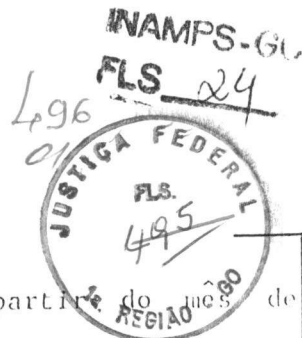
*P*  
Aparecimento Arquivo  
Auxiliar Especializado  
TBT-18º. Regido

508-002.1.16 / 09 / 1993	
CONFERE COM O ORIGINAL	
<i>M. Silva</i> Servidor	<i>3533652</i> Matricula

PARTE EM BRANCO

*EP*  
Aparecimento Arquivo  
Auxiliar Especializado  
TBT-18º. Regido

*Marcus Vinício Loureiro de Araujo*  
ADVOGADO



"Adiantamento PCCS" (ou "Adiantamento PEG HP 20/88"), a partir do mês de janeiro-88, foram considerados, igualmente com os dos salários e de outras vantagens, para efeito dos descontos mensais da Previdência Social, do Imposto de Renda Retido na Fonte, e da Assistência Patronal, segundo pode ser constatado pelos registros dos contra-cheques, sendo este um fato que comprova, de maneira irretorquível, a incorporação salarial desse dito "adiantamento", qual, assim, deve ser traduzido como "abono salarial";

4º) que

a aplicação dos percentuais da "URP" para a correção dos ditos "adiantamentos", efetivada a partir do mês de NOVENBRO-88, já é, por si, um inegável atestado do reconhecimento do direito dos servidores-funcionários de recebimento das correções, assim devidas, pelos índices percentuais das URPs respectivas, sobre os valores mensais dessa referida verba, então "congelados" nos meses de fevereiro-88 a outubro-88, inclusive.

II - DO DIREITO E DO MÉRITO:

1. O conceito de salário é indicado no artigo 457, §§, e no artigo 458, ambos da CLT. Excluídas as vantagens que não possuem natureza salarial, na forma das aludidas consolidadas, todas as demais constituirão salário:

§1º do art. 457-CLT

"Integram o salário, não só a importância fixa estipulada, como também, as comissões, percentagens, gratificações ajustadas, diárias para viagens e abonos pagos pelo empregador."

2. "Adiantamentos salariais" constituem aquilo que é pela legislação, doutrina e jurisprudência denominado ABONO.

3. E tendo sido esse "adiantamento salarial" -na verdade "abono salarial" - pago habitualmente e de maneira uniforme, deve ser considerado ajustado, e, como tal, não incide sobre ele qualquer compensação decorrente de aumento salarial normativo.

Este é o entendimento claro e pacífico de nossos tribunais trabalhistas,

PARTE EM BRANCO

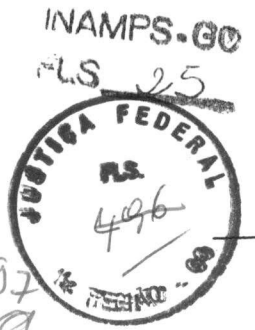
Apresentar Assinatura e Carimbo  
Auxílio e Preenchimento  
TIT-18ª, Região

508-002.1.16, 09 / 19 93	
CONFERE COM O ORIGINAL	
Servidor	Matrícula
<i>Mauro</i>	<i>353 3662</i>

PARTE EM BRANCO



*Marcus Vinício Loureiro de Araujo*  
ADVOGADO



inclusive do egrégio TST.

Bem ao contrário, pois, incide, sim, sobre ele os índices de reajustes e aumentos salariais normativos.

Daí a consonância com a disposição expressa do § 1º do art. 457 da CLT: "integra o salário".

4. Nessa mesma inteligência nos vêm os ensinamentos dos grandes mestres do direito do trabalho, dentre eles os renomados juristas ARNALDO SUSSEKIND, DÉLIO MARANHÃO e SEGADAS IANA, em sua grandiosa obra "INSTITUIÇÕES DE DIREITO DO TRABALHO", vol. I, 10ª edição, pág. 147:

"-Abonos de salário. No direito positivo brasileiro, o abono salarial, presentemente, na da mais representa do que salário. É que a Lei nº 1.999, de 1 de outubro de 1953, dirimindo controvérsias suscitadas sobre o seu "conceito, alterou a primitiva redação do § 1º do art. 457 da Consolidação das Leis do Trabalho, para o fde declarar expressamente que os abonos integram o salário. Por isso mesmo, o aumento salarial sob a forma de abono tende a desaparecer, já que a respectiva majoração, sem embargo da denominação empregada, constituirá salário para todos os efeitos legais.

.....  
Com a vigência da Lei nº 1.999, de 1953, que deu nova redação ao § 1º do art. 457 da CLT, ficou definitivamente resolvido que "os abonos pagos pelo empregador" integram o salário."

5. O abono salarial, ajustado ou prefixado pelo empregador, é uma dívida de valor, não podendo, portanto, ser congelado pelo empregador. Daí porque sobre ele incidem os reajustamentos



PARTE EM BRANCO

9

Aparecida Araújo Corêa  
Auxiliar Especializado  
TRT-18ª Região

508-002.1	16 / 09	1993
CONFERE COM O ORIGINAL		
Assinado 353 3662		
Servidor	Matrícula	

PARTE EM BRANCO

9

Aparecida Araújo Corêa  
Auxiliar Especializado  
TRT-18ª Região



*Marcus Vinício Loureiro de Araujo*

ADVOGADO

reajustes coletivos.

8. E o abono salarial, em questão, foi concedido e instituído (incorporando-se ao contrato de trabalho) com a expressa intenção de que deva ser calculado em função do salário normal do cargo efetivo; e que respeitar-se, portanto, tal modalidade estabelecida.

Dessume, pois, claramente, que os reajustamentos salariais coletivos incidem sobre o abono salarial ajustado.

9. Pelo critério objetivo, haverá este tácito sempre que a conduta do empregador, independentemente de sua intenção, der ao abono conotação de remuneração adicional, de caráter normal, pela sua habitualidade, periodicidade e uniformidade, com a qual passa a contar o empregado.

10. O abono salarial, na forma pre-estabelecida para seu pagamento, seja: atendido com o salário a que se referiu, é uma dívida de valor, não de dinheiro, insusceptível de suportar congelamento, sem ofensa ao artigo 468 da Consolidação das Leis do Trabalho.

11. Como assim visto, na forma doutrinária da matéria em foco, e consoante com o pensamento jurisprudencial respectivo, não resta a menor dúvida de que o dito "adiantamento" - ou abono salarial - concedido aos reclamantes há mais de um ano, integra a remuneração destes para todos os efeitos legais, não mais podendo ser suprimido, reduzido, ou, como vem procedendo o demandado, congelado.

### III - DO PEDIDO:

#### ISTO POSTO,

1. requerem os reclamantes que essa Junta e Colenda Junta julgue PROCEDENTE o pedido para, declarando incorporados os salários a verba paga sob o título de "ADIANTAMENTO DO PCCS" ou de "ADIANTAMENTO PEC MP 20/88" - abono salarial - , CONDENAR o reclamado:

1º) - a proceder seu reajuste da mesma forma que foram reajustados os salários dos reclamantes, a partir do mês de fevereiro-88 até o mês de outubro-88, inclusivos, como seja, com a aplicação dos índices percentuais da URP, a saber:

PARTE EM BRANCO

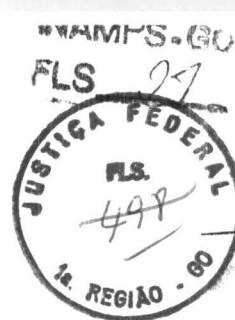
Apresentar em todo o tempo  
Auxílio Especializado  
TRI-18ª Região

508 602.1,16 / 09 / 19 93	
CONFERE COM O ORIGINAL	
Nº 353 3662	
Servidor	

PARTE EM BRANCO

Apresentar em todo o tempo  
Auxílio Especializado  
TRI-18ª Região

*Marcus Vinício Loureiro de Araujo*  
ADVOGADO



o mês de fevereiro '88	= 10,84%
" " " março '88	= 16,19%
" " " abril '88	16,19%
" " " maio '88	16,19%
" " " junho '88	17,68%
" " " julho '88	17,68%
" " " agosto '88	17,68%
" " " setembro '88	21,39%
" " " outubro '88	21,39%

2º) - a proceder, igualmente, a correção dos reajustes efetuados a partir do mês de novembro/88, dessa mesma verba em questão, tendo por base o seu valor reajustado para o mês de outubro-88, na forma acima explicitada, e, assim, automaticamente, nos meses subsequentes, deduzindo-se dos valores apurados, as quantias anteriormente pagas dos respectivos contra-cheques;

3º) - a pagar as parcelas vencidas e vincendas, reajustadas e corrigidas, inclusive naquilo que se refere a "13º" salários, férias, FGTS e gratificações, tudo a ser apurado em liquidação de sentença - e acrescido de juros e correção monetária, na forma da lei;

4º) - ainda, igualmente, ao pagamento das custas processuais e da verba honorária à razão de 20% do valor da condenação.

REQUEREM, mais, os reclamantes, o julgamento antecipado da lide, por se tratar aqui de matéria exclusivamente de direito, dispensada assim a produção de provas em audiência, na forma do art. 76º do Código de Processo Civil, de aplicação subsidiária prevista no art. 76º da CLT.

FINALMENTE, requerem a V. Exa., a constituição do Instituto-reclamada, na pessoa de seu representante legal, para comparecer em audiência a ser previamente designada por V. Exa., conteste o pedido e sob pena de revelia, e, a final, seja condenado ao pagamento das parcelas descritas em dobro, caso não sejam pagas na primeira audiência (Art. 76º da CLT), consideradas incontroversas.

Dá-se à causa para efeitos meramente executivos o valor de NGZ\$ 8.300,00 (oito mil e trezentos cruzados novos).



PARTE EM BRANCO

Aparecida Amendes Corrêa  
Auxiliar Especializado  
TRT-18ª. Região

508-0021	16/09	1993
CONFERE COM O ORIGINAL		
<i>msl</i>	3533662	
Servidor	Matrícula	

PARTE EM BRANCO

Aparecida Amendes Corrêa  
Auxiliar Especializado  
TRT-18ª. Região

*Marcus Vinicio Loureiro de Araujo*  
ADVOGADO



Termos em que,

Aguardam Deferimento.

Goiania-Go, 31 de maio de 1.989.

Pp.

MARCUS VINICIO LOUREIRO DE ARAÚJO  
- advogado -



PARTE EM BRANCO

EP  
Aparecida Mendes Cordeiro  
Auxiliar de Administração  
TRT-18ª Região

508-0021, 16 / 09 / 1993  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Assino 353 3662  
Servidor Matrícula

PARTE EM BRANCO

EP  
Aparecida Mendes Cordeiro  
Auxiliar de Administração  
TRT-18ª Região





PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 18ª REGIÃO

6ª JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE

GOIÂNIA GO

ENDERECO: 88 N.º 25 2º Andar Setor Sul

NOT. INT. N.º 1409 / 92 EM 06 / 03 / 92

INAMPS 08-0-000	
33094 13468	
DATA 16.03.92	DISTRIBUIÇÃO 501-002



PROCESSO N.º 1245 / 92

RECTE.: ACIR CORTE PIRES

RECD.: INSTITUTO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA MEDICA DA  
PREV. SOCIAL - INAMPS.

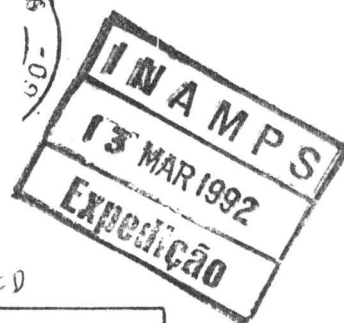
Pela presente, fica V. S.º notificado para o(s) fim(ns) previsto(s)  
no(s) item(ns) 01, 12 e 13 abaixo:

- 01 - Comparecer à audiência designada para o dia 06 de JULHO de 92  
às 13 horas e 45 minutos.
- 02 - Prestar depoimento pessoal, no dia e hora acima, sob pena de confissão.
- 03 - Prestar depoimento, como testemunha, no dia e hora acima.
- 04 - Tomar ciência da decisão constante da cópia anexa.
- 05 - Tomar ciência do despacho constante da cópia anexa.
- 06 - Contra-arrazoar recurso do(a) \_\_\_\_\_
- 07 - Impugnar embargos à execução.
- 08 - Contestar os embargos de terceiro autuados sob o N.º \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_
- 09 - Recolher as (os) \_\_\_\_\_ no valor de Cr\$ \_\_\_\_\_
- 10 - Prestar, como Perito, o compromisso legal, em \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_ ) dias.
- 11 - Prestar como Assistente, o compromisso legal, em \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_ ) dias.
- 12 - Comparecer à audiência inaugural, no dia e hora acima, quando V. S.º poderá apresentar sua  
defesa (art. 846 da C.L.T.), com as provas que julgar necessárias (arts. 821 e 845 da C.L.T.),  
devendo V. S.º estar presente, independentemente do comparecimento de seu representante, sendo-lhe  
facultado designar preposto, na forma prevista no parágrafo 1º do artigo 843 consolidado. O não  
comparecimento de V. S.º importará na aplicação da pena de revelia e confissão quanto a matéria  
de fato.
- 13 - Inicial instruída com doc. segue cópia anexa.

ad. 06.07.92 Proc. 1245/92 Int. 1409/92

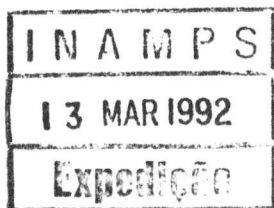
INSTITUTO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA MEDICA DA PREV.  
SOCIAL - INAMPS.

RUA 82, N.º 179, SETOR SUL,



Com SEED

CERTIFICO que o presente expediente foi encaminhado ao destinatário, via, postal, em 11, 03, 92, feira  
Diretor da Secretaria



13, 3, 92 NESTA  
Recebido nesta data  
A 508-002  
Recebeu



PARTE EM BRANCO

*P*  
Aparecida Arantes  
Auxiliar Especialista  
TBT-18ª Região

508-0023, 16 / 05 / 19 93
CONFUSÃO COM O ORIGINAL
<i>ng</i> <i>ve</i> 353 3662
Carilador

PARTE EM BRANCO

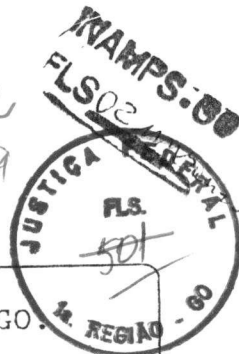
*P*  
Aparecida Arantes  
Auxiliar Especialista  
TBT-18ª Região

*Niltemar José Machado*

OAB/GO 8.121

ADVOCACIA

EXMO. SR. DR. JUIZ PRESIDENTE DA \_\_\_\_\_ J.C.J. DE GOIÂNIA-GO.



ACIR CORTES PIRES, brasileiro, separado judicialmente, médico, matrícula n. 4072723, portador da Cédula de Identidade n. 2.077,736, SSP-GO., residente e domiciliado na Avenida José Jacinto da Silva, nº-81, Araçu, Estado de Goiás, lotado no INSITUTO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA MÉDICA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL-INAMPS, consoante fazem prova os contracheques acostados à presente, através de seus procuradores judiciais infra-assinados (m.j), com escritório profissional localizado na Avenida Goiás n.174, 15º, Edifício São Judas Tadeu, s/l.510, Centro, nesta Capital, onde recebem as intimações forenses de costume, comparece à honrada presença de Vossa Excelência para propor, como de fato proposta está, a presente RECLAMATÓRIA TRABALHISTA em desfavor do INSTITUTO acima nominado, autarquia federal, com sede na Rua 82 n.179, Setor Sul, Centro, nesta Capital, pelos motivos de fato e fundamentos de direito a seguir expendidos:

I.

DA PARCELA REMUNERATÓRIA DENOMINADA "ADIANTAMENTO DO PCCS" OU "AD.PEC. LEI 7.686/88"

A parcela remuneratória paga sob o título de "ADIANTAMENTO DO PCCS" ou "AD.PEC.LEI-7.686/88", sob a qual incidem os reajustes recorrentes das URP's e demais aumentos sala-



PARTE EM BRANCO

Apurador Trâmites Correu  
Auxiliar Especializado  
TAT-18ª. Região

508-0021	16 / 09	11993
CONFERE COM O ORIGINAL		
<i>mauro</i>	3537662	Matricula
Servidor		

PARTE EM BRANCO

Apurador Trâmites Correu  
Auxiliar Especializado  
TAT-18ª. Região

*Niltemar José Machado*

OAB/GO 8.121

ADVOCACIA

503

RAMPS.00  
FLS 03



riais, não foi corrigida corretamente, ficando congelada a partir de fevereiro/88.

Preliminarmente, necessário de faz, de forma sintética, tecer comentários sobre a aludida verba.

A contar de outubro/87, o Reclamante recebeu, tendo em vista a implantação futura do Plano de Classificação de Cargos e Salários da Previdência Social, uma parcela remuneratória paga sob o título inicial de "EMPRÉSTIMO PAT. ESP.", cód. 092, percentualmente estipulada em 50% para outubro/87, com incidência dos cálculo sobre a remuneração do mês de setembro retrocitado ano.

Contudo, em janeiro/88, a citada parcela teve como índice de pagamento o percentual de 100% incidente sobre o salário do mês de dezembro/87, desta feita apresentada no contracheque do Reclamante não mais com a rubrica "EMPRÉSTIMO PAT ESPECIAL", mas como "ADIANTAMENTO PEC.mp 20/88", isto em decorrência da Medida Provisória n. 20, de 11-11-88, permanecendo inalterado o Código 092, por último passou a denominar-se "ADPEC. LEI-7.686/88", conservando o Código 092.

A aludida verba, a partir de fevereiro/88, ficou congelada, não se aplicando os índices resultantes das URP's, na forma estabelecida pelo Decreto -lei n. 2.335/87, "in verbis":

" Os valores de vencimentos, salários, proventos e demais gratificações e vantagens' ... ficam reajustados em 10,84%".

Como se vê, a lei determina seja a URP aplicada não só ao salário, como também às demais vantagens, englobando-se, assim, todos os demais valores recebidos pelos servidores, sem nenhum termo excludente.

O direito do Reclamante foi reconhecido a contar do momento em que o Instituto Reclamado fez incidir a URP sobre o "ADIANTAMENTO DO PCCS", fato afluído a começar de novembro/88, passando a referida verba a ser então um direito adquirido do Reclamante, devendo o seu reajustamento ser processado pela URP do período.



PARTE EM BRANCO

*P*  
Apt. 101, Lote 10, Quadra 101  
Avenida 101, Lote 10, Quadra 101  
TRT-18ª. Região

508-0021, 16/ 09 / 1993	
CONFERIR COM O ORIGINAL	
<i>Masilho</i>	3533652
Servidor	Matrícula

PARTE EM BRANCO

*P*  
Apt. 101, Lote 10, Quadra 101  
Avenida 101, Lote 10, Quadra 101  
TRT-18ª. Região

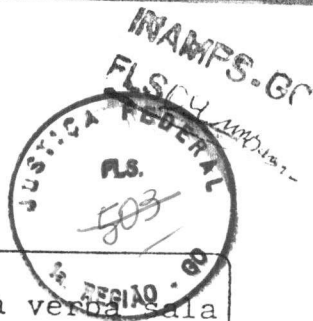
1

*Niltemar José Machado*

OAB/GO 8.121

ADVOCACIA

504  
ca



Vale lembrar que sobre referida verba salarial incidem os descontos da Previdência Social, Imposto de Renda Retido na Fonte, bem como os descontos da Assistência Patronal.

Dessa forma o direito do Reclamante é líquido e certo, nos termos do art. 5º, Inciso XXXVI, da nova Carta Política, "in verbis":

"A lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada".

Ademais, a matéria em discussão já formou jurisprudência unânime no TRT, onde todas as decisões são no sentido de reajustar, pelo índice da URP, a verba "ADIANTAMENTO DO PCCS", consoante é o entendimento da 10ª Região, abaixo transcrito:

"PCCS. ADIANTAMENTO. Tratando-se de verba de natureza salarial, sobre a mesma incidem os reajustes correspondentes à URP". (Proc. RO 4633/89-AC. 2ª T. n. 1990/90. in DJU de 13-09-90, pág. 20993, Relatora Juíza Guilhermina Freitas).

Além disso são incontáveis as sentenças prolatadas reconhecendo a procedência das ações referentes à verba aqui pleiteada.

Tanto é líquido e certo o direito do Reclamante que o Reclamado tem efetuado inúmeros acordos, visando ao pagamento de parte de diferenças sobre a aludida verba, já que, administrativamente, pagou somente parte do principal, devendo ser frisado que tais acordos foram parciais e relativos a novembro/88 a julho/89, consoante documento anexo, deixando, entre tanto, de efetuar o pagamento com a devida atualização monetária e juros legais devidos, pagando, portanto, somente parte do principal.

Assim sendo, pretende o Reclamante receber as diferenças havidas com o congelamento da retrofalada verba salarial no período de fevereiro/88 até a data de liquidação de sentença, com juros de mora e correção monetária, apurados a partir do momento em que se tornou devida a referida verba.

PARTE EM BRANCO

Apresentar todos os dados  
Assinatura e rubrica  
TRT-19ª Região

508-0021, 161	09	11993
CONFERE COM O ORIGINAL		
<i>mluo</i>	353 3662	
Servidor	Matricula	

PARTE EM BRANCO

Apresentar todos os dados  
Assinatura e rubrica  
TRT-19ª Região



*Niltemar José Machado*

OAB/GO 8.121

ADVOCACIA

WAMPS.GC  
FLS. 05



II.

DA PERDA SALARIAL DE 26,06% RELATIVA À INFLA  
ÇÃO DE JUNHO/87-DO CHAMADO "PLANO BRESSER"-DE  
CRETO -LEI 2.335/87, COM ALTERAÇÕES DO DECRE  
TO-LEI 2.336/87, IMPAGA PELO RECLAMADO.

Tem direito o Reclamante ao resíduo percentual acumulado e equivalente a 26,06% relativo a junho/87, não pago pelo Instituto Reclamado na data oportuna e mais as diferenças' posteriores, com reflexos nos outros reajustes subseqüentes, verbas estas que deverão ser pagas pelo Reclamado em primeira as sentada sob pena de lhe ser aplicada a dobra salarial prevista' no art. 467 da C.L.T., acrescidas de juros moratórios e correção monetária na forma da lei.

Vale dizer, o art. 21 do Decreto-Lei n. 2284/86 e posteriormente o art. 1º do Decreto-Lei n. 2302/86 asseguraram o reajuste sempre que a inflação atingisse o patamar de 20% (vinte por cento), com o disparo automático do gatilho, integrando no reajuste o excedente desse percentual.

O IBGE apontou para os primeiros 51 (quinze)' dias de junho/87 a inflação de 26,06%, antes de entrar em vigor o Decreto-Lei n. 2335/87, que instituiu a URP- Unidade de Referência de Preços. Portanto, quando entrou em vigor o referido ' Decreto-Lei, o Reclamante já tinha o direito adquirido ao reajusto de 26,06% em seu salário e referente à inflação de junho/87.

A propósito da matéria necessário se faz citar o que afirmou o insigne juiz Azulino de Andrade Filho do Egrégio TRT da 1ª Região, nos termos seguintes:

"...O reajuste normativo anual deve considerar, assim, o índice integral, inclusive, os 26,06% do mês de junho/87, expurgados do cálculo da inflação pelo chamado "Plano Bresser", mas relativos à inflação existente, e que corroeu os salários...apesar de seu expurgo injurídico... exatamente porque o direito do trabalho não pode cancelar o predomínio do econômico sobre o social, que marcou a política'

PARTE EM BRANCO

Aparecida Arantes Corrêa  
Auxiliar Especializado  
TRT-18ª. Região

508-002.1.16 / 09 - 11093  
CONFERE COM O ORIGINAL  
3533662  
Matrícula  
Estrutura

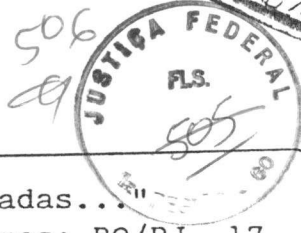
PARTE EM BRANCO

Aparecida Arantes Corrêa  
Auxiliar Especializado  
TRT-18ª. Região

*Niltemar José Machado*

OAB/GO 8.121

ADVOCACIA



salarial por mais de duas décadas...  
( DC 291/87- AC TRT 2ª GR.Turmas: RO/RJ- 17 -  
11-88 ). Acórdão 2ª T-3173/91-Proc. n. TST -  
RR- 16738/90.0

#### DA RECOMPOSIÇÃO SALARIAL-

O Decreto-Lei 2302/86, vigente em 1º de junho de 1987, estabelecia o reajuste automático de salários a cada vez que a variação acumulada do IPC atingisse 20% com a edição do Decreto-Lei 2335/87, não poderia este retroagir para expungir o reajuste automático, quando é certo que a classe trabalhadora dele fazia em 1º junho, posto que nesse mês a variação acumulada do IPC ultrapassou os 20%. Não se trata de expectativa de direito o caso em tela, mas sim de direito adquirido!"

Recurso de Revista conhecido e não provido.  
Acórdão -2ª T-3173/91-Proc. n.TST- RR-16738 /  
/90.0-Brasília, 09 de setembro de 1991.

Assim sendo, desde já requer a integração ao salário do Reclamante, para todos os efeitos legais, do percentual de 26,06% , a contar de junho/87, e com incidência nas demais verbas, tais como férias, 13º salário, FGTS e R.S.R. devidos de junho/87 em diante, acrescidos de juros e correção monetária.

#### III.

DAS URP's DE ABRIL E MAIO/88- NO PERCENTUAL'  
DE 16,19% (CADA MÊS)- CONFISCADA PELO RECLAMADO.

O Instituto Reclamado não aplicou ao salário do Reclamante e demais parcelas remuneratórias os reajustes de correntes das URP's - Unidade de Referência de Preços, relativas aos meses de abril e maio/88, sendo tal incidência assegurada pelo Decreto-Lei n. 2235/87, no seu art. 8º, § 1º, no percentual de 16,19% cada mês, de forma progressiva e cumulativamente, consoante fixado pela Portaria GM/MF n.120, publicada no D.O.U. de 01-03-88.

Em consequência disso, os valores pagos ao Reclamante em abril e maio/88 e meses subsequentes foram aquém'

PARTE EM BRANCO  
Aparelho Arquivo  
Auxiliar Especializado  
TBT-18ª Região

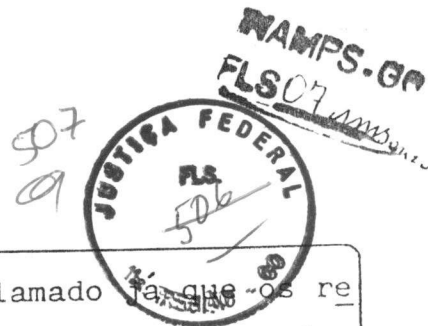
5080023 16/ 09 1997  
CONFERIR COM O ORIGINAL  
M. Silva 3533662  
Servidor

PARTE EM BRANCO  
Aparelho Arquivo  
Auxiliar Especializado  
TBT-18ª Região

*Niltemar José Machado*

OAB/GO 8.121

ADVOCACIA



dos devidos, face à omissão do Instituto Reclamado, já que os reajustes salariais posteriores foram lançados sobre base de cálculo inferior

A URP dos meses de abril e maio/88 ficou congelada em razão do Decreto-Lei n. 2425/88, que, além de ilegal, é manifestamente inconstitucional, consoante já declarado pela Superior Instância Trabalhista, pois senão vejamos:

" URPS- ABRIL E MAIO/88. Devidas em razão de ter o Decreto-Lei 2.425/88 ferido a Constituição Federal (art. 5º, Caput e Inciso 36). Revista desprovida".

( Ac. da 1ª T. n. 2770/91- RR 17339/90.4, Recorrente: Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia-SUDAM-Recorridos: Alfredo de Alcântara Damasceno e Outros, Ac. do TST de 26-08-91).

Assim, não se aplicando as URP's consoante os dispositivos legais houve gritante transgressão ao art. 5º, Inciso XXXVI da nova Carta da República.

Por isso, é direito do Reclamante a integração progressiva e cumulativa dos percentuais correspondentes às URP's dos meses de abril e maio/88, sobre todas as verbas remuneratórias, com integração nas férias, 13º salário, FGTS, R.S.R. e demais verbas remuneratórias, devendo o Instituto REclamado efetuar o pagamento em primeira assentada sob pena de incorrer no pagamento da dobra salarial na forma contemplada pelo art. 467º Consolidado.

#### IV.

DA URP DE FEVEREIRO NO PERCENTUAL DE 26,05 %  
CONFISCADA PELO RECLAMADO

Como é público e notório, o REclamado deixou de pagar ao Reclamante a URP de fevereiro/89, no percentual de 26,05%, sobre o salário de janeiro/89 devido ao Reclamante, tendo em vista a Lei n. 7730/89, que extinguiu, através do art. 5º e 7º, a URP para aquele mês, o que manifestamente é inconstitucional, por ferir disposição expressa do art. 5º, Inciso XXXVI, da nova Carta Política, ou seja, o direito adquirido.



PARTE EM BRANCO

Aperfeiçoamento  
Auxiliar Especializado  
TRI-18ª Região

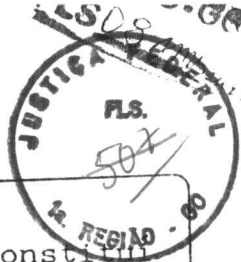
508-0023. 161 09 1893  
CONFERE COM O ORIGINAL  
M. Silva 353 3662  
Servidor Matricula

*Niltemar José Machado*

OAB/GO 8.121

ADVOCACIA

508



A URP de fevereiro/89 já havia se constituído em direito líquido e certo de todos os assalariados, a partir da publicação da Portaria Ministerial n. 354, de 02-12-88, a qual fixou o seu índice em 26,05%, a ser concedido nos meses de dezembro/88, janeiro e fevereiro/89, sendo este o fato gerador do direito.

Com efeito, a Medida Provisória n. 32, aprovada pela Lei n. 7730/89, nada parte que extinguiu o reajuste salarial da URP de fevereiro/89, é manifestamente inconstitucional, conforme entendimento do Egrégio Tribunal Superior do Trabalho, "in verbis":

URP DE FEVEREIRO/89- A URP de fevereiro de 1989 não constitui expectativa de direito, mas sim direito adquirido dos trabalhadores, uma vez que tinha como objetivo repor as perdas salariais ocorridas no trimestre anterior. Recurso de Revista a que se nega provimento. Acórdão 1ª T-2838/91 -Proc. n. TST-RR-20488 /91. 4.

Mister se faz salientar que a expressa antijuridicidade e inconstitucionalidade da Medida Provisória n.32 e seus reflexos, atentam mesmo contra os elementares princípios gerais de direito do trabalho. Objetivamente, ao impor a supressão do pagamento da URP relativa ao mês de fevereiro/89, materializa-se o ato retroativo para criar direito novo, desfavorecendo e causando prejuízos aos assalariados e hipossuficientes. A revogação peremptória do diploma legal que a antecedia (Decreto-Lei n. 2335/87) inatinge suas normas regulamentares ou operativas como aqui declina Portaria Ministerial n. 354, de 30 de dezembro/88, determinadora do índice de 26,05% às URPs de dezembro/88, janeiro e fevereiro/89. No tocante ao questionamento alusivo à legalidade de seu objeto, não pode a lei, enfim a Medida Provisória Gerar efeitos retroativos, desde então sobrepujando-se a direito adquirido, no caso o recebimento da URP de fevereiro/89, resultante de ato jurídico perfeito, desde a publicação da Portaria Ministerial n. 354/88.

A malsinada Medida Provisória, ao suprimir a

PARTE EM BRANCO

Aparelho Analisador Corréu  
Auxiliar Especializado  
THT-18ª Região

508-0023. 161 09 119 92

CONFERE COM O ORIGINAL

Assine 3533662

Servidor Matrícula



1 *Niltemar José Machado*

OAB/GO 8.121

ADVOCACIA

URP de fevereiro/89, no percentual de 26,05%, peca induzida mente contra o direito adquirido que tinha o Reclamante seqüentemente contra a preceito constitucional disposto no art. 5º, Inciso XXXVI, da nova Carta Maior.

Referida verba e seus reflexos deverão ser pagos pelo Reclamado em primeira assentada, sob pena de ser a plicada a dobra salarial prevista no art. 467 da C.L.T., acrescidos de juros moratórios e correção monetária na forma da lei.

V.

DO PEDIDO  
=====

Face às razões de fato e de direito expendidas, o Reclamante requer a Vossa Excelência:

a) - A citação do Instituto Reclamado, na pessoa de seu representante legal, no endereço constante do preâmbulo desta peça inaugural para, querendo, contestar a presente Reclamatória sob pena de revelia e confissão;

b) - O pagamento ao Reclamante das diferenças havidas da verba "ADIANTAMENTO PEC. LEI 7686/88 " ou "ADIANTAMENTO DO PCCS", de fevereiro/88 até a data de liquidação de sentença, com incidência de juros de mora e correção monetária na forma da lei, já que parte do principal foi pago administrativamente, sendo que as diferenças da mencionada verba deverão incidir sobre as férias, 13º salário e demais gratificações, parcelas vencidas e vincendas, com sua integração ao salário;

c) - O pagamento de percentual de 26,06% pela perda salarial imposta pelos Decretos-Leis n. 2335 e 2336/87 (Plano Bresser), confiscadores do salário do Reclamante, com reflexos nas férias, 13º salário e demais gratificações, com plena integração ao salário;

d) - A condenação do REclamado no pagamento das diferenças havidas com o congelamento das URP's de abril e maio/88 e seus reflexos nas férias, 13º salário e demais gratificações, com integração ao salário do Reclamante;

e) - O pagamento da URP de fevereiro/89, no

PARTE EM BRANCO

Apresenta 2 folhas  
Aux. de Especializado  
TRI-18, Região

508-0021, 16 / 09 / 19 93  
CONFIRME COM O ORIGINAL  
mslve  
Matrícula  
Sertidor

Villemar José Machado

OAB/GO 8.121

ADVOCACIA

percentual de 26,05%, e mais resíduo inflacionário de janeiro a abril/89, com reflexos nas férias, 13º salário e demais gratificações, com integração ao salário;

f) - O julgamento antecipado da lide uma vez que se trata de matéria exclusivamente de direito, sem necessidade de produção de prova em audiência, nos termos do art. 330, Inciso I, do CPC;

g) - A condenação do Instituto Reclamado ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios à luz do art. 133 da Constituição Federal, Lei n. 4.215/63 e art. 20 do Código de Processo Civil, à base de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da condenação;

h) - Seja concedido ao Reclamante os benefícios da Assistência Judiciária Gratuita nos termos da Lei número 1.060/50, já que o REclamante é um simples servidor público, vivendo única e exclusivamente do salário que recebe da Instituição Reclamada;

i) - Requer ainda que o cálculo de cada parcela seja efetivado, levando-se em conta as demais parcelas, ou seja, cumulando-se parcelas com parcelas, tudo isso com reflexo nas férias, 13º salário e demais gratificações, incidente sobre a remuneração total do REclamante, parcelas vencidas e vincendas... tudo a apurar em liquidação de sentença, com incidência de juros e correção monetária até a data do efetivo pagamento, com incorporação ao salário.

Sobrevindo a instrução, protesta o Reclamante provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos, especialmente pelo depoimento pessoal do Representante Legal do Instituto Reclamado, sob pena de confissão, o que desde já fica requerido, oitiva de testemunhas, juntada de novos documentos etc.

Dá-se à presente causa o valor de Cr\$. .... 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros).

Pede e aguarda deferimento.

Goiânia, 26 de fevereiro de 1992

Villemar José Machado

OAB-Go. N.º 8121

C.P.F. - N.º 132.609.441-68



PARTE EM BRANCO

Apresenta: *P*  
Assinatura: *P*  
Tribunal: *P*

508-1611 16/09/1993  
CORRETORES JORNAL ORIGINAL  
353 366.2  
Matricula  
Servidor

PARTE EM BRANCO

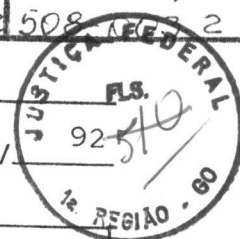
Apresenta: *P*  
Assinatura: *P*  
Tribunal: *P*  
Tribunal: *P*  
Tribunal: *P*



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 18ª REGIÃO

INAMPS 08-0-0000	
33094	13387 / 92
DATA GO 04.03.92	DISTRIBUIÇÃO 508

6ª JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE GOIÂNIA - GO  
ENDEREÇO: \_\_\_\_\_  
NOT. INT. Nº 1142 / 92 EM 25 / 02



PROCESSO Nº	993 / 92
RECTE.:	LUIZ MAURO DE S. VASCONCELOS.
RECDO.:	INSTITUTO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA MEDICA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - INAMPS.

511  
9

Pela presente, fica V. S.º notificado para o(s) fim(ns) previsto(s) no(s) item(ns) 01, 12 e 13 abaixo:

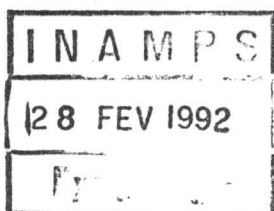
- x 01 - Comparecer à audiência designada para o dia 16 de JUNHO de 92 às 13 horas e 15 minutos.
- 02 - Prestar depoimento pessoal, no dia e hora acima, sob pena de confissão.
- 03 - Prestar depoimento, como testemunha, no dia e hora acima.
- 04 - Tomar ciência da decisão constante da cópia anexa.
- 05 - Tomar ciência do despacho constante da cópia anexa.
- 06 - Contra-arrazoar recurso do(a) \_\_\_\_\_
- 07 - Impugnar embargos à execução.
- 08 - Contestar os embargos de terceiro autuados sob o Nº \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_
- 09 - Recolher as (os) \_\_\_\_\_ no valor de Cr\$ \_\_\_\_\_
- 10 - Prestar, como Perito, o compromisso legal, em \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_ ) dias.
- 11 - Prestar como Assistente, o compromisso legal, em \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_ ) dias.
- x 12 - Comparecer à audiência inaugural, no dia e hora acima, quando V. S.º poderá apresentar sua defesa (art. 846 da C.L.T.), com as provas que julgar necessárias (arts. 821 e 845 da C.L.T.), devendo V. S.º estar presente, independentemente do comparecimento de seu representante, sendo-lhe facultado designar preposto, na forma prevista no parágrafo 1º do artigo 843 consolidado. O não comparecimento de V. S.º importará na aplicação da pena de revelia e confissão quanto a matéria de fato.
- x 13 - Inicial instruída com doc. segue cópia anexa.

Aud. 16.06.92 Proc. 993/92 Int. 1142/92

INSTITUTO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA MEDICA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - INAMPS.

RUA 82, Nº 179, SETOR SUL,

108-002.1 28 / 02 / 92 NESTA  
1 - Recebido nesta data  
2 - A 50800/10  
TRT 1.30.033 Rubrica *mpuho*



CERTIFICO que o presente expediente foi encaminhado ao destinatário, via postal, em 27.02.92 5ª WM em 27.02.92 5ª WM Diretor da Secretaria
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Paulo Fleury da Silva e Souza Neto  
Funcionário Requisitado

Rua da In. 25 - 30. Andar - Setor Sul  
Rua da In. 25 - 30. Andar - Setor Sul

6a. JCI de Goiânia-GO  
Rua da In. 25 - 30. Andar - Setor Sul

**PARTE EM BRANCO**  
Apoio à Lenda Cordeiro  
Auxiliar Especializado  
THT-18ª Região

508-002.1, 16/09/1993

CONFERE COM O ORIGINAL

Servidor

Matrícula

AGROJURIS

ADVOCACIA E ASSESSORIA

Exmo. Sr. Dr. Juiz Presidente da Junta de Conciliação e  
mento em Goiás.



LUIZ MAURO DE S. VASCONCELOS, brasileiro, ca  
sado, servidor público federal, CI 678.562-SSP/GO, CPF 002.526.  
461-34, residente e domiciliado à Rua L nº 74, aptº 900, Setor  
Oeste, nesta Capital, vem, por seus advogados e procuradores que  
a esta subscrevem, "ut" instrumento de mandato acostado à presen  
te, devidamente inscritos na OAB/GO, sob os nºs 3.750 e 7.401, '  
com endereço profissional abaixo impresso, onde recebem as inti  
mações de estilo, propor a presente

RECLAMATÓRIA TRABALHISTA

Em desfavor do Instituto Nacional de Assis  
tência Médica da Previdência Social - INAMPS, com sede à Rua 82  
nº 179, Setor Sul, nesta Capital, onde deverá ser notificado, na  
pessoa de seu representante legal, consoante a legislação perti  
nente pelas razões que passam a expor:

1. Tendo em vista os erros e fracassos dos pla  
nos econômicos desde os chamados "Cruzado I" e "Cruzado II", além  
do malsinado "Plano Bresser", e a consequente perda do poder  
aquisitivo do salário, teve início, por parte dos trabalhadores,

A handwritten signature, possibly 'JP', located at the end of the first paragraph of the claim.

PARTE EM BRANCO

Apresentar em duas cópias  
Auxílio E Desempenho  
THT-18\*, Região

508-002.1, 16/09/1993

CONFERE COM O ORIGINAL

*W* 3582329

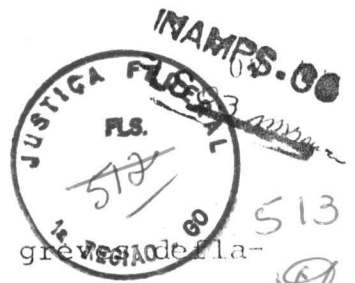
Servidor

Matricula



# AGROJURIS

ADVOCACIA E ASSESSORIA



uma fase de pressão ao Governo Federal, através de greves e manifestações gradas e movimentos reivindicatórios, ao que, o Ministério da Previdência e Assistência Social levando em consideração a programada implantação do "Plano de Classificação de Cargos e Salários da Previdência Social", decidiu instituir um abono ou adiantamento, que figurando nos contra-cheques dos autores sob a rubrica denominada de "092 - EMPRÉSTIMO PAT-ESP" e cujos índices, para seu pagamento, se fizeram nas seguintes modalidades:

No mês de outubro/87, o valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) da remuneração efetivamente paga no mês de setembro/87;

No mês de novembro/87, o valor correspondente a 100% (cem por cento) da remuneração efetivamente paga no mês de setembro/87;

No mês de dezembro/87, igualmente, o valor correspondente a 100% (cem por cento) da remuneração de setembro/87.

2. A partir de janeiro de 1.988, essa vantagem, dita como empréstimo, passou a ser paga aos servidores, como comprovam os contra-cheques em anexo, figurando nos mesmos sob a rubrica de:

"092 - ADIANTAMENTO DO "PLANO DE CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS E SALÁRIOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL"

ou

"092 - ADIANTAMENTO PEC MP 20/88"

Referido valor foi calculado à razão de 100% (cem por cento) da remuneração efetivamente paga no mês de dezembro/87, portanto devidamente atualizado de acordo com o salário corrigido pelos índices percentuais da URP.

Apesar de tudo, a Autarquia-Reclamada desde janeiro de 1988, vinha recusando-se, em frontal desobediência à disposição legal, a proceder a aplicação da URP sobre esta parcela da remuneração dos reclamantes, produzindo nos salários dos

PARTE EM BRANCO

Aparecida Amândia Corrêa  
Auxiliar E. Previdenciária  
TRT-18ª. Região

508-002.1,	161	09	19	93
CONFERE COM O ORIGINAL				
wdf		3582329		
Servidor		Matricula		

# AGROJURIS

ADVOCACIA E ASSESSORIA

mesmos uma defasagem injusta e insuportável.

Nos meses seguintes de janeiro a outubro de 1988 (durante dez meses seguidos) esse valor ficou congelado com a correspondente aplicação dos índices das URPs respectivas, sendo que somente a partir de novembro/88, a verba paga sob a rubrica supra-mencionada, foi corrigida com a aplicação dos percentuais da URP;

Vieram, portanto, aplicar os percentuais da URP para a correção dos ditos "empréstimos" somente através da Medida Provisória nº 20 de 11-11-88, nos termos do § 1º do art. 8º, num caracterizado reconhecimento do direito dos servidores de acordo com os índices percentuais das URPs respectivas, sobre os valores mensais dessa verba.

Ocorre, entretanto, que referida aplicação teve como base somente os valores de janeiro daquele ano e, portanto, mantendo até hoje, o que vem aplicando mês a mês a defasagem já existente. Isso significa que, o adiantamento do PCCS continuaria sendo pago considerando os valores nominais percebidos em janeiro de 1988.

3. Realmente, a Lei determina a incidência da URP não só sobre o salário, como também sobre as demais vantagens, conceito este que engloba os diversos valores percebidos pelos servidores, sem distingui-los entre os quais o que se convencionou chamar, aleatoriamente, PCCS.

Assim dispõe a Portaria nº 206 de 02-02-89, editada com base no Decreto-Lei nº 2333/87, in verbis:

"Os valores de vencimentos, salários, proventos %, demais gratificações e vantagens..... ficam reajustados em 10,84 (Dez vírgula oito e quatro por cento).

De consequente, dúvidas inexistem quanto ao fato do valor rotulado de PCCS estar sob o artigo da URP uma vez que a antecipação do PCCS não passa de singelo acréscimo salarial deste diferenciado apenas pelo rótulo e pela discriminação no

INAMPS-08  
FLS 04



PARTE EM BRANCO

Apresentar Atualizar Cartão  
Assim Especializado  
THT-18ª Região

508-002.1, 161 09	119 93
CONFERE COM O ORIGINAL	
	3582329
Servidor	Matricula

contra-cheque. Em assim sendo, deverá ser incorporado ao salário, como salário que é.

Necessário esclarecer que não se trata, aqui, de adiantamento a ser devolvido posteriormente em salários futuros. A antecipação em foco tem a natureza do aumento salarial, sob a forma de adiantamento, a integrar definitivamente o salário dos servidores.

Observe-se que, quando da alteração de denominação da verba "092 - EMPRÉSTIMO PAT-ESP" para "092 - ADIANTAMENTO PCCS" ou "092 - ADIANTAMENTO PEC MP 20/88", a partir de janeiro/88, continuou mantido o mesmo código "092".

A continuidade do recebimento, pelos servidores, do adiantamento do PCCS, era uma questão de direito adquirido, incorporado aos salários dos mesmos, não cabendo à Administração se manifestar sobre tal aspecto.

De consequente, na forma doutrinária da matéria em foco e consoante o pensamento jurisprudencial respectivo, não resta a menor dúvida de que dito "adiantamento", concedido ao reclamante há mais de um ano, integra a remuneração deste para todos os efeitos legais, não mais podendo ser suprimido, reduzido ou, como vem procedendo a Autarquia-Reclamada, congelado.


4. Posteriormente, reconhecendo o débito, o Governo Federal determina ao Sistema de Saúde, o pagamento do PCCS, mas tão somente de novembro de 1988 a julho de 1989. Ora, ao pagar parte daquilo que era devido, o Governo não somente reconheceu o direito dos funcionários como também "ipso facto", tornou-se claro, devedor do restante e que se referem aos meses de janeiro/88 a outubro/88, além da correção monetária devida.

#### DO PEDIDO

Ante o exposto, requer o reclamante seja julgado procedente o pedido para, declarando incorporada aos salários a verba paga sob o título de "adiantamento do PCCS" ou de "adiantamento PEC-MP 20/88", condenar a Autarquia-Reclamada ao pagamento dos reajustes do PCCS no período de janeiro de 1988 a

PARTE EM BRANCO

Aplicação Acórdão  
Auxiliar Especificação  
TRT-18ª Região

508-002.1.16/09	1993
CONFERE COM O ORIGINAL	
	3502329
Servidor	Matricula

AGROJURIS

ADVOCACIA E ASSESSORIA

outubro de 1988, da mesma forma que foi reajustado o salário do Reclamante no dito período, com a aplicação dos índices percentuais da URP, ainda, ao pagamento naquilo que se refere a salário, férias e gratificações, correção monetária devida e demais consectários cabíveis, valores a serem apurados pelo contador desse ilustrado Juízo.


Requerem, mais a citação do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social - INAMPS, na pessoa de um dos seus procuradores, a fim de que, querendo, conteste a presente ação sob pena de confissão e revelia.

Protestando por todos os meios de provas em direito admitidos, inclusive juntada posterior de documentos e dando à presente o valor de Cr\$ 126.000,00 (cento e vinte e seis mil cruzeiros),

Pede e espera deferimento.

Goiânia, 17 de dezembro de 1991.

ARMANDO ABEL DE ARAGÃO FERNANDES  
OAB/GO nº 3759

  
ELIZABETH LEÃO  
OAB/GO nº 7401

INAMPS.00  
FLS 06



PARTE EM BRANCO

Apresenta: *Q* *Trabalho* *Carreira*  
Auxiliar e Descontado  
THT-18º Região

508-002.1, 16/09	1993
CONFERE COM O ORIGINAL	
<i>W</i>	3582329
Servidor	Matricula



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU  
Seção Judiciária do Estado de Goiás  
TERCEIRA VARA



MANDADO DE CITACÃO

INAMPS	
08-0-0000	
33094	PR. TO 16898 / 93
DATA 06 07 93	DISTRIBUIÇÃO 508-002

O DOUTOR CARLOS HUMBERTO DE SOUSA,  
JUIZ FEDERAL DA TERCEIRA VARA DA SE-  
ÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE GOIÁS, NA  
FORMA DA LEI, ETC...

**M A N D A** ao Oficial de Justiça sob  
sua jurisdição que, em cumprimento ao presente mandado, expedido  
nos autos da Ação Ordinária proposta por SYRIO QUINAN E OUTROS  
contra o INAMPS - INSTITUTO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA MÉDICA DA  
PREVIDÊNCIA SOCIAL, C I T E, nesta Capital, à Rua 82, nº 179,  
10º andar, Setor Sul, o INAMPS - INSTITUTO NACIONAL DE ASSISTÊN-  
CIA MÉDICA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, na pessoa de seu representante  
legal, de todos os termos e atos da mencionada ação e, querendo,  
no prazo legal, contestar o pedido, conforme consta dos art. 297  
c/c 188, ambos do CPC, sob pena de não o fazendo, serem presumi-  
dos aceitos, como verdadeiros, os fatos alegados pelo(s)  
autor(es), (arts. 285, 2ª parte e 319 do CPC), tudo de conformi-  
dade com a petição inicial, petição de emenda e despacho, anexos  
por cópias, fazendo parte integrante deste como se transcritos  
fossem.

**CUMRA-SE.**

Goiânia, 02 de julho de 1993.

Eu, Túlio Amaral Kafu-  
ri), Atendente Judiciário, digitei. E eu, Mylander Macedo Silva,  
(Mylander Macedo Silva), Supervisor da Seção de Processamentos  
Cíveis, conferi e subscrevo, indo devidamente assinado pela Di-  
retora de Secretaria, de ordem do MM. Juiz Federal.

Litamar Alves Sercone  
DIRETORA DE SECRETARIA

PROCURADORIA REGIONAL DO INAMPS EM GOIÁS

Recebido em 05/07/93

às 15:00 horas

Proc. nº 91.5796-7/01000

Antonio Augusto de Siqueira  
Procurador Regional - INAMPS-GO  
OAB-GO n.º 7.053



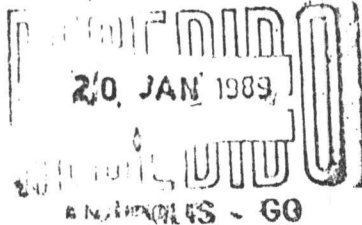
**PARTE EM BRANCO**

Arquivo Geral da  
Admin. do Estado  
Trib. de Reg. e  
Trib. de Rec. e  
Trib. de Rec. e

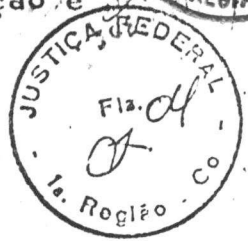
508-0021, 161 09 119 93	
CONFERE COM O ORIGINAL	
<i>DP</i>	338 2329
Servidor	Matricula

Exmo. Sr. Dr. Juiz Presidente da Junta de Conciliação e  
Julgamento de Anápolis.

JUSTIÇA DO TRABALHO



Milma Mendes de Sousa  
SECRETARIA ESPECIALIZADA  
JCI ANÁPOLIS - GO



SYRIO QUINAN, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado nesta cidade, na Rua Aluisio Crispim, 34, Centro,

ARNALDO MIEREVALDO KALUPNIEK, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado nesta cidade, na Praça das Mães, 74, Centro,

MARILDA SILVA DO VALLE, brasileira, casada, agente administrativo, residente e domiciliada nesta cidade, na Av. 01, Q. 01, L. 05, Bairro Jardim Mirage,

FRANCISCO MARIANO DE ARAÚJO, brasileiro, casado, agente administrativo, residente e domiciliado nesta cidade, na Rua 14 de Julho, 323, Centro, e

RUI JOSÉ DA SILVA, brasileiro, casado, agente de portaria, residente e domiciliado nesta cidade, na Rua Santa Cruz, Q. 4, Lt. 01, Parque Iracema,

via do Procurador e Advogado signatário, com escritório profissional no endereço impresso, vêm propor RECLAMAÇÃO TRABALHISTA em desfavor do INSTITUTO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA MÉDICA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - INAMPS, Autarquia Federal, com representação e estabelecimento nesta cidade, na Rua 15 de Dezembro, 249, Centro, fazendo-o em consonância

Gentil Pio de Oliveira

PARTE EM BRANCO

Apresenta Arquivo Correu  
Auxilio Especializado  
TRT-18ª Região

508-002.1.16/09	1993
CONFERE COM O ORIGINAL	
3582329	
Servidor	Matricula

Penna  
M. JUD.  
JCP ANSICO

com os fundamentos adiante enumerados:

I - O Reclamado não aplicou aos vencimentos e demais parcelas remuneratórias dos Reclamantes, os reajustes decorrentes das U.R.Ps (Unidade de Referência de Preços), cabíveis nos meses de abril e maio de 1988, cuja incidência é assegurada pelo Decreto-lei nº 2335, de 12/6/87, no seu artigo 8º e respectivo parágrafo 1º, no percentual de 16,19% cada mês, progressiva e cumulativamente, conforme fixado pela Portaria GM/MF nº 120, publicado no DOU em 1º/3/88. Consequentemente, os valores pagos aos Reclamantes em abril e em maio de 1988 foram aquém dos devidos, pela omissão referenciada, o que gerou pagamentos menores que os reais, também nos meses seguintes, a partir de junho de 1988, porque os reajustes salariais posteriores foram lançados sobre base de cálculo inferior, situação que ainda persiste.

II - A parcela remuneratória paga sob o título de "Adiantamento PCCS", sobre a qual também incidem os reajustes decorrentes das U.R.Ps. e demais aumentos salariais, não vem sendo corrigida corretamente, porque:

1 - Para os dois primeiros Reclamantes, foi paga em valor fixo nos meses de janeiro, fevereiro e março de 1988, tendo pequeno aumento, menor que o devido, em abril de 1988, permanecendo em importância inalterada, desde maio de 1988;

2 - Para os três últimos Reclamantes, está sendo paga em valor fixo, sem qualquer reajuste, desde janeiro de 1988.

III - Em consequência dessas retenções remuneratórias, as

Caril D. de Oliveira

PARTE EM BRANCO

Apresenta Anexos Carreia  
Auxílio Especializado  
TÍT-18º, 8º, 2º, 1º

508-002.1, 16 / 09 / 1993

CONFERE COM O ORIGINAL

Servidor

Matricula

INAMPS - 007  
FLS 04  
JUSTIÇA FEDERAL  
FLS 549  
REGIÃO - 02  
FEB 06  
Re - 07  
da  
férias cujos períodos aquisitivos foram concluídos a partir de 31 de dezembro de 1987, bem como os décimos de salários, a partir do ano de 1988, estão sendo pagos a menor, restando as diferenças em favor dos reclamantes, desde o mês de janeiro de 1988, irregulares que ainda persistem.

IV - Ante essas considerações, reclamam:

I - Integração progressiva dos percentuais correspondentes às U.R.Ps. referentes aos meses de abril e de maio de 1988, no percentual de 16,19% cada, sobre todas as verbas remuneratórias, discriminadas nos respectivos demonstrativos de pagamentos, sob os títulos de "vencimentos", "quinqüênios", "grat. nível superior", "vantagem lei 6732", "grat. DL 2365", "inc. ativ. med/odont.", "salário família", "complemento DL 2352", "grat. ativ. tec. adm.", "desemp. ativ. previd.", "insalubridade" e similares, para o cálculo das parcelas referenciadas, naqueles meses e nos meses seguintes, sucessiva e cumulativamente, até efetiva regularização e o pagamento dos valores correspondentes aos direitos de cada Reclamante, decorrentes das:

a) Diferenças remuneratórias, em abril de 1988, no índice de 16,19% incidente sobre os valores pagos em março de 1988 e, no mesmo percentual, em maio de 1988, aplicado sobre os valores corrigidos, de abril de 1988;

b) Diferenças remuneratórias mensais, a partir de junho de 1988, inclusive, decorrentes da omissão das U.R.Ps. nos meses de abril e maio de 1988, fato que gerou a aplicação dos reajustes compulsórios posteriores, sobre bases de cálculos inferiores às reais, com pagamentos a me

Antônio Pio de Oliveira



PARTE EM BRANCO

Apresentação de  
Auxílio nº 10.101  
TRT-10ª. Região

508-002.1, 16 / 09 / 19 93	
CONFERE COM O ORIGINAL	
<i>WP</i>	3582329
Servidor	Matrícula



nor em todos os meses seguintes, vencidos e vincendos.

2 - Integração progressiva dos percentuais integrais, respondentes às U.R.Ps. e demais aumentos compulsórios, a partir de janeiro de 1988, inclusive, na parcela denominada "adiantamento PCCS", até a efetiva regularização e o pagamento das diferenças mensais, vencidas e vincendas, desde o referido mês;

3 - Diferenças nos valores das férias usufruídas e/ou pagas a partir de 1º/1/88, inclusive sob a forma de abonos pecuniários, até a efetiva integração das parcelas reclamadas, às remunerações dos Reclamantes;

4 - Diferenças nos valores dos décimos terceiros salários, a partir do referente ao ano de 1988 e posteriores, até a efetiva normalização pleiteada;

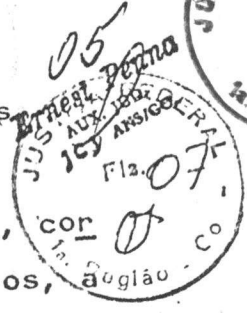
5 - Honorários advocatícios de 20% sobre o montante.

V - Requer:

1) A concessão de medida liminar, para determinar ao Reclamado, sob pena de multa pecuniária de um salário mínimo de referência ao dia, que faça a atualização das parcelas remuneratórias dos Reclamantes e pague as diferenças pleiteadas, considerando o caráter alimentar da remuneração e que os pagamentos continuem a ser feitos em valores aquém dos devidos, atingindo também os décimos terceiros salários e as férias;

2) A notificação do Reclamado, para a audiência que for designada e para contestar;

Gentil Pio de Oliveira



PARTILHA DE ANCO

Apresenta  
Auxílio Especializado  
Trabalho, Renda

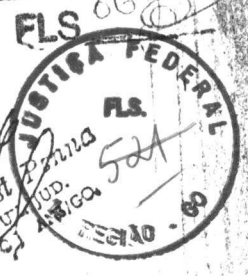
508-002.1, 16/09 /19 93

CONFERE COM O ORIGINAL

3582329

Servidor

Matricula



3) A produção de provas por todos os meios admitidos;

4) Que seja julgada procedente a ação, para deferir aos Reclamantes os direitos pleiteados e condenar o Reclamado a pagar-lhes com acréscimo de juros de mora e correção monetária, as parcelas discriminadas no item IV desta petição e as atualizações pertinentes, mais os honorários advocatícios e demais cominações legais;

5) Que seja determinado ao Reclamado que exiba, trazendo aos autos, os comprovantes remuneratórios de cada Reclamante, a partir de janeiro de 1988, mais os referentes aos décimos terceiros salários desde o ano de 1988, e às férias vencidas a partir de 12/1/88.

Valor da causa: NCz\$ 10,00

Pede Deferimento.

Anápolis, 20 de Janeiro de 1989

Gentil Pío de Oliveira

OAB-GO 4461

**PARTE EM BRANCO**

Ernest Penna  
AUX. JUD.  
JCJ ANS/GO

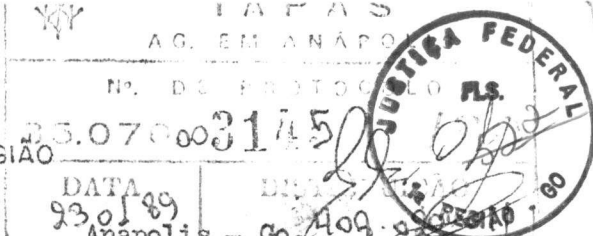
PARTE EM BRANCO

Apresenta: *P* *Artes e*  
Auxílio Especializado  
THT-12<sup>o</sup>. 10320

508-0023.16 / 07	119 13
CONFERE COM O ORIGINAL	
<i>4</i>	3582329
Servidor	Matrícula



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 10ª REGIÃO



MM JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE

ENDEREÇO: Travessa Francisco da Luz Bastos, 50

NOT. INT. Nº 150/88 EM 18 / janeiro / 1989

PROCESSO Nº 121/89  
RECTE.: Maria José Alves Branquinho e outros (06)  
RECD.: Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social - INAMPS

Pela presente, fica V.Sª. notificado para o (s) fim (ns) previsto (s) no (s) item (ns) 01, 12 e 13 abaixo:

- 01 - Comparecer à audiência designada para o dia 20 de fevereiro de 1989 às treze (13) horas e cinco (05) minutos.
- 02 - Prestar depoimento pessoal, no dia e hora acima, sob pena de confissão.
- 03 - Prestar depoimento, como testemunha, no dia e hora acima.
- 04 - Tomar ciência da decisão constante da cópia anexa.
- 05 - Tomar ciência do despacho constante da cópia anexa.
- 06 - Contra-arrazoar recurso do (a) \_\_\_\_\_
- 07 - Impugnar embargos à execução.
- 08 - Contestar os embargos da terceiro autuados sob o Nº \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_
- 09 - Recolher as (os) \_\_\_\_\_ no valor de Cr\$ \_\_\_\_\_
- 10 - Prestar, como Perito, o compromisso legal, em \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_ ) dias.
- 11 - Prestar como Assistente, o compromisso legal, em \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_ ) dias.
- 12 - Comparecer à audiência inaugural, no dia e hora acima, quando V.Sª. poderá apresentar sua defesa (art. 846 da C.L.T.), com as provas que julgar necessárias (arts. 821 e 845 da C.L.T.), devendo V.Sª. estar presente, independentemente do comparecimento de seu representante, sendo-lhe facultado designar preposto, na forma prevista no parágrafo 1º do artigo 843 consolidado. O não comparecimento de V.Sª. importará na aplicação da pena de revelia e confissão quanto a matéria de fato.

13 -

Obs.: Segue, em anexo, cópia da inicial.

Inicial acompanhada de documentos.

O reclamado deverá comparecer em audiência acompanhado de advogado de acordo com o art. 133 da Constituição Federal.

Osmane Fernandes Maciel  
ADJUNTO DIRETOR SECRETARIA  
JCJ ANAPOLIS - GO.

Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social - INAMPS

Rua 15 de Dezembro, 249

Nesta

CERTIFICO que o presente expediente foi encaminhado ao destinatário, via postal, em \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_ feiro  
Diretor de Secretaria

PARTE EM BRANCO

Apresentar em duas cópias  
Auxílio Especializado  
TRT-18ª Região

508-0023, 16/09/1993  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Matrícula 353.366-2  
Servidor

PARTE EM BRANCO

Apresentar em duas cópias  
Auxílio Especializado  
TRT-18ª Região

Exmo. Sr. Dr. Juiz Presidente da Junta de Conciliação e  
Julgamento de Anápolis.



- A MARIA JOSÉ ALVES BRANQUINHO, brasileira, casada, socioló-  
ga, residente e domiciliada nesta cidade, na Rua 5, Q.16,  
L. 13, Bairro Santo André,
- X REGINA DE CASTRO PAULINO CABRAL, brasileira, casada, far-  
maceutica, residente e domiciliada nesta cidade, na Rua  
Suécia, Q. 7, Lt. 7/8, Jardim Bandeirante,
- X REGINA MACHADO DA SILVEIRA, brasileira, solteira, farma-  
ceutica, residente e domiciliada nesta cidade, na Rua Con-  
de Afonso Celso, 193, Centro,
- V ABGAIL ROCHA CORRÊA, brasileira, casada, enfermeira, resi-  
dente e domiciliada nesta cidade, na Rua Barão de Pinhaui,  
Q. 13, L. 8, Bairro Maracanazinho,
- X ALICE VIEIRA CAIXETA, brasileira, casada, enfermeira, re-  
sidente e domiciliada nesta cidade, na Rua 15 de Dezembro,  
2º andar, apto. 02, Edifício Banorte, Centro,
- M MARIA DO CARMO GIRALDI DE FARIA, brasileira, casada, enfer-  
meira, residente e domiciliada nesta cidade, na Rua Maxi-  
miano da Cunha, 135, Bairro Jundiá, e

*Gentil Pio de Oliveira*

ADVOGADO — OAB-GO 4461

Rua Engenheiro Portela, 221 - 1.º Andar - Sala 102 - Centro - Fones 324-0473 e 324-8186 - Anápolis-GO.





PRIMEIRO EM BRANCO

Apresentado em 16/09/1993  
Trib-18ª Região

508-002.1, 16/09/1993  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Arquivo 3533662  
Servidor Matrícula

PRIMEIRO EM BRANCO

Apresentado em 16/09/1993  
Trib-18ª Região



*A* VOLGA LENA GUIMARÃES DE CARVALHO, brasileira, desquitada, enfermeira, residente e domiciliada nesta cidade, na T. Pina Júnior, 200, Bairro Jundiá, via do Procurador e Advogado signatário, com escritório profissional no endereço impresso, vêm propor RECLAMAÇÃO TRABALHISTA em desfavor do INSTITUTO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA MÉDICA PREVIDÊNCIA SOCIAL - INAMPS, Autarquia Federal, com representação e estabelecimento nesta cidade, na Rua 15 de Dezembro, 249, Centro, fazendo-o em consonância com os fundamentos adiante enumerados, esclarecendo que são contratos regidos pela CLT:



I - O Reclamado não aplicou às parcelas salariais e remuneratórias das Reclamantes, os reajustes decorrentes das U.R.Ps. (Unidades de Referência de Preços) cabíveis nos meses de abril e de maio de 1988, cuja incidência é assegurada pelo Decreto-lei nº 2335 de 12/6/87, no seu artigo 8º e respectivo parágrafo 1º, no percentual de 16,19% em cada mês, progressiva e cumulativamente, conforme fixado pela Portaria GM/MF nº 120, publicada no DOU de 1º/3/88. Consequentemente, os valores pagos às Reclamantes em abril e em maio de 1988 foram aquém dos devidos, pela omissão referenciada, o que gerou pagamentos menores que os reais, também nos meses seguintes, a partir de junho de 1988, porque os reajustes salariais posteriores foram lançados sobre base de cálculo inferior, situação que ainda persiste.

*Y* II - A parcela salarial paga sob o título de "adiantamento PCCS", a partir de janeiro de 1988, sobre a qual incidem os reajustes decorrentes das U.R.Ps. e demais aumentos salariais compulsórios, está sendo mantida em valor inalterado, desde janeiro de 1988, gerando as diferenças mensais, por pagamento a menor.

*Gentil Pio de Oliveira*

ADVOGADO - OAB-GO 446



PARTE EM BRANCO

Aparelho: Tráfego  
Auxiliar: Especializado  
TRT-18ª. Região

508-0021/16/09/1993  
COPIA COM O ORIGINAL  
MULHER 353366-2  
Servidor Matrícula

PARTE EM BRANCO

Aparelho: Tráfego  
Auxiliar: Especializado  
TRT-18ª. Região

III - Em consequência dessas retenções salariais, as férias cujos períodos aquisitivos foram concluídos a partir de 31 de dezembro de 1987, bem como os décimos terceiros salários, a partir do ano de 1988, estão sendo pagos a menor, restando as diferenças em favor das Reclamantes, o mesmo ocorrendo com os depósitos pertinentes ao FGTS, desde o mês de janeiro de 1988, irregularidades que ainda persistem.



IV - Ante essas considerações, reclamam:

I - Integração progressiva dos percentuais correspondentes às U.R.Ps. referentes aos meses de abril e de maio de 1988, no percentual de 16,19% cada, sobre todas as verbas remuneratórias ou salariais, discriminadas nos respectivos demonstrativos de pagamentos, da 1ª Reclamante sob as rubricas de "salário", "grat. nível super.", "gratíf. DL 2365", e "desemp. ativ. previd." e das demais Reclamantes sob as rubricas de "salário", "grat. nível super.", "grat. ativ. tec. adm." e "grat. DL 2365" e similares, para o cálculo das parcelas referenciadas, naqueles meses e nos meses seguintes, sucessiva e cumulativamente, até a efetiva regularização e o pagamento dos valores correspondentes aos direitos de cada Reclamante, decorrente das:

a) Diferenças salariais, em abril de 1988, no índice de 16,19% incidente sobre os valores pagos em março de 1988 e, no mesmo percentual, em maio de 1988, aplicado sobre os valores corrigidos, de abril de 1988;

b) Diferenças salariais mensais, a partir de junho de 1988, inclusive, decorrentes da emissão das U.R.Ps. nos meses de abril e maio de 1988, fato que gerou a aplicação

*Gentil Fio de Oliveira*

ADVOGADO — OAB-GO 4461

Rua Embaixador Portela, 222 - 1.º Andar - Sala 102 - Centro - Fones 324-0473 e 324-8186 - Anápolis-GO.



PARTE EM BRANCO

Assessoria Arantes Corrêa  
Assessor Especializado  
THT-18ª Região

508-0021, 16 / 09 / 1993  
CONFERIR COM O ORIGINAL  
Machado  
Servidor 353366-2  
Matricula

PARTE EM BRANCO

Assessoria Arantes Corrêa  
Assessor Especializado  
THT-18ª Região

dos reajustes salariais compulsórios posteriores, sobre bases de cálculos inferiores às reais, com pagamentos a menor em todos os meses seguintes, vencidos e vincen dos.



3 - Integração progressiva dos percentuais integrais, correspondentes às U.R.Ps. e demais aumentos salariais compulsórios, a partir de janeiro de 1988, inclusive, na parcela denominada "adiantamento PCCS", até a efetiva regularização e o pagamento das diferenças salariais mensais, vencidas e vincendas, desde o referido mês;

4 - Pagamentos em dobro das diferenças salariais, se não forem quitadas na primeira audiência;

5 - Diferenças nos valores das férias usufruídas e/ou pagas a partir de 1º/1/88, inclusive, sob a forma de abonos pecuniários, até a efetiva integração das parcelas reclamadas, às remunerações das Reclamantes;

6 - Diferenças nos valores dos décimos terceiros salários, a partir do referente ano de 1988 e posteriores, até a efetiva normalização pleiteada;

7 - FGTS, incidente sobre as verbas reclamadas;

8 - Retificações nas anotações salariais nas CTPS;

9 - Honorários advocatícios de 20% sobre o montante.

V - Requer:

1 - A concessão de medida liminar, para determinar ao Reclamado, sob pena de multa pecuniária de um salário míni

*Gentil Pio de Oliveira*

ADVOGADO - OAB-GO 446

Rev. Engenheiro Portela, 221 - 1.º Andar - Sala 101 - Centro - Fones 324-0473 e 324-8186 - Anápolis-GO.



PARTE EM BRANCO

Apresenta Arquivos (curtê)  
Auxílio Especializado  
16. Região

508-0021, 16, 09	1993
CONFERE COM O ORIGINAL	
<i>[Signature]</i>	353.366 2
Servidor	Matrícula

7

mo de referência por dia, que faça a atualização das parcelas remuneratórias das Reclamantes e pague as diferenças pleiteadas, considerando o caráter alimentar do salário e que os pagamentos continuem a ser feitos em valores aquém dos devidos, atingindo também os décimos terceiros' salários, as férias e o FGTs;



2 - A notificação do Reclamado, para a audiência que for designada e para contestar;

3 - A produção de provas por todos os meios admitidos;

4 - Que seja julgada procedente a reclamação, para deferir às Reclamantes os direitos pleiteados e condenar o Reclamado a pagar-lhes com acréscimo de juros de mora e correção monetária, as parcelas discriminadas no item IV desta petição e as atualizações pertinentes, com a dobra legal, mais honorários advocatícios e demais cominações legais;

5 - Que seja determinado ao Reclamado que exhiba, trazendo aos autos, os comprovantes salariais de cada Reclamante, a partir de janeiro de 1988, mais os referentes aos décimos terceiros salários desde o ano de 1988 e às férias a partir de 1º/1/88.

Valor da causa: NCz\$ 100,00

Pede Deferimento.

Anápolis, 17 de Janeiro de 1989

Gentil Fio de Oliveira

OAB-GO 4461

*Gentil Fio de Oliveira*

ADVOGADO — OAB-GO 4461



PARTICULAR DO

Apresenta-se em nome do  
Auxiliar Especializado  
TAT-18ª Região

502-0021.161.09 1993  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Assinatura 353366-2  
Sócio

PARTICULAR DO

Apresenta-se em nome do  
Auxiliar Especializado  
TAT-18ª Região





PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 18ª REGIÃO



529  
09

3ª JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE Goiânia-GO.

ENDEREÇO: Rua 88, nº 25 - 2ª Andar - Setor Sul.

NOT. INT. Nº 2680 / 91 EM 29 / abril / 1991

PROCESSO Nº	<u>911</u> / <u>91</u>
RECTE.:	<u>MARIA LÚCIA DUARTE BATISTA + 04</u>
RECDO.:	<u>INAMPS-INST. NACIONAL DE ASSISTÊNCIA MÉDICA</u> <u>DA PREVIDÊNCIA SOCIAL</u>

Pela presente, fica V. Sª notificado para o(s) fim(ns) previsto(s) no(s) item(ns) 01, 12 e 13 abaixo:

01 - Comparecer à audiência designada para o dia 18 de julho de 1991 às 13 horas e 25 minutos.

02 - Prestar depoimento pessoal, no dia e hora acima, sob pena de confissão.

03 - Prestar depoimento, como testemunha, no dia e hora acima.

04 - Tomar ciência da decisão constante da cópia anexa.

05 - Tomar ciência do despacho constante da cópia anexa.

06 - Contra-arrazoar recurso do(a) \_\_\_\_\_

07 - Impugnar embargos à execução.

08 - Contestar os embargos de terceiro autuados sob o Nº \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

09 - Recolher as (os) \_\_\_\_\_ no valor de Cr\$ \_\_\_\_\_

10 - Prestar, como Perito, o compromisso legal, em \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_ ) dias.

11 - Prestar como Assistente, o compromisso legal, em \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_ ) dias.

12 - Comparecer à audiência inaugural, no dia e hora acima, quando V. Sª. poderá apresentar sua defesa (art. 846 da C.L.T.), com as provas que julgar necessárias (arts. 821 e 845 da C.L.T.), devendo V. Sª. estar presente, independentemente do comparecimento de seu representante, sendo-lhe facultado designar preposto, na forma prevista do parágrafo 1º do artigo 843 consolidado. O não comparecimento de V. Sª. importará na aplicação da pena de revelia e confissão quanto a matéria de fato.

13 - Comparecer acompanhado de Advogado. Inicial com documentos.

INAMPS	
500-00008 fls	
PROTOCOLADO	
33094	12315
DATA	DISTRIBUIÇÃO
060591	508-002.0

Proc. 911/91

Aud. 18/07/91

2680/91 608-002.1 3, 5, 91

1 - Recebido nesta data  
- A 508-002.0  
Rubrica [assinatura]

INAMPS-INST. NACIONAL DE ASSISTÊNCIA MÉDICA DA  
PREVIDÊNCIA SOCIAL

Av. 82, nº 179, esq. c/ Rua 83 - Centro

Goiânia-GO.



CERTIFICO que o presente expediente foi encaminhado ao destinatário, via, postal,	
em	<u>02, 05, 91</u> <u>3</u> feira
Diretor da Secretaria	

André [assinatura]  
Auxiliar Administrativo  
3ª J.C.J. de Goiânia-GO.

PARTE EM BRANCO

Apresentar em 10 dias - 1974  
Auxílio Especializado  
TET-18ª Região

508-002.1.161	09	1993
CONFEE COM O ORIGINAL		
<i>myra</i>	353	3662
Servidor	Matrícula	

PARTE EM BRANCO



INAMPS-GO  
FLS 02



FILIADO À FENASPS E CUT  
Excelentíssimo Senhor Doutor Presidente da \_\_\_\_\_ JCJ de Goiânia -  
Goiás

MARIA LÚCIA DUARTE BATISTA, brasileira, viúva, servidora pública federal no cargo de ENFERMEIRA, residente e domiciliado na Av. Paranaíba, 1051, esquina c/ Av. Goiás - Apto. 1902 - Centro, nesta Capital - Fone: 229.3290 ...

MARIA LIZETE FERREIRA DE MELO, brasileira, casada, servidora pública federal no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO, residente e domiciliado na Rua 246 NR. 471 - Setor Coimbra, nesta Capital, fone: 233.7969...

JACIARA QUEIROZ DE FREITAS GONÇALVES, brasileira, casada, servidora pública federal no cargo de ENFERMEIRA, residente e domiciliado na Rua 27 nr. 376, Centro, Goianésia - Goiás...


EDNA PEREIRA FRANÇA DE SOUSA, brasileira, casada, servidora pública federal no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO, residente e domiciliada Av. Tocantins nr. 1.212 - Uruana - Goiás...

VERA CUNHA MACHADO, brasileira, casada, inativa, residente e domiciliada na Rua T-27, Qd. 87, Lt. 08 - Setor Bueno, nesta Capital, fone: 251.6116, vem através de seu bastante procurador (m.j.) com endereço profissional na Rua 4 nr. 987 - 1. andar - Centro, nesta Capital, CAIXA POSTAL nr. 5301, onde recebe as intimações de estilo, perante Vossa Excelência propor o presente

DISSÍDIO INDIVIDUAL PLURIMO ATIVO

em desfavor do

PARTICULAR BRANCO

  
Força Aérea Brasileira  
Unidade Especializada  
Região


508-0021 16/09/1993

CONF. HE COM O ORIGINAL

*Melina*  
Servidor

253.3662  
Matrícula

PARTICULAR BRANCO

  
Força Aérea Brasileira  
Unidade Especializada  
Região

FILIADO À FENASPS E CUT

INAMPS - INSTITUTO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA MÉDICA DA  
PREVIDÊNCIA SOCIAL

autarquia federal, vinculada ao Ministério da Saúde, com endereço em âmbito estadual na Av. 82 nr. 179, esquina c/ Rua 83 - Centro, nesta Capital, através de seu representante legal, pelas razões de fato e de direito a seguir articuladas.

## II - DOS FATOS

Os autores são servidores da autarquia federal INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, antigos contratados pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho, hoje todos regidos pela Lei nr. 8.112, de 11 de dezembro de 1.990, (DOU 12/12/90), que dispõe sobre o regime jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.

Em que pese as constantes tentativas do Governo Federal em debelar o flagelo da inflação, combatendo os efeitos e não as causas, o trabalhador brasileiro foi fulminado pelos planos "Cruzado I" (fev. 86); "Cruzado II" (nov. 86) e Bresser (jun 87), culminando no segundo semestre de 1987 numa das maiores defasagens já sofridas pelos trabalhadores, principalmente os servidores públicos, que sempre foram tidos como os "bodes expiatórios" de toda crise econômica por que passa o país.

Nessa época, pressionado então pelos movimentos paradedistas com a finalidade de recomposição salarial dos servidores das autarquias federais IAPAS, INAMPS e INPS, o então Ministro da Previdência e Assistência Social autorizou um "adiantamento pecuniário" ao pessoal desses órgãos, tendo em vista a implantação do "Plano de Classificação de Cargos e Salários - PCCS", feito a partir de outubro de 1.987.

Foi concedido então aos servidores um "adiantamento", denominado de "092-EMPRESTIMO PAT ESP", denominando essa para descaracterizar um "abono salarial" e sua consequente integração ao salário, cujos índices, para seu pagamento, foram assim especificados:

- p/ outubro/87 = no valor correspondente a 50% da remuneração efetivamente paga no mês de setembro/87;

- p/ novembro/87 = no valor correspondente a 100% da remuneração efetivamente paga no mês de outubro/87;

- p/ dezembro/87 = no valor correspondente a 100% da remuneração efetivamente paga no mês de novembro/87.

E, no mês de janeiro/88, esse ABONO, passou a ser

Rua 4 nº 987 Sobreloja aj02 Ed. 28 de Agosto - Centro  
Tel: (062) 224-8232 - Telex (062) 623346 - CEP. 74.120  
Goiânia - Goiás

PARTE EM BRANCO

Apresenta Arquivos Correda  
Auxiliar Especializado  
TRT-18ª Região

508-0023 16 / 09 / 1993  
COPIA DE ARQUIVO OFICIAL  
Município  
353366 2  
Servidor

PARTE EM BRANCO

Apresenta Arquivos Correda  
Auxiliar Especializado  
TRT-18ª Região

**FILIADO À FENASPS E CUT**

pago aos servidores pela rubrica "092-Adiantamento do Plano de Classificação de Cargos e Salários da Previdência Social" - ou seja: **092-ADIANTAMENTO DO PCCS**, com valor calculado à razão de 100% (cem por cento) da remuneração efetivamente paga no mês de dezembro/87, devidamente atualizado naquele mês de janeiro/88, de maneira vinculada ao salário.

Ocorreu que, nos meses de fevereiro/88 até outubro/88 o falso adiantamento ficou congelado, sem a correspondente aplicação dos índices mensais de correção salarial, sem qualquer motivo plausível.

Em novembro/88 e nos meses seguintes, a verba paga sob a rubrica "092-Adiantamento do PCCS" ou paga sob a rubrica "092-Adiantamento PEC MP 20/88 voltou a ser corrigida, com a aplicação de percentuais da variação da URP, ou seja, de forma vinculada ao reajuste mensal do salário.

Devido a ilegalidade de tal procedimento, várias lides foram compostas e, através do Telex Circular nr. 24, de 24/07/89, o então Ministro da Previdência e Assistência Social decidiu autorizar aos Procuradores Gerais das Autarquias - IAPAS, INAMPS e INPS, a instruírem suas Regionais para transigir nos respectivos processos judiciais, que versavam sobre o valor do "ADIANTAMENTO DO PCCS", e que não recorressem das sentenças que concederam o pedido.

Nesta mesma data (24/07/89) pela Circular Conjunta de nr. 008, as respectivas Diretorias dos Departamentos de Recursos Humanos, do IAPAS, INAMPS e INPS "tendo em vista decisão ministerial", informaram e admitiram que o valor do "Adiantamento Pecuniário", de que trata a Lei nr. 7.686/88, estaria sendo atualizada nos termos do art. 8. do Decreto-lei nr. 2.335/87, mediante a aplicação das URP's, relativas ao período de fevereiro/88 a outubro/88, e que, face a decisão "gestões foram desenvolvidas junto à DATAPREV para permitir no menor prazo possível, o pagamento dos atrasados inclusive a diferença do mês de julho, em folha suplementar, com efeitos retroativos a 01/11/88".

Assim sendo, contra-cheques suplementares referentes ao mês de julho/89 foram expedidos, todavia, sem as devidas correções monetárias, onde se constata uma diferença substancial no valor que deveria ter sido pago, ficando clarividente o prejuízo salarial dos reclamantes.

São os fatos.

**III - DO DIREITO**

Sobre referida parcela remuneratória deveria incidir normalmente os reajustes decorrentes das URP's e demais aumentos salariais. Entretanto, tal não ocorreu, ficando aludida verba indevidamente congelada a partir de janeiro de/88, não lhe aplicando os índices das URP's, conforme determinação das

PARTE EM BRANCO

B

508-0021, 161 09 / 1993  
CONFIRME COM O ORIGINAL  
Matricula 353366-2  
Servidor *M. Silva*

PARTE EM BRANCO

B

Assessor Especializado  
TMI-184, Regiao





**FILIADO À FENASPS E CUT**

Portarias editadas de acordo com o Decreto-lei nr. 2.335/87. Nesse sentido é o teor da Portaria nr. 206, de 02/02/88, que foi o primeiro reajuste que a verba em questão deixou de receber, in verbis:

OS VALORES DE VENCIMENTOS, SALÁRIOS, PROVENTOS E  
DEMAIS GRATIFICAÇÕES E VANTAGENS... FICAM  
REAJUSTADOS EM 10,84%

Como se vê, a lei determina seja a URP aplicada não só ao salário, como também às demais vantagens, englobando-se, assim, todos os demais valores recebidos pelos servidores, sem nenhum termo excludente, estando, portanto, enquadrada no conceito a verba que se requer.

O direito dos autores foi reconhecido a partir do momento em que o Instituto requerido fez incidir a URP sobre o "ADICIONAMENTO DO PCCS", ou seja, sobre a verba em questão, fato afluído a começar de novembro/88, passando a questionada vantagem/abono a ser então DIREITO ADQUIRIDO dos autores.

É oportuno lembrar que sobre referida verba incidem os descontos da Previdência Social (ex-celetistas), Imposto de Renda na Fonte, bem como os descontos da Assistência Patronal.

Logo o direito dos autores é líquido e certo, nos termos do art. 5., Inciso XXXVI, da Constituição Federal, in verbis:

A LEI NÃO PREJUDICARÁ O DIREITO ADQUIRIDO, O ATO JURÍDICO PERFEITO E A COISA JULGADA

Tanto é líquido o direito dos autores concernente à verba questionada, que os antigos IAPAS e INPS têm efetuado acordos judiciais visando o pagamento das diferenças havidas sobre a referida verba, já que, administrativamente, pagou apenas parte do principal. São exemplos de tais acordos os autos de nr. 1941/90, em que figuram como reclamantes SÉRGIO RICARDO NETO DE RIZENDE + (05), em trâmite pela Douta 5a. JCI de Goiânia; PAULO DI PAIVA + (09), em trâmite pela Douta 4a. JCI de Goiânia; HELENA RODRIGUES MENDONÇA + (19), em trâmite pela Douta 1a. JCI de Goiânia, onde nos referidos acordos os reclamantes pagaram 80% (oitenta por cento) da correção monetária que os mesmos pleiteavam, sendo que o restante do pedido prosseguem até o trânsito em julgado.

Além do mais, a referida 5a. JCI ao julgar o dissídio individual plúrimo proposto por AMÉLIA DO NASCIMENTO ALENCAR + 22 contra o INAMPS, cuja lide contém o mesmo objeto desta, julgou o pedido procedente, e fundamentou:

2. Basta se ater aos termos da contestação quanto ao mérito para se constatar que o reclamado reconhece o direito dos servidores à incidência da URP sobre os valores pagos a título de

PARTE EM BRANCO

Apresentar Arquivo Correto  
Auxiliar Especializado  
Tel-18ª. Região

508-0023. / 16 / 09 / 1993  
CONFERE COM O ORIGINAL  
3533662  
Matricula  
M. Silva  
Servidor

PARTE EM BRANCO

Apresentar Arquivo Correto  
Auxiliar Especializado  
Tel-18ª. Região



**FILIADO À FENASPS E CUT**

Adiantamento do PCCS, pois admitiu até já haver efetuado o pagamento a respeito.

A natureza salarial da parcela é evidente, pois trata-se de aumento dado 'por conta' no período que antecedeu a implantação do Plano de Classificação de Cargos e Salários reivindicado.

Assim sendo, é inquestionável o direito dos autores.

**V - DO PEDIDO**

Diante do exposto, requer:

- a citação da ré, no endereço preambular, para, contestar, querendo, o presente pedido, pena de revelia e confissão quanto a matéria de fato;

- o julgamento da procedência do pedido, declarando incorporada aos vencimentos a verba paga sob o título de "ADIANTAMENTO DO PCCS" ou de "ADIANTAMENTO PEC MP 20/88", condenando a autarquia requerida a:

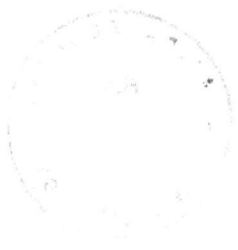
1) proceder o reajuste da citada verba da mesma forma que foram reajustados os vencimentos dos autores, a partir do mês de fevereiro/88 até o mês de outubro/88, com a aplicação dos índices percentuais da "URP", a saber:

-fevereiro/88	- 10,84%;
-março/88	- 16,19%;
-abril/88	- 16,19%;
-maio/88	- 16,19%;
-junho/88	- 17,68%;
-julho/88	- 17,68%;
-agosto/88	- 17,68%;
-setembro/88	- 21,39%;
-outubro/88	- 21,39%.

2)-proceder, igualmente, a correção dos reajustes efetuados a partir do mês de novembro/88, dessa mesma verba ora questionada, tendo por base o seu valor reajustado para o mês de outubro/88, na forma acima explicitada, e, assim automaticamente, em todos os meses subsequentes, inclusive seus reflexos;

3)-pagar todas as parcelas vencidas e vincendas, reajustadas e acrescidas de juros e correção monetária, a ser apuradas em liquidação de sentença, na forma da lei, deduzidas as quantias anteriormente pagas em respectivos contracheques mensais, inclusive do contracheque especial "suplementar" de julho/88;

4)-ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios à base de 20% (vinte por cento) do valor



PARTE EM BRANCO

Apuradora: *9* *Trindade e Cunha*  
Auxílio Especializado  
TRT-18ª Região

508-0023.161 09 / 19 93  
CONFERE COM O ORIGINAL  
*mulha*  
Servidor 353.366.2  
Matricula

PARTE EM BRANCO

Apuradora: *9* *Trindade e Cunha*  
Auxílio Especializado  
TRT-18ª Região

INAMT  
FLS  
JUSTIÇA FEDERAL  
FLS  
534  
2. REGIAO - GO  
535

LIADO À FENASPS E CUT

condenação, conforme artigo 133 da Constituição Federal e artigo 20 do Código de Processo Civil;

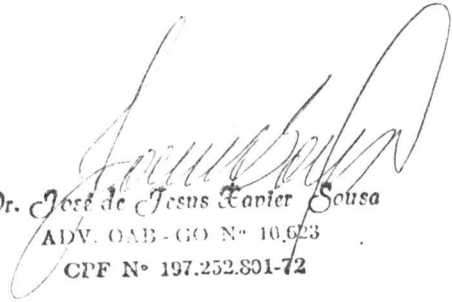
5)-anotar nos assentamentos cadastrais dos autores valor reajustado e apurado da verba relativa ao Adiantamento : Lei 2.686/88 = Cód. 222, de acordo com a situação funcional cada autor, devendo referida verba ser incorporada aos seus vencimentos para todos os efeitos legais e constitucionais.

Finalmente, requer a V. Exa. o julgamento precipado da lide, por se tratar aqui de matéria exclusivamente direito, dispensada assim produção de mais provas em audiência, na forma do art. 330 do Código de Processo Civil.

Dá-se à causa o valor de Cr\$ 400.000,00 (quatrocentos mil cruzeiros).

Nestes Termos,  
Pede Deferimento.

Goiânia, 23 de abril de 1.991.

  
Dr. José de Jesus Xavier Sousa  
ADV. OAB - GO N° 10.623  
CPF N° 197.252.801-72

PARTE EM BRANCO

9  
Aparecida Arantes Corrêa  
Auxiliar Especializado  
TRT-18ª Região

508-0923.16 / 09 / 1993  
CONFERE COM O ORIGINAL  
355366 2  
Matrícula  
M. L. C.  
Servidor

PARTE EM BRANCO

9  
Aparecida Arantes Corrêa  
Auxiliar Especializado  
TRT-18ª Região



INSTITUTO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA MÉDICA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Fls. N° 08

Proc. AC N°

Proc. SR N°

Proc. OL N°

Rubrica



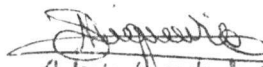
508-002.0 - GABINETE DA PROCURADORIA REGIONAL, em 06.05.91

Ref.: RECLAMAÇÃO TRABALHISTA apresentada por  
MARIA LÚCIA DUARTE BATISTA E OUTRAS, re  
querendo o reajustamento do PCCS (Proc.  
nº 911/91 - 3a. JCJ/GO).

Encaminhe-se, com urgência, ao PRÓTOCOLO desta Co  
ordenadoria solicitando protocolizar, autuar e capear, identifi  
cando na forma abaixo:

NOME: MARIA LÚCIA DUARTE BATISTA E OUTRAS  
ASS.: RECLAMAÇÃO TRABALHISTA - Reajustamento  
do PCCS.

AAS/jfs.

  
Antonio Augusto de Oliveira  
Procurador Regional do INAMPS

508-005.222 em 06/05/91

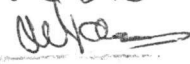
1 - Protocolado nesta data

2 - A 508-002.0

Rubrica e Matricula

7 5:91

50800.0

Rubrica 

PARTE EM BRANCO

Apresentar em duas cópias  
Auxiliar Especializado  
TRI-18ª Região

508-002.1...	16/07	1993
CONFERE COM O ORIGINAL		
<i>msl</i>	3533662	Matricula
Servidor		

PARTE EM BRANCO

Apresentar em duas cópias  
Auxiliar Especializado  
TRI-18ª Região





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO (TRT - 10ª Região)  
3ª JCJ de Goiânia

INAMP 508-000	
33094	1159
DATA 02.04.90	DISTRIBUIÇÃO 508-002.0

JUSTIÇA FEDERAL  
RECEBIDO  
508-002.0

PROCESSO Nº 3ª JCJ - 434/90

MANDADO Nº 157/90

RECLAMANTE: Maria Aparecida Natal e Silva (+13)

O MANDADO DE NOTIFICAÇÃO DE AUDIÊNCIA, passado na forma abaixo:

O Doutor RICARDO ALENCAR TEIXEIRA,  
Juiz do Trabalho - Presidente da 3ª Junta de Conciliação e Julgamento de Goiânia.

MANDA ao Oficial de Justiça Avaliador a que couber por distribuição, que a vista do presente mandado, estando devidamente assinado, que, em seu cumprimento, se dirija nesta cidade, onde é encontrado o reclamado INSTITUTO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E PREV. SOCIAL - INAMP, estabelecido na Rua 82 nº 179 - CENTRO, notificando-o para, no dia 20 de 04 de 19 90, às 12.30 horas, comparecer perante a 3ª Junta de Conciliação e Julgamento de Goiânia, situada à Rua 88 nº 25, 2º andar - Sul, para audiência relativa à reclamação constante da cópia anexa, quando então deverá ser apresentada defesa (art. 846 - C.L.T.), com as provas que julgar necessárias, constantes de documentos e/ou testemunhas (arts. 821 e 845 da C.L.T.). Na referida audiência o reclamado deverá estar presente, independentemente do comparecimento de seu(s) representante(s) sendo-lhe facultada a substituição prevista no Parágrafo 1º do artigo 843 consolidado.

A QUE CUMPRE NA FORMA DA LEI.

Dado e passado, nesta cidade de Goiânia,  
aos 10 dias do mês de março  
de 1990. Eu, Jacyr Lessa Carelli,  
Diretor de Secretaria, datilografei e subscrevi.

Ricardo Alencar Machado  
Juiz do Trabalho  
Juiz Substituto

trmd:

508-002.1 02/04/90

1 - Recebido nesta data

2 - À 508.002.0

Rubrica Rodrigues

PARTE EM BRANCO

At. 10/10/1993  
Trib. 10/10/1993

508-002.1, 16/09/1993  
CONFERE COM O ORIGINAL  
*marlene* 2533662  
Servidor Matricula

PARTE EM BRANCO

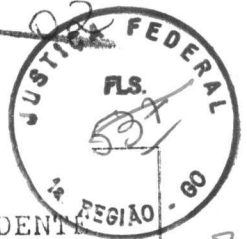
P

At. 10/10/1993  
Trib. 10/10/1993

223-97-28

Resumo  
225, 97-14

INAMPS-GO  
FLS. 02



Marcus Vinício Loureiro de Araujo  
ADVOGADO

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DO TRABALHO - PRESIDENTE  
DA JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE GOIÂNIA - GO.

538  
2

MARIA APARECIDA NATAL E SILVA, brasileira, casada, Auxiliar de Enfermagem do INAMPS, matrícula 489.165.1, CPF-MF 01209116120, residente e domiciliada em Goiânia-GO, à av. Goiás nº 678, apto 1104, Ed. Bemosa, centro;

JOÃO MARIA DAS DORES, brasileiro, casado, Médico, matrícula 482.409.1, CPF-MF.040383121-00, residente e domiciliado nesta Capital, à av. São João, Q.11, L.05, Vila Maria José;

LILIAN PEREIRA, brasileira, solteira, Datilógrafa, matrícula 387.039.1, CPF-MF.278427031-91, residente e domiciliada nesta Capital;

JACIARA LIRA SÁ ARANTES, brasileira, Agente de Portaria, matrícula 386.971.7, residente e domiciliada nesta Capital, à rua 20, Q.24, L.21, Jardim das Aroeiras;


ROBERTO MELO, brasileiro, solteiro, Artífice em Carpintaria e Marcenaria, matrícula 392.953.1, residente e domiciliado nesta Capital, CPF-MF.260589871-72;

LURDITE EVANGELISTA DE PAULA, brasileira, Agente Administrativo, matrícula 354.778.7, residente e domiciliada nesta Capital, à rua Brasil, Q.530, L.5, Jardim América;

LOURDES PAULINO TEBAS, brasileira, casada, Auxiliar de Enfermagem, matrícula 499.253.5, residente e domiciliado



PARTE EM BRANCO

Assinatura:   
Apostila: Transm. Corréa  
Assinatura: Exp. Qualizado  
TRT-13ª Região

508-002.1.161	09	19 93
CONFERE COM ORIGINAL		
 Servidor	3533662 Matricula	

PARTE EM BRANCO

Assinatura:   
Apostila: Transm. Corréa  
Assinatura: Exp. Qualizado  
TRT-13ª Região

*Marcus Vinicio Loureiro de Araujo*

ADVOGADO



nesta Capital à rua Tavá, Q.187, L.5, do Parque Amazônia;

AIRON JOSÉ DA FONSECA, brasileiro, casado, Motorista Oficial, matrícula 308675.5, residente e domiciliado nesta Capital, à rua 8 nº40, setor Marechal Rondon; *Estaduto*

MARIVONE SILVA MARTINS, brasileira, casada, Auxiliar de Enfermagem, matrícula 442068.3, residente e domiciliada em Itumbiara-GO;

OSVALDO HERNANDES CONSENTINO, brasileiro, casado, Médico, matrícula 481310.3, residente e domiciliado em Itumbiara;

JOÃO CARLOS DE MORAES, brasileiro, solteiro, Médico, matrícula 510655.9, residente e domiciliado em Itumbiara-GO;

SEBASTIANA FELICIANO, brasileira, desquitada, Agente de Portaria, matrícula 506208.0, residente e domiciliada em Ipameri-GO;

ECIONE INOCÊNCIO DE PAULA, brasileira, casada, cargo de Agente de Portaria, matrícula 506205.5, residente e domiciliada em Ipameri-GO;

ROMILDA FERREIRA ALVES, brasileira, solteira, Agente de Portaria, matrícula 506207.1, residente e domiciliada em Ipameri-GO;

-todos servidores públicos federais, autárquicos, regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho, por seu bastante procurador, o advogado infrafirmado (ms.js.), regularmente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil-Seção de Goiás sob nº 2.272, com escritório profissional instalado à rua Dr. Olinto Manso Pereira (antiga rua 94) nº 1.149, setor Sul nesta Capital, endereço indicado para recebimento das intimações dos atos processuais, VÊM à ínculta presença de Vossa Excelência para propor a presente

AÇÃO RECLAMATÓRIA TRABALHISTA PLÚRIMA

PARTE EM BRANCO

APARECIDO ARAÚJO CORRÊA  
Auxiliar Especializado  
THT-18ª Região

508-0021, 16/09/1993  
CONFESSE COM O ORIGINAL  
Márcia  
Servidor 3533662  
Matrícula

PARTE EM BRANCO

APARECIDO ARAÚJO CORRÊA  
Auxiliar Especializado  
THT-18ª Região

- Processo nº 434/90 - 3.ª JCT.

Maria Aparecida Natal e Silva e Outros



- 1- Maria Aparecida Natal e Silva - mat. 4891651
- 2- João Maria das Dous - 4824091
- Sílvia Pereira - 3870391
- Jacara Lira Sá Aquino - 3869717
- Roberto Melo - 3929531
- Leandile Evangelista de Paula - 3547787
- Leandir Paulino Elias - 4993535
- Siron José da Jansen - 3086755
- Marivone Silva Martins - 4420683 \*N assina Tuno
- Oivaldo Fernandes Cosentino - 4813103? \*
- João Carlos de Moraes - 5106559?
- Sebastiana Feliciano - 5062080
- 3- Eliane Inocência de Paula - 5062055
- 1- Romilda Ferreira Alves - 5062071

PARTE EM BRANCO

Apresentar Arquivo Corréa  
Auxiliar Especializado  
TRT-18ª Região

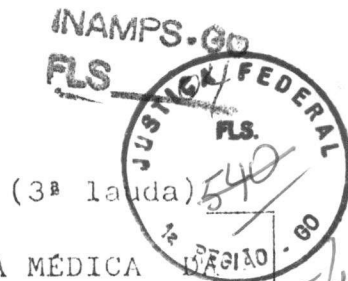
508-0021, 161 09 11993  
CONFIRMAR COM O ORIGINAL  
353 3662  
Matricula  
Servidor

PARTE EM BRANCO

Apresentar Arquivo Corréa  
Auxiliar Especializado  
TRT-18ª Região



*Marcus Vinício Loureiro de Araujo*  
ADVOGADO



em, desfavor do "INSTITUTO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA MÉDICA PREVIDÊNCIA SOCIAL - INAMPS", entidade autárquica federal, integrante do Sistema Nacional da Previdência e Assistência Social - SINPAS, com sede de âmbito estadual, à rua Oitenta e Dois, 179, centro, Goiânia-GO, pelos motivos e fatos que adiante expõem.

Preambularmente, pelas cópias autênticas dos contra-cheques em anexos, informa-se que os autores-reclamantes são servidores do instituto-reclamado, e todos eles foram admitidos ou contratados pela Delegacia de Goiás.


I - DOS FATOS


Tantas foram as "intempéries" acontecidas em nossa Economia, por obra e arte dos desmandos desse desgoverno que ora expira seus últimos dias, que já se torna difícil de enumerá-las distintamente.

Os desajustes pelos insucessos dos "pacotes" econômicos, dentre eles, os de maior relêvo pelos seus "impactos", "Cruzado I" (fevereiro.86), "Cruzado II" (novembro.86) e o "Bresser" (junho.87), projetaram no 2º semestre/87 uma grande defasagem dos salários de modo geral e, particularmente, dos servidores públicos federais. De consequência, teve início uma fase de pressão ao Governo Federal, da parte dos trabalhadores, através de greves e movimentos reivindicatórios, levando o Ministério da Previdência a decidir pela instituição de um "empréstimo" ou mesmo "adiantamento" aos servidores, não importando aí a terminologia ou sua forma, e sim, a necessidade de corrigir a perda do poder aquisitivo dos salários.


Essa medida se traduziu em um verdadeiro "abono salarial", que passou a figurar mensalmente nos contra-cheques dos autores sob a rubrica "código 092", denominada, inicialmente, de "EMPRÉSTIMO PAT-ESP", a partir de outubro.87, cujos índices foram, à época, fixados da seguinte forma:

PARTE EM BRANCO

Apresenta:  Grandes Corêa  
Auxiliar Especializado  
THT-18ª Região

508-0021, 16109 11993  
CONFERE COM O ORIGINAL  
  
Servidor 3533662  
Matricula

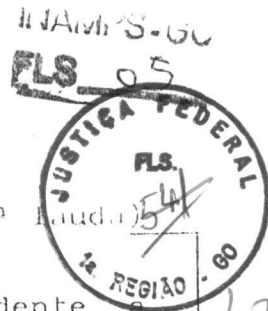
PARTE EM BRANCO

Apresenta:  Grandes Corêa  
Auxiliar Especializado  
THT-18ª Região

*Marcus Vinício Loureiro do Araujo*

ADVOGADO

(4ª Vara)



- outubro'87 = no valor correspondente a 50% da remuneração de setembro'87;
- novembro'87 = no valor correspondente a 100% da remuneração de setembro'87;
- dezembro'87 = no valor correspondente a 100% da remuneração efetivamente paga em novembro'87.

Do mês de janeiro'88 essa vantagem, dita como sendo um "empréstimo", passou a ser paga sob a rubrica -código 092- com a denominação de "ADIANTAMENTO DO PLANO DE CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS E SALÁRIOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL", como se ja: "092 - ADIANTAMENTO PEC MP 20/88", como passou a constar dos contra-cheques, com o seu valor igualmente reajustado e correspondente a 100% da remuneração efetivamente paga no mês anterior, o que vale dizer: atualizado como fora o salário, corrigido pelos índices percentuais da "URP".

Entretanto, sem justificativa legal para tanto, o Instituto-reclamado, a partir do mês de fevereiro'88 deixou de proceder a aplicação da "URP" sobre essa verba salarial da remuneração dos reclamantes, ocasionando com isso outra injusta defasagem.

Assim "congelado" ficou o valor da rubrica "código 092", durante os meses de fevereiro'88 até outubro'88, nove meses seguidos.

Somente a partir de novembro'88 essa verba salarial "voltou" a ser paga com a aplicação dos percentuais da "URP". Ocorre, porém, que referido reajuste teve por base os valores pagos do mês de janeiro'88, mantendo-se até hoje essa defasagem, mês a mês, conseqüente do período "congelado".

Do exposto, faz-se o necessário destaque dos fatos seguintes, enumerados:

.....



PARTE EM BRANCO

Apuração Arquivos e Códigos  
Auxiliar Especializada  
TRT-13ª Região

508-002.1.16 / 09 / 1993

CONFERE COM O ORIGINAL

Mulher 3533662

Servidor Matrícula

PARTE EM BRANCO

Apuração Arquivos e Códigos  
Auxiliar Especializada  
TRT-13ª Região



1ª) - que os valores pagos nos meses de outubro, novembro e dezembro'87, sob a rubrica denominada de "EMPRÉSTIMO PAT ESP - Código 092", não foram vencidas e tampouco devolvidas jamais pelos descontos em contra-cheques, do que resultou em um "acréscimo salarial";

2ª) - que os valores pagos dessa mesma rubrica de "Código 092", a partir do mês de janeiro'88, já com novas denominações de "ADIANTAMENTO DO PCCS", ou de "ADIANTAMENTO PEC MP 20/88", foram considerados juntamente com os dos salários e de outras vantagens para efeito das contribuições e deduções mensais da Previdência, dos descontos do Imposto de Renda Retido na Fonte e da Assistência Patronal, conforme assim pode ser perfeitamente certificado dos contra-cheques apresentados, sendo este um fato relevante que, inegavelmente, comprova a incorporação salarial dessa verba denominada de "adiantamento", resultando, também, como o anterior, em continuado "abono salarial";

3ª) - que, quando da alteração da denominação da rubrica dessa verba, de "092-EMPRÉSTIMO PAT ESP" para "092-ADIANTAMENTO DO PCCS", ou "092-ADIANTAMENTO PEC MP 20/88", não houve mudança da codificação da rubrica, tendo sido mantido sempre o mesmo "código 092", como se vê dos contra-cheques (cópias em anexo);

4ª) - que o retorno da aplicação dos percentuais da "URP" sobre ditos "adiantamentos", a partir do mês de novembro'88 em diante, já é, praticamente, um confesso reconhecimento do direito pleiteado pelos reclamantes, embora esse "reconhecimento" tenha sido parcial visto o esquecimento propositado do período anterior "congelado" - de fevereiro'88 a outubro'88.

E, agora, recentemente, "por decisão ministerial", conforme consta da "CIRCULAR-CONJUNTA" nº 008/89, de 24.7.89, subscrito pelas Diretorias de Recursos Humanos do IAPAS, do INPS e do INAMPS, tem-se uma declaração formal de reconhecimento dos direitos lesados dos servidores-reclamantes,

PARTE EM BRANCO

Apresentar Arquivos e Arquivos  
Auxiliar Especializado  
TAT-18ª Região

508-002.1.161 09 / 19 93  
CONFERE COM O ORIGINAL  
MPLV 353 366.2  
Servidor Matrícula

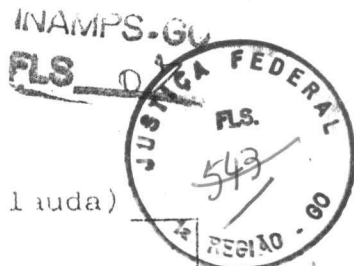
PARTE EM BRANCO

Apresentar Arquivos e Arquivos  
Auxiliar Especializado  
TAT-18ª Região

*Marcus Vinício Loureiro de Araújo*

ADVOGADO

(6ª. folha)



Entretanto, aqui, continuou o Governo a "ignorar" o período de fevereiro a outubro'88, em que ficou "congelada" a aplicação dos percentuais da "URP" sobre a verba salarial "código 092", ora questionada. Veja-se, a propósito, o que diz o "ANEXO I-DEMONSTRATIVO DA ATUALIZAÇÃO DO ADIANTAMENTO", dessa "CIRCULAR-CONJUNTA Nº 008/89" (de cópias incluídas), ora grifados para melhor observação, ressaltando claramente a instrução determinante para a exclusão do período relativo aos meses de fevereiro a outubro'88, inclusive, em flagrante desrespeito e agressão ao §1º do art. 457 da CLT que regem os contratos dos servidores-reclamantes.

O "abono salarial" de que trata a referida verba salarial de código "092" é de natureza "habitual", considerado assim tacitamente convencionado, integrando o salário, do que se conclui que essa "agressão" se estendeu também ao art. 468-consolidado.

Ainda pelo mesmo "ANEXO I" da "CIRCULAR-CONJUNTA", certifica-se mais que a instrução igualmente determinou que o pagamento dos reajustes atrasados -somente a partir do mês de novembro'88- fosse feito sem a correção monetária, como de fato aconteceu, através do contra-cheque "suplementar" ref. a 07/89, e perfeitamente demonstrado em planilhas-exemplos, em anexos, relativas aos reclamantes ocupantes do cargo de "auxiliar de enfermagem" (Maria Aparecida Natal e Silva -e- Marivone Silva Martins). E esse "pagamento" dito como "administrativo" correspondeu, na realidade, tão-somente a "1/3" do total efetivamente devido na época.

A propósito, junta-se, também, uma outra planilha demonstrativa dos cálculos dos reajustes da verba salarial "092", tomando-se nesta, como exemplo, o mesmo citado naquele "Anexo I" (qual, pelos seus valores, é referente a cargo de nível universitário, como seja: "Procurador Autárquico"), de onde é possível confirmar, pelos destaques, que a Reclamatória não se atém apenas a correção monetária das parcelas pagas "administrativamente".

PARTE LM BRANCO

*G*  
Aparecida Arantes Corrêa  
Auxiliar Especializado  
TRT-18ª Região

508-0021.161 09 11993  
CONFERE COM O ORIGINAL  
*M. Silva* 3533662  
Servidor Matricula

PARTE LM BRANCO

*EP*  
Aparecida Arantes Corrêa  
Auxiliar Especializado  
TRT-18ª Região





*Marcus Vinício Loureiro de Araujo*

ADVOGADO

(7ª lauda)

Ora, ao pagar parte daquilo que era devido o Govern<sup>o</sup> não-somente reconheceu o direito adquirido de seus servi-  
dores como também tornou-se devedor do restante referente ''  
aos meses de fevereiro a outubro'88, além da correção monetá-  
ria respectiva, inclusive no referente aos meses pagos não '  
corrigidos (efeito "cascata") que, neses casos, é da mais ab-  
soluta legalidade. E não tem sido outro o entendimento das  
Juntas Trabalhistas em nosso país.

## II - DO MÉRITO E DO DIREITO

O conceito de salário é indicado no artigo 457 e '  
seus §§, da C.L.T..

E "adiantamento salarial" constitui aquilo que é '  
pela legislação, pela doutrina e pela jurisprudência predomi-  
nante denominado "abono".

Como esse dito "adiantamento" (abono) foi e tem si-  
do pago habitualmente e de maneira uniforme, deve ser consi-  
derado "ajustado" e, como tal, não incide sobre ele qualquer  
compensação pelo aumento salarial normativo, entendimento es-  
te claro e pacífico dos tribunais trabalhistas, inclusive do  
egrégio TST. - Ao contrário, pois, incidem sobre o "abono sa-  
larial" os índices de reajustes e aumentos normativos dos sa-  
lários.

Daí a consonância com a disposição expressa do art  
457-§1º da Consolidação das Leis do Trabalho.

Nessa mesma inteligência nos vêm os ensinamentos '  
dos mestres do direito do trabalho, os renomados juristas '  
Arnaldo Sussekind, Delio Maranhão e Segadas Viana, em sua '  
grandiosa obra conjunta "Instituições de Direito do Traba-  
lho", vol. I, 10ª ed., pág. 347:

" ABONO DE SALÁRIO. No direito positivo  
brasileiro, o abono salarial, presentemente,  
nada mais representa do que salário. É que a  
Lei n.1999, de 1º.10.1953, dirimindo controvér-  
sias suscitadas sobre o seu conceito, alterou  
a primitiva redação do §1º do art.457 da CLT

PARTE EM BRANCO

CP  
Aprentiz Artistas Coréia  
Auxiliar Especializado  
TRT-18ª Região

508-0023 / 161 09 1993  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Matrícula 3533662  
Servidor

PARTE EM BRANCO

CP  
Aprentiz Artistas Coréia  
Auxiliar Especializado  
TRT-18ª Região



*Marcus Vinício Loureiro de Araujo*

ADVOGADO

(8ª lauda)

para o fim de declarar expressamente que abonos integram o salário. Pro isso mesmo, o aumento salarial sob forma de abono tende a desaparecer, já que a respectiva majoração, sem embargo da denominação empregada, constituirá salário para todos os efeitos legais.

.....  
Com a vigência da Lei nº 1.999/53, que deu nova redação ao §1º do art. 457 da CLT, ficou definitivamente resolvido que os abonos pagos pelo empregador integram o salário."

O abono salarial, ajustado ou prefixado pelo empregador, é uma dívida de valor, não podendo, portanto, ser congelado pelo empregador. Daí porque sobre ele incidem os reajustamentos salariais coletivos.

.....  
O abono salarial, em questão, foi concedido e instituído, incorporando-se ao contrato de trabalho, com a expressa menção de que deveria ser calculado em função do salário normal do cargo efetivo. Há que se respeitar, portanto, tal modalidade estabelecida.

Dessume, assim, claramente, que os reajustamentos salariais coletivos incidem sobre o abono salarial reajustado.

Pelo critério objetivo, haverá ajuste tácito sempre que a conduta do empregador, independentemente de sua intenção, der ao abono conotação de remuneração adicional, de caráter normal, pela sua habitualidade, periodicidade e uniformidade com a qual passa a contar o empregado.

Como assim apreciado e revisto, na forma doutrinária da matéria em foco, e consoante a inteligência jurisprudencial respectiva, não resta a menor dúvida de que o prelado "Adiantamento" -ou "Abono" salarial- concedido aos reclamantes há mais de dois anos, integrou de forma definitiva a remuneração destes para todos os efeitos legais, não mais podendo ser suprimido, reduzido, ou, como procedeu o demandado, "congelado", sob pena de ofensa ao artigo 468 da Consolidação das Leis do Trabalho.

.....

PARTE EM BRANCO

*[Signature]*  
Aparecida Amêlis Corrêa  
Auxiliar Especializado  
TET-1a. Região

508-0023.161	09	11993
CONFERE COM O ORIGINAL		
<i>[Signature]</i> Servidor	3533662	Matricula

PARTE EM BRANCO

*[Signature]*  
Aparecida Amêlis Corrêa  
Auxiliar Especializado  
TET-1a. Região



*Marcus Vinício Loureiro de Araujo*

ADVOGADO

(9ª lauda) 546

III - DO PEDIDO

ISTO POSTO,

REQUEREM os Reclamantes que essa Douta e colenda Junta julgue procedente a presente Reclamatória Trabalhista PARA, declarando incorporada aos salários a verba paga sob o título de "ADIANTAMENTO DO PCCS", ou de "ADIANTAMENTO PEC MP 20/88", ou de "ADIANTAMENTO PEC LEI 7686/88", código "092", CONDENAR o Instituto-Reclamado a:

- 1ª) - proceder o reajuste da citada verba da mesma forma que foram reajustados os salários dos Reclamantes, a partir do mês de fevereiro'88 até o mês de outubro '88, inclusives, como seja: com a aplicação dos índices percentuais da "URP", a saber:

- mês de Fevereiro'88	=	10,84%
- mês de Março'88	=	16,19%
- mês de Abril'88	=	16,19%
- mês de Maio'88	=	16,19%
- mês de Junho'88	=	17,68%
- mês de Julho'88	=	17,68%
- mês de Agosto'88	=	17,68%
- mês de Setembro'88	=	21,39%
- mês de Outubro'88	=	21,39%

- 2ª) - proceder, igualmente, a correção dos reajustes efetuados a partir do mês de novembro'88, dessa mesma verba, tendo por base o seu valor reajustado no mês de outubro'88, na forma acima explicitada e, assim, automaticamente, em todos os meses subsequentes (efeito "cascata"), inclusive naquilo que se referir ao "13º" salário, férias, FGTS e gratificações;

- 3ª) - pagar todas as parcelas vencidas e vincendas, reajustadas e acrescidas de juros e correção monetária, a ser apuradas em liquidação de sentença, na forma da

PARTE EM BRANCO

Apuração Arrendes Corréa  
Auxiliar Especializado  
TRT-18ª Região

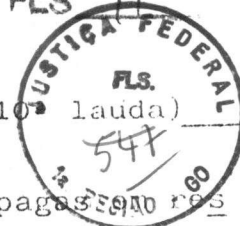
508-002.1.161.09 1993  
CONFERE COM O ORIGINAL  
M. J. S. 3533662  
Servidor Matrícula

PARTE EM BRANCO

*Marcus Vinício Loureiro de Araujo*  
ADVOGADO

INAMPS-60

FLS



lei, deduzidas as quantias anteriormente pagas respectivos contra-cheques mensais, inclusive do contra-cheque "suplementar" ref. julho'89;

- 4º) - ainda, ao pagamento das custas processuais e mais da verba honorária advocatícia a razão de 20% do valor da condenação, de acordo com a norma constitucional ditada no art. 133 da Magna Carta, cuja eficácia independe de regulamentação consoante entendimento de nossos tribunais trabalhistas;
- 5º) - anotar nos assentamentos cadastrais dos Servidores-Reclamantes o valor reajustado e apurado da verba salarial "092 - ADIANTAMENTO PEC LEI 7686/88", de acordo com a situação funcional de cada reclamante, devendo referida verba ser incorporada aos seus salários para todos os efeitos legais.

REQUEREM, mais, seja notificado do Instituto-Reclamado na pessoa do seu representante legal, para comparecer à audiência inaugural a ser previamente designada por Vossa Excelência, contestando queira, sob pena de revelia e a final condenado ao pagamento das custas processuais e de todas as parcelas descritas no pedido acima e retro explicitado.

REQUEREM, outrossim, o julgamento antecipado da lide, na forma do art. 330 do CPC, c/c. art. 769 da CLT, por se tratar de matéria exclusivamente de direito.

Para efeitos fiscais dá-se à causa o valor de NCz \$200.000,00 (duzentos mil cruzados novos).

Termos em que,

Pedem e esperam Deferimento.

Goiânia, em 12 de março de 1.990.

Pp.

MARCUS V. LOUREIRO DE ARAUJO-Advogado

PARTE EM BRANCO

Aplicação: Anúncio  
Assim: Especializado  
TRT-13ª Região

508-002.1/16/09/1993

CONFECHE COM O ORIGINAL

Matheus  
Servidor

353.3662  
Matricula

PARTE EM BRANCO





DIREÇÃO GERAL	
PROCESSO	ANO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL	
PROCESSO	ANO
ÓRGÃO LOCAL	
PROCESSO	ANO

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

[illegible]

PARTE EM BRANCO

Apresentar Arquivo  
Atualizado  
THT-10, Região

508-0021 16/09/1993  
CONFIRMAÇÃO ORIGINAL  
353-3662  
Matricula  
Servidor

PARTE EM BRANCO



PROCESSO Nº 122/89

RECTE.: Djalma Maciel de Lima e outros (46)

RECD.: Instituto Nac. de Assit. Médica da Prev. Social - INAMPS

Pela presente, ilco V.Sª, notificado para o (s) fim (ns) pre visto (s) no (s) item (ns) 01, 12 e 13 abaixo;

- 01 - Comparecer à audiência designada para o dia 23 de fevereiro de 1989 às treze (13) horas e .X.X.X.X. minutos.
- 02 - Prestar depoimento pessoal, no dia e hora acima, sob pena de confissão.
- 03 - Prestar depoimento, como testemunha, no dia e hora acima.
- 04 - Tomar ciência da decisão constante da cópia anexa.
- 05 - Tomar ciência do despacho constante da cópia anexa.
- 06 - Contra-arrazoar recurso do (a) \_\_\_\_\_
- 07 - Impugnar embargos à execução.
- 08 - Contestar os embargos de terceiro autuados sob o Nº \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_
- 09 - Recolher as (cs) \_\_\_\_\_ no valor de Cr\$ \_\_\_\_\_
- 10 - Prestar, como Parito, o compromisso legal, em \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_ ) dias.
- 11 - Prestar como Assistente, o compromisso legal, em \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_ ) dias.
- 12 - Comparecer à audiência inaugural, no dia e hora acima, quando V.Sª. poderá apresentar sua defesa (art. 846 do C.L.T.), com as provas que julgar necessárias (arts. 821 e 845 do C.L.T.), devendo V.Sª. estar presente, independentemente do comparecimento de seu representante, sendo-lhe facultado designar preposto, na forma prevista no parágrafo 1º do artigo 843 consolidado. O não comparecimento de V.Sª. importará na aplicação da pena de revelia e confissão quanto a matéria de fato.
- 13 -

Obs.: Segue, em anexo, cópia da inicial.

Inicial acompanhada de documentos.

O reclamado deverá comparecer em audiência acompanhado de advogado de acordo com o art. 133 da Constituição Federal.

*Osmar Peres Maciel*  
ADJUNTO DIRETOR SECRETARIA  
JCJ ANAPOLIS - GO.

Instituto Nac. de Assist. Médica da Prev. Social - INAMPS

Rua 15 de Dezembro, 249

Nesta

CERTIFICO q  
pediente foi  
destinatári  
em \_\_\_\_\_

PARTE EM BRANCO

*Q.*  
Aparecida Araújo Corrêa  
Auxiliar Especializado  
TRT-18ª. Região

508-0021, 161	09	1993
CONFERE COM O ORIGINAL		
<i>M. Silva</i>	3533662	
Servidor	Matricula	

PARTE EM BRANCO

*Q.*  
Aparecida Araújo Corrêa  
Auxiliar Especializado  
TRT-18ª. Região

1) ÁGUILA PORTO CHADUD MATOSO, brasileira, casada, médica, re-  
sidente e domiciliada nesta cidade, na Rua Maximiano Al-

Rua Carneiro Fontela, 223 - 1.º Andar - Sala 103 - Centro - Fones 324-0473 e 324-9181 - Anápolis-GO.



PARTE EM BRANCO

*F*  
Aprendiz Arantes Corrêa  
Auxiliar Especializado  
TBT-18ª Região

508-0021, 16.1 09 / 1993  
CONFERE COM O ORIGINAL  
*Adriana* 353 362  
Servidor Matrícula

PARTE EM BRANCO

*C P*  
Aprendiz Arantes Corrêa  
Auxiliar Especializado  
TBT-18ª Região



- 11 - ALFENZO ANTÔNIO VENTURA, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado nesta cidade, na Rua Caetano Pugliesi, nº 54, Bairro Jundiá,
- 12 - ANTÔNIO AUGUSTO CARVALHO, brasileiro, desquitado, médico, residente e domiciliado nesta cidade, na Rua A, 84, Conjunto Eldorado, 552
- 13 - ANTÔNIO BERNARDINO DA COSTA, brasileiro, solteiro, médico, residente e domiciliado nesta cidade, na Rua Manoel D'Abeidia, 74, Centro,
- 14 - ANTÔNIO BERNARDO DE FARIA, brasileiro, solteiro, médico, residente e domiciliado nesta cidade, na Rua Dona Sandita, 21, Centro,
- 15 - ANTÔNIO ROBERTO MACHADO GOMES BORGES, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado nesta cidade, na Rua Paranaquá, 125, Vila Santa Maria,
- 16 - ANTÔNIO SÉRGIO DE FARIA, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado nesta cidade, na Rua Dona Sandita, 21, Centro,
- 17 - CAIED SALIN, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado nesta cidade, na Rua Engenheiro Portela, 798/801, Centro,
- 18 - CARLOS VIDAL GARCIA ANTURIANO, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado nesta cidade, na Rua 14 de Julho, 821, Apto. 1.203, Centro,
- 19 - CHAFI VIEIRA BOREA, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado nesta cidade, na Rua Mauá, 809, Centro,
- 20 - DALMO JACOB DO AMARAL, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado nesta cidade, na Rua 18 de setembro, 88, Bairro Jundiá,
- 21 - DURVAL ARTUR CAVALCANTI NOGUEIRA, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado nesta cidade, na Rua Dona Dóce, 45, Edifício Vila Boa, apto. 301, Centro,

Gentil Pio de Oliveira

ADVOGADO - OAB-GO 4461



PARTE EM BRANCO

Apresentamos a você o

508-0021, 161 09 11993  
COPIA DO LOM O ORIGINAL  
353 366 2  
Matricula  
Servidor

**PARTE I**





227 ELIZEOSHOI BRASIL GOMIDES, brasileiro, separado, médico, residente e domiciliado nesta cidade, na Travessa Maurity Escober, 60, Centro,

23 FERNANDO ANTÔNIO DE FARIA, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado nesta cidade, na Rua Aluísio Crispim, 75, Apto. 1.201, Centro,

24 FERNANDO DE ALMEIDA E SILVA, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado nesta cidade, na Rua do Carmo, 125, Bairro Jundiá,

25 FLOREVAL MONTENEGRO DE CERQUEIRA, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado nesta cidade, na Rua Sarão do Rio Branco, 590, Centro,

26 GERMANO CALHEIRA DE SOUZA, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado nesta cidade,

27 GLEISE DE SOUZA CARDOSO, brasileira, separada judicialmente, residente e domiciliada nesta cidade, na Rua 12, Q. 10, L. 5, Conjunto Raul Balduino,

28 JILION FLEURY JÚNIOR, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado nesta cidade, na Rua Engenheiro Portela, 798, Apto. 202, Centro,

29 IVAN BEZE, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado nesta cidade, na Rua Arinesto de Oliveira Pinto, 325, Centro,

30 JESULINO GONÇALVES MONTALVÃO, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado nesta cidade, na Rua 14 de Julho, 821, Apto. 901, Centro,

31 JOÃO BOSCO MACHADO DA SILVEIRA, brasileiro, solteiro, médico, residente e domiciliado nesta cidade, na Rua Conde Afonso Celso, 193, Centro,

32 LOEL GONÇALVES DA COSTA, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado nesta cidade, na Rua Aquiles de Pina,

*Gentil Pio de Oliveira*

ADVOGADO — OAB-GO 441

Engenheiro Portela, 221 - 1.º Andar - Sala 102 - Centro - Fones 324-0473 e 324-8186 - Anápolis-GO.



PARTE EM BRANCO

Aparecida Amândia Corrêa  
Auxiliar Especializado  
TRT-18ª. Região

508-0021.16.1 09 / 1993  
CONFERE COM O ORIGINAL  
msho 353366-2  
Servidor Matrícula

PARTE EM BRANCO

Aparecida Amândia Corrêa  
Auxiliar Especializado  
TRT-18ª. Região



31) JOSÉ ARLINDO CASTANO, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado nesta cidade, na Av. Goiás, 192, Centro,  
32) JOSÉ GADIA FILHO, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado nesta cidade, na Rua 14 de Junho, 821, Apto. 1.504, Centro,

33) XOSMAR ELIAS BUENO, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado nesta cidade, na Rua Aquiles de Pina, 76, Centro,

34) LEILA DE SÁ RODRIGUES DA CUNHA, brasileira, casada, médica, residente e domiciliada nesta cidade, na Av. Pinheiro Chagas, 670, Bairro Jundiá,

35) LUIZ WILTON BARROS, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado nesta cidade, na Rua 14, nº 184, Bairro Maracanã,

36) MARCONDES CARNEIRO LEITE, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado nesta cidade, na Rua Benedito Borges de Almeida, Q. 21, L. 19, Bairro Jundiá,

37) PORFÍRIO ANDRADE NETO, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado nesta cidade, na Rua Barão do Rio Branco, 1.095, Centro,

38) REINALDO LÚCIO NUNES DE SOUZA, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado nesta cidade, na Rua 14 de Junho, 821, Apto. 1.003, Centro,

39) RILMAR JOSÉ GOMES, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado nesta cidade, na Rua 45, L. 20, Q. 48, Jardim Anápolis City,

40) ROBERTO FELIPE ZACARIAS, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado nesta cidade, na Rua Bernardino Silva, 195, Bairro Jundiá,

41) ROBERTO LUIZ DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado nesta cidade, na Rua Engenheiro Portel, 795, Apto. 1.001, Centro,

Gentil Fio do Oliveira

ADVOGADO — OAB-GO 4461

Engenheiro Portel, 220 - 1.º Andar - Sala 102 - Centro - Fones 324-0473 e 324-8186 - Anápolis-GO.



PARTE EM BRANCO

Apuradora Arcanjos Corrêa  
Auxiliar Especializado  
TRT-18ª. Região

508-0621.161 09 11243  
CONFETE COM O ORIGINAL  
Mauricio 3533662  
Servidor: Matricula

PARTE EM BRANCO  
Apuradora Arcanjos Corrêa  
Auxiliar Especializado  
TRT 18ª. Região

62 - SALOMÃO ADRIANO DE ANDRADE, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado nesta cidade, na Rua Centro Negro, 507, Centro.



43 - SAMIR DAHAB EITTAI, brasileiro, solteiro, médico, residente e domiciliado nesta cidade, na Rua Leopoldo de Bulhões, 200, Centro.

44 - SEBASTIÃO CÉLIO RODRIGUES DA CUNHA, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado nesta cidade, na Av. Pinheiro Chagas, 670, Bairro Jundiá,

45 - VICTOR ANTÔNIO SOARES DE AZEVEDO, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado nesta cidade, na Praça Bom Jesus, 177, Centro,

46 - WILMAR AFONSO RODRIGUES, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado nesta cidade, na Travessa Pina Júnior, 34, Centro e

47 - WOLFGANG VOIGT, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado nesta cidade,

via do Procurador e Advogado signatário, com escritório profissional no endereço impresso, vem propor RECLAMAÇÃO TRABALHISTA em desfavor do INSTITUTO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA MÉDICA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - INAMPS, Autarquia Federal, com representação e estabelecimento nesta cidade, na Rua 15 de Dezembro, 249, Centro, fazendo-o em consonância com os fundamentos adiante enumerados, esclarecendo que os contratos são regidos pela CLT:

1 - O Reclamado não aplicou às parcelas salariais e remuneratórias dos Reclamantes, os reajustes decorrentes das U.R.Fs. (Unidades de Referência de Preços) cabíveis nos meses de abril e de maio de 1988, cuja incidência é assegurada pelo Decreto-lei 2305 de 12/6/87, no seu artigo 8º e respectivo parágrafo 1º, no percentual de 16,19% em cada mês, progressiva e cumulativamente, conforme fixado pela Portaria GM/ME nº 120, publicado no DOU de 1º/3/88. Consequentemente, os valores pagos aos Reclamantes em abril e em maio

Gentil Pio de Oliveira

ADVOGADO - OAB-GO 4461

Engenheiro Portela, 222 - 1.º Andar - Sala 102 - Centro - Fones 324-0473 e 324-8185 - Anápolis-Goi



PARTE EM BRANCO

*P*  
Aprovação: *Verdade*  
AUX. 12. E-0000000000  
TBT-184. Região

508-0021-161 09 11993  
CONFERE COM O ORIGINAL  
*M. Silva* 3533662  
Servidor Matrícula

PARTE EM BRANCO

*9*  
Aprovação: *Verdade*  
AUX. 12. E-0000000000  
TBT-184. Região

de 1988 foram adu- dos devidos, para emissão referenciada, o que gerou pagamentos menores que os reais, também nos meses seguintes, a partir de junho de 1988, porque os reajustes salariais posteriores foram lançados sobre base de cálculo inferior, situação que ainda persiste.



II - A parcela salarial paga sob o título de "Adiantamento PCCS", a partir de janeiro de 1988, sobre a qual incidem os reajustes decorrentes das U.R.Ps. e demais aumentos salariais compulsórios, está sendo mantida em valor inalterado, desde janeiro de 1988, gerando diferenças mensais, por pagamento a menor.

III - Em consequência dessas retenções salariais, as férias cujos períodos aquisitivos foram concluídos a partir de 31 de dezembro de 1987, bem como os décimos terceiros salários, a partir do ano de 1988, estão sendo pagos a menor, restando as diferenças em favor dos Reclamantes, o mesmo ocorrendo com os depósitos pertinentes ao FGTS, desde o mês de janeiro de 1988, irregularidades que ainda persistem.

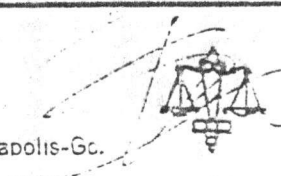
IV - Ante essas considerações, reclamam:

I - Integração progressiva dos percentuais correspondentes às U.R.Ps. referentes aos meses de abril e de maio de 1988, no percentual de 16,19% cada, sobre todas as verbas remuneratórias ou salariais, discriminadas nos respectivos demonstrativos de pagamentos, sob os títulos de "salário", "grat. nível superior", "grat. DL 2365" e "inc. ativ. med/odont." e similares, para o cálculo das parcelas referenciadas, naqueles meses e nos meses seguintes, sucessiva e cumulativamente, até efetiva regularização e o pagamento

*Gentil Fiu de Oliveira*

ADVOGADO - OAB-GO 4461

Engenheiro Porteira, 222 - 1.º Andar - Sala 102 - Centro - Fones 324-0473 e 324-8186 - Anápolis-GO.



PARTE EM BRANCO

*P*  
Aparecida Arantes Corrêa  
Auxiliar Especializado  
TRT-18ª Região

508-002.1 16/09 11993  
CONFERE COM O ORIGINAL  
*msilva*  
Servidor 353.3662  
Matrícula

PARTE EM BRANCO

*P*  
Aparecida Arantes Corrêa  
Auxiliar Especializado  
TRT-18ª Região





a) Diferenças salariais, em abril de 1988, no índice 16,19% incidente sobre os valores pagos em março de 1988 e, no mesmo percentual, em maio de 1988, aplicado sobre os valores corrigidos, de abril de 1988;

b) Diferenças salariais mensais, a partir de junho de 1988, inclusive, decorrentes da omissão das U.R.Ps. nos meses de abril e maio de 1988, fato que gerou a aplicação dos reajustes salariais compulsórios posteriores, sobre bases de cálculos inferiores às reais, com pagamentos a menor em todos os meses seguintes, vencidos e vincendos.

3 - Integração progressiva dos percentuais integrais, correspondentes às U.R.Ps. e demais aumentos salariais compulsórios, a partir de janeiro de 1988, inclusive, na parcela denominada "adiantamento PCCS", até a efetiva regularização e o pagamento das diferenças salariais mensais, vencidas e vincendas, desde o referido mês;

4 - Pagamentos em dobro das diferenças salariais, se não quitadas na primeira audiência;

5 - Diferenças nos valores das férias usufruídas e/ou pagas a partir de 1º/1/88, inclusive sob a forma de abonos pecuniários, até a efetiva integração das parcelas reclamadas, às remunerações dos Reclamantes;

6 - Diferenças nos valores dos décimos terceiros salários, a partir do referente ao ano de 1988 e posteriores, até a efetiva normalização pleiteada;

*Genil Pio de Oliveira*

ADVOGADO — OAB-GO 4461

Engenheiro Portela, 221 - 1.º Andar - Sala 102 - Centro - Fones 324-0473 e 324-8186 - Anápolis-GO.



PARTE EM BRANCO

9.  
Aparecer Arantes Corrêa  
Auxiliar Especializado  
TRT-18ª Região

508-0321-161 09 119 93  
CONFERE COM O ORIGINAL  
353 366 2  
Matrícula  
Servidor

PARTE EM BRANCO

9.  
Aparecer Arantes Corrêa  
Auxiliar Especializado  
TRT-18ª Região



5 - FGTS, incidente sobre as verbas reclamadas;

6 - Retificações nas anotações salariais nas CTPS;

7 - Honorários advocatícios de 20% sobre o montante.

V - Requer:

1 - A concessão de medida liminar, para determinar ao Reclamado, sob pena de multa pecuniária de um salário mínimo de referência por dia, que faça a atualização das parcelas remuneratórias dos Reclamantes e pague as diferenças pleiteadas, considerando o caráter alimentar do salários e que os pagamentos continuem a ser feitos em valores aquém dos devidos, atingindo também os décimos terceiros salários, as férias e o FGTS;

2 - A notificação do Reclamado, para a audiência que for designada e para contestar;

3 - A produção de provas por todos os meios admitidos;

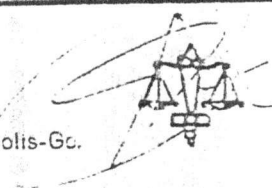
4 - Que seja julgada procedente a reclamação, para deferir aos Reclamantes os direitos pleiteados e condenar o Reclamado a pagar-lhes com acréscimo de juros de mora e correção monetária, as parcelas discriminadas no item IV desta petição e as atualizações pertinentes, com a dobra legal, mais honorários advocatícios e demais cominações legais;

5 - Que seja determinado ao Reclamado que exhiba, trazendo aos autos, os comprovantes salariais de cada Reclamante, a partir de janeiro de 1988, mais os referentes aos déci-

*Gentil Fio de Oliveira*

ADVOGADO - OAB-GO 4461

Engenheiro Portela, 222 - 1.º Andar - Sala 102 - Centro - Fones 324-0473 e 324-8186 - Anápolis-GO.



PARTE EM BRANCO

*G*  
Aparecida Arantes Corrêa  
Auxiliar Especializado  
TRT-18ª Região

508-002.1	16/09	1993
CONFERE CCM C ORIGINAL		
<i>ngd</i>	3533662	Matricula
Servidor		

PARTE EM BRANCO

*G*  
Aparecida Arantes Corrêa  
Auxiliar Especializado  
TRT-18ª Região

des. tornando-se efetivo a partir de 1988 e a partir de 1989  
veículos a partir de 1988.

Valor da causa: R\$ 500,00

Fede Deferimento.

Anápolis, 17 de Janeiro de 1989

Gentil Pio de Oliveira

OAB-GO 4461



*Gentil Pio de Oliveira*

ADVOGADO — OAB-GO 4461

Senenheiro Portela, 222 - 1.º Andar - Sala 102 - Centro - Fones 324-0473 e 324-8185 - Anápolis-Gc.



PARTE EM BRANCO

*[Signature]*  
Aparecida Aparecida Corrêa  
Auxiliar Especializado  
TAT-18ª Região

508-002.1.161 09 119 93  
CONFERE COM O ORIGINAL  
*[Signature]*  
Servidor 3533662  
Matricula

PARTE EM BRANCO

*[Signature]*  
Aparecida Aparecida Corrêa  
Auxiliar Especializado  
TAT-18ª Região



FUNCIONÁRIOS

1 - Djelma Maciel de Lima	18.11.80
2 - Everaldo José de Oliveira	01.11.81
3 - Luiz Augusto Fonseca	31.01.80
4 - Valquíria Batista César Santos	20.08.79
5 - Abraão Issa Neto	08.06.77
6 - Agnaldo Pereira	07.01.80
7 - Águia Porto Chadud Matoso	08.06.77
8 - Albênio Antonio Vento	13.03.74
9 - Antônio Augusto Carvalho	15.07.80
10 - Antonio Bernardino da Costa	02.07.80
11 - Antonio Bernardo de Faria	13.09.82
12 - Antonio Roberto Machado Gomes Borges	02.07.80
13 - Antonio Sérgio de Faria	08.06.77
14 - Caied Salin	03.09.83
15 - Carlos Vidal Garcia Anturiano	08.06.77
16 - Chafi Vieira Borba	10.01.85
17 - Daimo Jacob do Amaral	02.07.80
18 - Durval Artur Cavalcanti Nogueira	29.09.83
19 - Edilma Coelho de Garcia	06.06.77
20 - Eisechson Brasil Gomides	08.06.77
21 - Fernando Antonio de Faria	07.06.77
22 - Fernando de Almeida e Silva	06.06.77
23 - Florival Montenegro de Cerqueira	11.07.59
24 - Germano Calheira de Souza	02.07.80
25 - Gleise de Souza Cardoso	01.11.83
26 - Ilion Fleury Júnior	04.07.83
27 - Ivan Beze	
	matrícula:
	3.689.182 - 05.05.80
	3.714.772 - 02.07.80
28 - Jesulino Gonçalves Montalvão	20.01.76
29 - João Bosco Machado da Silveira	19.04.85
30 - Joel Gonçalves da Costa	02.07.80
31 - José Arlindo Caetano	09.11.83
32 - José Gadia Filho	14.05.79
33 - Josmar Elias Bueno	02.07.80
34 - Leila de Sá Rodrigues da Cunha	02.07.80
35 - Luiz Wilton Barros	11.03.85
36 - Marcondes Carneiro Leite	02.07.80
37 - Porfírio Andrade Neto	17.01.75
38 - Reinaldo Lúcio Nunes da Souza	07.01.80
39 - Rilmar José Gomes	matrícula: 3.714.918 - 04.07.80
	4.449.339 - 08.06.77
40 - Roberto Felipe Zacarias	11.03.75
41 - Roberto Luiz de Oliveira	02.07.80
42 - Salomão Araújo de Andrade	06.06.77
43 - Samir Dahas Fittar	27.07.84

*Gentil Pio de Oliveira*

ADVOGADO - OAB-GO 4461

Engenheiro Portela, 222 - 1.º Andar - Sala 102 - Centro - Fones 324-0473 e 324-8185 - Anápolis-GO.



PARTI EM BRANCO

9  
Apreciação Acumula Correl  
Auxiliar Especializado  
THT-18ª. Região

09 1943  
16  
Nº 3533662  
Matrícula

PARTI EM BRANCO

9  
Apreciação Acumula Correl  
Auxiliar Especializado  
THT-18ª. Região



1 - Sebastião Celso Leoni de Faria  
 2 - ...  
 3 - ...  
 4 - ...  
 5 - ...

0.000.000 -  
 4.449.398 -

02.07.89  
 01.07.89  
 01.07.89  
 01.07.89  
 08.06.89



561

Anápolis, 11 de Janeiro de 1989

*Gentil Fio de Oliveira*

ADVOGADO — OAB-GO 446

Av. ... Fortes, 222 - 1.º Andar - Sala 102 - Centro - Fones 324-0473 e 324-8186 - Anápolis-GO.



PARTE EM BRANCO

Aperceção Arantes Corrêa  
Auxiliar Especializado  
TRT-18ª Região

508-002.1.16 / 09 11993  
CONFERE LOCAL ORIGINAL  
Matrícula 353366.2  
Servidor

PARTE EM BRANCO

Aperceção Arantes Corrêa  
Auxiliar Especializado  
TRT-18ª Região



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 10ª REGIÃO

562  
INAMPS  
50840008  
REGIÃO  
33094  
10890  
/89  
DISTRIBUIÇÃO  
14.06.89 508.002.0

5ª JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE Goiânia  
ENDEREÇO: Rua 88, nº 25 - Setor Sul - 3º andar - Goiânia  
NOT. INT. Nº 032 / 89 EM 08 / 06 / 89

PROCESSO Nº 017 / 89  
RECTE.: Celeida Luiza de Oliveira + 10  
RECD.: INAMPS

Pela presente, fica V.Sª intimado para o (s) fim (ns) pre  
visto (s) no (s) item (ns) hum(01) e doze(12) abaixo:

- 01 - Comparecer à audiência designada para o dia 06 de 07 de 89 às  
13 horas e 05 minutos.
- 02 - Prestar depoimento pessoal, no dia e hora acima, sob pena de confissão.
- 03 - Prestar depoimento, como testemunha, no dia e hora acima.
- 04 - Tomar ciência da decisão constante da cópia anexa.
- 05 - Tomar ciência do despacho constante da cópia anexa.
- 06 - Contra-arrazoar recurso do (a) \_\_\_\_\_
- 07 - Impugnar embargos à execução.
- 08 - Contestar os embargos de terceiro autuados sob o Nº \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_
- 09 - Recolher as (os) \_\_\_\_\_ no valor de Cr\$ \_\_\_\_\_
- 10 - Prestar, como Perito, o compromisso legal, em \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_ ) dias.
- 11 - Prestar como Assistente, o compromisso legal, em \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_ ) dias.
- 12 - Comparecer à audiência inaugural, no dia e hora acima, quando V.Sª. poderá apresentar sua del  
(art. 846 da C.L.T.), com as provas que julgar necessárias (arts. 821 e 845 da C.L.T.); deve  
V.Sª. estar presente, independentemente do comparecimento de seu representante, sendo-lhe facu  
do designar preposto, na forma prevista no parágrafo 1º do artigo 843 consolidado. O não c  
recimento de V.Sª. importará na aplicação da pena de revella e confissão quanto a matéria de
- 13 - Obs. Inicial acompanhada de documentos. Comparecer c/ a

P/ Diretor de Se

Not. 032/89  
Proc. 017/89 aud. 06.07.89

INAMPS

Rua 82 nº 179 - Setor Sul

nesta

508-002.1 09, 06, 89  
1 - \_\_\_\_\_  
2 - Sdx-Occ. 0  
Sub →

MÉDICA DA  
CGC nº 299.79  
atual na Rua 82

PARTE EM BRANCO

*g*  
Aparecida Araides Corrêa  
Auxiliar Especializado  
TRT-18ª. Região

508-0023.16/09/1993  
CONF. COM O ORIGINAL  
*mauro*  
Servidor 353.366-2  
Matricula

PARTE EM BRANCO

*g*  
Aparecida Araides Corrêa  
Auxiliar Especializado  
TRT-18ª. Região



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ PRESIDENTE DA JUNTA  
CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE GOIÂNIA, ESTADO DE GOIÁS.

*Indalicio Pires da Silva*

CELEIDA LUIZA DE OLIVEIRA SOARES,  
brasileira, casada, CI nº 1.153.770 SSP/DF, CPF nº 095.086.60  
1-63, residente à Rua 85 nº 1.567 Edf. Tapajós Aptº101-B Se -  
tor Sul, Goiânia, Goiás; DALVA DA SILVA, brasileira, solteira,  
CI nº 1.150.154 SSP/GO, CPF nº 234.289.291-87; DAISY COELHO  
DE ARAÚJO ZUZA, brasileira, casada, CI nº 208.0530 SSP/GO, CPF  
nº 434.134.986-49; EZIANI MARIA MARQUES ROSA, brasileira, casa  
da, CI nº 653.132 SSP/GO, CPF nº 448.925.351-68; HÉLIA MARIA  
DE MACEDO, brasileira, solteira, CI nº 139.639 2ª Via SSP/GO,  
CPF nº 035.485.381-34; IVONE DE SOUSA ROSA, brasileira, casa-  
da, CI nº 1.337.280 SSP/GO, CPF nº 280.315.701-00; LEOMAR FRA  
GA DUARTE, brasileiro, CPF nº 118.486.771, CI nº 346.028 SSP/  
GO; LUCIANA PIRES ALVES, brasileira, solteira, C.P.F nº 409 .  
630.471/91, CI nº 1.511.628 SSP/GO; LUCIANA ALVES VIEIRA, bra  
sileira, solteira, CI nº 1.071.338 SSP/GO; MAURO RODRIGUES  
NASCIMENTO, brasileiro, solteiro, CPF nº 263.754.431-72, SALO  
MÃO BATISTA DOS SANTOS, brasileiro, casado, CPF nº 294.531-04  
CI nº 102.570 2ª Via SSP/GO, por meio do advogado infra-assi-  
nado (doc.01), estabelecido também nesta Capital, na Rua 206'  
nº 202, Vila Nova, onde receberá as comunicações processuais'  
de estilo, vem, com o devido acatamento, à presença de V.Exa.  
propor a presente

RECLAMAÇÃO TRABALHISTA

em desfavor do INSTITUTO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA MÉDICA DA  
PREVIDÊNCIA SOCIAL - INAMPS, autarquia federal, CGC nº 299.79  
143/0007-64, com escritório regional nesta Capital na Rua 82

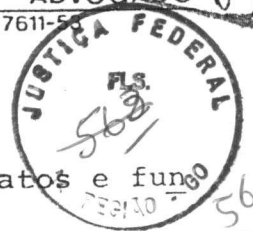
PARTE EM BRANCO

*P*  
Aparecida Arautes Corrêa  
Auxiliar Especializado  
TRT-18ª. Região

500.000.7.16/09/1993  
COMPLETO COM ORIGINAL  
*m silve* 3533662  
Servidor Matrícula

PARTE EM BRANCO

*P*  
Aparecida Arautes Corrêa  
Auxiliar Especializado  
TRT-18ª. Região



no 179 Setor Sul, nesta Capital, pelos seguintes fatos e fundamentos de Direito:

1. Todos os Reclamantes são servidores do INAMPS contratados sob o regime Consolidação da Leis do Trabalho como comprovam os contra-cheques anexos.

2. Pelo Decreto-lei nº 2.335 de 12 de Junho de 1.987, os Reclamantes vieram a ter seus salários corrigidos mês a mês pela aplicação sobre elas da Unidade de Referência de Preços - URP, nos termos do artigo 8º e §1º do mencionado Decreto, "in-verbis".

"Art.8º. Fica assegurado aos Trabalhadores a título de antecipação o reajuste mensal dos salários, inclusive do salário mínimo, pensões propensas e remunerações em geral em proporção idêntica à variação da Unidade de Referência de Preços - URP, excetuado o mês da data base.

§1º. É extensivo aos servidores civis e militares da União e de suas autarquias o reajuste de que trata este artigo.

3. Vê-se também pelo artigo acima que sobre toda a remuneração do empregado deveria incidir a aplicação da URP, ou seja, sobre qualquer parcela integrante da remuneração do servidor, independente de sua natureza. O dispositivo em questão traz expressamente, com o intuito de reforçar a intenção da lei, os vocábulos "remuneração em geral".

4. Ora, a partir de Janeiro do ano de 1.988 os Reclamantes tiveram acrescidos a sua remuneração

Luobaluna

PARTE EM BRANCO

*G*  
Apreciação Acadêmica Correta  
Avaliação Especializada  
TBT-18ª Região

508-0023, 161 09 / 1993  
CONFIRME COM O ORIGINAL  
*Assino*  
Servidor 3533662  
Matricula

PARTE EM BRANCO

*G*





um "quantum" referente ao adiantamento da diferença salarial que o novo Plano de Cargos e Salários do MPAS produzirá sobre a remuneração dos servidores, ou seja, uma antecipação, já sobre os atuais salários dos novos níveis a serem trazidos pelo PCCS da Previdência, ou pelo menos de parte deles.

5. É de se esclarecer que não se trata aqui de adiantamento a ser devolvido ou descontado posteriormente em salários futuros, como são os conhecidos "vales". A antecipação em foco tem a natureza de aumento salarial, sob a forma de adiantamento, a integrar definitivamente o salário dos servidores.

6. A par disto, o Reclamado, desde Janerio de 1.988, recusou-se em frontal desobediência à disposição legal, a proceder a aplicação da URP sobre esta parcela da remuneração dos Reclamantes, produzindo nos salários dos mesmos uma defasagem injusta e insuportável.

7. Somente através da Medida Provisória nº 20 de 11 de novembro de 1.988, a Administração passou a aplicar a URP sobre o adiantamento do PCCS, nos termos do §1º do artigo 8º da referida medida, entretanto, fazendo-a somente sobre os valores de Janeiro daquele ano, e, portanto, mantendo até hoje, e ampliando mês a mês, a defasagem já existente.

8. A vergonhosa aplicação feita a partir de Novembro último sobre os poucos valores de Janeiro do ano passado, sem a devida reposição foi bisonhamente justificada no próprio artigo 8º da medida, onde a Administração se atreve em determinar que o adiantamento do PCCS continuaria sendo pago considerando os valores nominais percebido em Janeiro de 1.988.

9. A continuidade do recebimento, pe

Luoboluna

PARTE EM BRANCO

*P*  
Aparecida Arcanles Corrêa  
Auxiliar Especializado  
TRT-18ª Região

508-0023 *16/09/1993*  
CONFIRME COM O ORIGINAL  
*M. Silva* 353 366.2  
Servidor Matrícula

PARTE EM BRANCO

*P*  
Aparecida Arcanles Corrêa  
Auxiliar Especializado  
TRT-18ª Região



los servidores, do adiantamento do PCCS, era já uma questão de direito adquirido, incorporado aos salários dos mesmos, não cabendo à Administração se manifestar sobre tal aspecto.

10. Inexiste, outrossim, a necessidade de aprovação presidencial específica para a Administração proceder a aplicação à URP sobre o adiantamento do PCCS pois o mandamento legal expresso no Artigo 8º e seu §1º, do Decreto lei nº 2.335/87 é auto-aplicável.

11. Assim sendo, requer a V.Exa., a notificação do Reclamado, na pessoa de seu representante legal para comparecer à audiência de conciliação e julgamento a ser previamente designada e nela conciliar-se ou opor contestação sob pena de confesso e revelia.

Requer, ainda, seja a final julgada precedente a presente reclamatória para condenar o Reclamado a proceder a aplicação da URP sobre o adiantamento do PCCS posteriormente denominado adiantamento pecuniário da Medida Provisória 20/88, desde o mês de Janeiro de 1.988, fazendo-o pagar aos Reclamantes as diferenças pecuniárias vencidas e vincendas produzidas em seus salários pela não aplicação referida, bem como pagar os efeitos de tais diferenças sobre 13º salário, abono de férias, FGTS, etc, acrescidos de juros legais e correção monetária, além das custas e demais despesas processuais e honorários advocatícios em 20% sobre o valor da condenação, tudo a ser calculado em liquidação de sentença.

Requer outrossim, seja por V.Exa., determinada a representação dos Reclamantes na pessoa dos três primeiros arrolados.

Requer, por fim, a produção de provas pelos meios legais, especialmente documental, testemunhal e depoimento do Representante legal do Reclamado, sob

PARTE EM BRANCO

*J*  
Aparecida Arantes Corrêa  
Auxiliar Especializado  
THT-18ª Região

508-002.1	16/09	1993
CONFEC.	UM O	SERIAL
<i>MS</i>	3533662	
Servidor		Matrícula

PARTE EM BRANCO

*F*  
Aparecida Arantes Corrêa  
Auxiliar Especializado  
THT-18ª Região



pena de confesso.

12.

Dá-se à causa o valor de NCZ\$ ..

3.500,00 (Três mil e quinhentos cruzados novos).

Nestes termos,

Pede e espera deferimento.

Goiânia, 23 de Maio de 1.989.

INDALÍCIO PIRES DA SILVA  
OAB/GO nº 3219

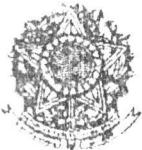
PARTE EM BRANCO

*P*  
Aparecida Arantes Corrêa  
Assessor Especializado  
THT-18ª Região

508-0021, 16 / 09 / 1993  
CONFERE COM O ORIGINAL  
*msilva*  
Servidor  
353366.2  
Matrícula

PARTE EM BRANCO

*P*  
Aparecida Arantes Corrêa  
Assessor Especializado  
THT-18ª Região



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO (TRT - 10ª Região)  
3ª JCJ de Goiânia

PROCESSO Nº 3ª JCJ - 650/90  
MANDADO Nº 241/90

RECLAMANTE: Célia Finotti + 11(ONZE)

JUSTIÇA FEDERAL	
FLS.	
INAMPS	
500-4-0-80	
REGIÃO	
33004	11658
04.05.90	508.002.0

O MANDADO DE NOTIFICAÇÃO DE AUDIÊNCIA, passado na forma abaixo:

O Doutor PLATON TEIXEIRA DE AZEVEDO FILHO  
Juiz do Trabalho - Presidente da 3ª Junta de Conciliação e Julgamento de Goiânia.

MANDA ao Oficial de Justiça Avaliador a que couber por distribuição, que a vista do presente mandado, estando devidamente assinado, que, em seu cumprimento, se dirija nesta cidade, onde é encontrado o reclamado INAMPS (na pessoa do Sr. Procurador), estabelecido na Rua 82 nº 179 - 10º andar - Centro, notificando-o para, no dia 29 de maio de 1990, às 13.30 horas, comparecer perante a 3ª Junta de Conciliação e Julgamento de Goiânia, situada à Rua 88 nº 25, 2º andar - Setor Sul, para audiência relativa à reclamação constante da cópia anexa, quando então deverá ser apresentada defesa (art. 846 - C.L.T.), com as provas que julgar necessárias, constantes de documentos e/ou testemunhas (arts. 821 e 845 da C.L.T.). Na referida audiência o reclamado deverá estar presente, independentemente do comparecimento de seu(s) representante(s) sendo-lhe facultada a substituição prevista no Parágrafo 1º do artigo 843 consolidado.

QUE CUMPRA NA FORMA DA LEI.

Dado e passado, nesta cidade de Goiânia, aos 20 dias do mês de abril de 1990. Eu, Maria Lúcia Fleury da Silva e Souza,  
Diretor de Secretaria, datilografei e subscrevi.

Platon Teixeira de A. Filho  
Juiz do Trabalho

Platon Teixeira de A. Filho  
Juiz Presidente  
3ª JCJ

trmd.



PARTI EM BRANCO

Apresenta Arantes Corrêa  
Auxiliar Especializado  
TRT-18ª Região

508-0023.16 / 09 / 1993	
CONFERE COM O ORIGINAL	
<i>m silva</i>	353366-2
Servidor	Matricula

PARTI EM BRANCO

Apresenta Arantes Corrêa  
Auxiliar Especializado  
TRT-18ª Região



**AGROJURIS**

ADVOCACIA E ASSESSORIA AGRÁRIA

Exmo. Sr. Dr. Juiz Presidente da  
Julgamento do Estado de Goiás.

Junta de Conciliação



CÉLIA FINOTTI, brasileira, servi  
dora pública federal, CPF: 060.174.521-34 e CI. 71.049- SSP/  
GO, residente e domiciliada à Av. Goiás, 1.280 - Aptº. 03 -  
Ed. Alberto Finotti-Centro, nesta Capital;

EVA ANTUNES MACIEL, brasileira ,  
brasileira, servidora pública federal, portadora do CPF:037.  
428.731-72, residente e domiciliada nesta Capital;

224-4788 - recid.  
225-1891 - com.

IRAGUASSU DE PAULA PARAGUASSU ,  
brasileiro, solteiro, servidor público federal, CPF: 041.397.  
871-91 e CI. 134.596-SSP/GO, residente e domiciliado à  
124 nº 12 - Setor Sul, nesta Capital;

GELSA MARIA OLIVEIRA GUIMARÃES ,  
brasileira, solteira, servidora pública federal, portadora  
do CPF: 043.665.571-34 e CI. 196.745-SSP/GO, residente e do  
miciliada à Alameda Ricardo Paranhos, 52 - Setor Marista, nes  
ta Capital;

PARTE EM BRANCO

7  
Aparecida Arantes Corrêa  
Auxiliar Especializado  
TBT-18ª Região

508-0021 161 09 1993  
CONFÉRMENÇÃO GERAL  
M. L. V. 353.3662  
Servidor Matrícula

PARTE EM BRANCO

7  
Aparecida Arantes Corrêa  
Auxiliar Especializado  
TBT-18ª Região



JOSÉ CARLOS ALVARES PAIVA, brasi  
leiro, casado, servidor público federal, portador do CPF: 122.958.841-87, e CI. 479.899-SSP/MG, residente e domiciliado  
do à Rua 103 nº 130 - Setor Sul, nesta Capital; SNPS

241-0508 → resid.  
261-2566 → conv.

LUZIA FERREIRA ROSA, brasileira ,  
servidora pública federal, portadora do CPF: 093.589.861-15,  
C.I. 33.465-SSP/GO, residente e domiciliada à Av. 85 nº 300-  
Aptº. 202-C, Ed. Itatiane - Setor Marista, nesta Capital;

MARILENE CARDOSO, brasileira, solteira,  
servidora pública federal, portadora do CPF: 093.964.  
621-87 e Carteira de Identidade nº 209.660-SSP/GO, residente  
e domiciliada à Rua 24 nº 266 - Aptº. 404 - Centro, nesta Capital;

NÁDIA REGINA DIAS, brasileira ,  
servidora pública federal, portadora do CPF: 187.693.268-78,  
CI. 832.290- 2a. via-SSP/GO, residente e domiciliada nesta  
Capital;

241-2795 → resid.  
221-8366 → conv.

RENAN DE MACEDO CARVALHO, brasi  
leiro, casado, servidor público federal, portador do CPF:  
147.291.729-49 e CI. 493.674-SSP/PR, residente e domiciliado  
nesta Capital;

TÂNIA MARIA SILVA CAMPOS, brasi  
leira, servidora pública federal, portadora do CPF: 101.407.  
001-53 e CI. 215.903 - SSP/GO, residente e domiciliada à Rua  
Cavalo Marinho Quadra 90 - Lote 06 - Prive Atlântico, nesta  
Capital;

VERA MARIA MIRANDA DE LIMA, bra  
sileira, servidora pública federal, portadora do CPF: 049.  
917.961-72, residente e domiciliada nesta Capital;

PARTE EM BRANCO

*9*  
Aparecida Arcanles Corrêa  
Auxiliar Especializado  
TRT-18ª. Região

503-0021	16/09/1993
CONFERE COM O ORIGINAL	
<i>M. Silva</i>	35336622
Servidor	Matricula

PARTE EM BRANCO

*9*  
Aparecida Arcanles Corrêa  
Auxiliar Especializado  
TRT-18ª. Região



RILDO LINS GALVÃO, brasileiro casado, servidor público federal, CPF: 025.876.297-72 e CI. 1.454.332-SSP/RJ, residente e domiciliado à Rua 131 nº 475 - Setor Sul, nesta Capital. Por seus procuradores (m.j.) os advogados infra-assinados e dévidamente inscritos na OAB-GO sob os nºs 3759 e 7401, com endereço profissional abaixo impresso onde recebem as intimações de estilo, vêm, à ilustrada presença de Vossa Excelência propor a presente

### RECLAMAÇÃO TRABALHISTA

Em desfavor do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social-INAMPS, entidade autárquica federal, com sede nesta Capital na Rua 82 nº 179-Centro, onde deverá ser notificado, consoante a legislação pertinente, pelos motivos e fundamentos a seguir alinhados:

1. Tendo em vista os erros e fracassos dos planos econômicos desde os chamados "Cruzado I" e "Cruzado II", além do malsinado "Plano Bresser", e a consequente perda do poder aquisitivo do salário, teve início, por parte dos trabalhadores, uma fase de pressão ao Governo Federal, através de greves deflagradas e movimentos reinvindicatórios, ao que, o Ministério da Previdência e Assistência Social levando em consideração a programada implantação do "Plano de Classificação de Cargos e Salários da Previdência Social", decidiu instituir um abono ou adiantamento, que figurando nos contra-cheques dos autores sob a rubrica denominada de "092 - EMPRÉSTIMO PAT-ESP" e cujos índices, para seu pagamento, se fizeram nas seguintes modalidades:

No mês de outubro/87, o valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) da remuneração efetivamente paga no mês de setembro/87;

No mês de novembro/87, o valor correspondente a 100% (cem por

PARTE EM BRANCO

9  
Aparecida Mendes Corrêa  
nomina Espenhizado  
TNT-182, região

508-0021, 161 09 / 1993  
CONFIRMA COM O ORIGINAL  
3533662  
Matricula  
Servidor

PARTE EM BRANCO

9  
Aparecida Mendes Corrêa  
nomina Espenhizado  
TNT-182, região



cento) da remuneração efetivamente paga no mês de setembro;

No mês de dezembro/87, igualmente, o valor correspondente a 100% (cem por cento) da remuneração/87.

2. A partir de janeiro de 1988, essa vantagem, dita como empréstimo, passou a ser paga aos servidores, como comprovam os contra-cheques em anexo, figurando nos mesmos sob a rubrica de

"092 - ADIANTAMENTO DO "PLANO DE CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS E SALÁRIOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL"

ou

"092 - ADIANTAMENTO PEC MP 20/88"

Referido valor foi calculado à razão de 100% (cem por cento) da remuneração efetivamente paga no mês de dezembro/87, portanto devidamente atualizado de acordo com o salário corrigido pelos índices percentuais da URP.

Apesar de tudo, a Reclamada desde janeiro/88, vinha recusando-se, em frontal desobediência à disposição legal, a proceder a aplicação da URP sobre esta parcela da remuneração dos Reclamantes, produzindo nos salários dos mesmos uma defasagem injusta e insuportável.

Nos meses seguintes de fevereiro a outubro de 1988 (durante nove meses seguidos) esse valor ficou congelado sem a correspondente aplicação dos índices das URP's respectivas, sendo que somente a partir de novembro/88, a verba paga sob a rubrica supra-mencionada, foi corrigida

PARTE EM BRANCO

*G.*  
Aparecida Arantes Corrêa  
Auxiliar Especializado  
TBT-18ª. Região

508-0021	16 / 09	1993
CONFERIR COM O ORIGINAL		
<i>M. Silva</i>	3533662	Matricula
Servidor		

PARTE EM BRANCO

*G.*  
Aparecida Arantes Corrêa  
Auxiliar Especializado  
TBT-18ª. Região





com a aplicação dos percentuais da URP;

Vieram, portanto, aplicar os percentuais da URP para a correção dos ditos "empréstimos" somente através da Medida Provisória nº 20 de 11.11.88, nos termos do § 1º do art. 8º, num caracterizado reconhecimento do direito dos servidores de acordo com os índices percentuais das URP's respectivas, sobre os valores mensais dessa verba.

Ocorre, entretanto, que referida aplicação teve como base somente os valores de janeiro daquele ano e, portanto, mantendo até hoje, o que vem aplicando 'mês a mês a defasagem já existente. Isso significa que, o adiantamento do PCCS continuaria sendo pago considerando os valores nominais percebidos em janeiro de 1988.

3. Realmente, a Lei determina a incidência da URP não só sobre o salário, como também sobre as demais vantagens, conceito este que engloba os diversos valores percebidos pelos servidores, sem distingui-los entre os quais o que se convencionou chamar, aleatoriamente, PCCS.

Assim dispõe a Portaria nº 206 de 02.02.88, editada com base no Decreto-Lei nº 2.335/87, "in verbis":

"Os valores de vencimentos, salários, proventos, demais gratificações e vantagens..... ficam reajustados em 10,84% (dez vírgula oitenta e quatro por cento)."

De conseqüente, dúvidas inexistem quanto ao fato do valor rotulado de PCCS estar sob o abrigo da UPP uma vez que a antecipação do PCCS não passa de singe

PARTE EM BRANCO

*L*  
Apreciação Arantes Cordeiro  
Auxiliar Especializado  
TRT-18ª. Região

508-0021	16/09	1993
CONFERE COM O ORIGINAL		
<i>mpine</i>	353	366.2
Servidor	Matricula	

PARTE EM BRANCO

*P*  
Apreciação Arantes Cordeiro  
Auxiliar Especializado  
TRT-18ª. Região



lo acréscimo salarial, diferenciado deste apenas pelo rótulo e pela discriminação no contra-cheque. Em assim sendo, deverá ser incorporado ao salário, como salário que é:

Necessário esclarecer que não se trata, aqui, de adiantamento a ser devolvido posteriormente em salários futuros. A antecipação em foco tem a natureza de aumento salarial, sob a forma de adiantamento, a integrar definitivamente o salário dos servidores.

Observe-se que, quando da alteração de denominação da verba "092 - EMPRÉSTIMO PAT - ESP" para "092 - ADIANTAMENTO PCCS" ou "092 - ADIANTAMENTO PEC MP 20/88", a partir de janeiro/88, continuou mantido o mesmo código "092".

A continuidade do recebimento, pelos servidores, do adiantamento do PCCS, era uma questão de direito adquirido, incorporado aos salários dos mesmos, não cabendo à administração se manifestar sobre tal aspecto.

De consequente, na forma doutrinária da matéria em foco e consoante o pensamento jurisprudencial respectivo, não resta a menor dúvida de que dito "adiantamento", concedido aos reclamantes há mais de um ano, integra a remuneração destes para todos os efeitos legais, não mais podendo ser suprimido, reduzido ou, como vem procedendo a Reclamada, congelado.

4. Posteriormente, reconhecendo o débito, o Governo Federal determina ao Sistema de Saúde, o pagamento do PCCS, mas tão somente de novembro de 1988 a julho de 1989. Ora, ao pagar parte daquilo que era devido, o Governo não somente reconheceu o direito dos funcionários como também "ipso facto", tornou-se, claro, devedor do restante e que se referem aos meses de janeiro/88 a outubro/88

PARTE EM BRANCO

Apresentar Arquivo Corréu  
Auxiliar Especializado  
InT-18ª. Região

508-0021.16 / 09 / 1993  
CONFERE COM O ORIGINAL  
353 366 2  
Matricula  
Servidor

PARTE EM BRANCO

Apresentar Arquivo Corréu  
Auxiliar Especializado  
InT-18ª. Região



além da correção monetária devida, inclusive no referente aos meses pagos e não corrigidos que nesses casos é da mais absoluta legalidade.

E não é outro o entendimento das Juntas Trabalhistas em nosso país, senão vejamos cópia da sentença prolatada pelo MM. Dr. Fernando Antônio Zorzeron da Silva in Proc. nº 2174/88, 5a. JCJ-RJ.

#### DO PEDIDO

5. Ante o exposto, requerem os reclamantes seja julgado **procedente** o pedido para, declarando incorporada aos salários a verba sob o título de "adiantamento do PCCS" ou de "adiantamento PEC-MP 20/88", condenar o Reclamado ao pagamento dos reajustes do PCCS, da mesma forma que foram reajustados os salários dos reclamantes, com a aplicação dos índices percentuais da URP, ainda, ao pagamento naquilo que se refere a 13º salários, férias, FGTS e gratificações, correção monetária devida e demais cabíveis, conforme cálculos a serem apurados em liquidação de sentença.

Requerem, seja designado um representante, face ao número elevado de Reclamantes (Art. 843, § 2º, CLT).

Além das provas acostadas preferencialmente, quaisquer outras necessárias a firmar convencimento desse ilustrado juízo, requerendo ainda, juntada posterior de documentos.

Requerem, seja notificado o Instituto na pessoa de seu representante legal, para comparecer a audiência a ser previamente designada por Vossa Excelência, contestando, caso queira, sob pena de revelia e ao final, seja condenado, o Reclamado, ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios em 20% (vinte por cento) sobre

PARTE DE

Aparecida Aparecida Corrêa  
Auxiliar Especializada  
IBT-18ª. Região

508-0021. 16/09/1993  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Mauricio  
Servidor 3533662  
Matrícula

PARTE DE

Aparecida Aparecida Corrêa  
Auxiliar Especializada  
IBT-18ª. Região

**AGROJURIS**  
ADVOCACIA E ASSESSORIA AGRÁRIA

INAMPS-GO  
FLS. 09




bre o valor da condenação.

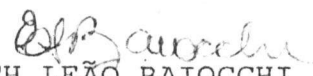
Requerem, outrossim, o julgamento antecipado da lide, na forma do art. 330, I do CPC, e 769 da CLT, por se tratar de matéria exclusivamente de direito.

Termos em que, danso-se à causa o valor de Cr\$ 24.000,00-(vinte e quatro mil cruzeiros).

Pedem e esperam deferimento.

Goiânia, 04 de abril de 1.990.

  
ARMANDO ABEL DE ARAGÃO FERNANDES  
OAB/GO sob o nº 3.759

  
ELIZABETH LEÃO BAIOCCHI  
OAB/GO sob o nº 7.401

PARTE EM BRANCO

*D*  
Aparecida Arantes Corrêa  
Assimil. Especializado  
TRT-18ª. Região

508-0021 16/09/1993  
CONFERE COM O ORIGINAL  
*mslve*  
Servidor 3533662  
Matricula

PARTE EM BRANCO

*D*  
Aparecida Arantes Corrêa  
Assimil. Especializado  
TRT-18ª. Região





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO (TRT - 10ª Região)

3ª JCJ de Goiânia-Go

PROCESSO Nº 3ª a JCJ - 1030/89  
MANDADO Nº 367/89

RECLAMANTE: Armênia de Lima + 10(dez)

INAMPS 508.000.00	
33094	10887 / 89
DATA 08.06.89	DISTRIBUIÇÃO 508.002.0

O MANDADO DE NOTIFICAÇÃO DE AUDIÊNCIA, passado na forma abaixo:

O Doutor Platon Teixeira de Azevedo Filho  
Juiz do Trabalho - Presidente da 3ª Junta de Conciliação e Julgamento de Goiânia-Go

MANDA ao Oficial de Justiça Avaliador a que couber por distribuição, que a vista do presente mandado, estando devidamente assinado, que, em seu cumprimento, se dirija nesta cidade, onde é encontrado o reclamado INAMPS-Na pessoa de um de seus procuradores, estabelecido na Rua 82 nº179 10º andar S. Sul, notificando-o para, no dia 07 de Julho de 19 89, às 13:40 horas, comparecer perante a 3ª Junta de Conciliação e Julgamento de Goiânia-Go, situada à Rua 88 nº25 2º andar S. Sul, para audiência relativa à reclamação constante da cópia anexa, quando então deverá ser apresentada defesa (art. 846 - C.L.T.), com as provas que julgar necessárias, constantes de documentos e/ou testemunhas (arts. 821 e 845 da C.L.T.). Na referida audiência o reclamado deverá estar presente, independentemente do comparecimento de seu(s) representante(s) sendo-lhe facultada a substituição prevista no Parágrafo 1º do artigo 843 consolidado.

Q QUE CUMPRE NA FORMA DA LEI.

Dado e passado, nesta cidade de Goiânia-Go  
aos 02 dias do mês de Junho  
de 19 89. Eu, [assinatura]  
Diretor de Secretaria, datilografei e subscrevi.

[assinatura]  
Juiz do Trabalho

PARTE EM BRANCO

*P*  
Aparecida Arantes Cordeiro  
Auxiliar Especializada  
TRT-18ª Região

508-0021/161 09 11993  
CONF. E COM O ORIGINAL  
*Marina* 353366  
Servidor Matrícula

PARTE EM BRANCO

*P*  
Aparecida Arantes Cordeiro  
Auxiliar Especializada  
TRT-18ª Região



EXLENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ PRESIDENTE DA JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE GOIÂNIA, ESTADO DE GOIÁS.

400 527.9

ARMÊNIA DE LIMA, brasileira, casada, CPF nº 062.586.381-04, CI nº 137.022 2ª Via, residente à Rua Serra da Canoa, Qd.04 Lote 21 Res. Sonho Verde, nesta Capital; CAIUS EMANOEL RAMOS JUBÉ, brasileiro, casado, CPF nº 004.539.781-34, CI nº 23.964 SSP/GO, CÉLIA FERREIRA SANTANA E SILVA, brasileira, casada, CPF nº 282.918.161-15, EDVARD CORRÊA, brasileiro, casado, CI nº 39370 2ª Via SSP/GO, CPF nº 100.251.612-50; HÉLIA LIMA DE MELLO, brasileira casada, CPF nº 101.520.161-04, MARIA CATARINA DE OLIVEIRA, brasileira, desquitada, CPF nº 100.123.690-79; MARIA MI GUELINA DAMÁSIO ALVES, brasileira, casada, CI nº 78.753 SSP/GO, CPF nº 166.511.201-82; MIRIAM NUNES DE LIMA, brasileira, desquitada, CI nº 191.925 2ª Via SSP/GO, CPF nº 103.933.776-68; NAUR GUIMARÃES DE SOUZA, brasileiro, casado, CI nº 23.566 SSP/GO, CPF nº 002.540.611-68, NILZA TEDESCO CANNEDO, brasileira, casada, CPF nº 035.700.021-87, CI nº 149 061 SSP/GO; WALTER MAGALHÃES, brasileiro, casado, CI nº 112 52 SSP/GO, CPF nº 003.339.051-72, todos servidores públicos federais, residentes e domiciliados nesta Capital, por meio do advogado "in fine", com escritório na Rua 206 nº 202 Vila Nova, Goiânia - Goiás, onde receberá as comunicações processuais de estilo, vem, com o devido acatamento, a mui digna presença de V.Exa., propor a presente

PARTE EM BRANCO

*D*  
Apresenta Arquivos Correda  
Auxílio Especializado  
THT-18ª Região

508-002316 / 09 / 1993  
CONF. DE COM. ORIGINAL  
*Assine*  
Matrícula 353366-2  
Servidor

PARTE EM BRANCO

*D*  
Apresenta Arquivos Correda  
Auxílio Especializado  
THT-18ª Região



RECLAMAÇÃO TRABALHISTA

em desfavor do INSTITUTO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA MÉDICA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - INAMPS, autarquia federal, CGC - MF nº 29979 143/0007-64, com sede em Distrito Federal, e Escritório Regional em Goiás, na Rua 82 nº 179, Setor Sul, nesta Capital, pelos seguintes fatos e fundamentos de Direito:

1. Todos os Reclamantes são servidos - res do INAMPS contratados sob o regime Consolidação das Leis do Trabalho como comprovam os contra-cheques anexos.

2. Pelo Decreto-lei nº 2.335 de 12 de Junho de 1.987 os Reclamantes vieram a ter seus salários corrigidos mês a mês pela aplicação sobre elas da Unidade de Referência de Preços - URP, nos termos do artigo 8º §1º do mencionado Decreto, "in verbis";

"Art.8º. Fica assegurado aos Trabalhadores a título de antecipação o reajuste mensal dos salários, inclusive do salário mínimo, pensões proventos e remunerações em geral, em proporção idêntica à variação da Unidade de Referência de Preços - URP, excetuado o mês data-base.

§1º. É extensivo aos servidores civis e militares da União e de suas autarquias o reajuste de que trata este artigo.

3. Vê-se também, pelo artigo acima que sobre toda a remuneração do empregado deveria incidir a aplicação da URP, ou seja, sobre qualquer parcela integrante da remuneração do servidor, independente de sua natureza. O dispositivo em questão traz expressamente, com o intuito de

PARTE EM BRANCO

Agência Arandes Carê  
Auxiliar Especializada  
TET-18ª Região

508-002.1	16/09/1993
CONFIRMAÇÃO COM O ORIGINAL	
<i>ms</i>	3533662
Servidor	Matrícula

PARTE EM BRANCO

Agência Arandes Carê  
Auxiliar Especializada  
TET-18ª Região



reforçar a intenção da lei, os vocábulos "remunerações em geral".

4. Ora, a partir de Janeiro do ano de 1.988 os Reclamantes, tiveram acrescidos a sua remuneração um "quantum" referente ao adiantamento do MPAS produzirá sobre a remuneração dos servidores, ou seja, uma antecipação, nos salários dos novos níveis a serem trazidos' pelo PCCS da Previdência, ou pelo menos de parte deles.

5. É de se esclarecer que não se trata aqui de adiantamento a ser devolvido ou descontado 'posteriormente em salários futuros, como são os conhecidos "vales". A antecipação em foco tem a natureza de aumento 'salarial, sob a forma de adiantamento, a integrar definitivamente o salário dos servidores.

6. A par disto, o Reclamado, desde Janeiro de 1.988, vem recusando-se em frontal desobediência à disposição legal, a proceder a aplicação da URP, sobre esta parcela da remuneração dos Reclamantes, produzindo nos salários dos mesmos uma defasagem injusta e insuportável.

7. Somente através de Medida Provisória nº 20 de 11 de Novembro de 1.988, a Administração' passou a aplicar a URP sobre o adiantamento do PCCS, nos termos do § 1º do artigo 8º da referida medida, entretanto fazendo-a somente sobre os valores de Janeiro daquele ano e, portanto, mantendo até hoje, e ampliando mês a mês a defasagem já existente.

8. A vergonhosa aplicação feita a partir de Novembro último sobre os poucos valores de Janeiro

PARTE EM BRANCO

*D*  
Aparecida Amélia Ferrão  
Auxiliar Escrevente  
TRT-18ª. Região

508-0023, 16/09/1993  
CONFERE COM O ORIGINAL  
*ma h*  
Servidor 353.3662  
Matricula

PARTE EM BRANCO

*G*  
Aparecida Amélia Ferrão  
Auxiliar Escrevente  
TRT-18ª. Região





ro, do ano passado, sem a devida reposição foi bisonhamente justificada no próprio artigo 8º da medida, onde a Administração se atreve em determinar que o adiantamento do PCCS continuaria sendo pago considerando os valores nominais percebendo em Janeiro de 1.988.

9. A continuidade do percebimento, pelos servidores, do adiantamento do PCCS, era já uma questão de direito adquirido, incorporado aos salários dos meses, não cabendo à Administração se manifestar sobre tal aspecto.

10. Inexiste, outrossim, a necessidade de aprovação presidencial específica para a Administração proceder a aplicação à URP sobre o adiantamento do PCCS pois o mandamento legal, expresso no artigo 8º e seu § 1º, do Decreto-lei nº 2.335/87 é auto-aplicável.

11. Assim sendo, requer a V.Exa., a notificação do Reclamado, na pessoa de seu representante legal para comparecer a audiência de conciliação e julgamento a ser previamente designada e nela conciliar-se ou opor contestação, sob pena de confesso e revelia.

Requer ainda, seja a final julgada procedente a presente reclamatória para condenar o Reclamado a proceder a aplicação da URP sobre o adiantamento do PCCS, posteriormente denominado adiantamento pecuniário da Medida Provisória 20/88, desde o mês de Janeiro de 1.988 fazendo-o pagar aos Reclamantes as diferenças pecuniárias vencidas e vincendas produzidas em seus salários pela não aplicação referida, bem como pagar os efeitos de tais diferenças sobre 13º salário, abono de férias, FGTS, etc, além das custas e demais despesas processuais e honorários advocatícios em 20% sobre o valor da condenação, tudo a ser calculado em liquidação de sentença.

PARTE EM BRANCO

*D*  
Apurecida Arantes Corrêa  
Auxiliar Especializado  
TRT-18ª. Região

508-0023.161 09 / 1993  
CONFERE COM O ORIGINAL  
*M. Silva* 3533662  
Servidor Matricula

PARTE EM BRANCO

*D*  
Apurecida Arantes Corrêa  
Auxiliar Especializado  
TRT-18ª. Região

Indalício Pires da Silva  
ADVOCADO

O.A.B.-GO. 3219 • CPF 035677611-53



Requer, outrossim, seja por V. Exa., determinada a representação dos Reclamantes na pessoa dos três primeiros arrolados.

Requer, por fim, a produção de provas pelos meios legais, especialmente documental, teste munhal e depoimento do Representante legal do Reclamado, sob pena de confesso.

12. Dá-se à causa o valor de NCZ\$ . 3.500,00 (Três mil e quinhentos cruzados novos).

Nestes termos,

Pede e espera deferimento

Goiânia, 23 de Maio de 1.989.

INDALÍCIO PIRES DA SILVA  
OAB/GO nº 3219

PARTE EM BRANCO

*D*  
Aparecedor Anúncio Corréa  
Auxiliar Especializado  
TRT-18ª. Região

508-0021 16 / 09 / 1993  
CONFÉRM. COM - ORIGINAL  
*Machado* 3533662  
Servidor Matrícula

PARTE EM BRANCO

*D*  
Aparecedor Anúncio Corréa  
Auxiliar Especializado  
TRT-18ª. Região



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 10ª REGIÃO

INAMPS 508-000	
PR. 33094	11414
DATA 18.01.90	DISTRIBUIÇÃO 508-002-07
GOIÂNIA - GO.	

583

4ª JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE  
ENDERÊÇO: Rua 88 nº 25 - 2º andar - Setor Sul

NOT. INT. Nº 166/90 / EM 12 / janeiro / 1990

PROCESSO Nº	49	/	90
RECTE.:	Alice Alaide Silva Costa e Sousa (46)		
RECDO.:	INAMPS-INSTITUTO NACIONAL DE ASSIST.MÉDICA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL.		

Pela presente, fica V.Sª. notificado. para o (s) fim (ns) pre  
visto (s) no (s) item (ns) 01, 12 e 13 abaixo:

- 01 - Comparecer à audiência designada para o dia 14 de março de 1990 às  
quinze horas e -X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X- minutos.
- 02 - Prestar depoimento pessoal, no dia e hora acima, sob pena de confissão.
- 03 - Prestar depoimento, como testemunha, no dia e hora acima.
- 04 - Tomar ciência da decisão constante da cópia anexa.
- 05 - Tomar ciência do despacho constante da cópia anexa.
- 06 - Contra-arrazoar recurso do (a) \_\_\_\_\_
- 07 - Impugnar embargos à execução.
- 08 - Contestar os embargos de terceiro autuados sob o Nº \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_
- 09 - Recolher as (os) \_\_\_\_\_ no valor de Cr\$ \_\_\_\_\_
- 10 - Prestar, como Perito, o compromisso legal, em \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_ ) dias.
- 11 - Prestar como Assistente, o compromisso legal, em \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_ ) dias.
- 12 - Comparecer à audiência Inaugural, no dia e hora acima, quando V.Sª. poderá apresentar sua defesa  
(art. 846 da C.L.T.), com as provas que julgar necessárias (arts. 821 e 845 da C.L.T.), devendo  
V.Sª. estar presente, independentemente do comparecimento de seu representante, sendo-lhe facultado  
designar preposto, na forma prevista no parágrafo 1º do artigo 843 consolidado. O não compa  
recimento de V.Sª. importará na aplicação da pena de revelia e confissão quanto a matéria de fato.
- 13 - Comparecer acompanhado de seu advogado.

José Ludovico Almeida Junior  
ADJ. DE PROC. - 4ª JOL-Go.  
SUBSTITUTO

Aud.14/03/90

49/90

Not.166/90

INAMPS-INSTITUTO NACIONAL DE ASSIST.MÉDICA DA PREVI  
DÊNCIA SOCIAL.

Rua 82 nº 179 - esq.o/ Av. 83 - Setor Sul

NESTA.

508-002.1 16, 01, 90

1 - \_\_\_\_\_

2 - 508.002.0

Rubrica Rodrigues

CERTIFICO que o presente ex  
pediente foi encaminhado ao  
destinatário, via postal,  
em \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ febre  
Diretor de Secretaria

PARTE EM BRANCO

*D*  
Aparecida Araújo Corrêa  
Auxiliar Especializado  
TRT-18ª Região

508-0021, 16 / 09 / 19	93
CONFIRMAÇÃO COM O ORIGINAL	3582329
<i>D</i> Servidor	Matricula

PARTE EM BRANCO

*P*  
Aparecida Araújo Corrêa  
Auxiliar Especializado  
TRT-18ª Região



*Antônio José Machado*

OAB/GO 8.121

ADVOCACIA

EXMO. SR. DR. JUIZ PRESIDENTE DA \_\_\_\_\_ J. C. J. DE GOIÂNIA

INAMPS-GO  
FLS 02



ALICE ALAIDE SILVA COSTA E SOUSA, brasileira, casada, enfermeira, matrícula nº 4299701, Cart.ident.nº 305.319-SSP/GO, residente e domiciliada na Rua 109 nº 331, aptº 402, Setor Sul, nesta Capital; ANA MARIA FERNANDES, brasileira, solteira, agente administrativo, matrícula nº 3605400, Cart.ident.nº 562.062 SSP/GO., residente e domiciliada na Rua S-5, Qd.S-27 nº 277, aptº 806, Setor Bela Vista, nesta Capital; FERNANDO DURÃES, matrícula nº 3614468, médico, brasileiro, casado, portador do CPF nº 087.105.546-53, residente e domiciliado na Rua Dois s/n, Vila JK, Uruaçu-GO; FRANCISCO BARROZO NETO, brasileiro, casado, médico, matrícula nº 3614450, portador do CPF nº 035.389.151-72, residente e domiciliado na Rua Araguaia nº 03, Uruaçu-Go.; JACYRA SILVA COELHO, brasileira, casada, agente administrativo, matrícula nº 5109868, Cart.Ident.nº 880.206 - SSP/GO., residente e domiciliada na Rua 11 nº 1.047, Vila Bandeirante, nesta Capital; JOSÉ RODRIGUES DE ALMEIDA, brasileiro, casado, médico, matrícula nº 4386302, portador do CPF nº 239.734.047-04, residente e domiciliado na rua Serra Grande, Qd.11, Lt.13, Conjunto Residencial Sonho Verde, nesta Capital; e TEREZINHA MARIA FERREIRA, brasileira, viúva, agente de portaria, matrícula nº 3929582, CPF nº... 397.727.481-34, residente e domiciliada na Rua 209 nº 132, Setor Coimbra, nesta Capital, todos servidores públicos federais, lotados no Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social - INAMPS, conforme faz prova os documentos inclusos, por seus procura-

PARTE EM BRANCO

Apurador Arquivo Ferrê  
Auxiliar Especializado  
TRT-18ª. Região

508-0021	16/07	1993
CONFINE COM O ORIGINAL		
DP	3582329	Matrícula
Servidor		

PARTE EM BRANCO

Apurador Arquivo Ferrê  
Auxiliar Especializado  
TRT-18ª. Região

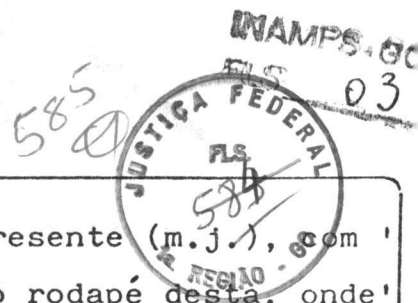




Niltemar José Machado

OAB/GO 8.121

ADVOCACIA



dores judiciais, os advogados firmatários da presente (m.j.), com escritório profissional no endereço impresso ao rodapé desta, onde recebem as intimações forenses de estilo, comparecem à digna presença de Vossa Excelência para, com fundamento nos artigos 840, parágrafo 1º e 468 da CLT; artigos 114; 5º, Inciso XXXVI e 7º, Incisos VI e X, da Constituição Federal e 27, parágrafo 10, das Disposições Transitórias da Nova Constituição, propor a presente

RECLAMATÓRIA TRABALHISTA, em desfavor do

INAMPS - INSTITUTO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA MÉDICA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, autarquia federal, com sede na Rua 82 nº 179, esq.c/Av. 83, Setor Sul, nesta Capital, e fundamentando suas pretensões nas seguintes razões de fato e de direito que se expõe a seguir:

I.

Os Reclamantes, consoante comprovam os contra-cheques e instrumentos procuratórios anexos, são servidores públicos autárquicos do INSTITUTO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA MÉDICA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - INAMPS.

II.

O Instituto Reclamado não aplicou aos vencimentos e demais parcelas remuneratórias dos Reclamantes, os reajustes decorrentes da URPs (Unidade de Referência de Preços), relativas aos meses de abril e maio de 1.988, sendo tal incidência assegurada pelo Decreto-Lei nº 2.235, de 12.06.87, no seu artigo 8º, parágrafo 1º, no percentual de 16,19% cada mês, de forma progressiva e cumulativamente, consoante fixado pela Portaria GM/MF nº 120, publicada no DOU em 01/03/88.

Em consequência disso, os valores pagos aos Reclamantes em abril, maio/88 e meses subsequentes, foram aquém dos devidos, face a omissão do Instituto Reclamado, já que os reajustes salariais posteriores foram lançados sobre base de cálculo inferior.

A URP dos meses de abril e maio/88 ficou con-

PARTE EM BRANCO

Aparelho Amigos Curra  
Auxiliar Especializado  
TBT-18ª Região

508-0023	16	109	1993
CONFIRME COM O ORIGINAL			
3582329			
Setvidor			Medicula

PARTE EM BRANCO

Aparelho Amigos Curra  
Auxiliar Especializado  
TBT-18ª Região



Villemar J. Machado

0431 21

ADVOCACIA

INAMPS-GO

FLS. 04

586



gelada face ao Decreto-Lei nº 2.425/88, que, além de ilegal, é inconstitucional, conforme já declarado pela Superior Instância Trabalhista ao julgar o processo dos empregados da Petrobrás, o que foi amplamente noticiado pela Imprensa. (Veja também Sentença anexa, proferida pela MM.JCJ de ANÁPOLIS, doc.03).

A 5ª JCJ desta Capital, ao julgar Reclamatória Trabalhista proposta por Brasília Campos Silva Tavares e outros contra o IAPAS, aut. nº 877/89, sentenciou favoravelmente à pretensão dos Reclamantes de receberem as diferenças havidas com o congelamento da URP nos meses de abril e maio/88, eis o destaque de alguns trechos importantes daquela R.Sentença:

"Ora, o surgimento de leis posteriores sutando o pagamento das U.R.P.'s não elide o direito já cristalizado, coberto pelo manto constitucional protetivo do direito adquirido, consagrado pelo legislador consolidado no art.468, arauto do Princípio da Inalterabilidade das Condições Contratuais do Trabalho in pejus do trabalhador.

Tanto assiste razão aos acionantes que cuidou se de pagar a posteriori as U.R.P.'s dos meses de abril e maio/88, contudo, não acertou as diferenças havidas durante o congelamento das mesmas.

Assim sendo, pertine o incoformismo obreiro, impondo-se, conforme pregoam, o regular pagamento dos reajustes de abril e maio/88, com aplicação das U.R.P.'s e suas consequências e repercussões nos meses subsequentes, com os reflexos sobre férias, 13º salário e FGTS". (Doc.04, Incluso).

Conforme muito bem exposto na R. Sentença retrocitada, o Instituído Reclamado, visando minimisar o seu erro, pagou em agosto/88 a URP congelado do mês de abril/88, e, em novembro/88, pagou a URP até então congelada, do mês de maio/88, sem contudo pagar as diferenças havidas durante o congelamento das mesmas. Mas com isso, reconheceu o seu erro e o direito líquido e certo dos Reclamantes.

Portanto, impõe-se o regular pagamento, pelo

PARTE EM BRANCO

Aparecida Arantes Corrêa  
Auxiliar Especializado  
TAT-18ª Região

508-0021.16/69/1993  
CONFERE COM O ORIGINAL  
3582329  
Matrícula  
Servidor

PARTE EM BRANCO

Aparecida Arantes Corrêa  
Auxiliar Especializado  
TAT-18ª Região



Instituto Reclamado, aos Reclamantes, dos reajustes de abril e maio de 1.988, com aplicação das respectivas URPS e suas consequências e repercussões nos meses subsequentes, até a devida regularização destas verbas pelo Reclamado.

Não se aplicando a URP com a determinação dos dispositivos legais já citados, Emérito Julgador, houve gritante transgressão ao art.5º, Inciso XXXVI, da atual Constituição:

"A lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada".

Por isso, é de direito, reclamarem a integração progressiva e cumulativamente dos percentuais correspondentes às URP's dos meses de abril e maio/88, no percentual de 16,19%, cada, sobre todas as verbas remuneratórias discriminadas nos contracheques dos Reclamantes, com integração nas férias do período, 13º salário, FGTS, repouso remunerado, gratificações e demais verbas, devendo o Reclamado depositá-la em primeira assentada, sob pena de lhe ser aplicada a dobra salarial prevista no art.467 da CLT, acrescida de juros moratórios e correção monetária.

### III. DO PEDIDO

PELO EXPOSTO, os Reclamantes requerem a Vossa Excelência:

a)- A notificação do Reclamado já qualificado no preâmbulo desta, na pessoa de seu representante legal, para, querendo, comparecer à audiência que for previamente designada e contestar a presente, sob pena de revelia e confissão;

b)- A condenação do Reclamado no pagamento das diferenças havidas com o congelamento das URP's de abril e maio/88, e seus reflexos nas férias, 13º salário, FGTS e repouso remunerado, com incidência de juros moratórios e correção monetária, e mais a dobra salarial prevista no art.467 da CLT;

c)- A incidência dos cálculos do item b acima, na verba denominada de "ADIANTAMENTO DO PCCS", que também havia ficado congelada de janeiro a novembro/88 e foi atualizada nos contra

PARTE EM BRANCO

*P*  
Aparecida Amândia Corrêa  
Acessar Especializado  
TRI-18ª Região

508-002.1.16 / 09 / 1993  
CONFERE COM O ORIGINAL  
3582329  
Matrícula  
*WP*  
Servidor

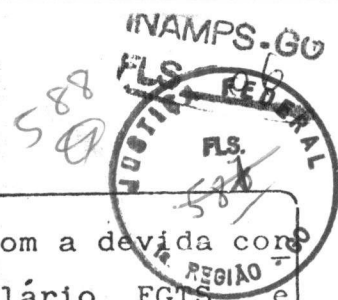
PARTE EM BRANCO

*P*  
Aparecida Amândia Corrêa  
Acessar Especializado  
TRI-18ª Região

*Niltemar José Machado*

OAB/GO 8.121

ADVOCACIA



cheques dos Reclamantes a contar de julho/89, isto com a devida correção e, atualização, e diferenças nas férias, 13º salário, FGTS e repouso remunerado, e aplicação da dobra salarial do art.467 da CLT;

d)- Seja determinado que o Reclamado faça a juntada aos autos dos Contracheques necessários a efetivação dos cálculos de liquidação de sentença, bem assim, da relação dos períodos de férias de cada Reclamante, a contar de abril/88;

e)- A condenação do Reclamado no pagamento dos honorários advocatícios à base de 20% sobre o total da condenação, nos termos da Constituição Federal, Lei nº 4.215/63 e art. 20, do CPC;

f)- Requer o comparecimento de apenas um Reclamante à Audiência, para representar os demais, face a natureza plúrima da presente Reclamatória;

Versando a presente Reclamatória exclusivamente sobre matéria de direito, requerem, finalmente, o julgamento antecipado da lide, nos termos do art.330,I, do CPC.

Sobrevindo a instrução, requerem os Reclamantes provar o alegado por todos os meios de provas em direito admitidas, especialmente pelo depoimento pessoal do representante legal do Reclamado, pena de confissão, o que desde já requer, oitiva de testemunhas, juntada de novos documentos, etc.

Dá-se à presente Reclamatória o valor estimativo de Rcz\$ 10.000,00 (dez mil cruzados novos).

Pedem e esperam

Deferimento.

Goiânia, 02 de janeiro de 1.989.



Niltemar José Machado - Adv.

OAB/GO nº 8.121



PARTE EM BRANCO

*AP*  
Apurecida Arantes Corrêa  
Auxiliar Especializado  
TRT-18ª Região

508-0023/16/09 1993  
COPIAR COM O ORIGINAL  
*AP*  
3582329  
Matricula  
Servidor

PARTE EM BRANCO

*AP*  
Apurecida Arantes Corrêa  
Auxiliar Especializado  
TRT-18ª Região





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 10ª REGIÃO

580  
FAPAS  
A.G. EM ANÁPOLIS

Nº DE PROTOCOLO

35.070. 003141/89

DATA

23.01.89

DISTRIBUIDO

408.590.000

MMa JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE

ENDERÇO: Trav. Francisco da Luz Bastos nº 50

NOT. INT. Nº 157 / 88 EM 18 / 01



PROCESSO Nº 124 / 89

RECTE.: Ana Vaz e Outros (40)

RECOO.: INAMPS- Inst. Nac. de Ass. Médica da Prev. Social.

Pela presente, fica V.Sª. INTIMADO para o (s) fim (ns) previsto (s) no (s) item (ns) I = XII abaixo:

- 01 - Comparecer à audiência designada para o dia 22 de 02 de 89 às 13 horas e 00 minutos.
- 02 - Prestar depoimento pessoal, no dia e hora acima, sob pena de confissão.
- 03 - Prestar depoimento, como testemunha, no dia e hora acima.
- 04 - Tomar ciência da decisão constante da cópia anexa.
- 05 - Tomar ciência do despacho constante da cópia anexa.
- 06 - Contra-arrazoar recurso do (a) \_\_\_\_\_
- 07 - Impugnar embargos à execução.
- 08 - Contestar os embargos de terceiro autuados sob o Nº \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_
- 09 - Recolher as (os) \_\_\_\_\_ no valor de Cr\$ \_\_\_\_\_
- 10 - Prestar, como Perito, o compromisso legal, em \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_ ) dias.
- 11 - Prestar como Assistente, o compromisso legal, em \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_ ) dias.
- 12 - Comparecer à audiência inaugural, no dia e hora acima, quando V.Sª. poderá apresentar sua defesa (art. 846 da C.L.T.), com as provas que julgar necessárias (arts. 821 e 845 da C.L.T.), devendo V.Sª. estar presente, independentemente do comparecimento de seu representante, sendo-lhe facultado designar preposto, na forma prevista no parágrafo 1º do artigo 843 consolidado. O não comparecimento da V.Sª. importará na aplicação da pena de revelia e confissão quanto a matéria de fato.
- 13 - Obs: Segue anexo cópia da inicial.

Inicial contém documentos

De acordo com o Art. 133 da Constituição Federal deverá o reclamado comparecer a audiência acompanhado de ADVOGADO.

*Osmane Fernandes Maciel*  
OSMANE FERNANDES MACIEL  
ADJUNTO DIRETOR SECRETARIA  
J.C.J. ANAPOLIS - GO.

INAMPS- Inst. Nac. de Ass. Médica da Prev. Social

R. 15 de Dezembro 249 -Centro

Nesta.

CERTIFICO que o presente expediente foi encaminhado ao destinatário, via postal, em \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_ feira  
Diretor de Secretaria

PARTE EM BRANCO

Apreciação Arantes Corrêa  
Auxiliar Especializado  
TNT-18ª Região

508-0021,16 / 09 / 12993  
CONFERE COM O ORIGINAL  
3582329  
Metrôpolis  
Servidor

PARTE EM BRANCO

Apreciação Arantes Corrêa  
Auxiliar Especializado  
TNT-18ª Região

Exmo. Sr. Dr. Juiz Presidente da Junta de Conciliação e  
Julgamento de Anápolis.



- 1 X ANA VAZ DA COSTA, brasileira, solteira, auxiliar operacional de serviços diversos, residente e domiciliada nesta cidade, na Rua Visconde de Itauna, 745, Centro,
- 2 X ENILCE SOARES SILVA, brasileira, casada, auxiliar operacional de serviços diversos, residente e domiciliada nesta cidade, na Rua Alfredo Nasser, 720, Centro,
- 3 ELIZABETH BASTOS ANTUNES, brasileira, solteira, auxiliar operacional de serviços diversos, residente e domiciliada nesta cidade, na Rua Barão do Rio Branco, 35, Bairro Jundiá,
- 4 X FRANCISCA ELVIRENE DE CASTRO SILVA, brasileira, casada, auxiliar operacional de serviços diversos, residente e domiciliada nesta cidade, na Rua 7, Q. 7, Lt. 12, Anápolis City,
- 5 X MARIA JOSÉ FLÁVIO, brasileira, desquitada, auxiliar operacional de serviços diversos, residente e domiciliada nesta cidade,
- 6 X SIDONILIA GARCEZ BUENO DOS SANTOS, brasileira, casada, auxiliar operacional de serviços diversos, residente e

Gentil Fio de Oliveira

ADVOGADO — OAB-GO 446

Engenheiro Portela, 225 - 1.º Andar - Sala 102 - Centro - Fones 324-0473 e 324-8186 - Anápolis-GO



PARTE EM BRANCO

*AP*  
Aparecida Apareles Corrêa  
Auxiliar Especializado  
TRT-18ª. Região

508-0023, 16/09/1993  
CONFERE COM O ORIGINAL  
*AP*  
Servidor  
3582329  
Matricula

PARTE EM BRANCO

*AP*  
Aparecida Apareles Corrêa  
Auxiliar Especializado  
TRT-18ª. Região

591  
e  
FEB 03.  
ADMINISTRATIVO  
JULGADO FEDERAL  
R. FLS.  
590  
ADMINISTRATIVO  
REGIAO . 60

- 17

ADVOGADO — OAB-GO 4467

PARTE EM BRANCO

Apresenta Armas Correu  
Auxiliar Especializado  
THT-18ª Região

508-0021, 16/09/1993  
CONFERE COM O ORIGINAL  
3582329  
Matricula  
Servidor

PARTE EM BRANCO

Apresenta Armas Correu  
Auxiliar Especializado  
THT-18ª Região

tivo, residente e domiciliada nesta cidade, na Rua Joaquim Bonifácio, 170, Bairro Jundiáí.

18 X EDNA CRISTINA MARTINS, brasileira, casada, agente administrativo, residente e domiciliado nesta cidade, na Rua Visconde de Itauna, 347, Centro,

19 X EDSON DA SILVA FILHO, brasileiro, casado, agente administrativo, residente e domiciliado nesta cidade, na Rua Corumbá, Q. 16, L. 2, Bairro Alexandrina,

20 X ELCY JOSÉ MARQUES, brasileira, casada, agente administrativo, residente e domiciliada nesta cidade, na Av. JK, 246, Apto. 01, Bairro Jundiáí,

21 X ELEUSE TELES FERNANDES, brasileira, solteira, agente administrativo, residente e domiciliada nesta cidade, na Rua Canadá, Q. 7, L. 5, Conjunto Nações Unidas,

22 X IVAN ELIAS MATOS, brasileiro, casado, agente administrativo, residente e domiciliado nesta cidade, na Rua 13, 423,

23 X IVONETE PERPÉtua PEREIRA, brasileira, solteira, agente administrativo, residente e domiciliada nesta cidade, na Rua Floriano Peixoto, 1.313, Centro,

24 X JOSÉ VILMAR SANDIM, brasileiro, casado, agente administrativo, residente e domiciliado nesta cidade, na Rua Benjamim Constant, 2.005, Centro,

25 X LAURA HELENA MATEUS SIMÕES DOS SANTOS, brasileira, casada, agente administrativo, residente e domiciliada nesta cidade, na Rua Comendador Joaquim Alves, Q. 46, L. 37, Bairro Jundiáí,

26 X LISBOA DE FÁTIMA M. B. COSTA, brasileira, casada, agente administrativo, residente e domiciliada nesta cidade, na Rua Dona Doca, 250, Centro,

27 X LUIZ SANTOS LACERDA, brasileiro, casado, agente administrativo, residente e domiciliado nesta cidade, na Rua 15 de Dezembro, 691, Centro,

28 X MARIA DAS GRAÇAS GALVÃO DE SOUZA XAVIER, brasileira, casa

Gentil Pio de Oliveira

ADVOGADO — OAB-GO 4461

Engenheiro Portela, 222 - 1.º Andar - Sala 102 - Centro - Fones 324-0473 e 324-8186 - Anápolis-GO.



PARTI EM BRANCO

9  
Aparecida Trindes Corrêa  
Auxiliar Especializado  
TRI-18ª Região

508-0021, 16 / 09 / 19 93  
CONFERE COM O ORIGINAL  
3582329  
Matricula  
Servidor

PARTI EM BRANCO

9  
Aparecida Trindes Corrêa  
Auxiliar Especializado  
TRI-18ª Região



593  
81



- da, agente administrativo, residente e domiciliada nesta cidade, na Rua Eixo Sul, 200, Vila dos Sargentos,
- 29X MARIA DE FÁTIMA E SILVA, brasileira, casada, agente administrativo, residente e domiciliada nesta cidade,
- 30X MARIA DE LOURDES ALMEIDA SILVA, brasileira, casada, agente administrativo, residente e domiciliada nesta cidade, na Rua Paes de Almeida, Q. 11, L. 8, Bairro São Jorge,
- 31X MARGARIDA APARECIDA DA SILVA, brasileira, solteira, agente administrativo, residente e domiciliada nesta cidade, na Praça Castro Alves, 26, Vila Jaiara,
- 32X MARLETE GONÇALVES STECKELBERG, brasileira, casada, agente administrativo, residente e domiciliada nesta cidade, na Rua Quintino Bocaiúva, 473, Centro,
- 33X MARTA MARIA DA SILVA, brasileira, casada, agente administrativo, residente e domiciliada nesta cidade, na Av. Universitária, Q. 10, L. 10, Vila Santa Isabel,
- 34X NÍZIA AUXILIADORA SOARES GUIMARÃES SANDIM, brasileira, casada, agente administrativo, residente e domiciliada nesta cidade, na Rua Benjamim Constant, 2.005, Centro,
- 35X NORYS SOUZA RODOVALHO, brasileira, casada, agente administrativo, residente e domiciliada nesta cidade,
- 36X REINILDO ALVES LOPES, brasileiro, casado, agente administrativo, residente e domiciliado nesta cidade, na Rua 6, Bl. G, Q. 2, Apto. 203, Vila Verde,
- 37X SENIR VIEIRA DOS SANTOS, brasileira, solteira, agente administrativo, residente e domiciliada nesta cidade, na Rua 136, Casa 149, 4ª Etapa, Vila Formosa,
- 38X SHIRLEI MARIA DE OLIVEIRA REZENDE, brasileira, casada, agente administrativo, residente e domiciliada nesta cidade, na Trav. Maurício Alcides de Oliveira, 33, Bairro Maracanã,
- 39X SUSUÉ HIRAKO RIBEIRO E SILVA, brasileira, casada, agente administrativo, residente e domiciliada nesta cidade,
- 40X TEREZINHA ROCHA ABREU, brasileira, desquitada, agente ad

Gentil Pio de Oliveira

ADVOGADO — OAB-GO 4461

Senneiro Porteira, 222 - 1.º Andar - Sala 102 - Centro - Fones 324-0473 e 324-8186 - Anápolis-Go.



PARTE EM BRANCO

9  
Aparecida Arantes Corrêa  
Auxiliar Especializado  
TRT-18ª Região

508-002.1, 16/09/1993  
CONFERE COM O ORIGINAL  
3582329  
Matrícula  
Servidor

PARTE EM BRANCO

594  
X  
ministrativo, residente e domiciliado nesta cidade, na Rua  
G, 53, Vila N. Sra. D'Abadia,



417 WILMAR ALVES MARTINS, brasileiro, casado, agente administra-  
tivo, residente e domiciliado nesta cidade, na Rua Visconde  
de Itauna, 347, Centro,  
via do Procurador e Advogado signatário, com escritório pro-  
fissional no endereço impresso, vêm propor RECLAMAÇÃO TRABA-  
LHISTA em desfavor do INSTITUTO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA MÉ-  
DICA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - INAMPS, Autarquia Federal, com  
representação e estabelecimento nesta cidade, na Rua 15 de  
Dezembro, 249, Centro, fazendo-o em consonância com os fun-  
damentos adiante enumerados, esclarecendo que são contratos  
regidos pela CLT:

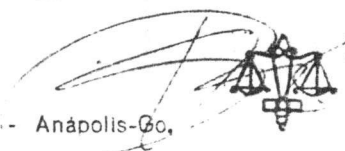
I - O Reclamado não aplicou às parcelas salariais e remunera-  
tórias dos Reclamantes, os reajustes decorrentes das  
U.R.Ps. (Unidades de Referência de Preços) cabíveis nos me-  
ses de abril e de maio de 1988, cuja incidência é assegura-  
da pelo Decreto-lei nº 2335 de 12/6/87, no seu artigo 8º  
e respectivo parágrafo 1º, no percentual de 16,19% em ca-  
da mês, progressiva e cumulativamente, conforme fixado pe-  
la Portaria GM/MF nº 120, publicada no DOU de 1º/3/88. Con-  
sequentemente, os valores pagos aos Reclamantes em abril e  
em maio de 1988 foram aquém dos devidos, pela omissão refe-  
renciada, o que gerou pagamento menores que os reais, tam-  
bém nos meses seguintes, a partir de junho de 1988, porque  
os reajustes salariais posteriores foram lançados sobre ba-  
se cálculo inferior, situação que ainda persiste.

II - A parcela salarial paga sob o título de "adiantamento  
PCCS", a partir de janeiro de 1988, sobre a qual incidem  
os reajustes decorrentes das U.R.Ps. e demais aumentos sa-  
lariais compulsórios, está sendo mantida em valor inaltera-  
do, desde janeiro de 1988, gerando as diferenças mensais,

*Gentil Fio de Oliveira*

ADVOGADO - OAB-GO 4461

Primeiro Portela, 222 - 1.º Andar - Sala 102 - Centro - Fones 324-0473 e 324-8186 - Anápolis-GO.



PARTE EM BRANCO

*Z*  
Aparecida Araújo Corrêa  
Auxiliar Especializado  
TRT-18ª. Região

508-0021, 16/09/1993  
CONFERE COM O ORIGINAL  
3582329  
Matricula  
*P*  
Servidor

PARTE EM BRANCO

*P*  
Aparecida Araújo Corrêa  
Auxiliar Especializado  
TRT-18ª. Região

por pagamento a menor.



III - Em consequência dessas retenções salariais, as Ter-  
rias cujos períodos aquisitivos foram concluídos a partir  
de 31 de dezembro de 1987, bem como os décimos terceiros  
salários, a partir do ano de 1988, estão sendo pagas a me-  
nor, restando as diferenças em favor dos Reclamantes, o  
mesmo ocorrendo com os depósitos pertinentes ao FGTS, des-  
de o mês de janeiro de 1988, irregularidades que ainda per-  
sistem.

IV - Ante essas considerações, reclamam:

I - Integração progressiva dos percentuais correspon-  
des às U.R.Ps. referentes aos meses de abril e de maio de  
1988, no percentual de 16,19% cada, sobre todas as verbas  
remuneratórias ou salariais, discriminadas nos respecti-  
vos demonstrativos de pagamentos, sob os títulos de "salá-  
rio", "abono DL 2425/88", "complemento DL 2352", "gratif.  
ativ. tec. adm.", "desemp. ativ. previd." e similares, pa-  
ra o cálculo das parcelas referenciadas, naqueles meses e  
nos meses seguintes, sucessiva e cumulativamente, até efe-  
tiva regularização e o pagamento dos valores correspon-  
des aos direitos de cada Reclamante, decorrentes das:

- a) Diferenças salariais, em abril de 1988, no índice de  
16,19% incidente sobre os valores pagos em março de 1988,  
e, no mesmo percentual, em maio de 1988, aplicado sobre os  
valores corrigidos, de abril de 1988;
- b) Diferenças salariais mensais, a partir de junho de 1988,  
inclusive, decorrentes da omissão das U.R.Ps. nos meses de  
abril e maio de 1988, fato que gerou a aplicação dos rea-  
justes salariais compulsórios posteriores, sobre bases de  
cálculos inferiores às reais, com pagamentos a menor em to

*Gentil Fio de Oliveira*

ADVOGADO - OAB-GO 4461

Anheiro Portela, 222 - 1.º Andar - Sala 102 - Centro - Fones 324-0473 e 324-8186 - Anápolis-GO.



PA-  
Aprobado por el Jefe de la Oficina de Asesoría Jurídica  
Trib. 184. Reglas

508-0023, 16/09/1993  
CONFIRME COM O ORIGINAL  
3582329  
Matricula  
Servidor

PA-  
Aprobado por el Jefe de la Oficina de Asesoría Jurídica  
Trib. 184. Reglas

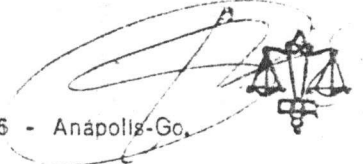
dos os meses seguintes, vencidos e vincendos.

- 3 - Integração progressiva dos percentuais integrais, correspondentes às U.R.Ps. e demais aumentos salariais compulsórios, a partir de janeiro de 1988, inclusive, na parcela denominada "adiantamento PCCS", até a efetiva regularização e o pagamento das diferenças salariais mensais, vencidas e vincendas, desde o referido mês;
  - 4 - Pagamentos em dobro das diferenças salariais, se não forem quitadas na primeira audiência;
  - 5 - Diferenças nos valores das férias usufruídas e/ou pagas a partir de 1º/1/88, inclusive sob a forma de abonos pecuniários, até a efetiva integração das parcelas reclamadas, às remunerações dos Reclamantes;
  - 6 - Diferenças nos valores dos décimos terceiros salários, a partir do referente ao ano de 1988 e posteriores, até a efetiva normalização pleiteada;
  - 7 - FGTS, incidente sobre as verbas reclamadas;
  - 8 - Retificações nas anotações salariais nas CTPS;
  - 9 - Honorários advocatícios de 20% sobre o montante.
- V - Requer:
- 1 - A concessão de medida liminar, para determinar ao Reclamado, sob pena de multa pecuniária de um salário mínimo de referência por dia, que faça a atualização das parcelas remuneratórias dos Reclamantes e pague as diferen -

Gentil Pio de Oliveira

ADVOGADO - OAB-GO 4461

Rua Portela, 222 - 1.º Andar - Sala 102 - Centro - Fones 324-0473 e 324-8186 - Anápolis-Go.



PARTE EM BRANCO

Aparecida Apareles Corrêa  
Auxiliar Especializado  
TRT-18ª. Região

509-0021, 16 / 09 / 19 93  
CORPUS COM O PERSONAL  
3582329  
Matrícula  
Servidor

PARTE EM BRANCO

Aplicação Especializada  
TRT-18ª. Região





cas pleiteadas, considerando o caráter alimentar do salário e que os pagamentos continuam a ser feitos em valores aquém dos devidos, atingindo também os décimos terceiros salários, as férias e o FGTS;

2 - A notificação do Reclamado, para a audiência que for designada e para contestar;

3 - A produção de provas por todos os meios admitidos;

4 - Que seja julgada procedente a reclamação, para deferir aos Reclamantes os direitos pleiteados e condenar o Reclamado a pagar-lhes com acréscimo de juros de mora e correção monetária, as parcelas discriminadas no item IV desta petição e as atualizações pertinentes, com a dobra legal, mais honorários advocatícios e demais cominações legais;

5 - Que seja determinado ao Reclamado que exiba, trazendo aos autos, os comprovantes salariais de cada Reclamante, a partir de janeiro de 1988, mais os referentes aos décimos terceiros salários desde o ano de 1988 e às férias vencidas a partir de 1º/1/88.

Valor da causa: NCz\$ 500,00

Pede Deferimento.

Anápolis, 17 de Janeiro de 1989.

Gentil Frio de Oliveira  
OAB-GO 4461

*Gentil Frio de Oliveira*

ADVOGADO — OAB-GO 4461

—heiro Portela, 222 - 1.º Andar - Sala 102 - Centro - Fones 324-0473 e 324-8186 - Anápolis-Go.



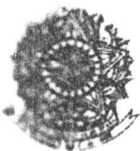
PARTE EM BRANCO

*Z*  
Aparecida Arantes Corrêa  
Auxiliar Especializado  
TET-18ª. Região

508-0021.161 09 129 93  
CONFERE COM O O-3582329  
*W*  
Servidor Matrícula

PARTE EM BRANCO

*G*  
Aparecida Arantes Corrêa  
Auxiliar Especializado  
TET-18ª. Região



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO (TRT - 10ª Região)  
3ª JCJ de GOIÂNIA-GO

PROCESSO Nº 3 a JCJ - 2024/89  
MANDADO Nº 909/89

598  
50

INAMP 508-000  
PR 11462 19C  
33094  
07.02.90  
06/02/90  
10:30  
598  
Procurador Regional do INAMP

O MANDADO DE NOTIFICAÇÃO DE AUDIÊNCIA, passado na forma abaixo:

O Doutor PIATON T. DE AZEVEDO FILHO  
Juiz do Trabalho - Presidente da 3ª Junta de Conciliação e Julgamento de Goiania

MANDA ao Oficial de Justiça Avaliador a que couber por distribuição, que a vista do presente mandado, estando devidamente assinado, que, em seu cumprimento, se dirija nesta cidade, onde é encontrado o reclamado PREV. SOCIAL, estabelecido na 170 av. c/Avenida 23-St. 200, notificando-o para, no dia 15 de DEZEMBRO de 19 90, as 13:30 horas, comparecer perante a 3ª Junta de Conciliação e Julgamento de Goiania, situada à 170, para audiência relativa à reclamação constante da cópia anexa, quando então deverá ser apresentada defesa (art. 846 - C.L.T.), com as provas que julgar necessárias, constantes de documentos e/ou testemunhas (arts. 821 e 845 da C.L.T.). Na referida audiência o reclamado deverá estar presente, independentemente do comparecimento de seu(s) representante(s) sendo-lhe facultada a substituição prevista no Parágrafo 1º do artigo 843 consolidado.

Q QUE CUMPRA NA FORMA DA LEI.

Dado e passado, nesta cidade de Goiania-GO  
15, aos 15 dias do mês de dezembro  
de 19 90. Eu, PIATON T. DE AZEVEDO FILHO  
Diretor de Secretaria, datilografei e subscrevi.

Juiz do Trabalho

PARTE EM BRANCO

Apresenta Arquivo Correu  
Auxiliar Especializado  
TRT-18ª Região

508-0021.16 / 09 / 19 93  
CONFIRME COM O ORIGINAL  
5582329  
Matrícula  
Servidor

PARTE EM BRANCO

Apresenta Arquivo Correu  
Auxiliar Especializado  
TRT-18ª Região

*Francisco Mariano Borges*

OAB/GO 5.767

ADVOCACIA

INAMPS-GO

FLS 024



EXMO. SR. DR. JUIZ PRESIDENTE DA 3ª J.C.J. DE GOIÂNIA

- 01- ADERBAL ALVES TEIXEIRA, brasileiro, casado, médico, matrícula n° 3615094, CPF n° 062.815.241-87, residente e domiciliado à Rua Gonçalves Dias n° 03, Uruaçu-GO;
- 02- ADO MAJJELA LOBO, brasileiro, casado, motorista, matr.n° 4823460, residente e domiciliado à Rua Rio Verde n° 25, Uruaçu-GO;
- 03- ANTONIO OLEGÁRIO MENDES VIDAL, brasileiro, solteiro, datilógrafo, matríc.n° 3939120, residente e domiciliado à Rua Isabel Fernandes de Carvalho n° 22, Uruaçu-GO;
- 04- CARLOS ROBERTO CAMPOS, brasileiro, separado consensualmente, médico, matrícula n° 3736709, residente e domiciliado à Rua 18 n° 118, apt° 302, Centro, Goiânia-Go;
- 05- CÉLIO CLOVES<sup>DA</sup> SILVA ROCHA, brasileiro, casado, médico, matr. n° 3775402, residente à Rua Oldrado S.Rocha n° 128, Uruaçu-Go;
- 06- DONIZETE MARIA GOMES FREIRE, brasileira, casada, agente de portaria, matr.n° 4855671, residente e domiciliada à Rua Francisco Fernandes n° 98, Uruaçu-Go;
- 07- EMENEGÍDIO PEREIRA DA SILVA, brasileiro, casado, agente administrativo, matr.n° 3606074, residente e domiciliado em Uruaçu-GO;
- 08- FABIOLA MARIA DAMAS NUNES, brasileira, casada, ag.administr., matríc.n° 3777839, residente à Av. Campo Agrícola n° 43, Uruaçu-GO;
- 09- FERNANDO DURÃES, brasileiro, casado, médico, matríc.n° 3614468, residente à Rua Dois s/n, Vila JK, Uruaçu-Go;

PARTE EM BRANCO

*AP*  
Aparecida Arautes Corrêa  
Auxiliar Especializado  
TRT-18ª. Região

508-0021. 16.09 / 19.93  
CONFIRME COM O ORIGINAL  
*AP*  
Servidor 3582329  
Matrícula

PARTE EM BRANCO

*AP*  
Aparecida Arautes Corrêa  
Auxiliar Especializado  
TRT-18ª. Região

*Francisco Mariano Borges*

OAB/GO 5.767

ADVOCACIA

600 INAMPS-GO  
FLS 013



- 10- FRANCISCO BARROZO NETO, brasileiro, casado, médico, matr.nº 3614450, residente à Rua Araguaia nº 03, Uruaçu-Goiás;
- 11- HILDA EMOS RODRIGUES, brasileira, casada, enfermeira, matr.nº 4170318, residente à Rua Quintino Bocaiúva, Qd.25, Lt.06, Uruaçu;
- 12- JOAQUIM FERNANDES DE CARVALHO, brasileiro, casado, ag.administ., matr.nº 3582418, residente à Rua Adelino Fernandes s/n, Uruaçu;
- 13- JOSÉ LUIZ DA SILVEIRA BETTINI, brasileiro, casado, ag.administ., matr.nº 3834646, residente à Rua A nº 06, Vila Dourada I, Uruaçu;
- 14- JOSÉ PEREIRA DUARTE, brasileiro, casado, ag.administr., matr.nº 3584356, residente à Rua Pedro Ludovico nº 140, Uruaçu-GO;
- 15- LENI VICENTINE OLIVEIRA, brasileira, casada, ag.administr., matr.nº 3685756, residente à Av.Weimar Barroso nº 23, Uruaçu-GO;
- 16- MARIA APARECIDA TEIXEIRA DE AQUINO, brasileira, casada, odontóloga, matr.nº 4850394, residente à Av. Pedro Ludovico nº 156, Uruaçu-GO;
- 17- MARIA CELY J.P. FIGUEIREDO, brasileira, casada, ag.administr., matr.nº 3582426, residente à Rua Cel.Aristides nº 59, Uruaçu-GO;
- 18- MARIA CONCEIÇÃO DA SILVA, brasileira, casada, aux.de enfermagem, matr.nº 484.078.0, residente à rua Ceres nº 44, Uruaçu-GO;
- 19- MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO SILVA GUIMARÃES, brasileira, casada, odontóloga, matr.nº 361.441.7, residente à Rua Miracema do Norte nº 33, Uruaçu-GO;
- 20- MARIA NIRACI DE CARVALHO VEIGA, brasileira, casada, ag.administrat., matr.nº 3685764, residente à Rua Dona Cândida nº 13, Uruaçu-GO;
- 21- MARIA NUNES DE OLIVEIRA, brasileira, casada, ag.de portaria, matr.nº 494.462.3, residente à Rua 08 nº 14, Bairro São Sebastião, Uruaçu-GO;
- 22- MARIA DO SOCORRO BARBOSA CARVALHO, brasileira, casada, enfermeira, matr.nº 4171071, residente e domiciliada em Porangatu-GO;
- 23- NORMA SUELI SOUSA COSTA, brasileira, casada, ag.administr., ma-

PARTE EM ANEXO

Apuradora Arquivos Correu  
Auxiliar Especializado  
TRT-18ª Região

509-0021, 16 / 09 / 1993  
CONFIRME COM O ORIGINAL  
3582329  
Matricula  
Servidor

PARTE EM ANEXO

Apuradora Arquivos Correu  
Auxiliar Especializado  
TRT-18ª Região



*Francisco Mariano Borges*

OAB/GO 6.767

ADVOCACIA

INAMPS-GO  
FLS 040400  
601  
9



tríc.nº 3685772, residente à Rua Ol nº 22, Bairro São Sebastião,  
Uruaçu-GO;

24- ODENI MARIA DE FREITAS CAMAPUM PERES, brasileira, casada, ag.ad ministr., matr.nº 3536912, residente à rua Quintino Bocaiúva nº 37, Uruaçu-GO;

25- OLGA SOCOLOFF, brasileira, solteira, médica, matr.nº 3161714, residente à Rua Goiás nº 104, Uruaçu-GO; F

26- OSVALDO BARROSO SOUZA FILHO, brasileiro, casado, médico, matr.º nº 3614506, residente à Rua Cel. Aristides nº 115, Uruaçu-GO;

27- PARDAL PEREIRA GUIMARÃES, brasileiro, casado, art.eletr.comun., matr. nº 3929426, residente à Rua Monte Castelo, Qd.16, Lt.14, Jardim Planalto, Goiânia-GO;

28- PAULO ANTONIO DE AQUINO, brasileiro, casado, médico, matr. nº 3841006, residente à Av.pedro Ludovico nº 156, Uruaçu-GO;

29- ROSÁLIA EDITY RIBEIRO SILVA, brasileira, casada, médica, matr.º nº 4987705, residente à Rua Manoel Ribeiro Sobrinho nº 01, Uruaçu-GO;

30- UMASI CASTRO TOLEDO SANTANA, brasileira, casada, aux.de enfermagem, matr.nº 3809188, resident à Rua 304, Qd.37, Lt.08, Setor Sul, Uruaçu-GO;

31- VALDECY GONÇALVES PARREIRA, brasileira, casada, aux.serv.divers., matr.nº 3741389, residente à Av. Planalto, Qd.17, Lt.02, Setor Bela Vista, Uruaçu-GO;

32- VISCONDINO VIEIRA VISCONDE, brasileiro, casado, médico, matr.nº 4815726, residente à Rua Americano do Brasil s/nº, Uruaçu-GO; F

33- WALDECIR ALVES DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, médico, matr.nº 4906411, residente à Rua Cel.Aristides nº 120, Centro, URUAÇU-GO;

34- WALDETE FREITAS ALBUQUERQUE, brasileira, casada, ag.administr., matr.nº 3685799, residente à Rua Ceres nº 36, Uruaçu-GO;

35- ZORAIDE APARECIDA DE OLIVEIRA, brasileira, solteira, aux.de enfermagem, matr.nº 5092124, residente à Rua das Nações s/n, Bair

PARTI EM BRANCO

*P*  
Aparecida Apareles Corrêa  
Auxiliar Especializado  
TRT-18ª Região

508-002.1 / 16 / 09 / 1993  
CONFERE COM O ORIGINAL  
*VP*  
Servidor 3582329  
Matricula

PARTI EM BRANCO

*P*  
Aparecida Apareles Corrêa  
Auxiliar Especializado  
TRT-18ª Região